

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante **102**

Publicação do CEM - Ano XXXVIII, Nº 102 - Janeiro - Abril/2025



Dossiê Fome e Migração

Saúde

Au Pairs

Brasil

Educação

Estreito de Darién

Chaco paraguaio

Vulnerabilidade social

Refugiados

Moçambique

Cuba

Patrimônio histórico

Sistemas alimentares

Pastoral da Mobilidade Humana

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor-chefe

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica - Milano),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cásper Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise (ITESP/MISSÃO PAZ),
Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Tatiana Waldman (Repórter Brasil),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

COLABORADORES

Yara Silva Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP), Camilla Reis (USP)

EDITORA DE LEIAUT

Renata Peres (UAM)

Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO/ SUMMARY

DOSSIÊ FOME E MIGRAÇÃO

APRESENTAÇÃO.....07
*Poliana T. da Fonseca; Paulo Mortari A. C.; Isabela F. Davies;
José Carlos Pereira*

PRESENTATION.....19
*Poliana T. da Fonseca; Paulo Mortari A. C.; Isabela F. Davies;
José Carlos Pereira*

ARTIGOS

Comida (que se) extraña: notas sobre a produção de insegurança alimentar na fronteira norte do Brasil
Comida (que se) extraña: notes on the production of food insecurity in the Northern border of Brazil.....31
Laís Meneguello Bressan; Juliana Viégas Gomes

Globalização, transnacionalismo e identidade cultural: experiências alimentares de Au Pairs brasileiras no exterior
Globalization, transnationalism, and cultural identity: food experiences of Brazilian Au Pairs abroad.....55
Carmen Macedo

Assistência alimentar a requerentes de asilo e refugiados em situação prolongada: o caso do centro de Maratane/Moçambique (2001-2021)
Food assistance for asylum seekers and refugees in protracted situations: the case of the Maratane Center/Mozambique (2001-2021)77
Maria Josefina Consolo

Exploration des Interactions Complexes : les impacts du système alimentaire sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine 87
Ayawovi Djidjogbe Fanho; Leonardo Xavier da Silva

Explorando interações complexas: os impactos do sistema alimentar no meio ambiente, no ecossistema e na saúde humana

Exploring complex interactions: the impacts of the food system on the environment, ecosystem and human health 107

Ayawovi Djidjogbe Fanho; Leonardo Xavier da Silva

Tradução: *José Carlos Pereira; Yara Silvia Tucunduva*

ENTREVISTAS

Agua, comida, tierra y movilidad: la situación de los pueblos indígenas en el Chaco paraguayo

Water, food, land, and mobility: the situation of indigenous peoples in the Paraguayan Chaco

Entrevista a Lidia Ruiz Cuevas, coordinadora ejecutiva de la oenegé Tierraviva 127

Por: Paulo Mortari A. C.

Cozinha Comunitária e moradia social em São Paulo: a experiência da cozinha da Ocupação 9 de Julho

Community kitchen and social housing in São Paulo: the experience of the 9 de Julho Occupation kitchen

Entrevista com Carmen Silva, liderança do movimento de moradia popular 145

Por: Isabela Ferraz Davies

“Não se trata de escassez, mas de privação de alimentos”: a fome como elemento estrutural e outras considerações

“It’s not about scarcity, it’s about food deprivation”: hunger as a structural element and other considerations

Entrevista com José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) e representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção São Paulo, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMUSAN-SP)..... 157

Por: Isabela F. Davies; Paulo Mortari A. C.; Poliana T. da Fonseca;

Alfredo José Gonçalves

RELATOS

A relação entre emigração e alimentação em Cuba

The relationship between emigration and food in Cuba 179

Beatriz Gomes Cornachin

Segurança alimentar e saúde em comunidades periféricas: fortalecendo vínculos na entrega de cestas básicas para migrantes durante a pandemia de Covid-19

Food security and health in peripheral communities: strengthening bonds during the distribution of food baskets to migrants in the Covid-19 pandemic..... 191

Alexandra C. Gomes de Almeida; Erika Andrea Butikofer

POEMA

Eu migrante

Migrant self 199

Rian Gonçalo

CONTO

A fome do outro

The Hunger of the Other..... 201

Paulo Mortari A. C.

TEXTOS AVULSOS

ARTIGOS

Realidad, rostros, desafíos y esperanzas de los migrantes y de la Pastoral de Movilidad Humana en Panamá

Reality, faces, challenges and hopes of migrants and the Pastoral of Human Mobility in Panama 207

Jorge Ayala; Ligia Ruiz, MSCS; Mario Geremia, CS

Sobre pedagogias humanitárias: pensando o português brasileiro como uma tecnologia de acolhida

On humanitarian pedagogies: thinking of Brazilian Portuguese as a welcoming technology 245

Sebastião Lisboa de Andrade Rinaldi

ENTREVISTA

Entrevista com Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historiador do Museu Visconde de São Leopoldo: impactos das enchentes de 2024 e o bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul

Interview with Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historian at the Visconde de São Leopoldo Museum: impacts of the 2024 floods and the German immigration bicentennial in Rio Grande do Sul..... 269

Luciana Sanguiné

CONTO

Refúgio em si

Refuge in oneself 279

Sebastião Rinaldi

Apresentação

*Poliana T. da Fonseca
Paulo Mortari A. C.
Isabela F. Davies
José Carlos Pereira*

A fome é sintoma de estruturas que falharam, de direitos negados, de vidas atravessadas por desigualdades profundas. Quando cruzamos o fenômeno da fome com os fluxos migratórios contemporâneos, sua manifestação pode ser particularmente perversa, arrancando pessoas de seus territórios para, depois, persegui-las através das fronteiras, impedindo-lhes até mesmo o acesso ao direito mais elementar: o de se alimentar com dignidade. Ademais, essa fome faz-se acompanhar de outras fomes, como a negação ou o bloqueio do direito ao exercício da cidadania nas suas dimensões civis, sociais e políticas. Esta edição da Revista Travessia surge desse duplo reconhecimento: de que a fome, mais do que consequência da migração, pode ser seu motor central; e de que a migração, longe de resolver a insegurança alimentar, frequentemente a reproduz em novos contextos, agora acrescida de xenofobia e precarização, não apenas do trabalho, mas também das condições sociais de vida digna.

A bem da verdade, as interseções entre fome e migração são diversificadas, podendo atravessar todas as dimensões da vida dos sujeitos migrantes. A fome, nesse sentido, não se reduz à ausência de comida; mais do que isso, ela se manifesta como um fenômeno transversal, que impacta a saúde, a educação, a moradia, o trabalho, os modos de vida e o acesso a direitos fundamentais. Em muitos casos, ela assume formas específicas, como a desnutrição ou a impossibilidade de acessar alimentos culturalmente adequados, transformando-se em uma questão de saúde pública.

Os hábitos alimentares dos migrantes são comumente moldados por barreiras que envolvem fatores religiosos, culturais, econômicos, ambientais e políticos, revelando diferentes faces do que se convencionou nominar de “insegurança alimentar”. Tendo isso em mente, o presente dossiê “Fome e Migração” procura chamar a atenção para o papel das políticas públicas no enfrentamento de, ao menos, parte desses óbices, destacando a importância de estudos que analisam dados, indicadores e estratégias de monitoramento e avaliação de ações voltadas à população migrante. Isso inclui programas de

prevenção à desnutrição, bem como análises críticas dos planos municipais de segurança alimentar, de seus efeitos positivos, mas também de suas limitações e equívocos.

As questões ambientais constituem outro eixo fundamental de reflexão ao evidenciar como mudanças climáticas, degradação do solo, desastres naturais e grandes empreendimentos — como hidrelétricas e projetos de infraestrutura — impactam diretamente a produção e o acesso a alimentos. Tais fatores estão frequentemente articulados às desigualdades e às injustiças sociais, funcionando como gatilhos para o deslocamento forçado.

Também é urgente refletir sobre a relação entre fome e trabalho precário. A privação alimentar torna-se, nesse contexto, fator de vulnerabilidade para o aliciamento de migrantes e, muitas vezes, um instrumento de exploração em destinos onde se reproduzem formas de trabalho análogas à escravidão.

Sabemos que este dossiê não esgota todas as possibilidades de análise sobre o tema — e nem é essa a intenção. Nosso propósito é, antes, contribuir para ampliar e aprofundar estudos e reflexões críticas, plurais e comprometidas com a justiça alimentar e social, apontando caminhos para o desenvolvimento de políticas, práticas e pesquisas que reconheçam a centralidade da alimentação digna nas desafiadoras e complexas experiências dos migrantes.

Dessa forma, os trabalhos reunidos neste dossiê formam um mosaico de vozes que nos permite ter uma compreensão mais ampla sobre como a fome pode incidir em experiências migratórias. O dossiê “Fome e Migração” está organizado em artigos, entrevistas, relatos e textos literários, apresentados na sequência.

ARTIGOS

Laís Meneguello Bressan e Juliana Viégas Gomes, em ***Comida (que se) extraña: notas sobre a produção de insegurança alimentar na fronteira norte do Brasil***, investigam a complexa realidade da insegurança alimentar enfrentada por imigrantes venezuelanos na fronteira norte do país, com base em pesquisas de campo realizadas entre 2019 e 2020. O estudo examina o grau de segurança alimentar dos venezuelanos em diferentes condições de moradia, comparando suas descobertas com reportagens e artigos recentes que denunciam falhas na assistência prestada pela Operação Acolhida. A análise revela que, apesar da ajuda humanitária, persistem desafios significativos relacionados à qualidade nutricional, variedade e acesso aos alimentos. Além disso, os migrantes enfrentam barreiras agravadas por xenofobia e exploração laboral, inserindo-se em um ciclo de vulnerabilidade que contradiz os princípios fundamentais da

acolhida. O estudo ressalta a ironia do sistema: venezuelanos que fogem da fome são frequentemente direcionados para trabalhos precários no agronegócio brasileiro, onde permanecem expostos à insegurança alimentar e à instabilidade socioeconômica. As autoras argumentam que a narrativa da “crise migratória” tem servido a interesses políticos e econômicos ao mesmo tempo que obscurece a autonomia dos migrantes e a necessidade de soluções estruturais e integradas. O artigo conclui com um chamado à revisão das políticas migratórias, enfatizando a urgência de abordagens que respeitem a dignidade e a agência dos migrantes, além de criticar a instrumentalização da ajuda humanitária para fins exploratórios. A reflexão final provoca: a quem realmente serve a narrativa da crise?

No artigo ***Globalização, transnacionalismo e identidade cultural: experiências alimentares de Au Pairs brasileiras no exterior***, Carmen Macedo investiga a experiência de migrantes que aderem ao Programa Au Pair, um fenômeno ainda pouco explorado na literatura acadêmica. A autora adota uma abordagem que entrelaça relações laborais, dinâmicas de gênero e negociações identitárias, oferecendo uma análise crítica sobre os desafios enfrentados por jovens migrantes, especialmente mulheres, em contextos transnacionais. A pesquisa evidencia como aspectos aparentemente cotidianos, como a alimentação, refletem dinâmicas mais amplas de poder, pertencimento e adaptação no contexto migratório. Embora o intercâmbio cultural seja promovido como uma oportunidade enriquecedora, Macedo demonstra que as relações estabelecidas nesse cenário são frequentemente marcadas por hierarquias e tensões, especialmente no que diz respeito à alimentação. Além disso, a presença de produtos e restaurantes brasileiros no exterior emerge como um fator crucial na manutenção dos laços culturais e na reafirmação da identidade das migrantes.

Em ***Assistência alimentar a requerentes de asilo e refugiados em situação prolongada: o caso do centro de Maratane/Moçambique (2001-2021)***, Maria Josefina Consolo examina duas décadas de assistência alimentar no centro de refugiados de Maratane, em Moçambique, permitindo compreender como essa política evoluiu (ou se deteriorou) ao longo do tempo. A abordagem histórica possibilita identificar padrões, mudanças estruturais e impactos duradouros na vida dos refugiados. A pesquisa evidencia que a insegurança alimentar é um fator determinante na mobilidade dos refugiados. Além disso, demonstra que a falta de políticas eficazes de assistência pode resultar na busca por alternativas de sobrevivência, incluindo a migração secundária para outras regiões ou países. A redução ou cortes na assistência alimentar não afetam apenas o bem-estar nutricional dos refugiados, mas também geram impactos sociais significativos, como aumento da criminalidade, protestos e instabilidade

nos centros de acolhimento. O estudo documenta como os refugiados desenvolvem estratégias alternativas para lidar com a escassez alimentar, como o comércio informal, a prática da agricultura e, em alguns casos, atividades ilícitas. Essas estratégias revelam a resiliência dos refugiados, mas, sobretudo, denunciam como há uma necessidade urgente de políticas públicas que os integrem de forma mais eficaz. Ao expor as deficiências da assistência alimentar em Maratane, a autora levanta questões sobre a sustentabilidade dos programas de apoio a refugiados em Moçambique e em outros países africanos. A comparação com situações semelhantes em Uganda, Quênia e Chade amplia a relevância do estudo, sugerindo que a insegurança alimentar é um problema estrutural nos campos de refugiados da região. A pesquisa de Maria Josefina Consolo contribui para um debate mais amplo sobre a responsabilidade dos Estados e organismos internacionais na gestão da segurança alimentar em contextos de refúgio.

Em ***Explorando interações complexas: os impactos do sistema alimentar no meio ambiente, no ecossistema e a saúde humana/ Exploration des interactions complexes : les impacts du système alimentaire sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine***, Ayawovi Djidjogbe Fanho e Leonardo Xavier da Silva examinam os impactos do sistema de produção alimentar global sobre o meio ambiente, os ecossistemas e a saúde humana, destacando sua relação direta com crises de fome e migração. O estudo evidencia que o atual modelo de produção e distribuição de alimentos é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental, além de aumentar a vulnerabilidade de comunidades marginalizadas, intensificando deslocamentos forçados. Ao mesmo tempo, o modelo alimentar contemporâneo agrava problemas de saúde pública, promovendo a chamada “dupla carga nutricional”, em que a desnutrição e a obesidade coexistem, afetando bilhões de pessoas. O estudo enfatiza a urgência de uma transformação estrutural nos sistemas de produção de alimentos, propondo políticas e intervenções sustentáveis que integrem produção, distribuição e consumo de forma equitativa e adaptada aos contextos locais. A inovação e políticas inclusivas são apresentadas como caminhos essenciais para reduzir desigualdades e promover segurança alimentar, fatores cruciais para mitigar crises que resultam em migração forçada.

ENTREVISTAS

Contamos também com a denúncia contundente sobre a situação dos indígenas no Chaco paraguaio. ***Agua, comida, tierra y movilidad: la situación de los pueblos indígenas en el Chaco paraguayo*** é uma entrevista conduzida por Paulo Mortari A. C. com Lidia Ruiz Cuevas, coordenadora da

ONG Tierraviva. A conversa apresenta uma análise crítica e necessária sobre as múltiplas crises enfrentadas pelos povos indígenas no Chaco paraguaio, explorando de maneira interligada a insegurança alimentar, o deslocamento forçado e a exploração laboral. A partir da perspectiva de Lidia Ruiz Cueva, o texto revela como o avanço do agronegócio, a concentração fundiária e a marginalização histórica de comunidades indígenas perpetuam um ciclo de vulnerabilidade que aprofunda a fome e a migração de seus membros. A perda de territórios ancestrais, somada aos impactos das mudanças climáticas, restringe o acesso a fontes tradicionais de alimentação, como caça, pesca e cultivos, forçando muitas famílias a buscar refúgio em áreas urbanas ou a se submeter a trabalhos precários em estâncias, onde frequentemente enfrentam condições de trabalho análogo à escravidão. Lidia critica o modelo de desenvolvimento adotado no Paraguai, que favorece os interesses econômicos de grandes produtores rurais e comunidades menonitas em detrimento dos direitos indígenas. Projetos de infraestrutura mal planejados, como um aqueduto que nunca funcionou, e a impunidade diante de crimes ambientais e trabalhistas evidenciam a negligência do Estado. No entanto, a entrevista não se limita à denúncia; ela também destaca iniciativas de resistência conduzidas pelas próprias comunidades, como a apicultura e a gestão comunitária da água, que fortalecem a autonomia indígena e demonstram que soluções sustentáveis precisam ser culturalmente adaptadas e lideradas por aqueles que vivem essa realidade. A relevância da entrevista está em desnaturalizar a fome, apresentando-a como consequência de um longo processo de expropriação e exclusão, por um lado, e, por outro, paradoxalmente, do avanço do agronegócio em alta escala. Além disso, o diálogo amplia o debate sobre migração forçada, conectando-o não apenas à pobreza, mas à destruição dos modos de vida tradicionais e à luta pela autodeterminação dos povos indígenas.

No *front* das resistências, encontramos luzes potentes: as hortas comunitárias que ressignificam o direito à alimentação e as cozinhas coletivas da Ocupação 9 de Julho, na cidade de São Paulo. A entrevista ***Cozinha comunitária e moradia social em São Paulo: a experiência da cozinha da Ocupação 9 de Julho***, concedida a Isabela Davies por Carmen Silva, líder do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), expõe as contradições urbanas de uma metrópole marcada pela segregação espacial, desigualdade social e insegurança alimentar. Esses problemas são agravados pelo aumento do custo de vida e pela precarização das políticas públicas, que falham em garantir direitos básicos como moradia e alimentação. Na fala de Carmen Silva, a cozinha comunitária surge não apenas como um espaço de alimentação, mas como um núcleo de resistência, organização coletiva e

fortalecimento de vínculos sociais. A iniciativa vai além do assistencialismo, promovendo o que a líder do movimento chama de “soberania alimentar”, por meio de práticas sustentáveis, como hortas urbanas, compra direta de pequenos produtores e geração de renda local. Paralelamente, a ocupação de prédios abandonados no centro da cidade desafia a lógica excludente do mercado imobiliário, propondo um modelo alternativo de habitação social integrado à alimentação e à sustentabilidade. Ainda, a entrevista ressalta as limitações dessas iniciativas, como as hortas comunitárias e as cozinhas coletivas, diante de um contexto estrutural de desigualdade. Carmen Silva enfatiza a necessidade de políticas públicas municipais mais robustas e da mobilização contínua da sociedade civil para garantir mudanças efetivas. Sua trajetória evidencia as barreiras enfrentadas por migrantes e populações periféricas, que chegam à cidade em busca de melhores condições de vida, mas se deparam com a invisibilidade e a exclusão. A experiência da Ocupação 9 de Julho é uma contribuição valiosa para o debate sobre fome e migração, demonstrando como soluções locais e comunitárias podem desafiar as dinâmicas excludentes das grandes cidades. Ao mesmo tempo, a entrevista reforça a urgência de políticas públicas integradas que assegurem direitos fundamentais e combatam as raízes da desigualdade social. Mais do que inspirar, a experiência relatada por Carmen Silva demanda uma reflexão crítica sobre o papel do Estado e da sociedade na construção de cidades mais justas, humanas e ecologicamente sustentáveis.

Em ***“Não se trata de escassez, mas de privação de alimentos”***: a fome como elemento estrutural e outras considerações, compartilha-se uma entrevista com o professor José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, organizada por Isabela F. Davies, Paulo Mortari A. C. e Poliana T. da Fonseca e conduzida por Isabela Davies e Pe. Alfredo José Gonçalves (o Pe. Alfredinho). O professor José Raimundo aborda a fome como um fenômeno estrutural, desmistificando narrativas simplistas que a associam apenas à escassez de alimentos. O debate central gira em torno da crítica ao termo “insegurança alimentar”, visto como um eufemismo que suaviza a gravidade do problema. De acordo com o entrevistado, é essencial nomear a questão pelo que ela realmente é: fome — um termo que carrega a urgência política e social necessária para enfrentá-la. A entrevista evidencia o paradoxo de países como o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda conviverem com a fome. Esse paradoxo é produzido pela lógica capitalista, que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso dos alimentos, transformando-os em mercadorias, e não em direitos. O texto também problematiza a inadequação de políticas públicas, como a distribuição padronizada de cestas básicas, que ignora as especificidades culturais dos migrantes. Diante disso, o entrevistado destaca que a fome não é homogênea: suas formas e

impactos variam conforme a história, a geografia e as tradições alimentares de cada grupo social. O professor José Raimundo reconhece a importância das políticas públicas, mas alerta para suas limitações. Ele defende reformas estruturais, como a reforma agrária e urbana, e enfatiza a necessidade de disputar o orçamento do Estado para que o combate à fome seja efetivo. Sua síntese é clara e contundente: “Não existe escassez de alimentos, o que existe é privação”, uma consequência direta das relações sociais e econômicas vigentes. Ao situar a fome como um problema estrutural e não conjuntural, a entrevista convida os leitores a refletirem sobre as raízes profundas da desigualdade e a urgência de transformações radicais.

RELATOS

O relato de Beatriz Gomes Cornachin em ***A relação entre emigração e alimentação em Cuba*** é fruto de uma recente estadia em Cuba como parte de sua pesquisa de doutorado. Com ele, a autora oferece uma contribuição valiosa ao debate sobre segurança alimentar em contextos de crise, articulando migração, economia e cultura alimentar. Focado na província de Guantánamo, o estudo parte de uma observação direta e entrevistas com moradores de áreas urbanas e áreas rurais, revelando como a emigração se tornou um fator central para o acesso a alimentos em Cuba. A autora demonstra que as famílias locais que têm membros no exterior, especialmente nos Estados Unidos, contam com maior segurança alimentar, beneficiando-se de remessas de dinheiro ou módulos alimentares enviados pelos emigrados. Esses recursos ampliam o acesso a produtos básicos e industrializados, além de sustentar pequenas redes de comércio informal em território cubano. Um dos aspectos mais instigantes do relato é a análise das narrativas culturais associadas à alimentação. O aparente ganho de peso dos emigrados, por exemplo, é amplamente percebido como sinal de prosperidade e bem-estar, independentemente da qualidade nutricional da dieta. O trabalho também destaca as limitações do sistema cubano de abastecimento alimentar, como os atrasos e falhas na distribuição da “*canasta básica*” e a disparidade entre preços praticados nos mercados estatais e privados. A autora oferece uma análise crítica do impacto do bloqueio econômico imposto a Cuba pelos Estados Unidos há décadas e da dependência da importação de alimentos sobre a soberania alimentar cubana.

No trabalho ***Segurança alimentar e saúde em comunidades periféricas: fortalecendo vínculos na entrega de cestas básicas para migrantes durante a pandemia de Covid-19***, Alexandra Cristina Gomes de Almeida e Erika Andrea Butikofer trazem um relato de experiência do Coletivo Conviva

Diferente em Guaianases, bairro localizado na periferia da Zona Leste da cidade de São Paulo. O texto expõe os desafios enfrentados por comunidades haitianas, bolivianas, venezuelanas e de diversas nacionalidades africanas, que, além das dificuldades inerentes ao processo migratório, viram suas condições de vida se deteriorarem ainda mais diante do desemprego, da falta de acesso a políticas públicas e da insegurança alimentar durante a pandemia de Covid-19, com início reconhecido no Brasil em março de 2020. A iniciativa do Coletivo, que teve início com a distribuição de cestas básicas e kits de higiene, rapidamente evoluiu para uma ação política mais ampla, mobilizando redes de apoio e pressionando o poder público para garantir direitos fundamentais. A força do relato reside na forma como as autoras articulam a urgência da ação humanitária com uma análise crítica das estruturas que perpetuam a exclusão social. Ao priorizar mulheres chefes de família e considerar interseccionalidades como raça, classe e gênero, o projeto não apenas respondeu a necessidades imediatas, mas também expôs as falhas de um sistema que marginaliza migrantes. Em síntese, o relato traz uma perspectiva prática e engajada para o debate, mostrando que a fome entre migrantes não é um problema isolado, mas, sim, um sintoma de desigualdades profundas.

POEMA

O poema ***Eu migrante***, de Rian Gonçalo, é uma obra reflexiva que aborda as complexidades da migração e suas interfaces com questões de identidade e de segurança alimentar. Através de uma narrativa pessoal e, ao mesmo tempo, coletiva, o autor explora o deslocamento físico e emocional do migrante, destacando a busca por dignidade, sustento e pertencimento. O poema evoca a figura do “duplo ausente” — não apenas o indivíduo que deixa sua terra, mas também a terra que se transforma na ausência dele —, ecoando as reflexões da migração como uma experiência de perda e fragmentação. O poeta contribui para a discussão sobre fome e migração com base em sua capacidade de humanizar dados e estatísticas, transformando-os em vivências palpáveis. A menção às mudanças climáticas e à escassez de recursos reforça a interdependência entre migração, insegurança alimentar e crises ambientais, temas urgentes no cenário global contemporâneo. Com sua sensibilidade, Rian Gonçalo convida o leitor a refletir sobre as dimensões subjetivas da fome e do deslocamento, lembrando-nos que, por trás de cada jornada migratória, há um coração que pulsa entre o “lá” e o “aqui”, entre o que foi deixado e o que ainda se espera encontrar.

CONTO

A força desta edição está justamente em sua pluralidade de abordagens, do rigor acadêmico dos artigos à potência sensível do conto **A Fome do Outro**, de Paulo Mortari A. C., que nos faz sentir na própria boca o gosto amargo da desigualdade. A narrativa é profundamente simbólica e expande o conceito de fome para além da necessidade fisiológica, explorando questões de identidade, empatia e desigualdade social. A história acompanha um homem privilegiado que, de forma inexplicável, passa a sentir o sabor e a saciedade — ou a ausência dela — das refeições de outra pessoa, enquanto sua própria alimentação se torna insípida. Movido por essa experiência intrigante, ele inicia uma busca obsessiva para descobrir quem é o “outro” com quem compartilha essa ligação invisível, criando um restaurante popular itinerante como forma de rastrear essa conexão. A trama apresenta a fome como um fenômeno paradoxal: enquanto o protagonista tem acesso irrestrito a pratos sofisticados, seu paladar é sequestrado pela realidade de alguém cuja alimentação é escassa e repetitiva. A metáfora da “fome do outro” evidencia a interdependência humana e a invisibilidade das privações alheias, questionando até que ponto a abundância de alguns pode coexistir com a carência de tantos. Por meio da narrativa, o autor constrói uma crítica sutil aos sistemas que perpetuam a desigualdade, especialmente no ambiente urbano, onde corpos marginalizados — como o do jovem hispânico no conto — são frequentemente ignorados. A jornada do restaurante ambulante pela cidade reflete a mobilidade compulsória de populações vulneráveis, cujas necessidades básicas são negligenciadas. Com uma abordagem literária singular, Paulo Mortari A. C. transforma a fome em um espelho das dinâmicas de poder e da falência coletiva em garantir dignidade alimentar. A força do conto reside na humanização da privação, levando o leitor a refletir: *quem realmente sacia a fome de quem? E a que custo?*

O dossiê nos propõe, ao menos, quatro chaves de leitura, veredas que podem nos levar a revisitar velhas questões sob novos prismas analíticos e a formular outras novas, seja de caráter metodológico, teórico e empírico.

Tanto em países ricos quanto em países pobres, mas com sobrepeso para as populações destes últimos, a fome e a insegurança alimentar – resultados de opções políticas e modelos de desenvolvimento econômico – empurram milhares de pessoas para a experiência aviltante da vida em um “espaço sem cidadãos” (pp. 59-66) ou de uma “cidadania mutilada” (pp. 31-46), para falar com Milton Santos (2007). Isto é, pessoas com experiências fragmentadas ou superficiais de acesso a direitos fundamentais, cuja negação ou fragmentação as colocam na condição de subordinadas ou à margem da cidadania. Esta pode ser uma vereda relevante de análise sugerida pelos textos.

Uma segunda trilha de reflexão sugerida diz respeito à necessidade epistemológica de interpelar a fome como um drama político, econômico e ético gerador de tensões e conflitos entre grupos sociais, como os “motins da fome”, estudados por Edward Palmer Thompson (1998) na Inglaterra do século XVIII; a grande fome, seguida de epidemias, mortes, migrações forçadas e convulsões políticas e sociais que sacudiram a Irlanda em meados do século XIX e que, ainda hoje, aterroriza a memória dos irlandeses, conforme a densa pesquisa de Christine Kinealy (1995); e as lutas sociais de movimentos populares nos campos e cidades brasileiras por acesso à terra, moradia e alimentação, estudadas por Sergio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão (2004), Luiz Norder e Diego Rodrigues (2007), João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes (2012), dentre outros. No que tange à epistemologia da fome, Josué de Castro ([1946] 2010) já realçava o caráter multidimensional da fome como um problema político e social. Cômico da complexidade do problema, o arguto pesquisador destacava a necessidade permanente de pesquisas específicas e interdisciplinares. Tais pesquisas poderiam iluminar práxis transformadoras, que superassem tabus, superstições e preconceitos alimentares.

Um terceiro caminho de análise sugere interpelar a fome como um fenômeno multidimensional que, compulsoriamente, imobiliza e mobiliza milhares de pessoas mundo afora. Isto ocorre, especialmente, em regiões de governanças unilaterais ou ditatoriais, mais compromissadas com os cânones do neoliberalismo: paradoxalmente, a defesa do máximo de intervenção do Estado em prol de poucos (que concentram propriedades e rendas), e a defesa do mínimo da ação do Estado – quando não a sua negação – em socorro dos muitos (que pouco têm e que dele mais precisam para acessar direitos e deveres no pacto de vida em sociedade).

Sem pretensão de esgotar as possibilidades de interpelação e de crítica, o dossiê “Fome e Migração” sugere uma quarta vereda não menos relevante que as anteriores, um fio condutor, que é o chamado à ação. As soluções existem, e muitas delas estão sendo construídas por aqueles que vivem na pele a intersecção entre fome e migração. Cabe a nós, como sociedade e como academia, escutar, amplificar e, sobretudo, agir, porque a fome não é um destino, é uma escolha da sociedade — e é nossa responsabilidade coletiva desfazê-la.

Que esta edição inspire não apenas reflexão, mas movimento. Afinal, como bem lembra um dos textos aqui presentes: **“Não há escassez de alimentos. Há privação”**. E é contra essa privação, em todas as suas formas, que seguimos lutando.

A presente edição da Travessia ainda traz alguns textos avulsos, como os respectivos artigos ***Realidad, rostros, desafíos y esperanzas de los migrantes y de la Pastoral de Movilidad Humana en Panamá***, de Jorge Ayala, Ligia Ruiz e Mario Geremia; e ***Sobre pedagogias humanitárias: pensando o português brasileiro como uma tecnologia de acolhida***, de Sebastião Lisboa de Andrade Rinaldi.

Luciana Sanguiné nos brinda com uma ***Entrevista com Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historiador do Museu Visconde de São Leopoldo: impactos das enchentes de 2024 e o bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul***.

O educador, pesquisador e contista Sebastião Rinaldi ainda nos presenteia com o conto ***Refúgio em si***.

Por fim, na verdade, no rosto desta edição, Sergio Ricciuto Conte, capista da Travessia, traz uma arte que abraça os textos brevemente apresentados. O artista propõe uma mirada sobre a fome não apenas como falta de alimentos ou como calamidade natural decorrente de secas e enchentes prolongadas ou de infestações de insetos, bactérias e fungos devastadores, como era ideia e prática correntes até o século XIX. Ricciuto ilustra a fome como a dificuldade de acesso ou o acesso insuficiente aos alimentos; como preconceito étnico, racial e geográfico. A arte apresenta um carrinho de supermercado abarrotado de alimentos fora do alcance de uma família que conduz outro carrinho, com poucos alimentos. Pode-se dizer que se trata de uma alegoria expressiva das injustiças sociais e da insuficiência de políticas de distribuição de renda e seguridade social, que, principalmente no Brasil, têm vínculos estreitos com questões de classe social, etnia, raça, gênero, desenvolvimento regional etc. Vale sempre ressaltar que a arte não encerra o debate. Na verdade, ela abre novos horizontes de imaginação e interpretação a partir das subjetividades e das realidades históricas de cada grupo social, de cada povo, de cada país e as suas formas políticas e culturais de produção e distribuição.

Cabe, agora, esmiuçar cada ideia e questão dos textos desta edição. Boa leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** – o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Brasiliense, [1946] 2010.
- KINEALY, Christine. **This Great Calamity: The Irish Famine 1845-52**. Dublin: Gill & Macmillan, 1995.
- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impacto dos assentamentos** – um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.

NORDER, Luiz; RODRIGUES, Diego. (Coords.). **Memória da luta pela reforma agrária no Brasil**. Brasília: MDA; Londrina: UEL, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

STÉDILE, João Pedro Stédile; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Presentation

Poliana T. da Fonseca
Paulo Mortari A. C.
Isabela F. Davies
José Carlos Pereira

Hunger is a symptom of failed structures, of denied rights, of lives marked by profound inequalities. When the phenomenon of hunger meets contemporary migratory flows, its manifestation can be particularly cruel, uprooting people from their territories and then chasing them across borders, denying them access even to the most basic right: the right to eat with dignity. In addition, this hunger is accompanied by other forms of hunger, such as the denial of the right to exercise citizenship in its civil, social and political dimensions. The current issue of *Revista Travessia* arises from a dual recognition that hunger, more than a consequence of migration, can be its central driver; and that migration, far from mitigating food insecurity, often reproduces it in new contexts, now compounded by xenophobia and precariousness not only in terms of work, but also regarding social conditions for a dignified life.

As a matter of fact, the intersections between hunger and migration are diverse and can permeate all aspects of the lives of migrants. Hunger, in this sense, is not limited to the lack of food. More than that, it constitutes a transversal phenomenon that affects health, education, housing, work, ways of living, and access to fundamental rights. In many cases, it takes on specific forms, such as malnutrition or the inability to access culturally appropriate foods, thereby becoming a public health issue.

Migrants' eating habits are often shaped by barriers involving religious, cultural, economic, environmental and political factors, revealing different aspects of what has been conventionally called "food insecurity". With this in mind, the "Hunger and Migration" dossier seeks to draw attention to the role of public policies in addressing at least some of these obstacles, highlighting the importance of studies that analyze data, indicators and strategies for monitoring and evaluating actions aimed at the migrant population. This includes malnutrition prevention programs, as well as critical assessments of municipal food security plans, with their positive effects, but also their limitations and mistakes.

Environmental issues constitute another fundamental area to be taken into consideration, highlighting how climate change, soil degradation, natural disasters and large-scale projects — such as hydroelectric dams and infrastructure initiatives — directly impact production and access to food. These factors are often linked to inequalities and social injustices, acting as triggers for forced displacement.

There is also an urgent need to reflect on the relationship between hunger and precarious work. In such contexts, food deprivation becomes a factor that makes migrants particularly vulnerable to recruitment and often serves as a tool of exploitation in places where conditions analogous to contemporary forms of slavery are reproduced.

We are mindful that this dossier does not exhaust all the possibilities of analysis on the subject — and that indeed is not the intention. Our purpose is, rather, to contribute to expanding and deepening critical, plural studies and reflections committed to food and social justice, pointing out paths for the development of policies, practices and research that recognize the centrality of decent food in migrants' challenging and complex experiences.

The contributions gathered in this dossier form a mosaic of voices that allow us to have a broader understanding of how hunger can affect migratory experiences. The “Hunger and Migration” dossier is structured into sections that encompass academic articles, interviews, reports and literary texts, presented as follows.

PAPERS

Laís Meneguello Bressan and Juliana Viéguas Gomes, in *Comida (que se) extraña: notas sobre a produção de insegurança alimentar na fronteira norte do Brasil* (***Comida (que se) extraña: notes on the production of food insecurity in the Northern border of Brazil***), investigate the complex reality of food insecurity faced by Venezuelan migrants on the northern border of Brazil, based on field research carried out between 2019 and 2020. The study examines the level of food security of Venezuelans in different housing conditions, comparing their findings with recent reports and articles that highlight failures in the assistance provided by the “*Operação Acolhida*” (Operation Welcome). The analysis reveals that, despite humanitarian aid, significant challenges persist related to the nutritional quality, variety, and access to food. Additionally, migrants face barriers exacerbated by xenophobia and labor exploitation, placing them in a cycle of vulnerability that contradicts the fundamental principles of welcoming. The study highlights the irony of the system: Venezuelans fleeing hunger are often directed to precarious jobs in Brazil's agribusiness sector, where they remain

exposed to food insecurity and socio-economic instability. The authors argue that the “migratory crisis” narrative serves political and economic interests while obscuring the autonomy of migrants and the need for structural and integrated solutions. The article concludes with a call for a revision of migration policies, emphasizing the urgency of approaches that respect the dignity and agency of migrants, while criticizing the instrumentalization of humanitarian aid for exploitative purposes. The final reflection provocatively asks: who does the crisis narrative truly serve?

In the article *Globalização, transnacionalismo e identidade cultural: experiências alimentares de Au Pairs brasileiras no exterior* (**Globalization, transnationalism, and cultural identity: food experiences of Brazilian Au Pairs abroad**), Carmen Macedo investigates the experience of migrants who join the Au Pair Program, a phenomenon still underexplored in academic literature. The author adopts an approach that intertwines labor relations, gender dynamics, and identity negotiations, offering a critical analysis of the challenges faced especially by young migrant women in transnational contexts. The research underlines how seemingly everyday aspects, such as food, reflect broader dynamics of power, belonging, and adaptation in the context of migration. Although cultural exchange is promoted as an enriching opportunity, Macedo demonstrates that the relationships established in this scenario are often marked by hierarchies and tensions, especially with regard to food. Furthermore, the presence of Brazilian products and restaurants abroad emerges as a crucial factor in maintaining cultural ties and reaffirming the identity of the migrants.

In *Assistência alimentar a requerentes de asilo e refugiados em situação prolongada: o caso do centro de Maratane/Moçambique (2001-2021)* (**Food assistance for asylum seekers and refugees in protracted situations: the case of the Maratane Center/Mozambique (2001-2021)**), Maria Josefina Consolo examines two decades of food assistance in the Maratane refugee center in Mozambique, offering insights into how this policy has evolved (or deteriorated) over time. The historical approach allows for the identification of patterns, structural changes, and long-term impacts on the lives of refugees. The research shows that food insecurity is a determining factor in refugee mobility. It also demonstrates that the lack of effective assistance policies can lead to the search for alternative survival strategies, including secondary migration to other regions or countries. Reductions or cuts in food assistance not only affect the nutritional well-being of refugees but also generate significant social impacts, such as increased crime, protests, and instability in reception centers. The study documents how refugees develop alternative strategies to cope with food shortages, such as informal trade, agriculture, and, in some cases, illicit activities. These strategies reveal the resilience

of refugees and, above all, expose the urgent need for public policies that integrate them in a more effective way. By exposing the shortcomings of food assistance in Maratane, the author raises questions about the sustainability of refugee support programs in Mozambique and other African countries. The comparison with similar situations in Uganda, Kenya, and Chad amplifies the relevance of the study, suggesting that food insecurity is a structural problem in refugee camps across the region. Maria Josefina Consolo's research contributes to a broader debate on the responsibility of states and international organizations in managing food security in refugee contexts.

In *Explorando interações complexas: os impactos do sistema alimentar no meio ambiente, no ecossistema e a saúde humana/Exploration des interactions complexes : les impacts du système alimentaire sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine* (**Exploring complex interactions: the impacts of the food system on the environment, ecosystem and human health**), Ayawovi Djidjogbe Fanho and Leonardo Xavier da Silva examine the impacts of the global food production system on the environment, ecosystems and human health, highlighting their direct relationship with hunger crises and migration. The study shows that the current model of food production and distribution is one of the main drivers of environmental degradation, which also increases the vulnerability of marginalized communities, intensifying forced displacement. At the same time, the contemporary food model aggravates public health problems, promoting the so-called "double nutritional burden", in which malnutrition and obesity coexist, affecting billions of people. The study emphasizes the urgency of a structural transformation in food production systems, proposing sustainable policies and interventions that integrate production, distribution and consumption in an equitable manner and adapted to local contexts. Innovation and inclusive policies are presented as essential paths to reduce inequalities and promote food security – crucial factors in mitigating crises that result in forced migration.

INTERVIEWS

We also have a powerful report of the situation of Indigenous people in the Paraguayan Chaco. *Agua, comida, tierra y movilidad: la situación de los pueblos indígenas en el Chaco paraguayo* (**Water, food, land, and mobility: the situation of indigenous peoples in the Paraguayan Chaco**) is an interview conducted by Paulo Mortari A. C. with Lidia Ruiz Cuevas, coordinator of the NGO Tierraviva. The conversation presents a critical and necessary analysis of the multiple crises faced by Indigenous peoples in the Paraguayan Chaco, exploring food insecurity, forced displacement, and labor exploitation in

an interconnected manner. From Lidia Ruiz Cuevas' perspective, the text reveals how the expansion of agribusiness, land concentration, and the historical marginalization of Indigenous communities perpetuate a cycle of vulnerability that deepens hunger and migration. The loss of ancestral territories, combined with the impacts of climate change, restricts access to traditional food sources such as hunting, fishing, and farming, forcing many families to seek refuge in urban areas or to submit to precarious work on ranches, where they often face working conditions akin to slavery. Lidia criticizes the development model adopted in Paraguay, which favors the economic interests of large rural producers and Mennonite communities to the detriment of Indigenous rights. Poorly planned infrastructure projects, such as an aqueduct that never worked, and the impunity surrounding environmental and labor crimes underscore the state's negligence. However, the interview is not limited to denunciation; it also highlights resistance initiatives led by the communities themselves, such as beekeeping and community water management, which strengthen Indigenous autonomy and demonstrate that sustainable solutions must be culturally adapted and led by those who live this reality. The relevance of the interview lies in denaturalizing hunger, presenting it, on the one hand, as a consequence of a long process of expropriation and exclusion and, on the other hand, as an outcome of the advance of large-scale agribusiness, as paradoxical as it might seem. In addition, the dialogue broadens the debate on forced migration, linking it not only to poverty, but also to the destruction of traditional ways of life and the struggle for Indigenous self-determination.

On the front lines of resistance, we find a powerful, guiding light: the community gardens that reframe the right to food and the collective kitchens of the 9 de Julho Occupation in São Paulo. The interview *Cozinha comunitária e moradia social em São Paulo: a experiência da cozinha da Ocupação 9 de Julho (Community kitchen and social housing in São Paulo: the experience of the 9 de Julho Occupation kitchen)*, given to Isabela Davies by Carmen Silva, leader of the *Movimento Sem Teto do Centro* – MSTC (Homeless Movement of the Center), exposes the urban contradictions of a metropolis marked by spatial segregation, social inequality, and food insecurity. These problems are aggravated by the rising cost of living and the precariousness of public policies, which fail to guarantee basic rights such as housing and food. In Carmen Silva's words, the community kitchen emerges not only as a place to eat, but as a center of resistance, collective organization, and the strengthening of social bonds. The initiative goes beyond charity, promoting what the movement leader calls "food sovereignty" through sustainable practices such as urban gardens, direct purchases from small producers, and local income generation. At the same time, the occupation of abandoned buildings in the city center

challenges the exclusionary logic of the real estate market, proposing an alternative model of social housing integrated with food security and sustainability. The interview also highlights the limitations of these initiatives in the context of structural inequality. Carmen Silva emphasizes the need for more robust municipal public policies and the continuous mobilization of civil society to ensure effective change. Her life trajectory illustrates the barriers faced by migrants and peripheral populations who come to the city in search of better living conditions but are met with invisibility and exclusion. The experience of the 9 de Julho Occupation is a valuable contribution to the debate on hunger and migration, demonstrating how local and community-based solutions can challenge the exclusionary dynamics of large cities. At the same time, the interview reinforces the urgency of integrated public policies that ensure fundamental rights and address the roots of social inequality. More than just inspiring, the experience shared by Carmen Silva calls for a critical reflection on the role of the state and society in building fairer and more humane and ecologically sustainable cities.

In *“Não se trata de escassez, mas de privação de alimentos”*: *a fome como elemento estrutural e outras considerações* (***“It’s not about scarcity, it’s about food deprivation”: hunger as a structural element and other considerations***), we share an interview with Professor José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, conducted by Alfredo José Gonçalves (Father Alfredinho) and Isabela F. Davies, and organized by Paulo Mortari A. C, and Poliana T. da Fonseca. Professor Ribeiro Junior addresses hunger as a structural phenomenon, demystifying simplistic narratives that associate it only with food scarcity. The central debate revolves around the critique of the term food insecurity, seen as a euphemism that softens the severity of the problem. According to Professor Ribeiro Junior, it is essential to call the issue what it truly is: hunger — a term that carries the necessary political and social urgency to confront it. The interview highlights the paradox of countries like Brazil, one of the world’s largest food producers, still coexisting with hunger. This paradox is produced by the capitalist logic, which prioritizes the exchange value over the use value of food, transforming it into a commodity rather than a right. The text also problematizes the inadequacy of public policies, such as the standardized distribution of food baskets, which ignores the cultural specificities of migrants. Hunger, as it is said, is not homogeneous: its forms and impacts vary according to the history, geography, and food traditions of each social group. Professor José Raimundo acknowledges the importance of public policies but warns us about their limitations. He advocates for structural reforms, such as agrarian and urban reforms, and emphasizes the need to contest the state budget to ensure that the fight against hunger is effective. His synthesis is clear and forceful: “There is no

food scarcity; what exists is deprivation,” a direct consequence of prevailing social and economic relations. By framing hunger as a structural rather than a conjunctural problem, the interview invites readers to reflect on the deep roots of inequality and the urgency of radical transformations.

REPORTS

Presented by Beatriz Gomes Cornachin, *A relação entre emigração e alimentação em Cuba* (***The relationship between emigration and food in Cuba***) is the result of a recent stay in Cuba as part of her doctoral research. Through this report, the author offers a valuable contribution to the debate on food security in crisis contexts, linking migration, economy, and food culture. Focusing on the province of Guantánamo, the study is based on direct observation and interviews with rural and urban sites residents, revealing how emigration has become a central factor in accessing food in Cuba. The author demonstrates that local families with members abroad, especially in the United States, experience greater food security, benefiting from cash remittances or food packages sent by emigrants. These resources increase access to basic and processed products and sustain small informal trade networks on Cuban territory. One of the most intriguing aspects of the report is the analysis of cultural narratives associated with food. The apparent weight gain of emigrants, for instance, is widely perceived as a sign of prosperity and well-being, regardless of the nutritional quality of the diet. The study also highlights the limitations of the Cuban food supply system, such as delays and failures in the distribution of the *canasta básica* (basic food basket) and the price disparity between state and private markets. The author provides a critical analysis of the impact of the economic blockade imposed on Cuba by the United States for decades and the dependence on food imports on Cuban food sovereignty.

In *Segurança alimentar e saúde em comunidades periféricas: fortalecendo vínculos na entrega de cestas básicas para migrantes durante a pandemia de Covid-19* (***Food security and health in peripheral communities: strengthening bonds during the distribution of food baskets to migrants during the Covid-19 pandemic***), Alexandra Cristina Gomes de Almeida and Erika Andrea Butikofer report on the experiences of the *Coletivo Conviva Diferente* (Conviva Diferente Collective) in Guaianases, a neighborhood located on the outskirts of São Paulo East Zone. The text exposes the challenges faced by Haitian, Bolivian, Venezuelan, and various African migrant communities who, in addition to the inherent difficulties of the migration process, saw their living conditions deteriorate due to unemployment, lack of access to

public policies, and food insecurity during the Covid-19 pandemic, which was officially recognized in Brazil in March 2020. The *Coletivo's* initiative, which began with the distribution of food baskets and hygiene kits, quickly evolved into a broader political action, mobilizing support networks and pressuring public authorities to ensure fundamental rights. The strength of this account lies in the way the authors connect the urgency of humanitarian action with a critical analysis of the structures that perpetuate social exclusion. By prioritizing women heads of households and considering intersecting factors such as race, class, and gender, the project not only responded to immediate needs but also exposed the flaws of a system that marginalizes migrants. In short, this report brings a practical and engaged perspective on the debate, demonstrating that hunger among migrants is not an isolated issue but a symptom of deeper inequalities.

POETRY

The poem *Eu migrante (Migrant self)* by Rian Gonçalo is a reflective work that delves into the complexities of migration and its connections with identity and food security issues. Through a personal and collective narrative, the author explores the physical and emotional displacement of migrants, highlighting the search for dignity, sustenance, and belonging. The poem evokes the figure of the “double absent” — not only the individual who leaves their homeland but also the land that is transformed in their absence —, echoing reflections on migration as an experience of loss and fragmentation. The poet contributes to the discussion on hunger and migration by humanizing data and statistics, transforming them into tangible experiences. The mention of climate change and resource scarcity reinforces the interdependence between migration, food insecurity, and environmental crises, urgent issues in the contemporary global scenario. With sensitivity, Rian Gonçalo invites the reader to reflect on the subjective dimensions of hunger and displacement, reminding us that behind every migratory journey, there is a heart that beats between the “there” and the “here”, between what was left behind and what is still hoped to be found.

SHORT STORY

The strength of the current issue lies precisely in its plurality of approaches, ranging from the academic rigor of the articles to the sensitive potency of the short story *A fome do outro (The Hunger of the Other)*, by Paulo Mortari A. C., which makes us taste the bitter flavor of inequality in our own mouths.

The narrative is deeply symbolic, expanding the concept of hunger beyond physiological need and exploring issues of identity, empathy, and social inequality. The story follows a privileged man who, inexplicably, begins to taste the flavors and fullness — or lack thereof — of someone else’s meals, while his own food becomes tasteless. Driven by this intriguing experience, he embarks on an obsessive quest to discover who the “other” is with whom he shares this invisible connection, creating a popular restaurant as a way to trace this link. The plot presents hunger as a paradoxical phenomenon: while the protagonist has unrestricted access to sophisticated dishes, his palate is hijacked by the reality of someone whose diet is scarce and monotonous. The metaphor of the “hunger of the other” highlights human interdependence and the invisibility of other people’s privations, questioning the extent to which the abundance of some can coexist with the lack of so many. Through the narrative, the author builds critiques of the systems that perpetuate inequality, especially in the urban environment, where marginalized bodies — like that of the young Hispanic man in the story — are often overlooked. The journey of the traveling restaurant through the city reflects the forced mobility of vulnerable populations, whose basic needs are neglected. With a unique literary approach, Paulo Mortari A. C. transforms hunger into a mirror of power dynamics and the collective failure to ensure food dignity. The strength of the story lies in the humanization of deprivation, leading the reader to reflect: who is truly satisfying whose hunger — and at what cost?

The “Hunger and Migration” dossier offers us at least four keys to reading, paths that can lead us to revisit old topics from new analytical perspectives, as well as to formulate new approaches, be them of an empirical, methodological or theoretical nature.

In both rich and poor countries, but especially regarding the populations of the latter, hunger and food insecurity — which results from political choices and economic development models — push thousands of people into the degrading experience of living in a “space without citizens” (pp. 59-66) or of a “mutilated citizenship” (pp. 31-46), using Milton Santos (2007) as a reference. That is, people with fragmented or superficial experiences of access to fundamental rights, whose denial or fragmentation places them in a subordinate condition or on the margins of citizenship. This may be a relevant path of analysis pointed out by the texts.

A second suggested line of reflection concerns the epistemological need to question hunger as a political, economic and ethical drama that generates tensions and conflicts between social groups, such as the “hunger riots” studied by Edward Palmer Thompson (1998) in 18th-century England; the great famine followed by epidemics, deaths, forced migrations and political

and social upheavals that shook Ireland in the mid-19th century and that, even today, haunts the memory of the Irish, according to Christine Kinealy's (1995) extensive research; and the social struggles of popular movements in the Brazilian countryside and cities for access to land, housing and food, studied by Sergio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira and Rosângela Cintrão (2004), Luiz Norder and Diego Rodrigues (2007), João Pedro Stédile and Bernardo Mançano Fernandes (2012), among others. As far as the epistemology of hunger is concerned, Josué de Castro ([1946] 2010) decades ago underlined the multidimensional nature of hunger as a political and social problem. Mindful of the complexity of the problem, the astute researcher highlighted the everlasting need for specific and interdisciplinary research. Such research could shed light on transformative practices that would overcome taboos, superstitions and food prejudices.

A third path of analysis suggests considering hunger as a multidimensional phenomenon that compulsorily immobilizes and mobilizes thousands of people worldwide. This occurs especially in regions with unilateral or dictatorial governance, more committed to the canons of neoliberalism: paradoxically, the defense of maximum State intervention in favor of the few (who concentrate properties and income), and the defense of minimum State action – if not its denial – in aid of the many (who have little and who need it most to access rights and duties in the pact of life in society).

With no intention to exhaust the possibilities for questioning and critique, the “Hunger and Migration” dossier lays out a fourth path that is no less relevant than the previous ones, a guiding thread, which is the call to action. Solutions exist, and many of them are being built by those who experience firsthand the intersection between hunger and migration. It is up to us, as a society and as academia, to listen, amplify and, above all, act, because hunger is not a destiny; it is a choice made by society — and it is our collective responsibility to undo it.

May this dossier inspire not only reflection, but also movement. After all, as one of the texts here reminds us: “**There is no food scarcity. There is deprivation**”. And it is against this deprivation, in all its forms, that we continue to fight.

This issue of *Travessia* also includes some separate texts, such as the articles *Realidad, rostros, desafíos y esperanzas de los migrantes y de la Pastoral de Movilidad Humana en Panamá* (**Reality, faces, challenges and hopes of migrants and the Pastoral of Human Mobility in Panama**), by Jorge Ayala, Ligia Ruiz and Mario Geremia; and *Sobre pedagogias humanitárias: pensando o português brasileiro como uma tecnologia de acolhida* (**On humanitarian pedagogies: thinking of Brazilian Portuguese as a welcoming technology**), by Sebastião Lisboa de Andrade Rinaldi.

Luciana Sanguiné presents us with an *Entrevista com Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historiador do Museu Visconde de São Leopoldo: impactos das enchentes de 2024 e o bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul* (**Interview with Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historian at the Visconde de São Leopoldo Museum: impacts of the 2024 floods and the German immigration bicentennial in Rio Grande do Sul**).

Educator, researcher and short story writer Sebastião Rinaldi also provides us with the short story *Refúgio em si* (**Refuge in oneself**).

Finally, in fact, on the cover of this issue, Sergio Ricciuto Conte, Travessia's illustrator, brings a piece of art that embraces the texts briefly presented. The artist invites us to look at hunger not only in terms of food shortage or as a natural calamity resulting from prolonged droughts and floods or from infestations of insects, bacteria and devastating fungi, a common idea until the 19th century. Ricciuto portrays hunger as the insufficient access to food; as ethnic, racial and geographic prejudice. The artwork shows a shopping cart full of food beyond the reach of a family pushing another cart, with little food. It can be said that this is an expressive allegory of social injustices and the lack of income distribution and social security policies, which, especially in Brazil, are closely linked to issues of social class, ethnicity, race, gender, regional development, etc. It is always worth emphasizing that art does not end the debate. In fact, it opens up new horizons of imagination and interpretation based on the subjectivities and historical realities of each social group, each people, each country and their political and cultural forms of production and distribution.

It is now time to examine each idea and contribution in the texts of this edition. Enjoy your reading!

BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** – o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Brasiliense, [1946] 2010.

KINEALY, Christine. **This Great Calamity: The Irish Famine 1845-52**. Dublin: Gill & Macmillan, 1995.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impacto dos assentamentos** – um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: NEAD; São Paulo: UNESP, 2004.

NORDER, Luiz; RODRIGUES, Diego. (Coords.). **Memória da luta pela reforma agrária no Brasil**. Brasília: MDA; Londrina: UEL, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente** – a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

***Comida (que se) extraña* - notas sobre a produção de insegurança alimentar na fronteira norte do Brasil**

Comida (que se) extraña: notes on the production of food insecurity in the Northern border of Brazil

*Laís Meneguello Bressan**
*Juliana Viégas Gomes***

1 INTRODUÇÃO

O fluxo de nacionais da Venezuela para o Brasil é o maior dentre todas as migrações internacionais deste século ao país. Entradas diárias de pessoas seguem ocorrendo de forma perene, em maior ou menor intensidade, a depender do período, desde que as primeiras pessoas começaram a cruzar a fronteira norte do Brasil em 2015, em busca de comida e segurança.

Esta reflexão busca trazer profundidade às narrativas de segurança e insegurança alimentar apresentadas pelos diferentes atores envolvidos no gerenciamento da chamada *crise humanitária* em solo brasileiro. Afinal, tais narrativas vêm, há quase 10 anos, sendo mobilizadas por diferentes atores, levando-nos a refletir sobre a quem de fato elas servem. A necessidade de assistência imediata a venezuelanos e pessoas migrantes de modo geral é inquestionável. Porém, é tanto possível quanto necessário que tratemos a questão migratória para além da narrativa reducionista de crise migratória, reproduzida por representantes de diferentes instâncias governamentais e de agências internacionais – e que, como veremos, serve o propósito de produzir sujeitos vulneráveis e dependentes da tutela humanitária que condiciona suas rotas.

* Doutoranda em Antropologia pelo Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID) - Genebra, Suíça. Mestra em Antropologia pela mesma instituição e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos, Brasil.

** Mestranda em Antropologia e Sociologia do Desenvolvimento do Institute des Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID - Genebra).

Levando-se em conta que o Brasil raramente é o destino de primeira escolha de pessoas migrantes, mas o destino de mais fácil e econômico acesso, é comum que nacionais da Venezuela cheguem em território brasileiro em condições de extrema vulnerabilidade e com recursos limitados – grande parte dos quais são utilizados durante o próprio trajeto para o país.

O intenso fluxo migratório estabeleceu rotas inseguras, com inúmeros relatos de pessoas que foram roubadas ou extorquidas por diferentes grupos ao longo da jornada. Soma-se a isso o fato de, chegando ao Brasil, os venezuelanos passarem a ser vítimas de xenofobia por parte, inclusive, de governantes. Em 2018, a então governadora de Roraima, Suely Campos, entrou com uma Ação Civil Originária (ACO 3121) no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando fechamento temporário da fronteira e requisitando que a União assumisse o controle sanitário e policial da entrada dos venezuelanos e custeasse os gastos com o aumento de demandas por serviço público. Àquela altura, o governo de Roraima alegava que sua demanda pelo fechamento da fronteira pautava-se, para além da preocupação com os gastos públicos, em elementos como o risco de “possíveis epidemias” e o “aumento da criminalidade”.

Tais demandas levaram à institucionalização de um modelo de recepção e assistência operacionalizado pelo governo brasileiro, que funciona através da militarização de programas pautados no humanitarismo, como a Operação Acolhida. A referida operação é coordenada pelo Exército brasileiro, que atua a partir do tripé “ordenar a fronteira, abrigar e interiorizar os imigrantes” (MAGNO DE OLIVEIRA, 2022, p. 93) – e um aspecto importante da logística deste programa são as parcerias e acordos com agências internacionais, sociedade civil e organizações religiosas, responsáveis pela gestão dos abrigos, bem como pela prestação de diferentes serviços de apoio e assistência aos migrantes.

Essa estrutura, que não abarca toda a demanda por abrigo, oferece também serviços de documentação, assistência médica, alimentação e higiene¹, o que produz cenários que, ao mesmo tempo, apoiam-se nesses serviços e transbordam para outras áreas das cidades e para cidades vizinhas, como no caso das moradias coletivas em prédios ocupados e das pessoas em situação de rua, que também utilizam esses serviços.

Diante do cenário desta prolongada situação de emergência, este artigo apresenta um mergulho na questão da qualidade da alimentação a que tem acesso a população venezuelana, tanto a que reside na Região Norte do Brasil quanto a que transita por lá. Aprofundar esta reflexão abre espaço para ensaiarmos maneiras social, econômica e ambientalmente mais sustentáveis de se abordar um fenômeno enquadrado pela lógica humanitário-emergencial de gestão da mobilidade humana, no Brasil e no mundo.

2 METODOLOGIA

No primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020, fomos contratadas por uma organização internacional do terceiro setor para produzir dados que contribuiriam para o aprimoramento de suas ações na fronteira norte do Brasil com a Venezuela. O objetivo do contratante era criar estratégias mais eficazes de assistência alimentar para a população venezuelana que, fugindo da escassez e da instabilidade, cruzava a fronteira em busca de condições mais dignas de vida.

Nos dois momentos, a organização solicitou que produzíssemos um diagnóstico que avaliasse o grau de segurança alimentar de venezuelanos que haviam cruzado a fronteira norte com o Brasil, apresentando dados desagregados por raça – indígenas ou crioulos (termo êmico para venezuelanos não indígenas); e local de moradia no Brasil, subdivididos nas categorias: casa (alugada ou de favor), abrigo, ocupação e rua.

As coletas de dados ocorreram ao longo de 45 dias e foram conduzidas por meio de uma abordagem metodológica híbrida, incluindo entrevistas do tipo *survey* e em profundidade, observação participante, mapeamento e análise detalhada do acesso e da qualidade da alimentação nos diferentes locais de moradia investigados. Os estudos abarcaram as cidades de Pacaraima e Boa Vista, em Roraima; Belém, no Pará; e Manaus, no Amazonas.

Este trabalho apresenta reflexões construídas a partir dos dados coletados nos dois momentos, comparados com relatos atuais do mesmo contexto, como os encontrados no artigo *Comida estragada, desnutrição e calor: denúncias nos abrigos da Operação Acolhida* (CUSTÓDIO, 2024) de julho de 2024, parte de uma série de reportagens investigativas da Agência Pública apresentadas sob o título *Segredos da Operação Acolhida* (Agência Pública, 2024); ou no artigo *Empresa é acusada de tirar itens básicos de refeições de migrantes e diz que denúncia é mentirosa*, veiculada pela Folha BV em abril de 2024.

A partir deste exercício, concluímos que os dados coletados em 2019 e 2020, bem como as reflexões construídas a partir deles, seguem mais pertinentes do que gostaríamos, a despeito da passagem dos anos, o que nos leva, ao fim deste texto, a refletir sobre a pergunta: a quem serve a narrativa de crise migratória?

3 A CRISE DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Antes da crise econômica e política que desencadeou a atual diáspora da população venezuelana, a Venezuela costumava ser um polo de atração de migrantes internacionais, sem forte tradição de emigração. O agravamento

da situação econômica do país, causado por uma complexa trama de disputas que se seguiram à morte de Hugo Chávez em 2013, levou milhões de venezuelanos a buscar alternativas para seguirem suas vidas.

O intenso fluxo migratório que se seguiu levou a Venezuela a se tornar o quarto país com mais cidadãos solicitando refúgio em 2017 (R4V, 2024). Segundo a R4V (*Response for Venezuelans*), plataforma regional de coordenação interinstitucional que informa os esforços regionais por uma resposta coordenada a este fluxo migratório, em junho de 2024, havia 369.826 venezuelanos reconhecidos como refugiados desde 2018 e mais 1.318.912 com solicitações de asilo pendentes (*ibid.*). No Brasil, de 2017 a 2024, o número de refugiados venezuelanos superou o de refugiados sírios, e tornou-se a maior população de refugiados do país.

Para o presente relato, é importante frisar que o movimento de venezuelanos ao exterior está intrinsecamente relacionado à sua busca por segurança alimentar. Diferentes entrevistados para a pesquisa que deu origem a este relato descreveram o fato de, na Venezuela, precisarem trabalhar por todo o mês para ter o suficiente para comprar comida para uma semana, enquanto no Brasil, ao menos, “*qualquer pequena quantia de dinheiro arrecadada nas ruas é o suficiente para se comprar um pouco de comida*” (Mulher de 32 anos, Boa Vista, Ocupação da Antiga Secretária de Educação, fevereiro de 2020, *tradução nossa*).

A escassez, produzida pela soma de sanções e disputas políticas, levou à inflação, à pobreza e à fome. O que, então, restou a essas pessoas senão buscar na migração a garantia do direito à alimentação adequada – um direito humano básico, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

A falta de alimentos inicia um ciclo de vulnerabilidade social, exposição a doenças e perda de dignidade humana. Na busca por condições menos degradantes, muitas pessoas veem a migração como uma possibilidade para suprir as necessidades imediatas de sua família. Vejamos o depoimento, abaixo.

Vendi minha casa e o dinheiro que recebi foi suficiente para vir e trazer minha esposa e meus filhos. É isso. (...) Agora consegui trazer minha mãe e minhas irmãs mais novas porque minha mãe precisava de assistência médica contínua e minhas irmãs estavam começando a apresentar sinais de desnutrição na Venezuela. (Homem de 26 anos, Boa Vista, Ocupação Totozão, fevereiro de 2020, *tradução nossa*).

Nesse contexto, a emigração venezuelana tem sido considerada, portanto, um movimento de migração forçada, uma vez que aqueles que

se deslocam fogem de uma situação que não garante/respeita seus direitos humanos fundamentais. Em outro relato, uma mulher entrevistada descreve os contornos da terrível condição alimentar e social em que vivia na Venezuela.

Íamos de manhã cedo aos mercados próximos para entrar na fila para comprar o que quer que eles tivessem naquele dia. Nem sabíamos o que ou se conseguiríamos alguma coisa (Mulher de 38 anos, Boa Vista, Ocupação Criança Feliz, fevereiro de 2020, tradução nossa).

A insegurança acompanha os migrantes ao longo de suas jornadas: pessoas perdem tudo para milícias, assaltantes, guardas nacionais que se aproveitam do estado de vulnerabilidade dos viajantes que muitas vezes chegam famintos, doentes, sujos, exaustos – algo que pudemos testemunhar na fronteira.

Os venezuelanos chegam ao Brasil sentindo-se degradados e carregados de tristeza, sobretudo pelos familiares que ficaram na Venezuela, que, por diversas razões, não puderam acompanhá-los. Logo que chegam, muitos têm a intenção de não se afastar da fronteira para ficarem próximos destes familiares e poder enviar-lhes alimentos.

No que tange à chegada destas pessoas ao Brasil, buscamos também, através deste trabalho, apontar para a importância da mudança nas lentes exclusivamente humanitárias, importadas de e operacionalizadas por países do Norte – por meio das agências internacionais que operam a partir de uma mentalidade colonial – através das quais enxergamos estas pessoas, agora detentoras de direitos no Brasil. A mudança paradigmática, consequentemente, estimularia o combate aos imaginários xenófobos que impedem as pessoas migrantes de contribuírem de forma segura e digna com a sociedade nas quais estão inseridas.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE VENEZUELANOS RECÉM-CHEGADOS AO BRASIL

A seguir, listamos os principais achados do conjunto de dados coletados entre 2019 e 2020. Os dados apresentam a situação socioeconômica dos entrevistados, bem como panorama das condições de insegurança alimentar vivenciadas por eles desde sua chegada no Brasil, e as estratégias de sobrevivência adotadas por essa população em diferentes contextos de vulnerabilidade:

Tamanho da amostra, 2019: 285 respondentes;

Tamanho da amostra, 2020: 470 respondentes;

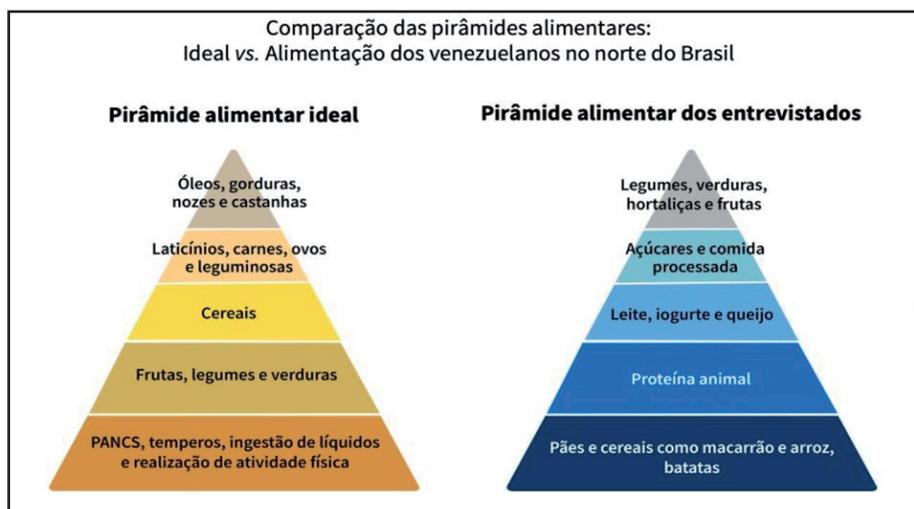
1. 63,8% das respondentes foram mulheres acompanhadas de família no Brasil; a maioria se declarou parda; gastaram quase tudo o que tinham na viagem; o Brasil foi a opção mais fácil/barata;
2. Tempo médio no Brasil: 1 ano.
3. 40% dos entrevistados estavam no Brasil enquanto migrante transfronteiriço, 26% tinham o status de refugiado e 21% eram solicitantes de refúgio. 13% dos entrevistados não souberam responder a esta pergunta.
4. 67% dos entrevistados estavam desempregados no Brasil, vivendo de assistência humanitária e da ajuda de civis;
5. Na Venezuela, 86% das pessoas em idade economicamente ativa estavam empregadas antes de emigrar para o Brasil;
6. Pessoas que viviam em abrigos não chegavam a um nível crítico de fome, pois havia a garantia de todas as refeições naqueles espaços. Entretanto, a variedade, a qualidade e as necessidades especiais as levam a continuar buscando outras formas de adquirir comida.
7. Famílias que vivem em casas alugadas continuam em situação precária, pois grande parte da renda é comprometida com o pagamento de aluguel e contas básicas, dificultando a compra de alimentos. Não é raro estas pessoas recorrerem a espaços onde há distribuição de alimentos.
8. Venezuelanos em situação de rua dependem de doações e da distribuição de refeições em espaços públicos, mas a quantidade de alimentos distribuída nem sempre é suficiente para atender a demanda. Estratégias de sobrevivência incluem a busca por trabalhos informais, venda de materiais recicláveis e pedidos de auxílio em instituições de apoio.
9. Embora a maioria das pessoas afirme não ter acesso suficiente à comida atualmente, elas raramente vivenciaram uma situação de falta de comida no Brasil, uma vez que existem diferentes estratégias às quais recorrem nessas situações: pedir ajuda nas ruas ou em instituições, procurar um emprego de meio período, vender latas de metal para reciclagem etc. O acesso a produtos de higiene, entretanto, foi um ponto de maior atenção, já que a comida é prioridade e não há uma distribuição consistente desses produtos.

Durante a aplicação do *survey*, aprofundamos nossos conhecimentos acerca da qualidade nutricional, da distribuição e dos aspectos culturais e emocionais do consumo de diferentes alimentos nas pessoas de origem venezuelana recém-chegadas ao Brasil.

Nos abrigos, três refeições são garantidas diariamente. Porém, elas são pouco diversas, compostas por itens repetitivos, ultraprocessados – sobretudo no caso de sucos e bebidas lácteas para crianças – e, conseqüentemente, de baixo valor nutricional e afetivo. Nas ocupações e nas ruas, onde a logística de distribuição de alimentos é ainda mais precária e limitada, a falta de regularidade, condições materiais e higiênicas, bem como a baixa qualidade nutricional dos alimentos disponíveis, comprometem severamente a segurança alimentar, deixando essas populações em situação de extrema vulnerabilidade.

Durante a análise dos dados coletados, a partir das perguntas “O que você mais come diariamente?” e “O que as crianças da sua família mais comem diariamente?”, construímos a pirâmide alimentar desta população, a fim de compará-la com a pirâmide alimentar ideal, sugerida por nutricionistas (PHILIPPI, 2015), exercício que nos revelou um importante desequilíbrio, como se vê na Figura 1:

Figura 1 – Comparação das pirâmides alimentares: Ideal vs. Alimentação dos venezuelanos no norte do Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir da sistematização dos dados de pesquisa survey, 2020.

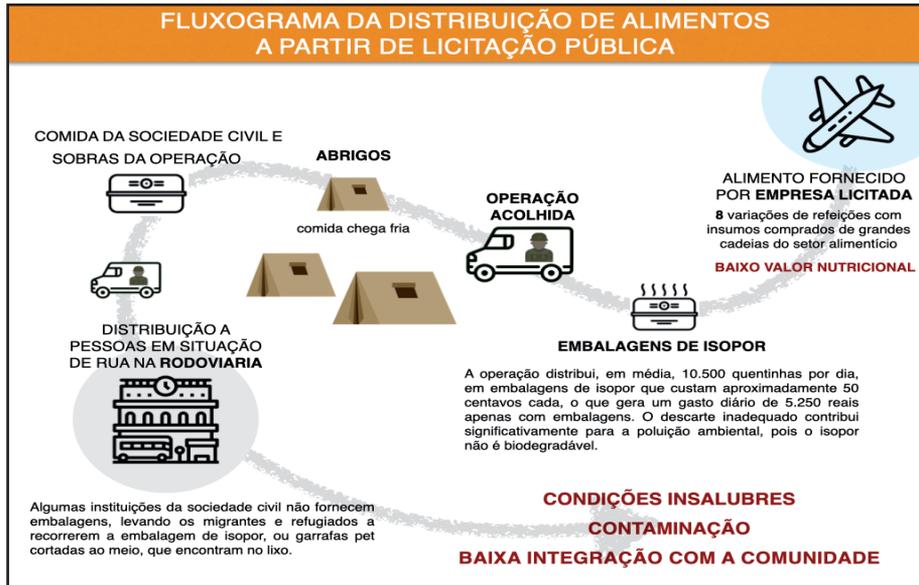
A distribuição de alimentos aos abrigos se dá por meio de contratos milionários e processos licitatórios² recheados de disputas e controvérsias – vindo frequentemente à tona denúncias e acusações com relação a estes contratos (LUCKEZIE, 2024a; LUCKEZIE, 2024b). Temos, por exemplo, o caso de uma das últimas empresas a ganhar esta licitação para a distribuição de alimentos. A empresa vencedora era “investigada por servir comida de má qualidade em presídios do Ceará” (LUCKEZIE, 2024b).

Abaixo, consta a descrição deste contexto que elaboramos em 2020, a partir de observação participante e de entrevistas com representantes da Operação Acolhida e com venezuelanos usuários destes serviços:

Os menus são alterados diariamente, sempre dentro de 8 opções que, em um ano, um indivíduo comerá 92 vezes aproximadamente. Tais opções, que pouco diferem entre si, são tipicamente compostas por arroz, feijão, salada (comumente indisponível, apesar de constar no cardápio), uma verdura (comumente indisponível, apesar de constar no cardápio) e uma proteína animal. Por terem sido acordadas em contrato, as opções de alimentos não podem ser significativamente alteradas, apenas minimamente ajustadas desde que dentro do conjunto de ingredientes anteriormente aprovados, como mostram (...) duas notas manuscritas [a que tivemos acesso] de substituições de carne vermelha por frango, conforme demanda dos habitantes do abrigo indígena Janokoida³ em Pacaraima. Os alimentos distribuídos aos abrigos pela [EMPRESA CONTRATADA] são servidos em recipientes individuais de isopor, preparados na sede da empresa. Dentro dos abrigos, a distribuição é feita pelo Exército Nacional. Em Boa Vista, o Exército Nacional também coleta diariamente as sobras de alimentos dos abrigos, para serem distribuídas na rodoviária ao final do dia. Em Pacaraima, o alimento excedente é doado a uma organização local que alimenta animais de rua.

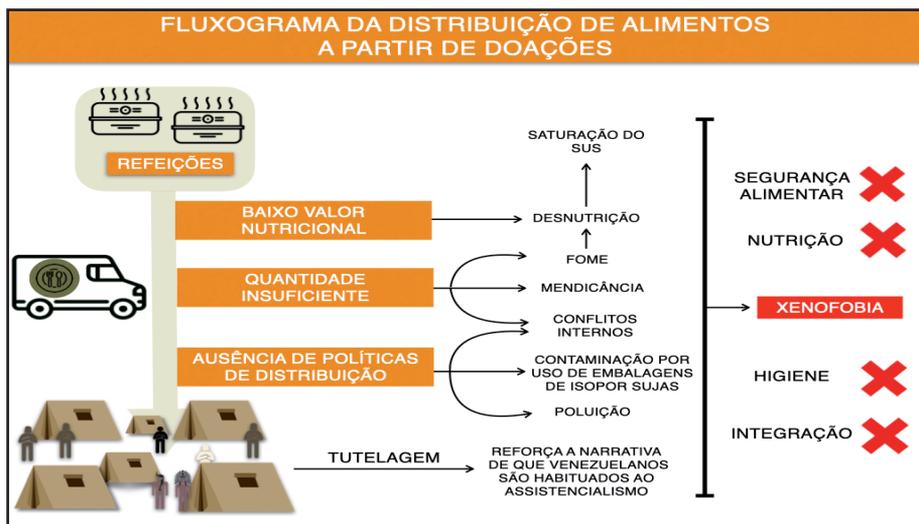
Após compreendermos a forma como os alimentos são comprados e distribuídos, a partir de observação participante e de relatos coletados nos espaços em que as distribuições ocorrem, desenhamos os fluxogramas abaixo (Figuras 2 e 3):

Figura 2 - Caso A - Fluxograma da distribuição de alimentos a partir de licitação pública



Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas e do acompanhamento da distribuição de alimentos nos abrigos, conduzida pelo exército nacional, 2020.

Figura 3 - Caso B - Fluxograma da distribuição de alimentos a partir de doações



Fonte: Elaboração própria a partir da observação da distribuição de alimentos na Ocupação Ka'Ubanoko⁴, 2020

Nos dois casos, identificamos na distribuição um importante gargalo. No caso A, as sobras dos alimentos dos abrigos eram levadas para posterior distribuição na Rodoviária. Esta segunda distribuição, no entanto, era majoritariamente feita sem a disponibilização de embalagens individuais, ficando a cargo das pessoas levarem seus recipientes para receber o alimento. Muitos relatos – de representantes do Exército e de nacionais da Venezuela – apontaram para o fato de as pessoas levarem embalagens mal higienizadas, contaminadas (muitas vezes coletadas dos lixos acumulados das próprias quentinhas distribuídas nos abrigos), que desencadearam diferentes ondas de intoxicação alimentar e consequente saturação do sistema público de saúde local⁵.

No caso B, presenciamos a dinâmica de tensão que se forma por conta da insuficiência de alimentos em termos quantitativos. No exemplo ilustrado da Ocupação Ka’ubanoko, pudemos testemunhar o processo de formação de enormes filas horas antes de a distribuição de alimentos ser iniciada. Além disso, reunimos relatos sobre a forma como os moradores buscavam se auto-organizar para que grupos diferentes acessassem diferentes refeições. “Duas horas antes da distribuição do café da manhã começar, a fila do almoço já começa a se formar aqui ao lado”, apontou um venezuelano que também descreveu a dificuldade de se ficar, diariamente, por horas em uma fila exposta ao sol quente e ao calor extremo para se garantir um prato de comida.

Outro importante gargalo que identificamos foi a questão da alimentação infantil. Crianças na primeira infância apresentam dificuldade com a alimentação repetitiva, exclusivamente baseada em arroz, feijão e proteína animal – sobretudo quando consideramos ser linguiça calabresa, naquele momento, a proteína mais comum das quentinhas oferecidas pelos abrigos. Várias famílias apontaram para a ausência de alternativas mais adequadas para crianças, especialmente porque as bebidas ultraprocessadas ofertadas continham um alto teor de açúcar, não sendo apropriadas para o consumo diário infantil. Respondentes que tinham crianças na primeira infância sob sua responsabilidade apontaram para um desejo de se receber leite puro, aveia e milho para cozinhar e ofertar mingau às crianças no café da manhã, por exemplo. Indicaram também procurarem caminhos paralelos para se aumentar a qualidade da alimentação infantil – pedindo ajuda nas ruas, buscando diárias de trabalho de diversas naturezas (limpeza, cuidado, jardinagem etc.), vendendo latas, doces, cigarros, café nas ruas. Tudo para “garantir o leite para as crianças”.

Para crianças maiores, a pouca variedade de refeições oferecidas nos abrigos também surgiu como um problema. Diversos relatos abordaram o fato de crianças terem, em algum momento, parado de comer as refeições disponibilizadas por terem passado mal após consumi-las. As mães afirmaram que gostariam que as crianças pudessem receber leite e frutas em maior quantidade e variedade, já que sinais de desnutrição infantil⁶ pareciam ocorrer com frequência⁷.

Naquele momento, compreendemos que enquanto existia uma melhora quantitativa na segurança alimentar desta população, uma vez que esses indivíduos não estavam morrendo de fome, a falta de diversificação de ingredientes era um problema real para aqueles que dependiam regularmente daquela provisão regular de alimentos. Muitos respondentes declararam que, embora muito gratos ao país, não conseguiam mais se sentir satisfeitos com a comida a que tinham acesso. Diziam que se sentiam saturados com as opções e a falta de sabor da comida, ao ponto de, por vezes, começarem a pular/espaaçar refeições.

Ainda sobre os itens alimentares recebidos na Operação, a população venezuelana, sobretudo indígena, apontou para a falta de costume do consumo diário de carne vermelha, especialmente a suína. Os abrigados em Boa Vista e Pacaraima recebiam/recebem proteína animal cozida (sobretudo carne vermelha) em todas as quentinhas; enquanto em alguns abrigos de Manaus e Belém, os abrigados (de maioria indígena) recebiam proteína animal enlatada. Ademais, vários entrevistados mencionaram sentir muita falta dos temperos usados na Venezuela, bem como de algum tipo de caldo para “dar vida”/“atribuir alma” à comida. A segura das refeições prontas foi recorrentemente descrita como um dos principais fatores que as tornavam intragáveis a longo prazo. Várias pessoas disseram que gostariam de ter acesso a sopas, ensopados, guisados/cozidos e afins.

Nos abrigos ou nas ruas, questionados em campo aberto sobre os tipos de alimentos consumidos regularmente, enquanto muitos simplesmente respondiam “comida do abrigo” ou “comida da rodoviária”, outros respondiam elementos populares da culinária venezuelana/latino-americana como arepas, tamales, ou comida caldosa, referindo-se ao passado de que tanto sentiam falta.

As respostas “salsicha” e “macarrão” foram também muito recorrentes, produtos que, segundo os donos de mercados frequentados por venezuelanos, a quem também entrevistamos nas três cidades, eram os itens mais comprados por eles – “É o que dá para comprar com o dinheiro que conseguem com seus trabalhos informais ou pedindo nas ruas”. Para mitigar o cansaço com a alimentação disponibilizada nos espaços da Operação Acolhida, venezuelanos buscavam diversificar a ingestão de alimentos quando possível, através do consumo de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional a que seus recursos permitiam acesso, recursos esses adquiridos por meio da execução de diárias de trabalho ou da coleta – termo utilizado pelos venezuelanos para descrever a mendicância. A história de um venezuelano de 40 anos que vivia em um abrigo em Manaus elucidava essa dinâmica:

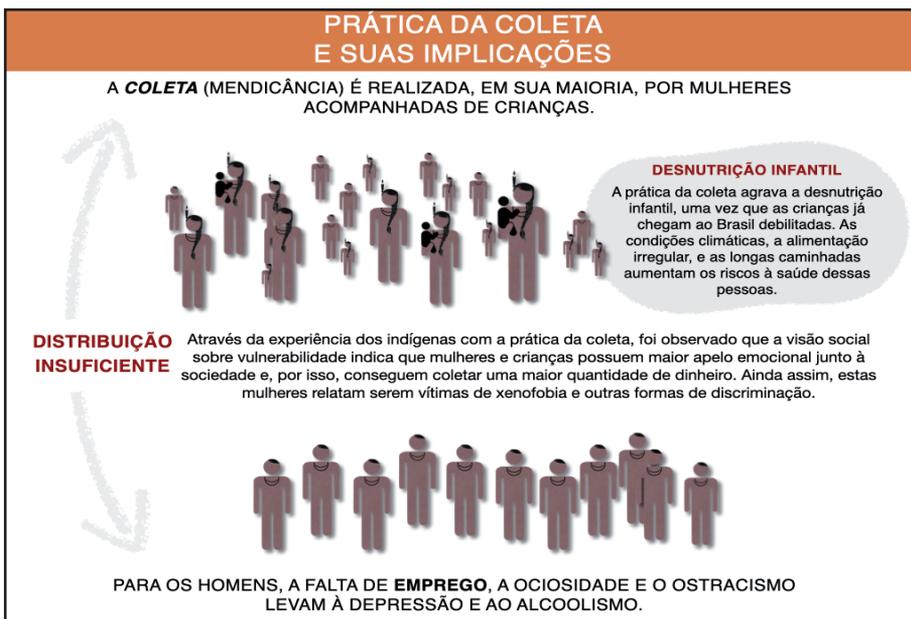
O entrevistado disse andar 20 km por dia, em média, em busca de diárias de trabalho. O abrigo fica longe do centro da cidade e é preciso andar muito para poder chegar a um ponto da cidade com menor concentração de

venezuelanos também em busca desse tipo de arranjo de trabalho. Desde que chegou ao Brasil, afirmou ter feito três cursos diferentes oferecidos por instituições diferentes, mas nenhum deles levou a uma oportunidade real de emprego. No momento da entrevista, ele disse haver suspenso as buscas por um tempo – acreditava ser extremamente desmoralizante –, mas estava novamente voltando à busca já que o aniversário do filho se aproximava e ele gostaria de poder comprar um bolo para ele. Na Venezuela, foi servidor público por 20 anos.

Existe, portanto, um denominador comum entre as pessoas em diferentes situações de moradia: diante de um pico de escassez de alimentos – em quantidade ou qualidade –, as pessoas vão às ruas praticar a mendicância para que, ao menos, a próxima refeição seja variada ou de melhor qualidade. A quantidade de pessoas venezuelanas pedindo ajuda nas ruas dava às cidades uma sensação de saturação que estimulava ainda mais o ciclo de xenofobia a que estas pessoas eram diariamente expostas, com quase nada sendo feito para mudar aquele paradigma para uma abordagem integrativa e mais coesa.

Na Figura 4, temos a representação gráfica construída a partir da observação participante e de entrevistas com trabalhadores e abrigados na casa de acolhida da Funpapa⁸ destinada ao acolhimento de venezuelanos indígenas⁹:

Figura 4 – Prática da coleta e suas implicações



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Neste contexto, entendemos que uma análise completa acerca da segurança alimentar de um grupo deve levar em consideração 1) seus hábitos alimentares; 2) os sentimentos que eles evocam; e 3) suas necessidades especiais. Por exemplo, os venezuelanos não estão acostumados à ingestão diária de arroz e feijão, que são a base da dieta brasileira. Tanto indígenas quanto crioulos apontaram para o fato de sentirem frequentes desconfortos por terem dificuldade de digerir as grandes quantidades dessa combinação, diariamente ofertadas nas refeições no Brasil. Tal dificuldade perpassa também a questão do preparo em larga escala, sem os cuidados necessários para uma melhor digestão da leguminosa. Uma liderança indígena em Belém, por exemplo, apontou para o grande valor que teria, para a comunidade, um curso básico de culinária que ensinasse as melhores práticas para cozinhar os alimentos de maior disponibilidade no território brasileiro.

Observamos também que a maneira como falar sobre comida despertou emoções nos entrevistados. Eles frequentemente mencionaram que suas famílias passavam fome na Venezuela. Muitos estavam desesperados em busca de meios para enviar alimentos aos parentes que ficaram em seu país. Ouvimos relatos chocantes de idosos que ficaram para trás e se alimentavam de restos do lixo e obtinham água do esgoto. A percepção individual acerca da segurança alimentar dos entrevistados, portanto, se estendeu também aos membros da família que não migraram com eles.

E, apesar de todos os desafios até aqui narrados, não foram incomuns as narrativas de gratidão ao Brasil pela garantia de comida todos os dias, algo que não acontecia em seu país de origem. Ao cruzarmos as respostas para a pergunta “Você gosta da comida a que tem acesso?” com o tempo de permanência no Brasil, notamos que esta última informação influenciou diretamente nas respostas: pessoas com menos tempo no Brasil tendiam a ser gratos e serem menos críticos à comida oferecida pela Operação, destacando o acesso diário a alimentos como um grande progresso. Já pessoas que estavam há mais tempo no Brasil apontavam com mais veemência o cansaço com a falta de variedade, a má qualidade, a falta de opções saudáveis.

No questionário por nós aplicado em 2020, também utilizamos um bloco de perguntas que intitulamos *Escala de fome* a fim de mensurar a percepção dos entrevistados com relação à sua segurança alimentar:

ESCALA DE FOME

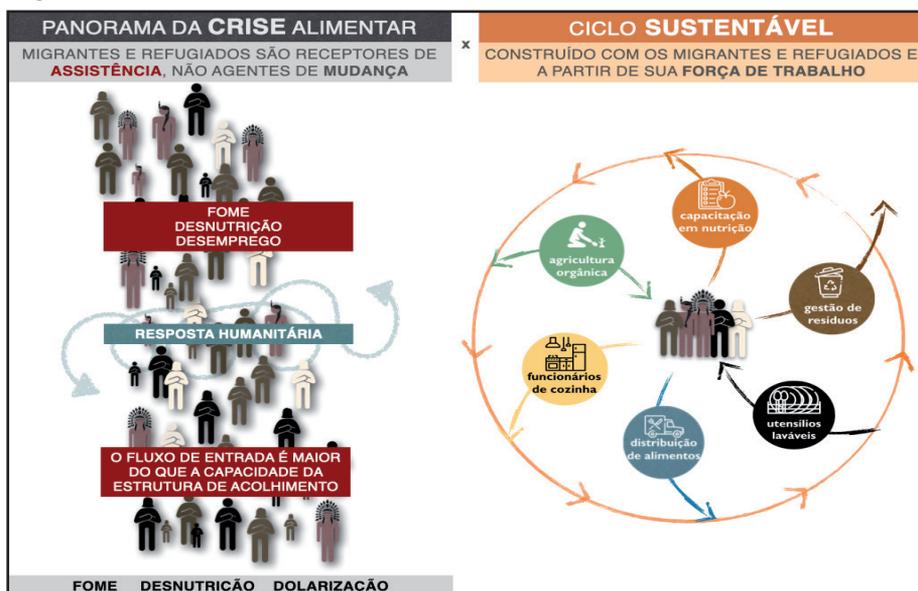
- Durante o mês passado você e sua família tiveram falta de qualquer tipo de alimento por não ter recursos para consegui-lo?

- Você sente que atualmente a sua família tem se alimentado o suficiente?
- As crianças da sua família desde que chegaram ao Brasil: ganharam peso; não houve alteração; perderam peso;
- A alimentação das crianças da sua família desde que chegaram ao Brasil: permanece igual; melhorou; piorou;
- Como você obtém dinheiro para comprar alimentos?

Através deste recurso, pudemos entender que, naquele momento, apesar de as pessoas não estarem em uma situação extrema de fome, elas sentiam fome com muita frequência, muito embora 42% dos respondentes com crianças indicaram que elas ganharam peso no Brasil, e 81% indicaram ter melhorado a alimentação das crianças no país. Portanto, fica claro que a percepção acerca da segurança alimentar individual transborda a ideia de ingestão calórica. Mesmo as pessoas que tinham 3 refeições diárias garantidas percebiam não ter comida suficiente, uma vez que as necessidades particulares de cada núcleo familiar eram raramente supridas. Desta forma, não foi possível afirmarmos que segurança alimentar era uma realidade no contexto da operação de emergência no Brasil.

Pudemos, entretanto, vislumbrar outros caminhos possíveis a partir das entrevistas e observações nas casas de acolhida que visitamos em Manaus/AM e Belém/PA, que eram vinculadas à Operação Acolhida, porém coordenadas pelos governos locais. No abrigo do Coroadó, em Manaus/AM, por exemplo, os venezuelanos abrigados eram os próprios encarregados da cozinha, em um esquema de revezamento em que foi possível notar significativas mudanças no modo de preparo das refeições. Diversas pessoas com quem conversamos no abrigo, que já haviam passado pelos abrigos de Roraima antes de chegar a Manaus, reforçaram como suas escolhas alimentares e nutricionais são melhores quando eles estão no centro do processo, atuando como protagonistas na produção, compra, preparo e distribuição dos alimentos. A Figura 5 busca ilustrar a proposta de um ciclo integrativo, em que os venezuelanos seriam agentes de tal processo.

Figura 5 - Panorama da crise alimentar***



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Ao concluirmos o diagnóstico encomendado, a principal recomendação foi a implementação de intervenções que devolvessem aos migrantes parte de sua autonomia. Garantir, ainda que temporariamente, a segurança alimentar dessa população vai além do suprimento calórico e nutricional, sendo esta segurança um elemento fundamental para a recuperação da dignidade dessa população. Permitir que possam fazer escolhas alimentares com mais dignidade impactaria diretamente em sua qualidade de vida e sua integração na sociedade brasileira.

Aqui, buscamos apresentar uma visão panorâmica das diversas camadas trazidas à tona quando nos propusemos a conduzir uma investigação acerca da segurança alimentar de nacionais da Venezuela no norte do Brasil, inseridos em um contexto de produção de crise, que apresenta a tutela humanitária como único caminho possível para gestão e controle de indivíduos.

Por compreendermos que uma análise desse contexto deve necessariamente considerar a intersecção de questões de raça/etnia, gênero, geração, cultura, questões socioeconômicas e (geo)políticas, optamos por finalizar este relato convidando as pessoas, instituições políticas e sociais, bem como movimentos populares a lançarem um novo olhar à chamada crise migratória no Brasil.

*** Acompanhando o sentido anti-horário das setas, as etapas do ciclo sustentável são: capacitação em nutrição; agricultura orgânica; funcionários de cozinha; distribuição de alimentos; utensílios laváveis; e gestão de resíduos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as pesquisas de campo acerca do acesso a suprimentos alimentares, estado nutricional e qualidade dos serviços alimentares/nutricionais direcionados à população de migrantes e refugiados venezuelanos em Boa Vista/RR, Manaus/AM e Belém/PA, identificamos diversos desafios enfrentados por essa população, que se encontrava em diferentes condições materiais e estágios migratórios. Em todas as configurações analisadas, a busca pela segurança alimentar, individual e coletiva/familiar, emergiu como um denominador comum, envolvendo tanto aqueles que permanecem no Brasil quanto seus familiares na Venezuela.

Com o auxílio de trabalhos da antropologia dos sistemas alimentares, que conecta perspectivas históricas e etnográficas às questões sociais contemporâneas para compreender processos materiais e simbólicos por trás do acesso a alimentos, podemos, a partir deste artigo, nos questionarmos sobre quem se serve da narrativa de crise migratória.

A começar pelo principal fator que impulsiona o deslocamento de nacionais da Venezuela mundo afora: a fome. Em *Food and Globalization*, Lynne Philips (2006) aponta para a forma como um olhar para a comida refletirá desigualdades estruturais, uma vez que o sistema alimentar global é marcado por desigualdades no acesso e na distribuição de recursos, afetando desproporcionalmente comunidades no chamado Sul Global. As teses defendidas no texto interligam aspectos sociais, culturais e econômicos, oferecendo uma visão crítica sobre como a comida opera como uma lente para compreender os efeitos da globalização no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, no caso venezuelano, a narrativa de crise é forjada na produção da escassez alimentar, visto que tanto a imigração é impulsionada pela falta de abastecimento e pela perda do poder de compra dos venezuelanos¹⁰, quanto a sobrevivência desta população no Brasil é pautada na busca por acesso a alimentos de melhor qualidade.

Constatamos que indivíduos em diferentes condições de moradia – casas alugadas, abrigos, ocupações ou situação de rua – enfrentam privações básicas e sobrevivem em condições degradantes e que há um denominador comum entre eles: diante da escassez, seja na quantidade ou na qualidade dos alimentos, recorrem à mendicância como estratégia de sobrevivência, recurso recorrentemente utilizado para se garantir a próxima refeição. Este fenômeno era especialmente visível em Boa Vista, onde a concentração de venezuelanos nas ruas reforçava a percepção de saturação e intensificava ciclos de xenofobia.

Em seu trabalho intitulado *Gastro-Politics in Hindu South Asia* (1981), Arjun Appadurai nos convida a considerar o acesso à comida para além de seu valor nutricional, focando em sua compreensão a partir das relações

de poder intrincadas em trocas culturais no mundo globalizado. Nesse sentido, a soberania alimentar, bem como sua ausência, evidencia contextos sociopolíticos mais amplos, desigualdades e disputas pelo direito de definir os próprios modos de produção e consumo.

Por outro lado, o autor também destaca o fato de a comida poder servir como um marcador de pertencimento, que pode tanto unir quanto dividir comunidades, algo que se fez evidente quando alguns venezuelanos referenciavam comidas típicas de sua cultura como elementos de sua alimentação rotineira no Brasil, evocando um desejo de acessar sua identidade a partir da comida.

Finalmente, tanto Appadurai (1981) quanto Philips (2006) refletem sobre como a comida pode representar uma forma de resistência. Este ponto se torna bastante relevante quando consideramos o desejo inicial de muitos migrantes de permanecer na região da fronteira, com a expectativa de facilitar o envio de alimentos em espécie às suas famílias, uma vez que a inflação e a desvalorização do Bolívar Venezuelano (VEB) naquele momento tornavam inviável o envio de remessas financeiras, fazendo da comida o mais urgente recurso a ser compartilhado¹¹.

Nos estados que mais recebem essa população no Brasil, o ambiente saturado e hostil, marcado pela permanência prolongada em abrigos ou nas ruas, reforça a interiorização como única alternativa viável – a despeito do desejo de muitas dessas pessoas de permanecerem próximos à fronteira, próximos à sua casa e aos familiares que ficaram para trás. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM) informam que, entre abril de 2018 e agosto de 2024, 138.299 migrantes e refugiados venezuelanos foram enviados para 1.055 municípios brasileiros. Teoricamente, a estratégia possibilita que venezuelanos busquem novas cidades de acolhida através de processos de reunificação familiar, integração social ou vagas de emprego sinalizadas. Um olhar atento aos dados, contudo, revela que a vulnerabilidade dos venezuelanos tende a ser quase que exclusivamente absorvida por mercados específicos, onde sua força de trabalho é amplamente desejada – notadamente no agronegócio, setor paradoxalmente ligado à produção de alimentos¹².

Os estados que mais receberam migrantes desde 2018 foram Santa Catarina, com 30.758 pessoas (22,24%); Paraná, com 25.622 pessoas (18,53%); Rio Grande do Sul, com 21.518 pessoas (15,56%); São Paulo, com 14.708 pessoas (10,63%); e Mato Grosso do Sul, que acolheu 7.812 pessoas (5,65%), estados em que o agronegócio é central para a economia. Chapecó/SC, por exemplo, é a terceira cidade do país que mais recebe estas pessoas (5.764 venezuelanos até agosto de 2024).

O artigo *Migrações internacionais e trabalho: venezuelanos em áreas de agronegócio no Rio Grande do Sul* (SISO e PICOLOTTO, 2024) revela, precisamente, o papel da Operação Acolhida como vetor de interiorização. O estudo também evidencia como redes sociais migratórias, compostas por familiares e amigos previamente estabelecidos no país, facilitam o processo migratório e a integração inicial dos recém-chegados. Entretanto, mesmo com essas redes, os migrantes seguem enfrentando sérias dificuldades para acessar direitos trabalhistas, serviços sociais e assistência legal nesses contextos.

Com o passar dos anos, ficou ainda mais evidente o uso da força de trabalho venezuelana pelo agronegócio brasileiro, sobretudo a partir dos postos de triagem da Operação Acolhida. Mesmo que tal dinâmica ainda não estivesse amplamente evidente durante nossas pesquisas, identificamos textos e vídeos que mostram parcerias vigentes entre Operação Acolhida e agronegócio para inserção laboral de migrantes venezuelanos em plantas frigoríficas pelo país.

O canal oficial da Operação Acolhida no YouTube, por exemplo, celebra a atuação de empresas como a JBS no Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) dos Postos de Triagem (PTRIG), onde ocorre a triagem e o encaminhamento de migrantes venezuelanos para as fábricas. No vídeo intitulado *Vaga de Emprego Sinalizada (VES)* (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2022), uma profissional de recursos humanos da JBS explica como a empresa participa do processo de interiorização através da contratação de venezuelanos migrantes.

No vídeo, a recrutadora apresenta o *Projeto Acolher*, iniciativa da JBS criada em 2019 para integrar imigrantes venezuelanos ao mercado de trabalho no setor agroindustrial. Inicialmente atuando em unidades da empresa, o projeto expandiu suas atividades em 2021, quando a corporação passou a atuar diretamente nos PTRIG e no CCI, otimizando o recrutamento para suas plantas industriais. A JBS realiza contratações para suas principais divisões — Seara, Friboi, Couros e Novos Negócios — e inclui no processo seletivo pessoas com deficiência (PCDs)¹³.

A ironia que permeia a gestão migratória na fronteira norte do Brasil se revela ao observarmos como uma crise de segurança alimentar forçou milhares de venezuelanos a deixarem seu país em busca de sobrevivência e se transformou em um mecanismo que alimenta a necessidade constante de força de trabalho superexplorada em frigoríficos brasileiros. Imigrantes fugindo da fome na Venezuela acabam inseridos em sistemas que exploram sua vulnerabilidade, direcionados pela Operação Acolhida para plantas frigoríficas em todo o país¹⁴.

O programa de interiorização converte esses deslocados em força de trabalho barata e de fácil mobilização, e nesse ciclo paradoxal, aqueles que partiram em busca de alimentos, enquanto enfrentam condições precárias de vida, tornam-se peças essenciais em uma cadeia produtiva que alimenta o mundo.

Essa dinâmica evidencia a forma como narrativas de emergência e vulnerabilidade são instrumentalizadas para sustentar mercados globais. O percurso dos venezuelanos — do colapso alimentar em seu país ao trabalho precarizado nas cadeias produtivas brasileiras — não é fruto do acaso. É resultado de políticas que transformam sujeitos em recursos produtivos, desconsiderando suas histórias, direitos e autonomias.

Apesar de ancorada no discurso humanitário, a Operação Acolhida consolida um sistema em que a vulnerabilidade se transforma em mercadoria e alimenta dinâmicas globais de exploração e consumo. Perguntar “a quem serve a narrativa de crise migratória?” nos leva a compreender que o verdadeiro jogo ultrapassa a assistência humanitária — é a perpetuação de lógicas econômicas e políticas que, sob o disfarce do acolhimento, aprofundam desigualdades estruturais em escala global.

NOTAS

¹ O Projeto Orinoco: Águas que Atravessam Fronteiras, por exemplo, busca garantir o acesso à água, saneamento e higiene (WASH) para migrantes e refugiados venezuelanos em situação de rua nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima (Cáritas Brasileira, s.d.), através de chuveiros, torneiras e fontes de água potável.

² Em 2025, frente ao anúncio de cortes nas verbas por parte do governo americano e das agências internacionais que compõem a Operação Acolhida, o governo brasileiro declarou o compromisso das autoridades brasileiras “para reduzir os impactos da ausência das equipes da OIM na operação logística e na gestão de abrigos”, aumentando em 76% o valor da licitação para fornecimento de alimentação para imigrantes venezuelanos (PILLE, 2025).

³ “Desativado em 8 de novembro de 2024, depois de laudos da Defesa Civil de Roraima e da Secretaria de Infraestrutura indicarem alto risco de desmoronamento nas encostas próximas. A desativação ocorreu no contexto da Operação Acolhida”, que atualmente responde a uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelo Ministério Público Federal (MPF) demandando “reparação dos danos causados a 310 migrantes venezuelanos dos povos Warao e E’ñepá após a desativação do abrigo Janokoida, em Pacaraima” (RODRIGUES, 2025).

⁴ Forçadamente encerrada em 2021 pela Operação Acolhida, apesar da luta de seus ocupantes — que, de acordo com Montel (2021), foram realocados em barracas dentro de abrigos superlotados e sem estrutura — pelo direito à permanência.

⁵ Nos abrigos indígenas, as dificuldades eram ainda maiores, tanto quando olhamos para os dados de 2019 quanto para os de 2020. Em 2019, a distribuição de alimentos nos abrigos indígenas era feita de forma diferente: uma vez ao dia, famílias recebiam uma porção de alimentos crus – geralmente arroz e algum tipo de carne, pelas mãos do *Aidamo* de sua comunidade (termo da língua Warao que se refere a lideranças sociais e políticas). Todos os entrevistados indígenas disseram, naquele momento, ser insuficiente a quantidade de alimentos recebida, sendo a fome uma constante. Mulheres mais velhas produziam artesanato, mas as vendas eram extremamente lentas e insuficientes para complementar o suprimento das necessidades básicas. Além disso, o calor extremo e a falta de geladeiras faziam com que os alimentos estragassem com frequência. Após diversas reclamações, em 2020 as *quentinhas* da Operação Acolhida eram também distribuídas aos abrigos indígenas em Roraima – o que seguia deixando as pessoas muito insatisfeitas e pairava nas instituições uma narrativa de que nada estava bom para os indígenas. A partir de suas falas, entretanto, pudemos conhecer um grupo de pessoas que em um primeiro momento não tinha alimento ou condições de armazenamento suficientes, e em um segundo, pleiteavam pelo direito de comer alimentos mais próximos aos que estavam acostumados. Os adjetivos “seca”, “triste”, “de mentira” foram utilizados diversas vezes por pessoas indígenas para descrever as *quentinhas* que recebiam.

⁶ Embora em um diagnóstico completo sobre desnutrição infantil seja importante fazer uma avaliação antropométrica, que calcula o Índice de Massa Corpórea de indivíduos para comparação com os níveis ideais de sua idade, investigamos esta questão a partir da lista de sintomas da OMS indicativos de desnutrição – diarreia, fraqueza, vômito, problemas de visão, alterações no ciclo menstrual, desmaios, sangramento nas gengivas –, através das seguintes perguntas: “Desde que saiu da Venezuela, já teve algum destes sintomas?”; “Desde que saíram da Venezuela, seu(s) filho(s) já teve/tiveram algum destes sintomas?”. Os gráficos produzidos a partir dessas questões indicaram que, apesar de a situação de segurança alimentar de venezuelanos recém-chegados ao Brasil não estar em um estágio tão crítico como estava anteriormente na Venezuela, as pessoas estavam, ainda assim, apresentando sintomas de desnutrição.

⁷ Vimos que a vulnerabilidade se intensifica ainda mais quando se trata de pessoas com necessidades especiais, que frequentemente permanecem invisíveis naquele cenário já marcado por enormes desafios. Nossa pesquisa revelou a situação de diversas famílias que incluem crianças e idosos necessitando de cuidados especiais, imediatos ou permanentes. Como nos foi narrado, o colapso do sistema de saúde na Venezuela foi também determinante para que muitas famílias considerassem a migração como alternativa na busca por tratamento ou suporte. A realidade encontrada no norte do Brasil, entretanto, foi a de dificuldade de acesso.

⁸ Órgão municipal de Belém/PA encarregado do acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.

⁹ Em 2024, este abrigo foi alvo de fiscalização do Ministério Público Federal por condições indignas de moradia (D’ALMEIDA, 2024).

¹⁰ Produto de anos de sanções internacionais impostas ao seu país.

¹¹ A hiperinflação na Venezuela chegou a atingir 80.000%, dificultando muito o processo, amplamente analisado nos estudos migratórios, de envio de remessas para familiares. Segundo um entrevistado, em 2020, com 50 reais – valor que superava o que se recebia por uma diária de trabalho em Boa Vista –, uma pessoa na Venezuela conseguiria

comprar uma cartela de ovos e um quilo de arroz. Por isso, na fronteira de Pacaraima, muitos comércios vendiam cestas básicas embaladas para viagem, em diferentes faixas de preço, para que as pessoas pudessem enviar diretamente para a Venezuela, por meio de transportes contratados ali mesmo, no ato da compra.

¹² Cabe assinalar, ainda que de passagem, a relação entre as formas de organização da produção e distribuição de alimentos com a estrutura que modelou a sociedade colonial cujas sombras ainda aterrorizam as sociedades capitalistas modernas. Em *Doçura e Poder*, Sidney Mintz (1986) evidencia como uma análise histórica do açúcar revela relações de poder e dominação ao longo do tempo. Mintz analisa como a produção e distribuição da commodity estão diretamente ligadas a questões de classe, raça e estruturas coloniais, revelando desigualdades que ainda hoje vigoram na estrutura de diferentes cadeias de valor da economia global contemporânea.

¹³ Em 2021, a empresa interiorizou mais de 500 imigrantes venezuelanos diretamente da fronteira. A recrutadora destaca que os feedbacks recebidos têm sido amplamente positivos, classificando o projeto como um caso de sucesso (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2022).

¹⁴ Para uma análise aprofundada sobre a superexploração de trabalhadores migrantes na cadeia brasileira do agronegócio, ver Bressan (2021).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PÚBLICA. 2024. Segredos da Operação Acolhida. **Agência Pública**.

<<https://apublica.org/especial/segredos-da-operacao-acolhida/>>. (Acesso em 26 Dez. 2024).

d'ALMEIDA, Denilson. Indígenas Warao, refugiados da Venezuela, elaboram plano e listam problemas de acolhimento em Belém. **G1**, 09 Ago. 2024. <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/09/invisiveis-para-as-politicas-publicas-indigenas-warao-elaboram-documento-com-solucoes-para-problemas-enfrentados-em-belem.ghtml>>. (Acesso em 21 Fev. 2025).

APPADURAI, Arjun. Gastro-politics in Hindu South Asia. **American ethnologist**, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981.

BRASIL. Migração Venezuelana: janeiro de 2017 a dezembro de 2023. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Subcomitê Federal para Identificação e Triagem dos Imigrantes. **OBMigra**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-03/informe_migracao-venezuelana_jan2017-fev2024.pdf?utm_source=chatgpt.com>. (Acesso em 15 Jan. 2025).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Deslocamentos assistidos de venezuelanos**: relatório de agosto de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-09/informe_deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos_ago24.pdf[(https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2024-09/informe_deslocamentos-assistidos-de-venezuelanos_ago24.pdf)]>. (Acesso em 11 fev. 2025).

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação Acolhida** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>>. (Acesso em 26 dez. 2024).
- BRESSAN, Laís Meneguello. Sacred Commodity, Profane Labor – Reflections Regarding the Spiritual Legitimacy of Asylum Seekers Working for the Brazilian Halal Meat Industry. In: VILLALEVER, Ximena Alba; MIRANDA, Bruno (eds.). **Migrant Labor in Global Chains**. Freie Universität Berlin, 2021.
- CARITAS BRASILEIRA. Projeto Orinoco: Águas que atravessam fronteiras. **Caritas Brasileira**, 2025. <<https://caritas.org.br/projeto/6#:~:text=Desde%202019%2C%20o%20Projeto%2C%20com,na%20primeira%20fase%20de%20projeto>>. (Acesso em 19 fev. 2025).
- CAVALCANTE, Kendria. Entrada de venezuelanos no Brasil cresce 18% em um ano e chega 192 mil pessoas. **G1**, 27 fev. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/02/27/entrada-de-venezuelanos-no-brasil-cresce-18percent-em-um-ano-e-chega-192-mil-pessoas.ghtml>>. (Acesso em 15 Jan. 2025).
- CUSTÓDIO, Rafael. Comida estragada, desnutrição e calor: denúncias nos abrigos da Operação Acolhida. In: **Segredos da Operação Acolhida**. Agência Pública, 25 Jul. 2024. <<https://apublica.org/2024/07/comida-estragada-desnutricao-e-calor-denuncias-nos-abrigos-da-operacao-acolhida/>>. (Acesso em 26 Dez. 2024).
- FOLHA BV. Empresa é acusada de tirar itens básicos de refeições de migrantes e diz que denúncia é mentirosa. **Operação Acolhida, Folha BV**, 24 Abr. 2024. <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/empresa-e-acusada-de-tirar-itens-basicos-de-refeicoes-de-migrantes-e-diz-que-denuncia-e-mentirosa/>>. (Acesso em 10 Jan. 2025).
- LUCKEZIE, Lucas, a. Acolhida: Justiça suspende licitação milionária e pede explicações sobre irregularidades. **Operação Acolhida, Folha BV**, 18 Abr. 2024. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/acolhida-justica-suspende-licitacao-milionaria-e-pede-explicacoes-sobre-irregularidades/>>. (Acesso em 25 Fev. 2025).
- LUCKEZIE, Lucas, b. Acolhida: Empresa é acusada de reduzir ilegalmente custos para vencer contrato milionário. **Operação Acolhida, Folha BV**. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/acolhida-empresa-e-acusada-de-reduzir-ilegalmente-custos-para-vencer-contrato-milionario/>>. (Acesso em 25 Fev. 2025).
- MAGNO DE OLIVEIRA, Josemberg. Operação Acolhida: Uma análise à luz das teorias que versam sobre políticas públicas. In: de JESUS, Samuel. **Marco Civil: defesa e fronteiras - geopolítica sanitária, desenvolvimento humano, meio ambiente e militarismo**. Campo Grande: Ed. Oeste, 2022.

- MINTZ, Sidney W. **Sweetness and power: The place of sugar in modern history.** Penguin, 1986.
- MONTEL, Ana Lucia. Forças Armadas desalojam indígenas venezuelanos de comunidade Ka'Ubanoko. **Amazonia Real**, 22 Jan. 2021. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/forcas-armadas-desalojam-indigenas-venezuelanos-de-comunidade-kaubanoko/>>. (Acesso em 24 fev. 2025).
- OPERAÇÃO ACOLHIDA. Vaga de Emprego Sinalizada (VES) [vídeo]. YouTube, 21 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SgyPSKqITDY>>. (Acesso em 19 fev. 2025).
- PHILIPPI, Sonia Tucunduva. **Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da nutrição.** Editora Manole, 2008.
- PHILLIPS, Lynne. Food and Globalization. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, p. 37-57, 2006.
- PILLE, Letícia. Governo faz licitação de R\$ 180 milhões para acolher venezuelanos. **Metrópoles**, 03 Fev. 2025. Disponível em: <<https://www.metrosoles.com/colunas/fabio-serapiao/governo-faz-licitacao-de-r-180-milhoes-para-acolher-venezuelanos>>. (Acesso em 25 Fev. 2025).
- R4V. **Solicitudes pendientes de la condición de refugiado por país y Personas venezolanas reconocidas bajo la condición de refugiado**, junho de 2024. Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/solicitudes-refugiados>> (Acesso em 15 Jan. 2025).
- RODRIGUES, Caíque. Ação na Justiça acusa União de desabrigar migrantes indígenas ao fechar abrigo de forma repentina em Pacaraima. **G1**, 10 Jan. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/01/17/acao-na-justica-acusa-uniao-de-desabrigar-migrantes-indigenas-ao-fechar-abrigo-de-forma-repentina-em-pacaraima.ghtml>> . (Acesso em 7 Abr. 2025).
- SISO, Nayibel de los Angeles Garcia; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Migrações internacionais e trabalho: venezuelanos em áreas do agronegócio no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, e282983, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.282983>>. (Acesso em 19 fev. 2025.)

RESUMO

Este artigo analisa a produção de insegurança alimentar vivida por migrantes venezuelanos na região Norte do Brasil, à luz das práticas institucionais implementadas durante a chamada “crise humanitária” iniciada em 2015. A partir de dados empíricos coletados em 2019 e 2020 em Roraima, Amazonas e Pará, por meio de entrevistas, *surveys* e observação participante, o estudo evidencia as fragilidades do modelo de assistência baseado na tutela humanitária e operado majoritariamente pelas Forças Armadas e agências internacionais. Mesmo com o fornecimento de refeições diárias em abrigos, destacam-se a baixa qualidade nutricional, a repetição excessiva dos alimentos, o desrespeito às tradições culturais alimentares e a ausência de autonomia dos migrantes em suas escolhas alimentares. O artigo propõe uma reflexão crítica sobre a narrativa da “crise migratória”, apontando como ela serve a lógicas de controle e exploração da mão de obra migrante, sobretudo no setor do agronegócio brasileiro, e defende alternativas que promovam maior dignidade e protagonismo aos migrantes no acesso à alimentação.

Palavras-chave: migração forçada, insegurança alimentar, Operação Acolhida, Venezuela, políticas humanitárias, fronteira Brasil-Venezuela.

ABSTRACT

This article analyzes the production of food insecurity experienced by Venezuelan migrants in northern Brazil, in the context of the so-called “humanitarian crisis” that began in 2015. Based on empirical data collected in 2019 and 2020 in Roraima, Amazonas, and Pará—through interviews, surveys, and participant observation—the study reveals the limitations of the assistance model led by the Brazilian military and international agencies. While shelters provide three daily meals, the research highlights issues such as low nutritional quality, repetitive menus, cultural mismatches, and the lack of autonomy in food choices. The article critically examines the dominant narrative of a “migration crisis,” arguing that it serves mechanisms of control and labor exploitation, especially within Brazil’s agribusiness sector. It advocates for more dignified and participatory approaches that empower migrants in their access to food and integration into society.

Keywords: forced migration, food insecurity, Venezuela, humanitarian policies, Brazil-Venezuela border.

Globalização, transnacionalismo e identidade cultural: experiências alimentares de *Au Pairs* brasileiras no exterior

Globalization, Transnationalism and Cultural Identity: food experiences of Brazilian Au Pairs abroad

*Carmen Macedo**

1 INTRODUÇÃO

As transformações nas economias locais e globais têm sido marcos decisivos na definição da era da globalização, com destaque para a agenda neoliberal, que se reflete na intensificação da redução das políticas de proteção social e de áreas essenciais como saúde, educação e assistência social (ÉLDEN, ANVING, 2021). Esses processos envolvem a abertura de mercados, a expansão das empresas transnacionais e o rápido avanço das tecnologias de informação e comunicação, que facilitam a circulação ágil de dados, capital e pessoas.

Nesse processo de globalização, as migrações e mobilidades transnacionais resultaram em transformações culturais que contribuem para a afirmação ou o recrudescimento de identidades nacionais. Elas resultaram em transformações culturais e identidades culturais, por um lado, e, por outro, paradoxalmente, para a sua diluição; as práticas e hábitos alimentares podem alterar o cenário local de hábitos e padrões de consumo com o surgimento de restaurantes, mercados e culinárias nacionais. Além disso, a presença dos migrantes pode definir relações étnico-raciais, identidades culturais e representações nacionais em torno da comida e das pessoas (ROCHA, 2021).

* Doutoranda em Ciências Humanas no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Os processos de globalização não ocorrem de maneira homogênea, sendo atravessados por desigualdades tanto entre os países quanto dentro deles. Os países do Sul Global ingressaram na “lógica da globalização” em condições desiguais em comparação aos países do Norte, ocupando posições específicas na economia e na geopolítica mundial. Além disso, essas desigualdades internas nos países contribuem para que as experiências do processo de globalização se configurem de maneira estratificada.

Rocha, Rial e Hellebrandt (2013) observam que as análises sobre a alimentação em contextos migratórios precisam estar associadas aos efeitos da globalização do comércio transnacional. A distribuição de ingredientes regionais nos mercados transnacionais, as práticas alimentares dos imigrantes no novo território, a comida local e uma série de negociações com os nativos, a oferta de alimentos conhecidos e novos, as técnicas de preparo e os processos de adaptação fazem parte do cotidiano no estrangeiro. Além disso, não são apenas as mercadorias que circulam, mas as pessoas também passam a se locomover em busca de trabalho e melhores condições de vida.

No crescente cenário desigual e estratificado da globalização, os fluxos migratórios, tanto de curta quanto de longa duração, e a circulação de pessoas têm se expandido e se tornado mais complexos. Essa expansão é parcialmente evidenciada pelo relatório mundial de imigração da ONU (Organização das Nações Unidas) em 2024, com cerca de 281 milhões de migrantes no mundo, ultrapassando dados de migração internacional de pessoas em 2022, de cerca de 117 milhões na época.

A crescente complexidade dos fluxos migratórios reflete a diversidade de perfis, motivações e experiências das pessoas envolvidas nesse processo. Essa pluralidade se manifesta de diversas formas, como o aumento do número de países conectados às redes e círculos migratórios, a presença de diferentes grupos étnicos, culturais e nacionais, e o crescimento da migração feminina, que se dá sob diversas condições, como tradicionalmente chefes de família e cônjuges, solteiras, estudantes (REDONDO, MACEDO, PICANÇO, 2024). Além disso, observa-se um aumento no número de refugiados e solicitantes de asilo por motivos políticos, econômicos, culturais e religiosos, bem como migrações impulsionadas por desastres ambientais (ACNUR, 2024). Também se intensificam e se reformulam os fluxos temporários e permanentes, os quais consolidam e ampliam as mobilidades internacionais entre países de alta renda (fluxos Norte-Norte), entre países de alta e baixa/média renda (fluxos Norte-Sul), e, de maneira particularmente expressiva, entre países de baixa e média renda (fluxos Sul-Sul) (BLANCO, 2006; COGO, 2017).

Para além das disposições estruturais, o movimento migratório e a própria globalização possibilitam diferentes arranjos individuais, como os projetos de vida e as transformações radicais pertinentes a essa decisão e

seus desdobramentos, mesmo os iniciais. Entre expectativas, idealizações e negociações no cotidiano, foi tomado como ponto de partida como as *Au Pairs* brasileiras vêm se relacionando com a comida durante o período em que vivenciam o intercâmbio com a família anfitriã, passando pelos hábitos alimentares, as circunstâncias do encontro com outra cultura nacional e o convívio in loco com outra família. Nesse sentido, mobilizamos as categorias de globalização, transnacionalismo e identidades culturais em torno do Programa de intercâmbio *Au Pair*¹, tomando como objeto a adaptação e as práticas alimentares de brasileiras durante o programa.

Explorar esse tema tem como objetivo contribuir com a literatura sobre as brasileiras no programa *Au Pair*, direcionando o foco para a experiência cultural dos participantes, tomando especialmente as práticas alimentares e a adaptação à cultura da família anfitriã como foco. Embora haja uma abundância de estudos sobre o aspecto do trabalho, privações alimentares e os planos de estabelecimento dos *Au Pairs* no país de destino, ao término do programa, é importante retomar a dimensão das trocas culturais e da adaptação.

Dessa forma, para a realização deste empreendimento, reunimos análises etnográficas em três grupos de *Au Pairs* brasileiras na rede social Facebook², extremamente populares e relevantes para o universo, como observam Mousinho (2019), Oliveira (2023) e Macedo (2024). Além disso, de forma multissituada, combinamos três entrevistas com jovens brasileiras que estavam no programa ou saíram dele recentemente. As participantes da pesquisa possuíam entre 23 e 27 anos³, eram provenientes do estado de São Paulo (Ilhabela, Ubatuba e Osasco). Elas possuem formação universitária e contato prévio com inglês ou alemão, testados previamente em provas, ou certificações de agências, ou exames de proficiência. Todas possuíam visto⁴ de *Au Pair*, seja o J1⁵ nos Estados Unidos ou com condições documentadas⁶, segundo os acordos internacionais e a legislação local. Elas possuem o perfil socioeconômico comum do programa, de classe média baixa, residindo com os pais ou com o namorado e tendo alguma fonte de renda antes do embarque. Além disso, sem histórico de viagens internacionais.

2 SER MULHER, SER UMA AU PAIR

Com as mudanças profundas que caracterizam o mercado de trabalho global contemporâneo – incluindo a expansão da economia informal, a flexibilização das jornadas, a plataformização e a desregulamentação das leis trabalhistas – as mulheres têm experimentado impactos significativos, lidando com desafios tanto nas suas possibilidades de emprego quanto

nas suas trajetórias pessoais e profissionais. No setor transnacional de cuidados⁷, a imigração desempenha um papel central ao preencher lacunas geradas pela autonomia profissional feminina nas residências, especialmente no cuidado privado das crianças. O programa *Au Pair* se apresenta como uma das formas de suprir essa demanda. Nesse arranjo, uma jovem com formação e experiência em cuidados infantis assume, no contexto do intercâmbio cultural, o papel de irmã mais velha, integrando-se como uma figura híbrida e adaptável na família anfitriã (REDONDO, MACEDO, PICANÇO, 2024). Esse fenômeno reflete a crescente complexidade dos fluxos migratórios no cenário internacional.

O surgimento do programa *Au Pair* remonta ao final do século XIX, quando jovens europeias começaram a viajar para a França para aprimorar suas habilidades no idioma, aprender tarefas femininas e se integrar à cultura local. Após a Primeira Guerra Mundial, essa prática foi incentivada como uma maneira de facilitar a reconciliação entre as nações. Com o passar das décadas, especialmente após a Segunda Guerra, a experiência *Au Pair* se expandiu⁸, culminando na formalização do acordo internacional em 1969, resultado da criação do *Accord européen sur le placement Au Pair*, pelo Conselho Europeu. Esse acordo, que inicialmente se baseava em arranjos informais entre famílias conhecidas, ganhou regulamentação devido ao aumento da mobilidade e ao volume de fluxos migratórios. A flexibilidade se torna a palavra-chave dessa regulamentação, já que, de forma unilateral, (ELDÉN, ANVING, 2021) ela coloca as jovens estrangeiras em uma condição de desproteção, excluindo-as das políticas internacionais de migração e da categoria de trabalhadoras domésticas, conforme observam Redondo (2018), Dantas (2021) e Oliveira (2023).

A análise das dinâmicas do programa *Au Pair* se beneficia de uma perspectiva crítica que integra os estudos de corpo, gênero e performatividade. Nesse campo, o corpo é entendido não apenas como um espaço biológico, mas também como um território social e político, refletindo as normas de gênero e as práticas culturais (ORTNER, 1979; HOOKS, 2019). O controle sobre o corpo das participantes – seja nas interações com as famílias anfitriãs ou nas suas experiências transnacionais – se configura como um fator central para entender as relações de poder e as trocas culturais que moldam essa vivência. A partir dessa ótica, é possível examinar como as mulheres no Programa negociam suas identidades, navegando entre a autonomia e a subordinação (ORTNER, 1979; HOOKS, 2019), em um espaço permeado por tensões de poder e controle (FOUCAULT, 1976; 1987).

As mães, no exercício das tarefas de cuidado e educação dos filhos, são frequentemente confinadas ao espaço doméstico, limitadas pelo permanente cuidado com as crianças cujas habilidades ainda estão em desenvolvimento

(ORTNER, 1979). Esse confinamento ao ambiente doméstico, atrelado à associação da mulher com as crianças, fortalece a visão de que estão mais próximas da natureza, enquanto os homens, envolvidos em atividades fora de casa, estão mais ligados à cultura. A distinção entre natureza e cultura é claramente observada na forma como as crianças, em sua condição de indivíduos incompletos, ainda não compreendem as regras e funcionamento da sociedade, algo que é associado à animalidade e à natureza.

O papel da mulher, então, como cuidadora de crianças pequenas, a coloca novamente em uma posição mais próxima da natureza do que da cultura. No caso da *Au Pair*, ela exerce as funções de cuidado outrora exercidas pelas mães. São prestadoras de serviço enquanto geralmente as contratantes exercem atividades fora de casa, de mais prestígio e remuneração, conforme veremos mais adiante. Embora se trate de uma ocupação majoritariamente feminina, há, no entanto, no Programa, em pequeno número, homens cuidadores associados mais às atividades com crianças maiores, como esportes e direção (RHODE, 2014; MACEDO, 2024).

Nesse contexto, a justificativa do intercâmbio cultural no programa *Au Pair*, com suas trocas supostamente simétricas entre famílias anfitriãs e jovens estrangeiras, evoca uma narrativa de igualdade. Contudo, na prática, essas relações são permeadas por desigualdades, hierarquias e dinâmicas de poder e obediência. As famílias não contratam apenas uma babá do Sul Global, mas uma estudante intercambista com ensino superior, que oferece um cuidado especializado e traz consigo experiências valiosas. Da mesma forma, as candidatas não estão se deslocando apenas para ocupar o papel de babás, mas para serem *Au Pairs* (REDONDO, 2018). Assim, o Programa se configura como um veículo potencial para a realização de projetos de vida, incluindo a ascensão profissional.

3 O (DES)ENCONTRO CULTURAL NO AU PAIR E A COMIDA

Conforme observam Rocha, Rial e Hellebrandt (2011), a comida é um importante elemento de contato com outras culturas, funcionando como um atalho para a aproximação de diferentes estilos de vida, indivíduos e práticas culturais. Ela possibilita a interculturalidade por meio das trocas de saberes e do estabelecimento de vínculos que permitem observar os estranhamentos e as particularidades das práticas na relação de alteridade com o outro. No entanto, as relações de troca mediadas pela comida também podem ser violentas ao explorar rupturas com outras formas de existência (ROCHA, RIAL; HELLEBRANDT, 2011).

A categoria de imigrantes transnacionais (Rocha; Rial, 2019) delimita aspectos específicos da migração globalizada, em que o contato e as trocas entre os sujeitos acontecem além das fronteiras nacionais mediante diferentes meios de comunicação. O perfil desses imigrantes é o de trabalhadores de classes médias em seus países de origem, com condições que possibilitam o deslocamento voluntário, com algum tipo de preparo anterior e o status jurídico do deslocamento é o de documentado⁹. A relação entre melhores salários, possibilidades de emprego e condições de vida é um fator importante, mas que também deve ser avaliado considerando o acesso a redes envolvendo outros migrantes como parentes, amigos, colegas virtuais em comunidades de brasileiros no exterior e *influencers*.

Esse movimento transnacional costuma ser visto frequentemente como um projeto individualizado de estudo e trabalho. Além das restrições legais associadas aos vistos de estudante e intercambista, o planejamento da mobilidade envolve a definição da duração da estadia, que está sujeita a alterações com base nas experiências adquiridas e nas novas oportunidades emergentes (ROCHA, 2021). As motivações para o deslocamento no programa *Au Pair* são variadas, destacando-se a oportunidade de viajar, a imersão cultural, conquistar a proficiência e certificados em uma segunda língua. Outras razões incluem a facilitação da entrada no país com a possibilidade de mudança de status ou nova migração, receber em moeda estrangeira mais valorizada e a realização de cursos (REDONDO, 2010; 2018; MOUSINHO, 2019; OLIVEIRA, 2023). Entretanto, durante as experiências do cotidiano do intercâmbio, alguns planos podem ser afetados, como a permanência no país, o período que pretendiam passar na cidade de destino, o status migratório, os planos de trabalho e estudo¹⁰.

Além da mudança geográfica, os imigrantes transnacionais enfrentam o desafio de reconfigurar diversos elementos que reforçam sua identidade, suas conexões familiares e suas raízes culturais (ROCHA, 2021). Nesse processo, a alimentação desempenha um papel crucial ao servir como um vínculo entre o país de destino e a herança cultural original, abrangendo aspectos familiares, regionais e nacionais. Em um contexto de globalização, os valores, hábitos e tradições alimentares podem ser preservados, adaptados ou reconfigurados, para se ajustarem ao novo ambiente com múltiplas influências. Takenaka (2019) ilustra essa dinâmica com o exemplo da comida nikkei, uma fusão culinária cultivada pela comunidade nipo-peruana em Lima. À medida que essa comunidade migrou dos campos para os centros urbanos peruanos, suas práticas alimentares foram profundamente transformadas, refletindo uma integração de ingredientes e técnicas locais peruanas com elementos tradicionais japoneses, como o wasabi¹¹.

O período de adaptação nos primeiros dias pode trazer problemas na comunicação em outra língua, diferenças no trânsito, alimentação e cuidados das crianças. Durante o campo nas redes sociais e nas entrevistas, a frequência e a forma de dar banho nas crianças, a oferta de alimentos na introdução alimentar¹² e refeições das crianças maiores, o clima e a longa distância de casa e da família aparecem como elementos influentes no choque de estar fora do país, de ser uma *Au Pair*. Além disso, estão em outra casa e em outro país, com suas próprias regras e costumes em torno do tamanho das porções de comida, o que se come e o número de refeições diárias que podem ser diferentes da comida brasileira¹³, assim como trazer conflitos entre quem cozinha, quais os ingredientes e quem come a comida de quem (VASCONCELOS, 2018).

Conforme observam Redondo, Macedo e Picanço (2024), as diretrizes do “*European Committee for Au Pair Standards*” (ECAPS), criado em 2006, tem como objetivo de enfatizar o caráter familiar do programa e regulamentar¹⁴ a atividade de intercâmbio na Europa. A família precisa receber a *Au Pair* como um membro da família e é dever da candidata se integrar como um membro da família anfitriã. O programa tem como principal objetivo promover o intercâmbio cultural entre os dois polos, seguindo essa diretriz nas agências de intercâmbio. Embora envolva o cuidado das crianças e serviços domésticos leves, não é considerado um trabalho, como o de babá ou *nanny*, e se diferencia do conceito tradicional de trabalho doméstico.

No âmbito do intercâmbio cultural promovido pelo programa *Au Pair*, observa-se um complexo cenário de comensalidade que reflete e amplifica dinâmicas sociais e culturais. A prática de receber, oferecer e compartilhar alimentos pode revelar hierarquias e conflitos nas discussões sobre migração e trabalho (VASCONCELOS; MARTINS, 2018). A oferta de comida por parte do empregador ou da família anfitriã pode criar relações de desigualdade e dependência, porém tem potencial de fomentar aproximações com as famílias anfitriãs e outros imigrantes.

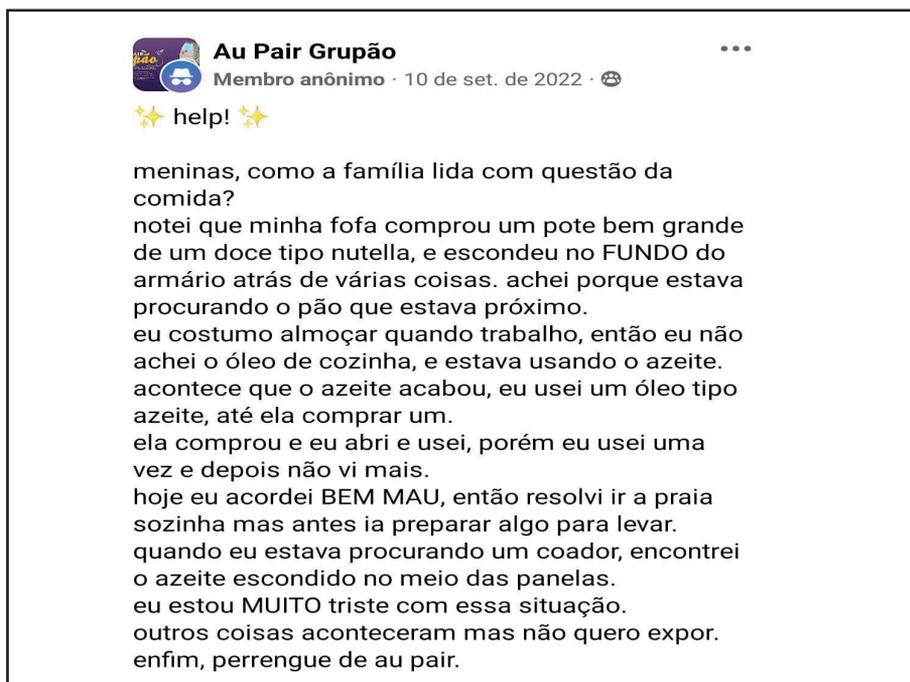
No entanto, o campo empírico revela divergências significativas nesse ideal de intercâmbio cultural e comensalidade. Nos grupos de Facebook e nas entrevistas realizadas, observa-se que as famílias anfitriãs são frequentemente percebidas como figuras de autoridade, enquanto as intercambistas são vistas como trabalhadoras *Au Pair*, uma categoria que não equivale exatamente à de cuidadoras tradicionais ou trabalhadoras domésticas (REDONDO, 2018; CHUANG, 2013). Vimos que as trocas culturais almejadas frequentemente ocorrem fora do ambiente doméstico, através de viagens, relacionamentos afetivos e interações sociais com outros imigrantes. As *Au Pairs* mantêm conexões com compatriotas por meio de grupos de WhatsApp e Facebook e participam de encontros periódicos com outras *Au Pairs* da mesma agência e região. Além disso, elas nutrem uma rede de

influenciadores que compartilham conteúdos sobre viagens e experiências com as crianças nas redes sociais, especialmente no TikTok, Instagram e YouTube (MACEDO, 2024).

Durante o trabalho de campo nas redes sociais voltadas para o programa *Au Pair* no Brasil, identificou-se uma série de conflitos e estranhamentos entre as intercambistas e as famílias anfitriãs. Questões frequentes incluem a oferta de alimentos. Notavelmente, as brasileiras frequentemente se referem aos anfitriões como “chefes”, o que ressalta o caráter predominante do trabalho doméstico e dos cuidados infantis nas interações e narrativas sobre o cotidiano do Programa, em vez da retórica de intercâmbio cultural das propagandas e legislações.

Na figura 1, acompanhamos a história de uma *Au Pair* que começa a perceber que alguns ingredientes que utiliza para cozinhar estão sendo escondidos ou retirados silenciosamente, criando uma sensação de exclusão e frustração, além de controle, já que eles decidem a quais itens ela pode ter acesso ou não. Ela compartilha esse relato de forma anônima em um dos grupos de Facebook do universo brasileiro de *Au Pair*, dividindo a experiência com outras candidatas e recebendo algum conforto.

Figura 1- Relato anônimo de problemas com comida



Fonte: Reprodução do Facebook, 2022.

Quando os chefes ficam responsáveis por toda alimentação, alguns conflitos podem surgir como a oferta insuficiente de porções, diferenças culturais com os alimentos, pratos e receitas, além das distinções entre a comida dos donos da casa, dos empregados e das crianças, ainda que o Programa tenha estabelecido que a *big sister* de outro país deva ser acolhida por sua nova família.

Nesse sentido, as discussões de Vasconcelos (2018) sobre os refugiados venezuelanos na cidade de Boa Vista nos ajudam a pensar sobre o papel da comida durante os processos de planejamento da ida para o país de destino, as hierarquias e assimetrias que a comida pode ilustrar como quem decide o que cozinha, o que poderá ser servido para o imigrante e mesmo o custo disso na relação (pode estar além do monetário). Além de ofertar os serviços de cuidados infantis, para ser *Au Pair* é geralmente preciso pagar taxas de agências nacionais e os gastos com a chegada até a família. A justificativa de as mesadas - não são salários - semanais serem inferiores às de trabalhadores locais é a oferta de alimentos no mínimo três vezes ao dia, moradia e conexão cultural (AUPAIR.COM, 2024).

Conforme discutido por Rocha (2019), os hábitos alimentares constituem um complexo sistema de normas, práticas e representações que podem provocar estranhamento em contextos interculturais. Essas práticas alimentares não são apenas questões de preferência individual, mas, sim, parte de um conjunto mais amplo de significados culturais que, ao serem transpostos para diferentes contextos, podem despertar sentimentos de surpresa, desconfiança e até repulsa para com o desconhecido. Tais reações emergem quando os nativos e os imigrantes se deparam com práticas alimentares que desafiam suas concepções preexistentes e normas culturais, evidenciando o papel fundamental da alimentação na construção e negociação da identidade cultural em encontros interculturais.

Para eliminar ou minorar situações de estranhamento, durante as conversas entre *Au Pairs* e famílias são negociados acordos que permitem a escolha da própria comida, a elaboração da lista de supermercado, ou a obtenção de um cartão para cobrir esses gastos. Essas são parte das estratégias já conhecidas na literatura (REDONDO, 2018; MOUSINHO, 2019; OLIVEIRA, 2023; MACEDO, 2024) de se proteger de momentos de privação de comida, além de permitir o consumo de alimentos que fazem parte da dieta da intercambista.

3.1 Ser uma *Au Pair* brasileira na Alemanha

Ana¹⁵ é uma jovem de 24 anos, natural de Campinas, e que iniciou seu processo de *Au Pair* aos 23 anos. É formada em Educação Física e Biologia, atualmente cursa Letras (Inglês). Ela se autodeclara branca. No Brasil, vivia com cerca de oito pessoas, contando com seus avós maternos, a mãe, o

padrasto, dois irmãos e o filho do padrasto. Sua principal motivação para participar do Programa foi a oportunidade de viajar e conhecer novos países, sendo atraída pelo intercâmbio na Alemanha devido à menor burocracia envolvida no processo de visto, os custos mais acessíveis e a maior oferta de famílias que procuravam pelo serviço. Ela foi recebida por uma família no centro de Munique para residir em um vilarejo próximo, por cerca de 10 meses¹⁶.

Durante o intercâmbio, cuidava de duas meninas de 5 e 2 anos, trabalhando entre cinco e seis horas por dia de segunda à sexta-feira, totalizando 30 horas semanais. Suas tarefas incluíam cuidar da criança mais nova durante a tarde, realizar brincadeiras, oferecer o jantar, e cuidar da criança mais velha quando esta chegava da escola. Além disso, era responsável por preparar o café da manhã que consistia em iogurte com torradas, arrumar a mesa, trocar as roupas das crianças, escovar seus dentes, e realizar tarefas de limpeza leves na casa. Não era muito próxima dos pais, mas construiu vínculos com as crianças.

Ela¹⁷ relatou que, ao chegar à residência de sua anfitriã alemã, foi acomodada em um andar separado da casa com fogão, geladeira, banheiro e móveis de quarto. Enquanto a mãe da família preparava as refeições para as crianças, ela tinha a seu cargo a limpeza, aspirando os brinquedos e ambientes da casa, além de lavar roupas e louça das crianças. A família seguia um estilo de vida que ela considera saudável, já que adaptaram a dieta para atender às alergias alimentares de uma das crianças. Também forneciam a ela uma lista de itens para que pudesse preparar suas próprias refeições em uma cozinha separada. Essa solução foi sugerida pela família para evitar possíveis conflitos relacionados a diferenças nas práticas alimentares, como tamanho das porções, tipo de alimentos consumidos, métodos de preparo e contaminação de utensílios.

Embora Ana não fosse responsável por cozinhar para as crianças, ela preparou arroz e carne moída para si mesma e decidiu oferecer a mesma refeição às crianças em um dia atípico. No entanto, a mãe das crianças a repreendeu, alegando que, em uma ocasião anterior, sua filha havia ficado com odor de alho após consumir esse tipo de comida. A mãe relatou que precisou se afastar da criança por dois dias até que o odor desaparecesse e que a menina ainda teve febre¹⁸. A mãe expressou a preferência por refeições sem temperos e condimentos brasileiros, o que a fez deduzir que talvez tivesse um cheiro desagradável para a anfitriã, mas isso nunca foi levantado por nenhum membro da família.

Ela considera difícil a sua adaptação à vida na Alemanha, marcada pela distância de casa e uma sensação de culpa por viver o seu sonho enquanto deixava a família para trás. Além disso, a barreira linguística e

a responsabilidade de cuidar de si mesma foram desafios significativos. Antes de embarcar, Ana não tinha muita experiência em fazer compras ou cozinhar, tarefas que geralmente eram realizadas por sua mãe e avó. No entanto, ela aprendeu rapidamente a cozinhar refeições simples e a preparar porções individuais de alimentos como arroz, ainda que ocasionalmente se estragassem, já que não era costume compartilhar a comida do dia a dia. Na Alemanha, Ana se deparou com uma cultura alimentar diferente, onde o jantar frequentemente consistia em pão, salame, queijos e patês. Mesmo assim, ela conseguia incorporar elementos da culinária brasileira em suas refeições, como sopas que incluíam uma proteína, vegetais e um carboidrato, além de preparar carnes de frango ou porco no dia a dia.

3.2 O intercâmbio cultural e a alimentação

Maria¹⁹ tem 27 anos, é natural de Osasco, São Paulo. Ela é uma mulher branca, solteira e com formação em Marketing. Antes de embarcar na experiência de *Au Pair* nos Estados Unidos, vivia com seus pais, irmãos e avó em uma casa em Osasco. A renda familiar era em torno de 6 mil reais, com o pai afastado pelo INSS e a mãe trabalhando informalmente e cuidando da avó. Buscando aprimorar seu inglês para conquistar um cargo melhor ao retornar ao Brasil, decidiu participar do programa *Au Pair*, acreditando que a experiência nos Estados Unidos seria a mais acessível e vantajosa em comparação com outros países.

Ela considera sua adaptação aos Estados Unidos bastante desafiadora. Ao chegar ao país, passou por momentos de ansiedade, especialmente no aeroporto, onde se sentiu perdida e desamparada sem internet para se comunicar. Durante o trajeto para a casa da família anfitriã, o choque cultural foi evidente, pois, apesar de ter estudado inglês por quatro anos, tinha dificuldades em compreender a comunicação entre nativos. Para lidar com a solidão e as dificuldades de se adaptar, ela recorreu a grupos de brasileiras na mesma região e a aplicativos de relacionamento²⁰, encontrando apoio e uma forma de socializar.

Ela relata que, na primeira família, a comida era quase toda ultraprocessada, congelada e de baixa qualidade nutricional, o que contrastava com as necessidades alimentares e costumes brasileiros²¹. A segunda família tinha uma dieta que ela considera mais saudável, com alimentos orgânicos e sem glúten, mas as regras estritas em relação aos horários²² das refeições geraram desconforto para ela. Já na terceira família, a situação melhorou um pouco, com o pai preparando refeições e deixando-as prontas na geladeira. Ela cozinha pouco porque fica muito cansada, já que nos Estados Unidos é permitido trabalhar até 10 horas por dia e com limite de 45 horas semanais.

Por outro lado, a segunda família não a convidava para jantar quando faziam pedidos de delivery de comida para si ou para as crianças, optando por fazê-los em momentos em que ela já estava em seu quarto. Quando viajavam juntos, a família era obrigada, pelas regras do Programa, a arcar com o custo de lanches e refeições, sendo que, nessas ocasiões, ela comia fast-food com eles. No restante dos dias, ela costuma comer com as crianças ou preparar sua própria comida baseada em arroz, feijão, alguma proteína e um legume ou vegetal. Nos fins de semana, frequenta com o namorado e amigas restaurantes²³ de comida brasileira e de outras nacionalidades.

3.3 A solidão da *Au Pair*

Fernanda²⁴ tem 24 anos, é natural de Ubatuba, São Paulo e reside atualmente com uma família anfitriã em Chicago. Ela é formada em Recursos Humanos e, antes de embarcar, morava com seu noivo em Belo Horizonte por cerca de oito meses. Teve apoio na decisão de embarcar na experiência de *Au Pair* e sua escolha não foi tanto por querer ir para os Estados Unidos, mas principalmente pela busca de fluência em inglês, novas experiências culturais e a oportunidade de conhecer outras pessoas.

Apesar de dois anos de preparação e expectativas elevadas, ao chegar nos Estados Unidos, percebeu que a experiência de *Au Pair* não era tão fácil quanto imaginava. Ela cuida de um bebê de seis meses e de uma menina de quatro anos. Ela sente que viveu 24 anos com outros costumes no Brasil e agora está em uma imersão cultural que, segundo ela, é cerca de 80% composta por aspectos negativos, embora ainda tenha o desejo de fazer uma *eurotrip* e explorar outras oportunidades no exterior.

Tenta manter uma conexão com sua cultura através da alimentação, fazendo lista de compras que incluem itens que lembram o Brasil, como frutas, carnes, arroz brasileiro e pão de queijo. Ela faz sua lista de compras no mercado sempre que pode, mas relata frustração com a família anfitriã, que, às vezes, não compra todos os itens que ela pede, como quando pediu peixe e bife e, em vez disso, recebeu carne moída, o que ela considerou desrespeitoso. Ela prepara suas refeições, preferindo manter os sabores e as práticas alimentares brasileiras, e destaca que nunca vai se acostumar com o almoço consistindo em uma porção pequena e uma grande no jantar, algo que difere muito dos hábitos no Brasil. Também sente falta de leite condensado, que, apesar de ter lá, considera ser completamente diferente.

Apesar dos desafios, tem um círculo social em Chicago, composto por amigas brasileiras e uma peruana que também são *Au Pairs*, o que é extremamente importante para ela. Ela valoriza esses momentos sociais, especialmente por passar bastante tempo sozinha e ter contato diário falando português apenas com sua mãe e irmã, que ligam todos os dias.

Ela reconhece que sua jornada de *Au Pair* é solitária e a tira de sua zona de conforto, mas também a enxerga como uma oportunidade para explorar o mundo e suas possibilidades. Durante o dia a dia, tenta compartilhar um pouco de sua cultura com a família anfitriã. Nessas ocasiões, gosta de cozinhar alguma coisa como arroz²⁵ e estrogonofe. Sente que a comida local é muito apimentada, mas sem sabor, já que possui pouca variedade de especiarias. Por esse motivo, busca constantemente referências ao Brasil em sua rotina, seja por restaurantes brasileiros ou outras formas de conexão com sua cultura de origem.

4 CONTEXTOS MULTICULTURAIS E IDENTIDADE: OS RESTAURANTES E MERCADOS BRASILEIROS

De acordo com Rocha e Rial (2019), a concepção de culinária nacional está intrinsecamente ligada à diversidade de um povo e de seu território. As tradições alimentares estão em constante movimento e são especialmente influenciadas pela crescente globalização das indústrias alimentícias, que impacta tanto os hábitos alimentares quanto as práticas de consumo. Com a expansão dos mercados globais e das redes de distribuição, os centros urbanos transnacionais têm acesso a uma ampla gama de produtos e ingredientes variados, provenientes de diferentes partes do mundo. Dessa forma, torna-se cada vez mais comum encontrar açaí, pão de queijo e feijoada fora do Brasil, ou sushi fora do Japão.

Esses fenômenos são descritos pelas autoras (ROCHA; RIAL, 2019) como uma “identificação com outros contextos culturais,” facilitando trocas e adaptações culturais e sublinhando o papel dos imigrantes nesse processo de interculturalidade. Por exemplo, as *Au Pairs* frequentemente presenteiam suas famílias anfitriãs com itens típicos brasileiros, como chinelos da marca Havaianas, doces regionais e perfumes. Esses produtos e alimentos transcendem o contexto local, funcionando como instrumentos para promover uma compreensão mais profunda e aproximar as pessoas de diferentes culturas.

No contexto espanhol, as autoras observaram o fluxo de produtos alimentares globais, com a exportação de alimentos brasileiros para atender à demanda dos imigrantes no país. Além de serem encontrados em mercados e lojas, restaurantes brasileiros oferecem pratos com ingredientes nacionais, possibilitando encontros entre brasileiros e o contato com elementos familiares da sua cultura, região e país. Essa oferta pode ocorrer tanto em estabelecimentos físicos quanto em plataformas de comércio virtual (ROCHA; RIAL, 2019).

Esses alimentos diferem dos produtos exportados em abundância e em grande número, no montante de exportações nacionais, como soja e carne bovina. Seu valor reside no aspecto simbólico de reconstruir a identidade cultural para aqueles que estão fora do país, trazendo de volta o sabor do Brasil através de pratos e bebidas (ROCHA; RIAL, 2019; ROCHA, 2021). Esses exemplos ilustram a dinâmica contemporânea da globalização dos mercados e o fluxo de pessoas, informações e serviços, afetando tanto grandes quanto pequenos grupos e promovendo a recriação de divisões e aproximações culturais.

Nesse sentido, as brasileiras entrevistadas buscavam alternativas para consumir comida brasileira e se aproximar de sua cultura. Por exemplo, Maria sentia a necessidade de encontrar opções como frequentar restaurantes em Nova York que oferecessem comida brasileira e portuguesa, uma atividade que ela compartilhava com o namorado e as amigas nos finais de semana. Ela gastava uma quantia significativa em comida brasileira²⁶, o que lhe proporcionava uma sensação de conforto e conexão com sua cultura de origem.

Por outro lado, Ana, que estava na Alemanha a 9.956 km de casa, precisava cozinhar receitas da sua mãe, como tortas de frango, maionese de batatas e estrogonofe. Além disso, por estar próxima do centro de Munique, ela comprava ingredientes para preparar pão de queijo em um mercado chinês que oferecia uma variedade de alimentos de diferentes nacionalidades. As preferências iniciais de Maria de encontrar famílias em grandes centros urbanos incluem as múltiplas possibilidades de transporte, passeios, outras *Au Pairs* brasileiras e imigrantes de várias nacionalidades, além de encontrar variedades de comidas e opções de lazer.

Na Figura 2, vemos Ana preparando pão de queijo com a criança da família anfitriã alemã. Esse momento é uma troca cultural, onde ela compartilha uma das receitas brasileiras mais tradicionais com a criança, criando uma conexão por meio da culinária, o que só foi possível graças ao acesso aos ingredientes e às técnicas de preparo. Além de ser uma oportunidade de mostrar sua cultura, o gesto de cozinhar juntas também fortalece o vínculo entre ela e a *host kid*, promovendo aprendizado mútuo e momentos de carinho na convivência diária.

Figura 2- Pão de queijo na Alemanha



Fonte: Arquivo da entrevistada, 2024.

Frequentar restaurantes brasileiros em grandes metrópoles do Norte Global pode representar um investimento financeiro significativo. No entanto, esses estabelecimentos são vistos pelos imigrantes como locais de forte valor afetivo, oferecendo uma conexão com receitas e tradições familiares, remetendo a sua casa e ao seu país de origem. Além da comida, da música e do contato com familiares por meio de diversas plataformas, também desempenham um papel importante na construção do pertencimento e na afirmação da identidade cultural.

Rocha (2021) explica que a relação entre os fluxos migratórios e a comida estabelece dois sentidos: as trocas entre nativos e imigrantes na circulação transnacional de práticas, ingredientes e hábitos alimentares exercem influência na produção e reprodução de identidades culturais e representações nacionais. A comida pode ser o primeiro contato cultural com a cultura local e internacional, podendo auxiliar na aproximação entre diferentes e auxiliar o próprio migrante em sua adaptação e de reconstrução da memória. Ainda, ela ressalta relações de poder no espaço geográfico a partir dos fluxos de mercadorias, pessoas e símbolos (VASCONCELOS E MARTINS, 2021).

Para além da reprodução cultural, o cotidiano vai ganhando notas de negociações e adaptações indispensáveis para a prática dos sonhos e realizações para tornar a vida no exterior mais familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, observamos que as experiências das *Au Pairs* brasileiras são marcadas pela influência da globalização e o (des)encontro cultural do Programa em contextos diversos. A metodologia multissituada que combinou observação etnográfica de grupos e perfis em redes sociais, além de entrevistas semiestruturadas com três *Au Pairs*, forneceu uma visão sobre como essas mulheres negociam e se conectam às práticas culturais durante o Programa, seja com as famílias anfitriãs, outras *Au Pairs* e imigrantes.

Podemos observar que a promessa do intercâmbio cultural talvez não seja tão exitosa no convívio com a família anfitriã, mas as intercambistas experienciam diferentes encontros no contato com outros imigrantes, com a cultura local e também nas aproximações que fazem de seus costumes regionais e familiares. Costumeiramente, *Au Pairs* e famílias seguem distantes na relação de chefe e empregado, de nativo e estrangeiro, que podem ser observadas na separação de cozinhas e utensílios, nas práticas de esconder alimentos da *Au Pair* ou deixar de comprar os itens da lista de mercado, definindo arbitrariamente o que vão consumir e até mesmo as quantidades.

A globalização permite contextos transnacionais com fluxos de pessoas, alimentos e ingredientes, ensejando trocas culturais e conexões entre os indivíduos. A presença de alimentos brasileiros em mercados e restaurantes fora do Brasil permite a conexão cultural e ajuda na construção e na preservação de uma identidade alimentar nacional, ainda que todo o processo seja marcado por tensões e desafios durante as negociações e o cotidiano do Programa. Dessa forma, as experiências das *Au Pairs* mostram como a alimentação é parte importante da compreensão de uma identidade cultural, sobretudo no que tange à integração e hierarquias de trabalhadores imigrantes.

NOTAS

¹ Pessoas jovens, em sua maioria do sexo feminino, que participam de um Programa de intercâmbio cultural denominado “*Au Pair*” (expressão em francês livremente traduzida por “em pé de igualdade, igual, igual a um membro da família”). Através deste programa, pessoas de um determinado país se inscrevem como cuidadoras de crianças em casas de família em outro país. O programa possibilita que, além de cuidar das crianças da família que a acolhe, em tese, a *Au Pair* também possa estudar, receber um salário, habitar e se alimentar na casa da família que a acolheu. (Nota editorial)

² Os grupos foram selecionados segundo a relevância de membros e postagens. Os grupos escolhidos foram *Au pair* Grupão com 94 mil membros, *Au Pair* Grupão do Amor com 29 mil membros e *Au Pair* Grupão Brasil com 30 mil membros. Além disso, acompanhamos dois grupos no WhatsApp e a tag “*Au Pair*” no TikTok.

³ Com pequenas variações, a idade mínima para iniciar o processo de *Au Pair* é de 18 anos e máxima de 26 a 30 anos.

⁴ O visto de *Au Pair* se enquadra em categorias de migrantes temporários, estudantes e intercambistas. Não permitem trabalhar ou exercer funções remuneradas para além do contrato de *Au pair*, que não concebe a atividade como trabalho.

⁵ Visto de estudantes e trabalhadores temporários, em torno de 6 meses a 1 ano, podendo ser renovados.

⁶ Famílias e *Au Pairs* seguem as regras de contrato estabelecidas por acordos, legislações locais e tratos durante as negociações entre elas.

⁷ As atividades domésticas e de cuidado envolvem práticas materiais, emocionais e psicológicas relacionadas à manutenção e reprodução das famílias, incluindo o cuidado com crianças, idosos, pessoas enfermas e com a própria organização do lar (Hirata, 2016). Essas tarefas, em sua maioria, são desempenhadas por mulheres.

⁸ O país de origem das mulheres foi sendo alterado, com o crescimento de candidatas de países do sul global que aspiravam estratégias de mobilidade transnacional. Conforme observa Redondo (2016), a preocupação em delimitar o programa parece mais associada à mudança de perfil e à necessidade de controlar fluxos migratórios.

⁹ Possuem vistos para entrar no país de destino e permissões para permanecer.

¹⁰ Podem ter que continuar trabalhando com crianças, saindo do *Au Pair* para se tornarem babás *live in*, retornar ao Brasil antes do tempo ou decidir fazer um novo intercâmbio de *Au Pair* em outro país, além do desejo de migrar novamente. A experiência de *rematch* (momento em que *Au Pair* e família anfitriã rompem por questões pessoais ou conflitos e voltam ao estado inicial do programa de procurar por seu par), pode significar o retorno precoce ao país de origem ou a mudança de status para turista ou estudante antes do período previsto.

¹¹ Tempero de sabor picante preparado com a planta *Eutrema Japonicum*. Apesar de ser bastante conhecida e utilizada no Japão, essa planta pode ser encontrada, também, em outros países, inclusive no Brasil. A sua dispersão pelo mundo está relacionada à imigração japonesa. (Nota editorial)

¹² As entrevistadas Ana e Fernanda relataram sobre a alimentação das crianças consistindo em ultraprocessados e papinhas, em vez de vegetais, frutas e carnes.

¹³ A comida e a receita marcam o pertencimento a determinado grupo étnico e região do país, assim como um lugar na estratificação social, como as sobras, de consumo de determinados alimentos e pessoas superiores ou inferiores (Appadurai, 1998).

¹⁴ O programa já segue as diretrizes do Acordo dos anos 60, que tem orientado os perfis das participantes, a natureza do programa e o processo de deslocamento migratório.

¹⁵ Essa entrevista foi realizada em 08 agosto 2024.

¹⁶ Apesar de ter planos iniciais de ficar até o final do intercâmbio devido a problemas de convivência com a mãe da família anfitriã chegou a comprar e cancelar uma passagem de volta, mas após desistir a família anunciou que sairia do programa. Ela poderia adiantar os planos de um novo intercâmbio, dessa vez um de cuidados sociais voltados para idosos e crianças, mas preferiu voltar para o Brasil e reiniciar o processo de voltar para Alemanha na segunda metade do ano.

¹⁷ No momento da entrevista ela estava há um mês de volta ao Brasil, após um período de 10 meses na Alemanha com uma família anfitriã composta dos pais e duas meninas de 1 e 4 anos.

¹⁸ Ela (Ana) não se recordava do episódio de febre.

¹⁹ Entrevista realizada em 9 de agosto de 2024 em formato remoto. No momento da entrevista, ela estava há cerca de dois meses com a família anfitriã e pouco mais de um ano no programa. Iniciamos as perguntas enquanto ela fazia arroz e bife de carne bovina, pois tinha acabado de subir para o porão após cumprir as 10 horas diárias de cuidados infantis para a família. Ela estava em sua terceira família anfitriã.

²⁰ Foi onde encontrou o namorado que também é imigrante.

²¹ Em suas palavras, uma dieta com proteínas, carboidratos, legumes e verduras. Eles comiam comidas congeladas e enlatados.

²² Fora do trabalho, enquanto estivesse de folga.

²³ Na próxima seção discorreremos sobre empreendimentos de comidas nacionais.

²⁴ Entrevista realizada em 12 de agosto de 2024. Durante a entrevista, Fernanda preparou o seu jantar, comeu e estava se preparando para conversar com a família anfitriã sobre as divergências com a lista de compras.

²⁵ O arroz precisa ser “brasileiro” já que o tipo de grão e a forma de preparo são específicas. Para isso, a família frequenta a sessão de comidas importadas para encontrar o arroz certo.

²⁶ A mesada semanal de uma Au Pair é de no mínimo 175 dólares americanos por cerca de até 10h diárias de cuidados com as crianças e no máximo 45h semanais. As refeições podem incluir churrasco brasileiro, feijoada e outros pratos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais.

In: **XXVIII Congresso Internacional da ALAS**. 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4528062/mod_resource/content/1/Almeida_e_Baeninger_modalidades_migratorias_novos%20conceitos.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

AMELINA, Anna; LUTZ, Helena. **Gender and Migration: transnational and intersectional prospects**. London: New York, Routledge, 2019.

APPADURAI, Arjun. How to make a national cuisine: Cookbooks in contemporary India, **Comparative Studies in Society and History** v. 30, n. 1, p. 3-24, 1998.

ASSIS, Gláucia Oliveira; SIQUEIRA, Sueli. Entre o Brasil e a Europa: brasileiras negociando gênero e raça nas representações sobre “a mulher brasileira”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 63, 2022. p. e216306. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668790>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

AUPAIR.COM. **Encontre sua au pair ou família anfitriã com segurança e facilidade**. 2024. Disponível em: <<https://www.aupair.com/pt>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BATISTA, Júlia Vargas; SOUZA, Érica Renata de.. Gênero, ciência e etnografia digital: Aproximações e potencialidades. **Cadernos de Campo**, vol.29, n.2, 2020. pp.e175-199

CHUANG, Janie . The U.S. Au Pair Program: Labor Exploitation and the Myth of Cultural Exchange. **Harvard Journal of Law & Gender**, 36, (2), 2013, 269-344.

GUTIERREZ-RODRIGUEZ, Encarnación. **Migration, domestic work and affect**. London: New York, 2010.

HESS, Sabine; PUCKHABER, Annette. ‘Big sisters’ are better domestic servants?! comments on the booming Au Pair business. **Feminist Review**, no 77, 2004, p.65-78.

- HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- LUTZ, Helma. Care as a fictitious commodity: Reflections on the intersections of migration, gender and care regimes. **Migration Studies**, v. 5, n. 3, p. 356-368, 2017.
- MOUSINHO, Amanda Arrais. **Au Pairs brasileiras e suas rotas desviantes**: história oral e vidas móveis. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- OLIVEIRA, Bruna Padilha de. **Imigração brasileira nas cadeias globais de cuidado**: um estudo sobre Au Pairs brasileiras na Holanda. 2023. Tese. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17928>. Acesso em: 09. jun. 2024.
- ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?” In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (coords.) **A mulher, a cultura e a sociedade**, São Paulo: Paz e Terra, 1979, p. 95-120.
- PÉREZ, Mirza Aguilar. “**The cosmopolitan dilemma**: Fantasy, work and the experiences of Mexican au pairs in the USA. In: Cox, Rousie. **Au Pairs’ Lives in Global Context: Sisters or Servants?**. London: Palgrave Macmillan UK, 2015.p. 203-218.
- REDONDO, Michelle Franco. **Trajetórias do care**: de Au pair a Nounou.. 1 recurso online (407 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Université Paris VIII Vincennes-Saint-Denis, Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 2018. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1635582>>. Acesso em: 09. jun. 2024.
- ROCHA, Carla Pires Vieira da. Migrações contemporâneas, comida e transnacionalismos a partir de uma cidade global. **Caderno CERU**, Série 2, V. 32, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/193376/178197>>. Acesso em 25 ago. 2024.
- ROCHA, Carla Pires Vieira da.; RIAL, Carmen Silvia. Comida, imigrações e imaginários urbanos em cidades globais. **INTERSEÇÕES**, v. 21, p. 49-69, 2019.
- ROCHA, Carla Pires Vieira da.; RIAL, Carmen Silvia; Hellebrand, Luceni. Alimentação, globalização e interculturalidade alimentar a partir do contexto migratório. **Caderno de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas** v. 14, p.187-199, 2011.

- ROHDE, Caterina. Guys versus Girls in the Field of Au Pairing. **Raffia**, [s.v], n.2, 2014, p. 21-23.
- SHUTES, Izabel. Gender, Migration and the Inequalities of Care. In: MORA, Claudia; PIPER, Nicola. **The Palgrave Handbook of Gender and Migration**. London: Palgrave Macmillan. p.107-120, 2021.
- STENUM, Helle. “Au-pair migration, novas desigualdades nórdicas e a produção transnacional de corrupção”. In: ISAKSEN, Lise Widding. (org.). **Global Care Work: Gender and Migration in Nordic Societies**. Lund, Suécia: 2010. p. 23-48.
- VASCONCELOS, Martins. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil”. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. v. 26, 2018.

RESUMO

Este artigo explora a influência da globalização sobre a mobilidade e as práticas alimentares dos migrantes transnacionais, com foco específico nas *Au Pairs* brasileiras. Utilizando uma abordagem metodológica multissituada, a pesquisa combina observação etnográfica de quatro grupos em Facebook e WhatsApp com entrevistas semiestruturadas realizadas com três *Au Pairs* brasileiras. A análise se concentra nas trocas culturais e nos desafios enfrentados por essas mulheres ao adaptar seus hábitos alimentares em novos contextos. Dessa forma, observa-se que, enquanto a experiência de ser *Au Pair* pode promover a integração cultural, também pode gerar estranhamento e conflitos, especialmente no que tange às práticas alimentares. O artigo também destaca como a presença de alimentos brasileiros em mercados e restaurantes fora do Brasil facilita a conexão cultural e ajuda na preservação e adaptação das tradições alimentares.

Palavras-chave: Globalização; Transnacionalismo; Alimentação; *Au Pair*; Dispositivos digitais.

ABSTRACT

This article explores the influence of globalization on the mobility and food practices of transnational migrants, with a specific focus on Brazilian *au pairs*. Using a multi-sited methodological approach, the research combines ethnographic observation of four groups on Facebook and WhatsApp with semi-structured interviews conducted with three Brazilian *au pairs*. The analysis focuses on cultural exchange and the challenges these women face in adapting their eating habits in new contexts. It finds that while the experience of being an *au pair* can promote cultural integration, it can also generate alienation and conflict, especially in relation to food practices. The article also highlights how the presence of Brazilian food in markets and restaurants outside Brazil facilitates cultural connections, and contributes to the preservation and adaptation of food traditions.

Keywords: Globalization; transnationalism; food; *au pair*; digital devices.

Assistência alimentar a requerentes de asilo e refugiados em situação prolongada: o caso do centro de Maratane/Moçambique (2001-2021)

Food assistance for asylum seekers and refugees in protracted situations: the case of the Maratane Center/Mozambique (2001-2021)

*Maria Josefina Consolo**

1 INTRODUÇÃO

Moçambique recebe e assiste requerentes de asilo no centro único de Maratane desde 2001. Logo após a criação, o centro passou a receber trimestralmente aproximadamente 200 requerentes de asilo expectantes por um abrigo e o mínimo para a sua sobrevivência. Deste universo, muito poucos são reassentados e menos ainda repatriados. A maioria continua no centro, por longos anos, na condição de requerente de asilo e na dependência de vários apoios com realce sobre a assistência alimentar.

O presente artigo analisa até que ponto a assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados em Maratane/Moçambique acompanha aquilo que são as suas expectativas e necessidades ao longo do tempo. Constitui um dos objectivos perceber o tipo de assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados nos primeiros anos, identificar mudanças operadas na concessão da mesma e suas implicações.

Artigos que analisam a problemática da assistência alimentar a requerentes de asilo e refugiados em situação prolongada em Moçambique são escassos. No entanto, de forma metodológica, constituíram base para

* Universidade Eduardo Mondlane; Arquivo Histórico de Moçambique. O presente Texto foi lavrado em português de Portugal.

discussão desta problemática a monografia e a dissertação de Consolo (2003, 2015), nomeadamente *“Integração social e Estratégias de sobrevivência de refugiados em Maratane”* e *“O acolhimento de refugiados em Maratane”*. A monografia constituiu uma fonte base para a compreensão das dinâmicas que ocorreram no centro de acomodação de refugiados Maratane/Moçambique nos primeiros anos no que tange a vários aspectos, incluindo a assistência alimentar. Por seu turno, a dissertação, entre outros tópicos, partilha igualmente a evolução da concessão da assistência alimentar, trazendo as principais mudanças no que concerne ao nosso objecto de estudo.

Foram cruciais, igualmente, os artigos publicados pelo jornal Verdade nos anos 2013 e 2014, com os títulos *“O centro de refugiados de Maratane repulsivo”* e *“A dura condição do refugiado em Moçambique”*. Estes, para além de partilharem mudanças verificadas na concessão da assistência alimentar, trazem-nos, com algum detalhe, as consequências das reduções e dos cortes na concessão da assistência alimentar para os requerentes de asilo e refugiados. Neste contexto, os dois artigos destacam, como implicação das reduções e cortes de verbas orçamentárias, o envolvimento dos requerentes de asilo e refugiados em actos criminais devido à fome causada pela inconstante distribuição alimentar. Diante da situação de vulnerabilidade, ocorria a colaboração com o tráfico de pedras preciosas, marfim e outros recursos naturais, além do abandono do centro à procura de melhores condições de vida em diversos pontos da província de Nampula; e a adopção de algumas estratégias de sobrevivência como a prostituição por parte das mulheres com intuito de alimentar as suas famílias.

Na mesma linha dos demais, Lutxeque (2017), no seu artigo *“Protestos de refugiados no norte de Moçambique”*, realça, como implicação verificadas do resultado das reduções e cortes na concessão da assistência alimentar, o surgimento de revoltas, manifestações e queixas, entre outros.

Para responder algumas lacunas encontradas na revisão de literatura, recorreremos a entrevistas semi-estruturadas efectuadas por nós em momentos diferentes, 2003 e 2015. E para os anos posteriores, recorreremos aos depoimentos partilhados nos textos de Lutxeque (2017), *“Protestos de refugiados no norte de Moçambique”*, e César Rafael (2021), *“Refugiados de Maratane passam fome e péssimas condições de sobrevivência”*.

2 A CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO EM MARATANE/MOÇAMBIQUE

O campo de refugiados de Maratane, em Moçambique, foi formado em 2001. Antes dessa data, funcionava em Maratane um grande centro de isolamento de doentes de lepra. Em 2001, o centro de isolamento foi convertido em um grande campo de refugiados, não sem protestos e resistências, para abrigar mulheres, homens, jovens e crianças que fugiam

de guerras e conflitos étnicos e entre países da região dos Grandes Lagos Africanos. Mais precisamente, a maioria deles veio e continua chegando da República Democrática do Congo, do Burundi, Ruanda, Sudão, Eritreia, Serra Leo e Somália.

Não demorou para que Maratane se transformasse em um dos maiores campos de refugiados da África Austral. Em 2024, cerca de 8.000 refugiados viviam em Maratane, sendo que alguns há muito tempo e outros recém-chegados. Não obstante a possibilidade de acolhimento, algumas das maiores dificuldades do campo consistem no frágil e precário acesso à saúde e na escassez, quando não carência total, de alimentação para as pessoas refugiadas. A Tabela 1, abaixo, apresenta a dinâmica da assistência alimentar concedida às pessoas requerentes de asilo, bem como às refugiadas no campo de Maratane, no período de 2001 a 2021. Considerando o referido período, infelizmente não encontramos informações referentes aos anos de 2005 a 2009, 2016, 2018 a 2020.

Tabela 1. Assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados em Maratane/ Moçambique

TIPO DE ALIMENTO	2001/2004	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2017	2021
FARINHA DE MILHO	12,5KG	7KG	7KG	7KG	7KG	7KG	7KG	6KG	6KG
FEIJÃO MANTEIGA	2,48KG	2,48KG	0,6KG	0,9KG	0,9KG	1,8KG	0,9KG	0,5KG	-
ÓLEO	1L	1L	0,3L	0,6L	0,6L	0,6L	0,6L	-	0,5 L
AÇÚCAR	1,24KG	-	-	-	-	-	-	-	-
SAL	1 COPO	0,85	0,3		0,3		0,17	-	-
FOLHAS DE CHÁ	1 COPO	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Adaptado pela autora a partir de dados retirados de relatórios de actividades do Instituto Nacional de Apoio aos refugiados (INAR).

Como demonstram os dados da Tabela 1 acima, nos primeiros anos, entre 2001/2004, todo o requerente de asilo e refugiado acolhido no centro de acomodação de Maratane/Moçambique recebia um kit alimentar mensal constituído por 12,5kg de farinha de milho, cerca de 2,5kg de feijão manteiga, 1 litro de óleo, 1,24kg de açúcar, 1 copo de sal e 1 copo de folhas de chá. A distribuição destes produtos alimentares era feita entre os dias 28 e 30 de cada mês.

A partir de 2005, a distribuição alimentar passou a ocorrer num intervalo de 2 a 3 meses, como exprimiu uma refugiada que vendia papahi e nicusi (peixes secos) no mercado local:

Recebemos em novembro e só agora fevereiro é que voltamos a receber... não sabemos quando vamos receber de novo... passamos fome porque a comida não é suficiente, tenho um agregado de 7 pessoas e recebo 35 kg de milho que não é suficiente, porque a distribuição da alimentação não é mensal. Actualmente recebemos milho, feijão cute (*Vigna Unguiculata*) ou ervilha e óleo. Já não recebemos sabão, sal e roupa (anónima. Maratane, 18 de fevereiro de 2015).

Para além de grandes incertezas na distribuição alimentar, as quantidades anteriormente oferecidas foram reduzidas e alguns produtos como sal, folhas de chá, açúcar, etc. foram cortados do kit mensal. Em relação a esta problemática, Lungubalo Djuma, que passou pelo centro de acomodação de Bobole/Maputo e que vive em Maratane desde 2001, disse:

Eu sou antigo combatente de Bobole. Quando cheguei a Maratane em 2001 recebíamos assistência sem problemas. As irregularidades iniciaram em 2005. Ora uma coisa vem e outra não vem, há farinha, não há caril. Tendo estatuto [de refugiado] como não, a situação é a mesma. É preciso melhorar as condições de vida porque aqui, não há medicamentos. Uma das vezes a minha filha ficou doente e o enfermeiro pediu que comprasse soro fora do centro de Maratane... a vida em Maratane é difícil. (Lungubalo Djuma. Maratane, 19 de fevereiro de 2015).

Mokasa, outro refugiado acolhido no campo de Maratane, reforçou dizendo:

..na altura recebíamos peixe, Gilete [lâmina de barbear], Colgate [pasta de dentes], ovos, 12,5kg de farinha, açúcar. A partir de 2008 a situação mudou. Por exemplo, o milho somente 7kg; o óleo, 400ml; não recebemos lona. Antigamente recebíamos todos os meses, agora passam 2 ou 3 meses (Mokasa Marcelle. 19 de fevereiro de 2015).

Todos os entrevistados são unânimes em afirmar que as condições de vida dos requerentes de asilo e refugiados nos primeiros anos eram melhores, se comparando aos anos subsequentes e ilustram as principais mudanças que se verificaram ao nível da concessão alimentar nos anos posteriores.

Como os demais, Lutxeque (2017) partilha situações similares trazendo dois depoimentos que ilustram a deterioração da assistência concedida nos anos posteriores, como podemos acompanhar a seguir:

Ibocwa Erick conta que “[...] às vezes passam vários meses sem receber comida: *‘alimentamo-nos com o pouco que recebemos. É normal receber produtos num mês para ficarmos mais dois ou três meses, isso faz com que a vida volte atrás’*”. Por seu turno, Bahaat Antuany, indignada, disse: “[...] *só recebemos milho e feijão boer, que na nossa terra nunca comemos... Mas é possível comer seis meses sem óleo, ficar sem lavar roupa?’*, pergunta Bahaat Antuany” (LUTXEQUE, 2017).

Como os outros, César Rafael (2021) faz referência à redução e aos cortes, tendo frisado que os 25 quilogramas de farinha de milho que anteriormente recebiam foram reduzidos a 6 quilos de milho e meio litro de óleo. A seguir, partilha um pequeno depoimento mostrando a insatisfação que reinava no seio dos requerentes de asilo e refugiados em 2021:

[...] estamos a viver muito mal, antes era nos dado comida suficiente para comermos um mês completo sem nenhum barulho, mas nos entristece ver nos últimos dias, a comida foi reduzida para quase nada... antes tivéssemos campos de cultivo, assim a gente poderia produzir as nossas culturas para a nossa própria alimentação (Rafael, 2021).

A problemática das reduções e dos cortes nas quantidades oferecidas aos refugiados não ocorre somente em Maratane, mas também em outros países acolhedores de refugiados na África, como é o caso de Uganda, Quênia, Chade, etc. Em janeiro de 2015, o Programa Mundial de Alimentação anunciou a redução nas rações para perto de 150 mil refugiados que viviam em campos de Uganda como resultado de insuficiência financeira (WPF, 2015).

Em suma, esses depoimentos ilustram-nos que, ao longo dos anos, a concessão da assistência alimentar vai se tornando precária ou então não responde àquilo que são as necessidades dos requerentes de asilo e refugiados. No caso específico de Maratane/Moçambique, estas reduções e cortes nos kits alimentares podem estar associadas a alguns factores, como a recepção massiva de requerentes de asilo em Moçambique e a fraca observância das soluções duráveis de repatriamento e reassentamento.

No que tange à recepção massiva, estudos como de Raimundo (2010) e Omata (2004), bem como os relatórios de Actividades do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados, ilustram uma tendência crescente em torno das entradas de requerentes de asilo e refugiados em Moçambique. Raimundo, no seu artigo *“The situation of refugees in Mozambique”*, mostra um gráfico crescente ao constatar que, entre 1995 e 1999, estavam registados apenas 500 requerentes de asilo e refugiados no Maputo; um ano depois, subiu para 2000 (Raimundo, 2010). Os relatórios de Actividades do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados mostram situação similar, como nos ilustra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 Recepção de requerentes de asilo e refugiados em Maratane/ Moçambique (2003, 2004, 2011 e 2014)

Anos	Entradas
2003	2.296
2004	4.541
2011	8.984
2014	9.000

Fonte: Dados retirados dos Relatórios de Actividades do Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados (2003, 2004, 2011, 2014).

A tendência crescente no que diz respeito à recepção de requerentes de asilo e refugiados não se verifica somente no centro de Maratane, mas também em outros locais. É o caso do acampamento de Dzaleka no Malawi, país vizinho a Moçambique, que também vive o drama da escassez de alimentos e situações de fome em seus campos de refugiados. Vejamos a Tabela 3, abaixo:

Tabela 3. Recepção de requerentes de asilo no assentamento de Dzaleka no Malawi (2003, 2004 e 2009)

Anos	Requerentes de asilo
2003	10.108
2004	8.153
2009	12.454

Fonte: WPF.<http://documents.wfp.org>.2010.WPF Malawi, food assistance for Refugees.

3 IMPLICAÇÕES DECORRENTES DAS REDUÇÕES E CORTES NA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA ALIMENTAR

As reduções e cortes na ração alimentar concedida aos refugiados têm causado diversos impactos. Um dos mais gritantes é a fome, como alguns entrevistados referenciam ao longo do nosso texto: *“recebemos em novembro e só agora fevereiro é que voltamos a receber... não sabemos quando vamos receber de novo... passamos fome”* (Anônima. Maratane, 18 de fevereiro de 2015).

As manifestações e queixas têm sido frequentes no seio de requerentes de asilo e refugiados como resultado dos atrasos e cortes na concessão da assistência alimentar, como Lutxeque (2007) nos indica no trecho abaixo:

Centenas de refugiados do Centro de Maratane, na província nortenha de Nampula, manifestaram-se contra a falta de sabão e óleo que não são distribuídos há sete meses. Cada família tem direito a receber, por mês, nove quilos de milho e feijão, meio litro de óleo alimentar e uma barra de sabão. Mas estes dois últimos produtos já não são distribuídos há sete meses, queixam-se os refugiados do Centro de Maratane. A situação gerou revolta e levou centenas de refugiados, na sua maioria mulheres, a protestarem em frente ao edifício da administração do centro para exigir esclarecimentos das autoridades (LUTXEQUE, 2017, p.1).

Portanto, estas manifestações, protestos e queixas criam um clima de instabilidade no centro de acomodação de refugiados de Maratane/Moçambique. Tratando-se de um centro instalado no meio da comunidade local, estas situações transbordam para a comunidade.

Como consequência dos atrasos na concessão da assistência alimentar, tem-se verificado o aumento de furtos, como afirmaram Anésia Nyabenda e Paulo Maquexa, entrevistados por nós no campo de refugiados de Maratane: *“quando há demora na distribuição dos alimentos acontecem vários roubos* (Anésia Nyabenda, Maratane, 19 de fevereiro de 2015). Em relação ao mesmo assunto, Paulo Maquexa disse *“[...] a comida é pouca e não chega para duas semanas... ficamos 2 a 3 meses sem receber comida... muitos jovens começaram a roubar cabos de energia porque a comida é pouca. Não existe trabalho, não há actividade, roubam nas barracas e casas”* (Paulo Maquexa. Maratane, 20 de fevereiro de 2015).

As reduções e cortes na concessão da assistência alimentar forçaram os requerentes de asilo e refugiados a definirem estratégias como redução de números de refeições diárias, como explicou o Professor Wasasa, também entrevistado por nós, e que vive em Maratane desde 2003 “[...] *há famílias que passam uma refeição por dia para poupar a comida*” (Wasasa Caluta, 20 de fevereiro de 2015).

A redução do número de refeições diárias pode culminar no surgimento de várias doenças, como disse a presidente da Associação da Mulher Refugiada de Maratane, Bahaate Antuany: “[...] *as crianças estão a contrair muitas doenças... mas é possível comer seis meses sem óleo?...*” (LUTXEQUE, 2017). No entanto, Bahaate Antuany não especifica o tipo de doenças. Sobre o mesmo assunto, o Jornal Verdade aponta a desnutrição como sendo um dos males frequentes, descrevendo da seguinte forma: “*a desnutrição é também um problema de proporções gigantescas. Crianças com olhos fundos, cabeça grande e braços finos são imagens mais comuns em Maratane*” (Jornal Verdade, 2014).

O surgimento de doenças como resultado da insuficiência alimentar não se verifica somente em Moçambique. Reed & Habicht (1998) constataram na Guiné que uma epidemia de beribéri, causada pela deficiência de vitamina B1, ocorreu no campo de refugiados de Thuo entre os liberianos que afirmaram terem consumido exclusivamente arroz branco e óleo vegetal, os únicos alimentos distribuídos mensalmente.

Os cortes e reduções nas quantidades de alimentos forçaram igualmente alguns requerentes de asilo e refugiados a definirem estratégias alternativas de sobrevivência, como a prática de agricultura, comércio e outras actividades, tanto dentro como fora do centro, como afirmaram alguns entrevistados: “[...] *as pessoas capinam, fazem pequenos negócios para viver...homens e mulheres saem e fazem salões cabeleireiros... algumas mulheres trabalham na cidade como domésticas*” (Entrevista em grupo. Maratane 19 de janeiro de 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados não atende aquilo que são as suas expectativas em Maratane/Moçambique. Ao longo dos anos, a assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados vai se deteriorando. De uma distribuição mensal, praticada nos primeiros anos, passou a trimestral ou mais, com excessivos cortes e reduções.

Como consequência das mudanças na concessão da assistência alimentar surgem problemas relacionados com fome, doenças, aumento de furtos e manifestações por parte dos requerentes de asilo e refugiados em Maratane/Moçambique, que criam um clima de instabilidade, afectando não só aos requerentes de asilo, mas também a comunidade local.

O abandono do centro de acomodação devido à procura de melhores condições de vida tem sido uma das consequências das reduções e cortes nos kits. Outros ainda definem estratégias como a prática da agricultura e o pequeno comércio desenvolvido tanto dentro ou fora do centro de acomodação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONSOLO, Maria Josefina. **Integração social e estratégias de sobrevivência de refugiados em Maratane**. Monografia para obtenção do grau de Licenciatura. Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2003.
- CONSOLO, Maria Josefina. **O acolhimento de refugiados em Maratane**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2015.
- JORNAL VERDADE. **O centro de refugiados de Maratane é repulsivo**. < <https://verdade.co.mz> >. 23 de Agosto de 2013.
- JORNAL VERDADE. **A dura condição do refugiado em Moçambique**. < <https://verdade.co.mz> >. 17 de Julho de 2014.
- LUTXEQUE, Siti. **Protestos de refugiados no norte de Moçambique**. 2017. DW. < <http://www.dw.com>. disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/protestos-de-refugiados-no-norte-de-mo%C3%A7ambique/a-41202795> >. Acesso, s/d.
- OMATA, Naohiko. **Alchemy field Report on FCC Micro Credit programs to Refugees in Mozambique**. Maputo. 2004.
- RAFAEL, César. (Rádio encontro/emissora católica de Nampula). **Refugiados de Maratane passam fome e péssimas condições de sobrevivência**. 24 de junho de 2021.
- RAIMUNDO, Inês. The situation of refugees in Mozambique. In **“Refugee Status Determination and Rights in Southern and East Africa**. Uganda: Refugee Studies Centre, 2010.
- REED, Barbara & HABICHT, Jean . Food rations for refugees. In. **Journals Lancet**. Vol.351. 1998. Middle East. [Thelancet.com/journal/lancet/article](http://thelancet.com/journal/lancet/article).

ENTREVISTAS

DJUMA, Lungubalo. Maratane, 19 de fevereiro de 2015

MOKASA, Marcelle. Maratane, 19 de fevereiro de 2015

NYABENDA, Anesia. Maratane, 19 de fevereiro de 2015

MAQUEXA, Paulo. Maratane, 20 de fevereiro de 2015

WASASA, Caluta. 20 de fevereiro de 2015

RESUMO

Moçambique recebe e assiste requerentes de asilo no centro único de Maratane desde 2001. Logo após a criação, o centro passou a receber trimestralmente aproximadamente 200 requerentes de asilo expectantes por um abrigo e o mínimo para a sua sobrevivência. Deste universo, muito poucos são reassentados e menos ainda repatriados. A maioria continua no centro, por longos anos, na condição de requerente de asilo e na dependência de vários apoios com realce sobre a assistência alimentar. A partir de revisão bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas, o presente artigo analisa até que ponto a assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados em Maratane/Moçambique acompanha aquilo que são as suas expectativas ao longo do tempo. Especificamente, procuramos perceber o tipo de assistência alimentar concedida nos primeiros anos, identificar mudanças observadas na concessão da mesma ao longo do tempo e suas implicações. Os dados revelam que a assistência alimentar concedida aos requerentes de asilo e refugiados em situação prolongada tem sido aquém, tanto das expectativas como das necessidades básicas. Ao longo dos anos, a assistência concedida aos requerentes de asilo e refugiados vai se deteriorando, criando situações adversas sobre a vida dos requerentes de asilo e refugiados em Maratane/Moçambique.

Palavras-chave: Refugiados, assistência, situação prolongada.

ABSTRACT

Mozambique has been receiving and assisting asylum seekers at the Maratane centre since 2001. Soon after its creation, the Centre began receiving approximately 200 asylum seekers every three months, hoping for shelter and the minimum necessities for their survival. Of these, very few are resettled and even fewer are repatriated. The majority of the refugees remain at the Centre for many years as asylum seekers and depend on various forms of support, particularly food assistance. Based on a literature review and semi-structured interviews, this article analyses to what extent the food assistance provided to asylum seekers and refugees in Maratane/Mozambique reflects the expectations and needs of asylum seekers and refugees over time. Specifically, we sought to identify the type of food assistance provided in the early years, changes observed over time and their implications. The data reveal that food assistance provided to asylum seekers and refugees in protracted situations has fallen short of both expectations and basic needs. Over the years, assistance has deteriorated, creating adverse situations in the lives of asylum seekers and refugees in Maratane/Mozambique.

Keywords: Refugees, food assistance, protracted situation.

Exploration des Interactions Complexes : les impacts du système alimentaire sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine

*Ayawovi Djidjogbe Fanho**
*Leonardo Xavier da Silva***

1 INTRODUCTION

L'évolution rapide du système alimentaire mondial a engendré des répercussions considérables sur notre planète. En tant que pilier central de notre existence, ce système joue un rôle essentiel dans la dynamique climatique actuelle. De la production agricole à la distribution, en passant par la consommation, chaque étape de la chaîne alimentaire exerce une influence significative sur le climat, créant ainsi un impératif urgent d'examiner de près ces interactions pour orienter notre trajectoire vers une planète plus durable.

D'après le rapport de synthèse des experts du Groupe *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) publié en 2023 sous la direction de Lee et al. il est clairement établi que l'activité humaine est responsable du réchauffement climatique en cours. Ce réchauffement se manifeste par une augmentation significative de la température moyenne mondiale de 1,1 °C par rapport à la période préindustrielle, spécifiquement observée entre 2011 et 2020. Selon ce rapport, cette tendance à la hausse est principalement imputable aux émissions de gaz à effet de serre, principalement issues des activités humaines telles que l'utilisation d'énergies non renouvelables, la modification des écosystèmes terrestres, ainsi que les habitudes de vie, de consommation et de production.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).
fanhoparfait@gmail.com

**Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estando vinculado aos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Agronegócios (PPG Agronegócios).
leonardo.xavier@ufrgs.br

Les dynamiques de consommation et de production, étroitement entrelacées avec le système alimentaire (FAVARÃO ; FAVARETO, 2021), occupent une place centrale au sein des mécanismes complexes associés au changement climatique, agissant en tant "*a major driver of poor health and environmental degradation*" (PARSONS et al., 2019, p.2), ce qui présente un défi considérable en termes de durabilité pour l'humanité (FAO, 2016). Cette réalité a été corroborée par les conclusions des études menées par Afshin et al. (2017) ; WHO et al. (2019), qui soulignent que l'alimentation est une cause majeure de décès à l'échelle mondiale. Les recherches menées par Rockström et al. (2020) soulignent de manière alarmante les insuffisances de notre système alimentaire contemporain dans l'accomplissement efficace et durable de ses fonctions vitales. Selon ces auteurs, "*Food is failing us*" (ROCKSTRÖM et al., 2020, p.1).

Les travaux de recherche menés par Willett et al. (2019) mettent en évidence la capacité des systèmes alimentaires à fournir une alimentation saine pour l'homme tout en préservant la durabilité environnementale. Malheureusement, selon ces auteurs, la réalité actuelle est telle que ces systèmes alimentaires constituent une menace pour les deux aspects (WILLETT et al. 2019). L'actuel système alimentaire exerce une influence significative en tant que principal contributeur à la dégradation de la santé humaine et de l'environnement (PARSONS et al., 2019 ; WHO, 2019). Cependant, les pratiques agricoles intensives, l'utilisation excessive de pesticides et d'engrais chimiques, ainsi que la dépendance aux monocultures, ont des répercussions néfastes sur la qualité nutritionnelle des aliments produits (HOSPES ; BRONS, 2016). Les régimes alimentaires modernes, caractérisés par une surconsommation d'aliments transformés riches en calories vides, en gras saturés et en sucres ajoutés, sont associés à une augmentation des maladies chroniques (WILLETT et al. 2019).

Les systèmes alimentaires se dévoilent comme un réseau complexe (KÖRNER et al. 2022) qui fait objet de diverses caractérisations et descriptions (PARSONS et al. 2019). Ces perspectives varient depuis une conception rudimentaire d'une simple chaîne d'approvisionnement alimentaire jusqu'à une représentation plus complexe, décrivant un réseau interconnecté composé de multiples éléments (BÉNÉ, 2019 ; HOSPES ; BRONS, 2016 ; PARSONS et al., 2019). Fondamentalement, le système alimentaire peut être appréhendé à travers les opérations englobant le cheminement des denrées alimentaires depuis leur production agricole jusqu'à leur consommation finale. Dans leur publication intitulée "*Rethinking food policy: A fresh approach to policy and practice*", PARSONS et al. (2019), ont proposé une définition du système alimentaire en tant que

“the interconnected system of everything and everybody that influences, and is influenced by, the activities involved in bringing food from farm to fork and beyond³” (PARSONS et al., 2019, p .2).

En outre, ce système englobe la totalité des phases du processus alimentaire, depuis la production agricole jusqu’à la consommation finale, formant ainsi une entité harmonieuse et interdépendante (OTEROS-ROZAS et al., 2019). Il est important de reconnaître que chaque opération dans cette chaîne d’approvisionnement est influencée par d’autres acteurs et a également un impact sur eux. Cela implique :

- *The chain of activities from producer to consumer ;*
- *The factors that influence the chain of activities and are influenced by it; these are drivers and outcomes of the food chain, which have economic, political, environmental, health and social dimensions;*
- *The many entities, institutions and people directly and indirectly involved;*
- *The connections between all these elements, meaning that action in one part of the system has repercussions across the system⁴.* PARSONS et al., 2019, p .2).

Les systèmes alimentaires actuels sont confrontés à une série de défis qui ont des répercussions sur le changement climatique (FAO, 2016). En effet, les systèmes alimentaires contribuent à environ un tiers des émissions totales de gaz à effet de serre (TUBIELLO et al., 2021 ; FAO, 2022) et sont responsables de la moitié des pertes d’habitat (ZHANG, 2024). Selon les conclusions d’Aiking (2019), chaque élément constitutif des systèmes alimentaires, de la production agricole à la gestion des déchets, exerce une influence significative sur les changements climatiques et la dégradation de l’environnement (WHO, 2019).

Les diverses étapes de la chaîne alimentaire ont un impact cumulatif sur les émissions de gaz à effet de serre (CRIPPA et al., 2021), la consommation d’eau reconnue comme le pilier essentiel de notre planète (ROCKSTRÖM, 2023), la déforestation et la perte de biodiversité (FAOSTAT, 2020). Cette réalité met en évidence l’ampleur des défis auxquels sont confrontés les systèmes alimentaires actuels. En effet, comme le souligne Rockström et al. (2020) *“The global food system is the single largest greenhouse gas-emitting sector in the world⁵” (ROCKSTRÖM et al., (2020, p.1).* Selon les conclusions récentes de l’étude menée par Rockström et al. (2023), les conséquences néfastes du système alimentaire contemporain sont déjà ressenties à l’échelle mondiale. Des preuves scientifiques solides mettent en évidence les impacts délétères

de ces systèmes non seulement sur les écosystèmes et l'environnement, mais également sur la santé humaine (KLEIJN et al., 2019 ; ROCKSTRÖM et al., 2017 ; WHO, 2019).

Les conséquences préjudiciables de ce système se manifestent de manière prépondérante à travers une série d'impacts, émergeant comme la principale cause de la perte de biodiversité, de la détérioration des écosystèmes terrestres (ROCKSTRÖM et al., 2020 ; FAOSTAT, 2020 ; IPES-Food, 2019), de la dégradation des sols (WHO, 2019), de l'eutrophisation, et de l'appauvrissement de la qualité de l'eau (OTEROS-ROZAS et al., 2019 ; FOLEY et al., 2011). Cette constellation d'effets indésirables souligne la nécessité impérieuse d'adopter des approches agricoles et alimentaires plus durables, intégrant des pratiques respectueuses de la biodiversité, de la santé des écosystèmes, et de la qualité des ressources naturelles (PARSONS et al., 2019).

Cette transformation vers une alimentation durable contribue non seulement à atténuer les impacts néfastes mentionnés précédemment mais s'inscrit également dans un contexte plus vaste, où les changements climatiques, tels que les variations de précipitations, les modifications de la circulation atmosphérique, les événements climatiques extrêmes, la montée du niveau de la mer, et d'autres facteurs, représentent des enjeux cruciaux ayant des répercussions significatives sur notre système socioéconomique (ARTAXO, 2020). Ces aspects étendus des changements climatiques soulignent l'urgence d'adopter des politiques et des pratiques holistiques pour renforcer la résilience de notre système socioéconomique face à ces défis complexes.

L'objectif de cette étude vise à examiner les conséquences préjudiciables résultant du système alimentaire actuellement en place, en mettant l'accent sur ses répercussions sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine. Dans cette optique, notre recherche s'attache à appréhender les interactions complexes entre le système alimentaire et ces différents domaines, en s'appuyant sur une analyse approfondie de la littérature scientifique récente rédigée par des experts réputés dans ce domaine. Ce travail de recherche s'articule autour de trois parties principales, encadrées par une introduction, une présentation de la méthodologie, un cadre théorique, et se clôturant par une conclusion.

1.1 Note méthodologique

Cette étude se propose d'analyser les impacts négatifs générés par les modèles de production et de consommation alimentaire contemporains, avec une attention particulière portée à leurs effets sur trois dimensions interdépendantes : les équilibres naturels, la biodiversité et le bien-être des populations. Notre approche cherche à comprendre les relations systémiques unissant ces différents éléments à travers une revue critique des publications

académiques majeures produites par des spécialistes reconnus du sujet. La démarche méthodologique repose sur une analyse de données secondaires, exploitant les bases de données scientifiques (Google Scholar, SciELO, ScienceDirect, Scopus). Comme le soulignent les travaux méthodologiques de référence (VERGARA, 2000), l'examen documentaire constitue un outil privilégié pour les études conceptuelles, permettant une appréhension nuancée des différentes positions théoriques (GIL, 2008). Au-delà d'une perspective générale, cette étude adopte une vision générale, et s'entend par ailleurs formuler des solutions pratiques pour améliorer le système alimentaire actuel.

2 LES SYSTÈMES ALIMENTAIRES ET LES DÉFIS ACTUELS

Au fil des décennies, le paysage des systèmes alimentaires mondiaux a connu une transformation marquante et substantielle, caractérisée par une augmentation marquée de l'utilisation intensive de produits chimiques, ainsi que par une production et une distribution à grande échelle d'aliments transformés (ROCHA ; HARRIS, 2019). Ces pratiques sont soutenues par des chaînes d'approvisionnement mondiales complexes et peu réglementées, et ont été favorisées par une spécialisation croissante, encouragée par les incitations du marché (KLEIJN et al., 2019). Cependant, il est désormais largement reconnu que ces pratiques ont des répercussions néfastes sur notre société (ROCKSTRÖM et al., 2017). En outre, selon ARTAXO (2020), notre société est actuellement confrontée à trois crises majeures de manière concomitante : la crise sanitaire, la crise de la biodiversité et la crise climatique. Les effets préjudiciables de ces pratiques sont déjà observables à l'échelle mondiale, comme le soulignent les travaux de Rockström et al. (2023).

Selon les études menées par Rockström et al. (2020), il est clairement établi que le système alimentaire mondial présente de graves lacunes en ce qui concerne son impact sur le changement climatique. En effet, ce système est identifié comme étant le principal contributeur mondial aux émissions de gaz à effet de serre (SONNINO, 2017 ; FAO, 2022), et l'agriculture à lui seul représente environ 70 % des prélèvements d'eau douce mondiaux (WHO, 2019). L'interaction complexe entre le changement climatique et les systèmes alimentaires se manifeste de deux manières essentielles : d'une part, les systèmes alimentaires sont extrêmement vulnérables aux fluctuations climatiques, et d'autre part, ils jouent un rôle considérable dans l'aggravation du changement climatique (FANZO et al., 2018).

Selon les recherches menées par Louis Malassis (1994), le système alimentaire peut être défini comme un ensemble d'activités coordonnées visant à garantir les aliments aux êtres humains. Cette définition met en

évidence le rôle primordial du système alimentaire dans la fourniture d'une alimentation de qualité à l'homme, plutôt que d'être la principale cause de mortalité (ROCKSTRÖM et al., 2020 ; AFSHIN et al., 2017). Les recherches récentes ont mis en évidence l'ampleur des problèmes de santé liés à l'alimentation à l'échelle mondiale. Selon Rockström et al., (2020), ces maladies constituent un fléau majeur, contribuant à environ 11 millions de décès prématurés en 2017 et selon Parsons et al. (2019), "*food in the Anthropocene represents one of the greatest health and environmental challenges of the 21st century*" (PARSONS et al., 2019, p.3).

D'autre part, selon Oteros-Rozas et al. (2019), les systèmes alimentaires sont des systèmes complexes interconnectés, qui englobent l'ensemble des éléments et des acteurs impliqués dans les différentes étapes de la chaîne alimentaire. Dans leur publication de 2021, intitulée «*Abordagem sistêmica, coalizões e territórios: contribuições teóricas para a análise das transições sustentáveis em sistemas agroalimentares*»⁷, Favarão et Favareto exposent que ces systèmes se composent de quatre catégories distinctes et que chacune assume un rôle fondamental dans les processus de production et de consommation alimentaire (FAVARÃO ; FAVARETO, 2021). Selon ces auteurs, la première catégorie est celle de la production, qui englobe toutes les activités liées à la culture, à l'élevage et à la récolte des matières premières agricoles. Ces matières premières sont ensuite transformées et conditionnées dans la deuxième catégorie, celle de la transformation et du conditionnement. Cette étape comprend les opérations de transformation industrielle qui transforment les matières premières en produits alimentaires finis, prêts à être distribués. La troisième catégorie selon ces auteurs, est celle de la distribution et de la commercialisation, qui concerne la logistique et les canaux de vente permettant d'acheminer les produits alimentaires des fabricants aux détaillants, aux marchés et finalement aux consommateurs. Cette étape implique la gestion des flux de produits, le stockage, le transport et la mise en valeur des aliments sur les lieux de vente. Enfin, la quatrième catégorie est celle de la consommation, qui représente l'étape finale où les consommateurs sélectionnent, préparent et consomment les aliments. Cela englobe le processus de choix des aliments, la préparation culinaire et la digestion des aliments pour en tirer les nutriments nécessaires (FAVARÃO ; FAVARETO, 2021).

Les travaux de recherche entrepris par la communauté scientifique apportent des éléments de plus en plus concluants quant aux nombreux défis associés au fonctionnement des systèmes alimentaires à l'échelle mondiale. Ces études fournissent des preuves solides qui mettent en évidence les problèmes complexes et interconnectés liés à la sécurité alimentaire, à la durabilité environnementale, à la santé humaine et à l'équité sociale. Selon

les recherches menées par Willett et al. (2019), il est clairement établi que les systèmes alimentaires ont un impact significatif sur le changement climatique, contribuant ainsi à son intensification. Ces systèmes exercent un impact préoccupant sur les ressources naturelles, soulignant ainsi les défis en matière de durabilité et de résilience (ONU, 2021). De plus, selon les rapports de l'ONU (2017), ils sont responsables d'une part considérable de la déforestation, contribuant à hauteur de 80% de la dégradation des forêts dans diverses régions. Enfin, ce rapport met aussi en exergue la perte de biodiversité qui est aussi influencée par les systèmes alimentaires, qui sont responsables d'environ 80% de cette perte à travers la planète (ONU, 2021).

Dans son article intitulé «*As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas*»⁸, paru en 2020, ARTAXO souligne l'existence de trois crises interdépendantes : la crise sanitaire, la crise de la biodiversité et la crise climatique, dont les causes sont liées au système alimentaire. Cependant, selon lui il convient de souligner que ces crises se distinguent par la question du temps. En ce qui concerne la crise sanitaire, l'auteur souligne qu'elle peut avoir une durée d'environ deux ans. Cela fait référence à la période de temps nécessaire pour contenir et atténuer les effets d'une pandémie. En revanche, l'impact du changement climatique est d'une tout autre échelle temporelle. Comme le souligne ARTAXO (2020), les conséquences du changement climatique peuvent s'étendre sur des siècles. Les émissions passées de gaz à effet de serre continueront d'avoir un impact sur le climat pendant de nombreuses années, ce qui entraînera des changements durables dans les conditions météorologiques, les écosystèmes et les ressources naturelles. Quant à la perte de biodiversité, ARTAXO (2020) souligne qu'elle est éternelle. Selon lui, cela s'explique par le fait que les espèces animales et végétales qui disparaissent en raison de la dégradation des habitats, de la destruction des écosystèmes et d'autres pressions anthropiques ne peuvent pas être récupérées. Une fois qu'une espèce est éteinte, elle est perdue à jamais, avec des conséquences potentiellement désastreuses pour la stabilité des écosystèmes et la fourniture de services écosystémiques essentiels.

Selon les conclusions établies par ARTAXO (2020), il convient de mettre en évidence les liens étroits existant entre le changement climatique et la perte de biodiversité, phénomène qui est observé à l'échelle mondiale dans tous les écosystèmes terrestres, aquatiques et marins (IPES-Food, 2019). Le changement climatique exerce des pressions considérables sur les écosystèmes et contribue directement à la diminution de la biodiversité. Les variations des conditions climatiques, telles que l'augmentation des températures, les changements des régimes de précipitations et l'élévation du niveau de la mer, ont des conséquences profondes sur les espèces végétales

et animales, leur répartition géographique, leurs habitats et leurs interactions écologiques (ARTAXO, 2020). Selon l'auteur, les écosystèmes polaires et les récifs coralliens sont particulièrement vulnérables aux effets du changement climatique. L'élévation des températures entraîne la fonte des glaces, ce qui menace la survie des espèces polaires et perturbe l'équilibre délicat de ces écosystèmes uniques. De même, l'acidification des océans, causée par l'absorption accrue de dioxyde de carbone, nuit aux coraux et entraîne le blanchiment des récifs, mettant en péril la richesse biologique et la résilience de ces écosystèmes marins (ARTAXO, 2020).

Les changements climatiques vont bien au-delà de l'augmentation de la température (ARTAXO, 2020). La sphère alimentaire a été identifiée comme étant une source majeure de dégradation environnementale à l'échelle mondiale (BENE, 2022 ; RANGANATHAN et al., 2016 ; WHO, 2019). Cette réalité devient évidente lorsque l'on considère l'impact sur les glaciers de l'inlandsis de l'Antarctique occidental, où plusieurs d'entre eux ont déjà atteint des seuils critiques, contribuant ainsi à une élévation irréversible du niveau de la mer de plus de deux mètres à long terme (ROCKSTRÖM et al., 2020). La dynamique du changement climatique et les conséquences observées sur les glaciers soulignent l'importance cruciale d'appréhender et de lutter contre ces phénomènes de manière intégrée (IPCC, 2019). Cet impératif est particulièrement ressenti dans les pays disposant d'une vaste zone côtière, où les effets du changement climatique se font sentir de manière significative (ARTAXO, 2020). Les conséquences de l'élévation du niveau de la mer touchent non seulement les écosystèmes côtiers fragiles, mais aussi les communautés humaines qui dépendent de ces zones pour leur subsistance et leur économie (IPCC, 2019).

En plus d'avoir un impact sur la dégradation de l'environnement (WHO, 2019), Circuit alimentaire joue également un rôle crucial dans la santé humaine (KLEIJN et al., 2019 ; ROCKSTRÖM et al., 2017). Plusieurs chercheurs, tels que la FAO (2022), l'UNICEF (2018), SONNINO (2019), IPES-FOOD (2017) ; HADDAD et al. (2016), WHO et al. (2019) ont souligné les problèmes liés à l'obésité qui découlent de ce système. Ces études mettent en évidence que l'obésité est devenue un problème mondial majeur, avec des conséquences néfastes pour la santé publique. En cohérence avec ces constatations, les recherches de Leach (2022) révèlent que l'incidence de l'obésité continue de croître, tandis que les niveaux de carences en micronutriments demeurent stables.

Selon un rapport de WHO publié en 2019, l'obésité est devenue une préoccupation majeure en matière de santé publique, contribuant à l'émergence et à l'exacerbation de diverses maladies chroniques non transmissibles (RODRIGUES et al, 2013) telles que le diabète, hypertension

artérielle, les maladies respiratoires, les maladies cardiovasculaires et certaines formes de cancer (WILLETT et al. 2019). L'obésité est un phénomène complexe et multifactoriel, résultant de l'interaction de nombreux facteurs biologiques, sociaux, économiques, politiques, culturels et environnementaux (RALSTON et al. 2018 ; RODRIGUES et al. 2013). Sur le plan biologique, des éléments tels que le métabolisme, la génétique et les réponses hormonales peuvent influencer la propension d'un individu à l'obésité (SWINBURN et al. 2019). Cependant, il est essentiel de noter que ces facteurs biologiques ne suffisent pas à expliquer l'augmentation de la prévalence de l'obésité à l'échelle mondiale. Les facteurs sociaux, économiques et politiques jouent également un rôle déterminant dans la prévalence de l'obésité. Les inégalités socio-économiques, l'accès restreint à une alimentation saine, la publicité intensive pour des produits alimentaires malsains, l'urbanisation rapide et les modes de vie sédentaires sont tous des contributeurs à l'apparition de l'obésité (SWINBURN et al. 2019 ; RODRIGUES et al, 2013). De plus, Ralston et al. (2018) expliquent que les normes culturelles et les pratiques alimentaires peuvent également influencer les choix alimentaires et les comportements liés à l'obésité.

Les études de WHO et al. (2019) ont corroboré cette constatation, démontrant que les impacts environnementaux de la Chaîne alimentaire sont une source significative de morbidité et de mortalité, renforçant ainsi l'importance des conclusions du rapport de 2017 d'IPES-Food sur les interconnexions entre les systèmes alimentaires et la santé. Les données fournies par la FAO et l'UNICEF en 2018 font état d'une situation préoccupante en ce qui concerne l'obésité infantile, ainsi que chez les femmes en âge de procréer. En 2017, selon le rapport, on estimait que 38 millions d'enfants de moins de cinq ans étaient touchés par l'obésité (FAO, 2018) ce qui souligne l'ampleur du problème à l'échelle mondiale. En outre, les données révèlent une augmentation continue de l'obésité chez les adultes, et des obstacles persistants en matière d'accès à une alimentation saine qui sont identifiés comme un facteur contributif à cette tendance (FAO, 2018).

Les études menées par Béné (2022) ont abouti à des conclusions indéniables quant à la nécessité d'une transformation majeure des cycles alimentaires. En 2019, selon lui, les chiffres révélaient que 690 millions de personnes souffraient encore de la faim, tandis que 340 millions d'enfants étaient confrontés à des carences en micronutriments, soulignant ainsi l'ampleur de la prévalence de la malnutrition. De façon simultanée, les données de la FAO et al. (2020) indiquent qu'une population estimée à 2,1 milliards d'adultes était touchée par le problème du surpoids ou de l'obésité. Ces constatations mettent en évidence l'existence d'une double charge nutritionnelle, où des problèmes de sous-alimentation coexistent avec des problèmes de suralimentation et de mauvaise alimentation.

Outre leur caractère insoutenable sur le plan nutritionnel et sanitaire, les réseaux alimentaires sont également vivement critiqués en raison de leur faible performance en matière de justice sociale, de respect des droits de l'homme et d'équité (BENE, 2022). En effet, le secteur agricole et agroalimentaire est reconnu comme étant celui où la prévalence du travail forcé et du travail des enfants est la plus élevée à l'échelle mondiale (HODAL, 2016 ; IPES, 2017). Ces pratiques inacceptables d'exploitation humaine dans le secteur alimentaire soulèvent des préoccupations majeures en termes de droits fondamentaux, de dignité des travailleurs et de justice sociale. Elles sont contraires aux principes internationaux du travail décent et aux normes internationales de protection des droits de l'homme.

Les recherches conduites par Monteiro et al. (2021) confirment également les observations relatives aux conséquences significativement négatives des systèmes alimentaires. Les travaux de Willett et al. (2019) soulignent que notre modèle de consommation et de production alimentaire actuelle exerce une influence prépondérante dans ces transformations. En effet, les études de ces auteurs ont mis en évidence que ces chaînes alimentaires ont un impact négatif sur l'inclusion sociale dans les régions rurales. De plus, Abramovay (2021) souligne leur rôle significatif dans la propagation des maladies non transmissibles, ainsi que leur implication prédominante dans la propension aux pandémies mondiales. Dans ce sens, il explique cette implication majeure du fait que les pratiques d'élevage intensif, telles que l'élevage en confinement, créent des conditions propices à l'émergence et à la propagation de maladies animales, y compris des virus résistants. Les animaux élevés dans des environnements surpeuplés et stressants sont plus vulnérables aux infections, ce qui facilite la transmission des agents pathogènes. De plus, selon Abramovay (2021), la concentration élevée d'animaux dans des espaces restreints favorise la propagation rapide des maladies au sein des populations animales, augmentant ainsi le risque de transmission à l'homme.

Selon les recherches approfondies menées par Davis (2021), il est clairement établi que l'expansion des activités agricoles dans des zones riches en biodiversité crée un environnement propice à l'émergence de nouveaux agents pathogènes. Selon lui, ces agents pathogènes posent un défi majeur, car ils sont inconnus de notre système immunitaire et ne disposent pas de traitements médicaux avancés. Selon les contributions de cet auteur, l'expansion de la frontière agricole dans des régions abritant une grande diversité d'espèces animales et végétales entraîne un contact étroit entre l'homme et des agents pathogènes pour lesquels nous ne sommes pas préparés. Lorsque les écosystèmes naturels sont perturbés par la déforestation et la conversion des terres en terres agricoles, les animaux sauvages porteurs

de maladies peuvent entrer en contact direct avec les populations humaines. Cela crée une opportunité pour les agents pathogènes de passer d'une espèce à une autre, y compris à l'homme, sans que nous ayons développé d'anticorps spécifiques ou de technologies médicales avancées pour les combattre (DAVIS, 2021).

Au sein des débats concernant l'avenir incertain des systèmes alimentaires, de nombreux chercheurs soulignent l'impératif d'une refonte des systèmes existants (WHO, 2019). Selon les travaux de Körner et al. (2022), nous atteignons un moment critique où une transformation en profondeur ne se limite plus à une simple possibilité, mais devient impérative. Cette transition, comme l'indique Grin (2016), se caractérise par sa nature transformative, induisant des changements profonds et significatifs à la fois au niveau des pratiques sociétales interdépendantes et des structures institutionnelles, structurelles et discursives qui les encadrent. Ces experts soutiennent qu'un nouveau système alimentaire est indispensable pour remédier aux conséquences néfastes de l'ancien modèle, qui selon WHO (2019) engendre des problèmes de santé, accroît les risques de maladies et affaiblit le système immunitaire.

Étant donné les conséquences néfastes des systèmes alimentaires actuels sur l'écosystème et les inquiétudes grandissantes concernant leur viabilité à long terme, il devient impératif de promouvoir des modèles alimentaires qui allient santé et faible empreinte environnementale (WHO, 2019). Ces modèles doivent également être culturellement acceptables et économiquement accessibles à tous les individus. D'après les recherches de Macdiarmid et al. (2012), ainsi que les conclusions de la WHO (2019), il est crucial à court terme d'identifier des solutions bénéfiques pour tous, afin d'éviter les répercussions imprévues. Il est erroné de présumer qu'un régime alimentaire favorable à la santé aura automatiquement un faible impact sur l'environnement, ou inversement, qu'un régime respectueux de l'environnement sera nécessairement bénéfique pour la santé (WHO, 2019).

Pour réussir cette transformation, il est primordial d'adopter une approche intégrée et systémique. Cela implique de repenser l'ensemble de la chaîne alimentaire, depuis la production jusqu'à la consommation, en prenant en considération des aspects tels que la durabilité, la sécurité alimentaire et la santé publique (WHO, 2019). Des changements majeurs seront nécessaires dans les pratiques agricoles, la transformation des aliments, la distribution et les habitudes de consommation. Selon Parsons et al. (2019), l'évolution vers des régimes alimentaires sains requiert des ajustements substantiels dans nos habitudes alimentaires, impliquant notamment une réduction dépassant les 50 % de la consommation globale d'aliments considérés comme néfastes, tels que la viande rouge et le sucre. Parallèlement, ces auteurs affirment qu'une

augmentation de plus de 100 % de la consommation d'aliments bénéfiques à la santé, tels que les noix, les fruits, les légumes et les légumineuses, est impérative (WHO, 2019 ; PARSONS et al. 2019). Il est crucial de noter que les adaptations requises diffèrent significativement d'une région à l'autre. Cette diversité résulte de facteurs culturels, économiques et environnementaux propres à chaque localité. Par conséquent, l'approche envers ces changements alimentaires doit être adaptée et contextualisée pour répondre aux besoins spécifiques de chaque communauté (PARSONS et al. 2019).

Selon les travaux de Favarão ; Favareto (2021), l'innovation est considérée comme une nécessité dans le contexte actuel. Les auteurs soutiennent que l'innovation engendre à la fois des changements progressifs, grâce à des mécanismes de rétroaction positive favorisant l'émergence et l'adoption de pratiques et de techniques améliorées au sein du système. Ces variations qui augmentent l'aptitude des acteurs et renforcent leur efficacité sont sélectionnées, répétées et étendues. Cependant, il est important de noter que l'innovation peut également avoir des effets perturbateurs dans les systèmes déjà déstabilisés. Lade et al. (2020) soulignent que l'introduction de nouvelles pratiques et techniques peut créer des déséquilibres et des tensions, remettant en question les modes de fonctionnement établis.

Le progrès vers la transformation des systèmes alimentaires nécessite une approche de recherche et de conception systémique, en mettant l'accent sur l'innovation (HALL ; DIJKMAN, 2019 ; KÖRNER et al. 2022), il est essentiel d'adopter une vision globale et intégrée pour comprendre et repenser les systèmes alimentaires dans leur ensemble. En outre, pour favoriser une transformation efficace, il est important que l'innovation soit intrinsèquement imprévisible et flexible (ELZEN ; BOS, 2019 ; KÖRNER et al. 2022). Cela signifie qu'il est nécessaire de permettre l'émergence de nouvelles idées, de nouvelles pratiques et de nouvelles approches, en encourageant la diversité des acteurs et des perspectives. Parallèlement, il est crucial de reconnaître et de saisir les opportunités de changement. Comme l'ont souligné Klerx et al. (2010), il est important de créer et d'exploiter ce qu'il qualifie de «fenêtres d'opportunités» pour catalyser le changement systémique dans les systèmes alimentaires.

Selon diverses sources telles que WHO (2019), Willett et al. (2019) et Clark et al. (2020), il est largement reconnu que l'adoption de régimes alimentaires sains et respectueux de l'environnement peut varier considérablement d'un pays à l'autre. En effet, selon ces auteurs, les cultures, les traditions culinaires, les ressources disponibles et les systèmes alimentaires diffèrent d'une région à l'autre, ce qui nécessite des approches adaptées pour concrétiser ces avantages. Il est essentiel de comprendre que les régimes alimentaires sains et durables ne peuvent pas être appliqués de manière universelle sans

tenir compte des contextes locaux. Chaque pays a ses propres habitudes alimentaires et préférences culturelles, qui doivent être prises en compte lors de la promotion de régimes alimentaires respectueux de l'environnement. Cela implique d'adapter les recommandations nutritionnelles et les stratégies de développement durable en fonction des spécificités de chaque pays.

Il est important de reconnaître la diversité des régimes alimentaires à travers le monde et de comprendre que les approches pour promouvoir des régimes alimentaires sains et respectueux de l'environnement doivent être adaptées aux contextes locaux. Les cultures, les traditions culinaires, les ressources disponibles et les systèmes alimentaires varient d'un pays à l'autre, ce qui nécessite des recommandations et des stratégies spécifiques à chaque région. Une approche universelle ne serait pas efficace ni durable.

Pour concrétiser les avantages d'une alimentation saine et respectueuse de l'environnement, il est essentiel d'adopter une approche inclusive qui valorise les habitudes alimentaires et les préférences culturelles de chaque pays. Cela implique d'adapter les recommandations nutritionnelles en tenant compte des spécificités locales, de promouvoir l'accès à des aliments sains et abordables, de sensibiliser le public aux enjeux environnementaux liés à l'alimentation et de soutenir les initiatives locales visant à renforcer les systèmes alimentaires durables. En mettant en œuvre des approches adaptées et contextuelles, il est possible de promouvoir des régimes alimentaires sains et respectueux de l'environnement dans le monde entier, tout en respectant les diversités culturelles et les réalités locales. Cette approche contribuera à améliorer la santé humaine, à préserver l'environnement et à promouvoir la durabilité à long terme du système alimentaire mondial.

3 CONSIDÉRATIONS FINALES

Le débat sur l'avenir des systèmes alimentaires souligne l'urgence d'une transformation profonde pour remédier aux problèmes de santé, environnementaux et socio-économiques associés au modèle alimentaire actuel. Les recherches récentes mettent en évidence la nécessité d'une refonte intégrée et systémique, impliquant des changements significatifs à toutes les étapes de la chaîne alimentaire, de la production à la consommation. Cette transformation doit être guidée par une vision globale et inclusive, prenant en compte les spécificités culturelles, environnementales et économiques de chaque région. L'innovation est considérée comme un moteur essentiel de ce changement, mais elle doit être associée à une approche prudente et adaptative pour éviter des effets perturbateurs. En adoptant des approches contextuelles et inclusives, il est possible de promouvoir des régimes

alimentaires sains et respectueux de l'environnement dans le monde entier, contribuant ainsi à améliorer la santé humaine, à préserver l'écosystème et à assurer la durabilité à long terme des systèmes alimentaires mondiaux.

Pour parvenir à une transformation réussie, il est impératif d'adopter une approche globale, intégrée et systémique qui repense l'ensemble de la chaîne alimentaire, de la production à la consommation. Cela nécessitera des ajustements majeurs dans les pratiques agricoles, la transformation des aliments, la distribution et les habitudes de consommation. Il est essentiel de reconnaître que la promotion de régimes alimentaires sains et respectueux de l'environnement doit prendre en compte la diversité des régimes et des traditions culinaires à travers le monde. Chaque région a ses propres habitudes alimentaires et préférences culturelles qui doivent être respectées et valorisées. Par conséquent, les recommandations et les stratégies doivent être adaptées à chaque contexte local pour être efficaces et durables.

La transformation du système alimentaire nécessitera une collaboration étroite entre les acteurs de tous les maillons de la chaîne alimentaire, y compris les producteurs, les transformateurs, les distributeurs, les détaillants et les consommateurs. Des politiques gouvernementales favorables, des incitations économiques et des investissements dans la recherche et le développement seront également nécessaires pour soutenir cette transition. Il est important de sensibiliser le public aux avantages d'une alimentation saine et respectueuse de l'environnement, en mettant en évidence les liens entre l'alimentation et la santé, ainsi que les impacts environnementaux de nos choix alimentaires. Des campagnes d'information et d'éducation peuvent contribuer à encourager des comportements alimentaires durables et à promouvoir des choix éclairés.

De plus, l'innovation jouera un rôle clé dans la promotion de régimes alimentaires durables. Les avancées technologiques, telles que les nouvelles méthodes de production alimentaire et les alternatives aux protéines animales, peuvent offrir des solutions innovantes pour répondre aux défis actuels. En conclusion, pour parvenir à une transformation réussie du système alimentaire, il est nécessaire d'adopter une approche intégrée et systémique, en tenant compte de la diversité des régimes alimentaires et des traditions culinaires à travers le monde. Une collaboration étroite entre les acteurs de la chaîne alimentaire, des politiques gouvernementales favorables, une sensibilisation accrue et l'innovation seront essentielles pour promouvoir des régimes alimentaires sains et respectueux de l'environnement, contribuant ainsi à la santé humaine et à la durabilité de notre planète.

NOTES

¹ Un facteur majeur de mauvaise santé et de dégradation de l'environnement (PARSONS et al., 2019, p.2). Ma propre traduction.

² L'alimentation nous fait défaut (ROCKSTRÖM et al., 2020, p.1). Ma propre traduction.

³ Le système interconnecté de tout et de tous qui influence, et est influencé par, les activités impliquées dans l'acheminement des denrées alimentaires de la ferme à l'assiette et au-delà (PARSONS et al., 2019, p .2). Ma propre traduction.

⁴ - La chaîne d'activités du producteur au consommateur ;
- Les facteurs qui influencent la chaîne d'activités et sont influencés par elle ; il s'agit des moteurs et des résultats de la chaîne alimentaire, qui ont des dimensions économiques, politiques, environnementales, sanitaires et sociales ;
- Les nombreuses entités, institutions et personnes directement et indirectement impliquées ;
- Les liens entre tous ces éléments, ce qui signifie qu'une action dans une partie du système a des répercussions sur l'ensemble du système (PARSONS et al., 2019, p .2). Ma propre traduction.

⁵ Le système alimentaire mondial est le plus grand secteur émetteur de gaz à effet de serre au monde (ROCKSTRÖM et al., (2020, p.1). Ma propre traduction.

⁶ L'alimentation dans l'Anthropocène représente l'un des plus grands défis sanitaires et environnementaux du 21e siècle (PARSONS et al., 2019, p.3). Ma propre traduction.

⁷ Approche systémique, coalitions et territoires : contributions théoriques à l'analyse des transitions durables dans les systèmes agroalimentaires. Ma propre traduction.

⁸ Les trois urgences de notre société : la santé, la biodiversité et le changement climatique. Ma propre traduction.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

ABRAMOVAY, R. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, v. 73, n. 1, p. 53-57, 2021.

AFSHIN, A. et al. **Lancet** **393**, 1958–1972 (2017).

AFSHIN, A. et al. Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 393, n. 10184, p. 1958-1972, 2019.

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53-66, 2020.

- BÉNÉ, C. et al. Understanding food systems drivers: A critical review of the literature. **Global Food Security**, v. 23, p. 149-159, 2019.
- BÉNÉ, C. Why the Great Food Transformation may not happen—A deep-dive into our food systems’ political economy, controversies and politics of evidence. **World Development**, v. 154, p. 105881, 2022.
- CLARK, M. et al. The role of healthy diets in environmentally sustainable food systems. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 41, n. 2_suppl, p. 31S-58S, 2020.
- CRIPPA, M., et al. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. **Nature Food**, 2021.
- DAVIS, M. O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta. **Blog da Boitempo**, v. 16, 2020.
- ELZEN, B; BOS, B. The RIO approach: Design and anchoring of sustainable animal husbandry systems. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 145, p. 141-152, 2019.
- FANZO, J. et al. The effect of climate change across food systems: Implications for nutrition outcomes. **Global food security**, v. 18, p. 12-19, 2018
- FAO, **Rome Declaration on world food security and world food summit plan of action** (Rome, Italy) (1996). <<http://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm>> . Accessed 26 November 2019.
- FAO. Greenhouse gas emissions from agrifood systems: Global, regional and country trends, 2000–2020. **FAOSTAT Anal. Br. Ser.**, v. 50, p. 1-12, 2022.
- FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2018**. Building climate resilience for food security and nutrition. Rome, FAO, 2018.
- FAOSTAT, 2020, **FAO**, Rome. Access: <faostat.org> . Marco, 2024.
- FAVARÃO, C. B ; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios: contribuições teóricas para a análise das transições sustentáveis em sistemas agroalimentares. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 164-185, 2021.
- FOLEY, J. A. et al. Solutions for a cultivated planet. **Nature**, v. 478, n. 7369, p. 337-342, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas SA, 2008.

- GRIN, J. Transition Studies: Basic Ideas and Analytical Approaches. In. BRAUCH, H. G.; SPRING, U. O.; GRIN, J.; SCHEFFRAN, J. (Orgs.) **Handbook on Sustainability Transition and Sustainable Peace**. Switzerland: Springer, 2016.
- HADDAD, L. et al. **A new global research agenda for food**. Nature, v. 540, 2016.
- HALL, A ; DIJKMAN, J. Public agricultural research in an era of transformation : the challenge of agri-food system innovation. **Rome and Canberra: CGIAR Independent Science and Partnership Council (ISPC) Secretariat and Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (CSIRO)**, v. 2109, p. 67, 2019.
- HODAL, K. Nestlé admits slave labour risk on Brazil coffee plantations. **The Guardian**, v. 2, 2016.
- HHOSPES, O ; BRONS, A. Food system governance: A systematic literature review. Food systems governance, p. 13-42, 2016. In. KENNEDY, A.; LIJEBLAD, J. (Orgs.) **Food Systems Governance - Challenges for justice, equality and human rights**. London: Routledge, 2016. Disponível à: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315674957-2/food-system-governance-otto-hospes-anke-brons>>. aucune date d'accès.
- IPCC. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge. **Estudos Avançados** 34 (100), 2020 65 University Press, IPCC AR5 Synthesis Report, 2014. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>>.
- IPES-FOOD. **What makes urban food policy happen?** Insights from five case studies. Editores: HAWKES, C. ; HALLIDAY, Jess. London - UK : International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. IPES-Food. / City, University of London Institutional Repository, 2017. Disponível à <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/19325/1/Hawkes%20Halliday%20IPES_Food%20Urban%20Food%20Policy.pdf>.
- PÖRTNER, H.O.; ROBERTS, D.C.; MASSON-DELMOTTE, V.; ZHAI, P.; TIGNOR, M.; POLOCZANSKA, E.; MINTENBECK, K.; ALEGRÍA, A.; NICOLAI, M.; OKEM, A., PETZOLD, J.; RAMA, B.; WEYER, N. M. (Eds.). **IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate**. Cambridge, UK / New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2019. 755 pp. <https://doi.org/10.1017/9781009157964>. Disponível à: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/3/2022/03/SROCC_FullReport_FINAL.pdf >. aucune date d'accès.
- KLEIJN, D. et al. Ecological intensification: bridging the gap between science and practice. **Trends Ecol. Evol.** 34 (2), 154–166, 2019.

- KÖRNER, J. et al. How to swarm? Organizing for sustainable and equitable food systems transformation in a time of crisis. **Global Food Security**, v. 33, p. 100629, 2022.
- LADE, S. J. et al. . Resilience as pathway diversity: Linking systems, individual, and temporal perspectives on resilience. **Ecology and Society**, v. 25, n. 3, p. 1–14, 2020.
- LEACH, M. et al. Food politics and development. **World development**, v. 134, p. 105024, 2020.
- LEE, H. et al. **IPCC, 2023 : Climate Change 2023**: Synthesis Report, Summary for Policymakers. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland. 2023.
- MACDIARMID, J. I. et al. Sustainable diets for the future: can we contribute to reducing greenhouse gas emissions by eating a healthy diet?. **The American journal of clinical nutrition**, v. 96, n. 3, p. 632-639, 2012.
- MONTEIRO, C. A. et al. The need to reshape global food processing: a call to the United Nations Food Systems Summit. **BMJ Global Health**, v. 6, n. 7, p. e006885, 2021.
- ONU. **Cumbre sobre los Sistemas Alimentarios de 2021**. Disponible en : <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/food-systems-summit-2021/>> . Acesso em 10, Março, 2023
- OTEROS-ROZAS, E. et al. A social–ecological analysis of the global agrifood system. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 52, p. 26465-26473, 2019.
- PARSONS, K. et al. Rethinking food policy: A fresh approach to policy and practice. **Brief 5: Policy Coherence in Food Systems**, 2019.
- RALSTON, J. et al. Time for a new obesity narrative. **The Lancet**, v. 392, n. 10156, p. 1384-1386, 2018.
- RANGANATHAN, J. et al. **Shifting diets for a sustainable food future**. Creating a sustainable food future, installment eleven. Washington, DC. World Resources Institute, 2016.
- ROCHA, C; HARRIS, J. Evidence-based policymaking in the food–health nexus. **IDS Bulletin**. Vol. 50 No. 2 July 2019 .The Political Economy of Food. Disponible à: <<https://scispace.com/pdf/evidence-based-policymaking-in-the-food-health-nexus-3be3lpwj0h.pdf>>.

- ROCKSTRÖM, Johan et al. Sustainable intensification of agriculture for human prosperity and global sustainability. **Ambio**, v. 46, p. 4-17, 2017.
- ROCKSTRÖM, J et al. Planet-proofing the global food system. **Nature Food**, v. 1, n. 1, p. 3-5, 2020.
- ROCKSTRÖM, J et al. Why we need a new economics of water as a common good. **Nature**, v. 615, n. 7954, p. 794-797, 2023.
- RODRIGUES, L. et al. Obesidade e interseccionalidade: análise crítica de narrativas no âmbito das políticas públicas de saúde no Brasil (2004-2021). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00240322, 2023.
- SONNINO, R. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019.
- SWAIN, R. B. A critical analysis of the sustainable development goals. **Handbook of sustainability science and research**, p. 341-355, 2018.
- SWINBURN, B. A. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, p. 791-846, 2019.
- TUBIELLO, F.N. et al. Greenhouse gas emissions from food systems: building the evidence base. **Environmental Research Letters**. 2021 Jun;16(6):065007.
- UN, **Sustainable development goals** (2016). <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Accessed 8 April 2016.
- VERGARA, S. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.
- WILLETT, Walter et al. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) et al. **Sustainable healthy diets: Guiding principles**. Food & Agriculture Org., 2019.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Time to deliver**: report of the WHO Independent High-level Commission on Noncommunicable Diseases. Geneva: World Health Organization; 2018.
- ZHANG, H. et al. Global environmental impacts of food system from regional shock: Russia-Ukraine war as an example. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2024.

RÉSUMÉ

Le système alimentaire, dans sa complexité, englobe une série d'opérations organisées visant à assurer un approvisionnement alimentaire adéquat pour la population humaine. Ce processus coordonné comprend plusieurs étapes, notamment la production, la transformation, la distribution et la consommation de nourriture. Il a pour objectif de répondre de manière durable aux besoins nutritionnels, tout en prenant en compte les facteurs socio-économiques, environnementaux et culturels. Malgré son importance vitale, les recherches scientifiques révèlent des preuves de plus en plus alarmantes des nombreux problèmes associés à avec des conséquences majeures pour la santé humaine et l'environnement. L'objectif de cette étude est d'analyser les impacts négatifs engendrés par la chaîne alimentaire actuelle sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine, tout en identifiant les problèmes associés. Ce faisant, nous cherchons à comprendre les interactions complexes entre le système alimentaire et ces différents domaines. Pour atteindre cet objectif, une recherche bibliographique a été menée en utilisant des ressources de renom telles que Google Scholar, Scopus et d'autres bases de données académiques reconnues, afin d'identifier les problèmes et les lacunes de notre système alimentaire actuel. Les résultats de cette étude mettent en lumière de manière significative les failles de notre système alimentaire actuel dans l'exécution efficace et durable de ses fonctions essentielles.

Mots-clés : système alimentaire ; durabilité ; impacts négatifs

RESUMO

Os sistemas alimentares, em sua complexidade, abrangem uma série de operações organizadas que visam garantir um suprimento alimentar adequado para a população humana. Esse processo coordenado envolve várias etapas, incluindo produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Seu objetivo é responder de forma sustentável às necessidades nutricionais, levando em consideração fatores socioeconômicos, ambientais e culturais. Apesar da importância vital desses sistemas, pesquisas científicas revelam provas, cada vez mais alarmantes, dos muitos problemas associados ao funcionamento deles, com grandes consequências para a saúde humana e o meio ambiente, globalmente. O objetivo deste estudo é analisar os impactos negativos causados pela atual cadeia alimentar no meio ambiente, no ecossistema e na saúde humana, identificando os problemas à ela associados. Ao fazer isso, buscamos entender as interações complexas entre o sistema alimentar e essas diferentes áreas. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma busca bibliográfica utilizando importantes plataformas de pesquisa como Google Acadêmico, Scopus e outras bases de dados acadêmicas reconhecidas, para identificar os problemas e lacunas em nossos sistemas alimentares atuais. Os resultados deste estudo destacam deficiências importantes dos referidos sistemas que os impossibilitam de desempenhar suas funções essenciais de forma eficiente e sustentável.

Palavras-chave: sistema alimentar; sustentabilidade; impactos negativos

Explorando interações complexas: os impactos do sistema alimentar no meio ambiente, no ecossistema e na saúde humana*

Exploring complex interactions: the impacts of the food system on the environment, ecosystem and human health

*Ayawovi Djidjogbe Fanho***
*Leonardo Xavier da Silva****

1 INTRODUÇÃO

A rápida evolução do sistema alimentar global teve repercussões consideráveis em nosso planeta. Como pilar central da nossa existência, este sistema desempenha um papel essencial na dinâmica climática atual. Da produção agrícola à distribuição e ao consumo, cada etapa da cadeia alimentar exerce uma influência significativa no clima, criando assim um imperativo urgente de examinar, de perto, essas interações para orientar nossa ação antrópica em vista de um planeta mais sustentável.

De acordo com o Relatório de Síntese de Especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em 2023 sob a direção de Lee *et al.* está claramente estabelecido que a atividade

*Tradução: José Carlos Pereira (CEM/MISSÃO PAZ/GEPHOM). josecarlos.pereira31@gmail.com ; Yara Sílvia Tucunduva (CEM/MISSÃO PAZ). yarasilviat@gmail.com . Traduzido do original: Exploration des Interactions Complexes : Les Impacts du Système Alimentaire sur L'environnement, L'écosystème et la Santé Humaine.

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). fanhoparfait@gmail.com

***Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), estando vinculado aos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e em Agronegócios (PPG Agronegócios). leonardo.xavier@ufrgs.br

humana é responsável pelo aquecimento global em curso. Esse aquecimento se manifesta por um aumento significativo na temperatura média global de 1,1°C em comparação ao período pré-industrial, observado especificamente entre 2011 e 2020. De acordo com este relatório, essa tendência de aumento é principalmente atribuível às emissões de gases de efeito estufa, sobretudo, decorrentes de atividades humanas, como o uso de energias não renováveis, a modificação de ecossistemas terrestres, bem como hábitos de produção, consumo e vida.

As dinâmicas de consumo e produção, intimamente interligadas ao sistema alimentar (FAVARÃO; FAVARETO, 2021), ocupam um lugar central dentro dos complexos mecanismos associados às mudanças climáticas, atuando como “*a major driver of poor health and environmental degradation*” (PARSONS et al., 2019, p.2), o que representa um desafio em termos de sustentabilidade para a humanidade (FAO, 2016). Essa realidade foi corroborada pelos resultados dos estudos realizados por Afshin et al. (2017); WHO et al. (2019), que destacam que a alimentação é uma das principais causas de morte em todo o mundo. Pesquisa conduzida por Rockström et al. (2020) destaca, de forma alarmante, as insuficiências do nosso sistema alimentar contemporâneo para cumprir, de forma eficiente e sustentável, as suas funções vitais. Segundo esses autores, “*Food is failing us*” (ROCKSTRÖM et al., 2020, p.1).

Os trabalhos de pesquisa conduzidos por Willett et al. (2019) destacam a capacidade dos sistemas alimentares de fornecer dietas saudáveis para os humanos, preservando ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental. Infelizmente, segundo esses autores, a realidade atual é que esses sistemas alimentares representam uma ameaça para ambos os aspectos (WILLETT et al. 2019). O sistema alimentar atual exerce influência significativa como um dos principais contribuintes para a degradação da saúde humana e do meio ambiente (PARSONS et al., 2019; WHO, 2019). Enquanto isso, práticas agrícolas intensivas, uso excessivo de pesticidas e de fertilizantes químicos, bem como a dependência de monocultivos têm repercussões negativas na qualidade nutricional dos alimentos produzidos (HOSPES; BRONS, 2016). As dietas modernas, caracterizadas pelo consumo excessivo de alimentos processados, ricos em calorias vazias, gordura saturada e açúcares adicionados estão associadas a um aumento de doenças crônicas (WILLETT et al. 2019).

Os sistemas alimentares revelam-se podem ser representados como uma rede complexa (KÖRNER et al. 2022) que está sujeita a várias caracterizações e descrições (PARSONS et al. 2019). Essas perspectivas variam de uma concepção rudimentar de uma simples cadeia de abastecimento alimentar a uma representação mais complexa, descrevendo uma rede interconectada composta por múltiplos elementos (BÉNÉ, 2019; HOSPES; BRONS, 2016; PARSONS et al., 2019). Fundamentalmente, o sistema alimentar pode

ser compreendido por meio das operações que abrangem o caminho dos alimentos, desde sua produção agrícola até o seu consumo final. Em sua publicação intitulada *“Rethinking food policy: A fresh approach to policy and practice”*, PARSONS et al. (2019) propuseram uma definição do sistema alimentar como *“the interconnected system of everything and everybody that influences, and is influenced by, the activities involved in bringing food from farm to fork and beyond”* (PARSONS et al., 2019, p.2).

Além disso, esse sistema abrange a totalidade das fases do processo alimentar, desde a produção agrícola até o consumo final, formando, assim, uma entidade harmoniosa e interdependente (OTEROS-ROZAS et al., 2019). É importante reconhecer que cada operação nessa cadeia de abastecimento é influenciada por outros atores e tem, igualmente, um impacto sobre eles. Isso implica:

- The chain of activities from producer to consumer ;
- The factors that influence the chain of activities and are influenced by it; these are drivers and outcomes of the food chain, which have economic, political, environmental, health and social dimensions;
- The many entities, institutions and people directly and indirectly involved;
- The connections between all these elements, meaning that action in one part of the system has repercussions across the system⁴. (PARSONS et al., 2019, p .2).

Os sistemas alimentares atuais enfrentam uma série de desafios que têm repercussões na mudança climática (FAO, 2016). Na verdade, os sistemas alimentares contribuem para cerca de um terço das emissões totais de gases com efeito de estufa (TUBIELLO et al., 2021; FAO, 2022) e são responsáveis por metade da perda de habitat (ZHANG, 2024). De acordo com as conclusões de Aiking (2019), cada elemento constitutivo dos sistemas alimentares, desde a produção agrícola até a gestão de resíduos, têm uma influência significativa nas alterações climáticas e na degradação ambiental (WHO, 2019).

As várias etapas da cadeia alimentar têm um impacto cumulativo nas emissões de gases de efeito estufa (CRIPPA et al., 2021), no consumo de água – reconhecido como o pilar essencial do nosso planeta (ROCKSTRÖM, 2023) –, no desmatamento e na perda de biodiversidade (FAOSTAT, 2020). Essa realidade destaca a escala dos desafios enfrentados pelos sistemas alimentares atuais. De fato, como Rockström et al. (2020) apontam, *“The global food system is the single largest greenhouse gas-emitting sector in the world”*⁵ (ROCKSTRÖM et al., (2020, p.1). De acordo com as descobertas recentes do estudo conduzido por Rockström et al. (2023), as consequências adversas do sistema alimentar contemporâneo já estão

sendo sentidas globalmente. Provas científicas sólidas evidenciam os impactos deletérios desses sistemas não apenas nos ecossistemas e no meio ambiente, mas, também, na saúde humana (KLEIJN et al., 2019; ROCKSTRÖM et al., 2017; WHO, 2019).

As consequências prejudiciais deste sistema manifestam-se predominantemente através de uma série de impactos, surgindo como a principal causa da perda de biodiversidade, da deterioração dos ecossistemas terrestres (ROCKSTRÖM et al., 2020; FAOSTAT, 2020; IPES-Food, 2019), da degradação do solo (WHO, 2019), eutrofização e empobrecimento da qualidade da água (OTEROS-ROZAS et al., 2019; FOLEY et al., 2011). Essa constelação de efeitos indesejáveis sublinha a necessidade urgente de adotar práticas agrícolas e alimentares mais sustentáveis, integrando manejos que respeitem a biodiversidade, a saúde dos ecossistemas e a qualidade dos recursos naturais (PARSONS et al., 2019).

Essa transformação em direção a uma alimentação sustentável não só contribui para mitigar os impactos nefastos mencionados anteriormente, mas também se insere em um contexto mais amplo, no qual as mudanças climáticas, como as variações na precipitação de chuvas, as mudanças da circulação atmosférica, os eventos climáticos extremos, a elevação do nível do mar e outros fatores representam questões cruciais com repercussões significativas em nosso sistema socioeconômico (ARTAXO, 2020). Esses aspectos amplos das mudanças climáticas destacam a urgência de adotar políticas e práticas holísticas para fortalecer a resiliência do nosso sistema socioeconômico diante desses desafios complexos.

O objetivo deste estudo é examinar as consequências prejudiciais resultantes do atual sistema alimentar, com ênfase em seu impacto no meio ambiente, no ecossistema e na saúde humana. Nesta perspectiva, nossa pesquisa visa compreender as complexas interações entre o sistema alimentar e essas diferentes áreas, com base em uma análise aprofundada da literatura científica recente, escrita por renomados especialistas neste campo. Esta pesquisa está estruturada em três seções principais, organizadas em uma introdução, uma nota metodológica, um referencial teórico, e terminando com uma conclusão.

1.1 Nota metodológica

Este estudo se propõe a analisar os impactos negativos gerados pelos sistemas contemporâneos de produção e consumo de alimentos, com especial atenção aos seus efeitos em três dimensões interdependentes: equilíbrios naturais, biodiversidade e bem-estar das populações. Nossa abordagem busca compreender as relações sistêmicas que unem esses diferentes elementos por meio de uma revisão crítica das

principais publicações acadêmicas produzidas por especialistas reconhecidos no assunto. A abordagem metodológica baseia-se na análise de dados secundários, explorando as bases de dados científicas (Google Scholar, SciELO, ScienceDirect, Scopus). Como destacam os trabalhos metodológicos de referência (VERGARA, 2000), o exame documental constitui uma ferramenta privilegiada para os estudos conceituais, permitindo uma compreensão matizada das diferentes posições teóricas (GIL, 2008). Além de uma perspectiva geral, este estudo adota uma visão abrangente e também pretende formular soluções práticas para melhorar o sistema alimentar atual.

2 OS SISTEMAS ALIMENTARES E OS DESAFIOS ATUAIS

Ao longo das décadas, o cenário dos sistemas alimentares globais passou por uma transformação dramática e substancial, caracterizada por um aumento acentuado no uso intensivo de produtos químicos, bem como na produção e distribuição em larga escala de alimentos processados (ROCHA; HARRIS, 2019). Essas práticas são apoiadas por cadeias de abastecimento globais complexas e pouco regulamentadas, e foram favorecidas por uma crescente especialização, estimulada pelos incentivos de mercados (KLEIJN et al., 2019). No entanto, é hoje amplamente reconhecido que essas práticas têm repercussões prejudiciais na nossa sociedade (ROCKSTRÖM et al., 2017). Além disso, de acordo com ARTAXO (2020), nossa sociedade enfrenta atualmente três grandes crises simultaneamente: a crise sanitária, a crise da biodiversidade e a crise climática. Os efeitos nocivos dessas práticas já são observáveis em escala global, como destacam os trabalhos de Rockström et al. (2023).

De acordo com os estudos conduzidos por Rockström et al. (2020), está claramente estabelecido que o sistema alimentar global apresenta sérios problemas no que diz respeito ao seu impacto na mudança climática. De fato, esse sistema é identificado como o principal contribuinte global para as emissões de gases de efeito estufa (SONNINO, 2017; FAO, 2022), e a agricultura sozinha é responsável por aproximadamente 70% das retiradas globais de água doce (WHO, 2019). A complexa interação entre a mudança climática e os sistemas alimentares se manifesta de duas maneiras principais: por um lado, os sistemas alimentares são extremamente vulneráveis às flutuações climáticas e, por outro, desempenham um papel considerável no agravamento da mudança climática (FANZO et al., 2018).

Segundo as pesquisas realizadas por Louis Malassis (1994), o sistema alimentar pode ser definido como um conjunto de atividades coordenadas que visam garantir alimentação aos seres humanos. Esta definição destaca o

papel primordial do sistema alimentar no fornecimento de uma alimentação de qualidade aos humanos, em vez de ser a principal causa de mortalidade (ROCKSTRÖM et al., 2020; AFSHIN et al., 2017). As pesquisas recentes destacaram a magnitude dos problemas de saúde relacionados à alimentação em todo o mundo. Segundo Rockström et al., (2020), tais problemas constituem um grande flagelo. Eles contribuíram para, aproximadamente, 11 milhões de mortes prematuras em 2017, e segundo Parsons et al. , *“food in the Anthropocene represents one of the greatest health and environmental challenges of the 21st century”* (PARSONS et al., 2019, p.3).

Por outro lado, de acordo com Oteros-Rozas et al. (2019), os sistemas alimentares são sistemas complexos interconectados, que abrangem todos os elementos e atores envolvidos nas diferentes etapas da cadeia alimentar. Em sua publicação de 2021, intitulada *“Abordagem sistêmica, coalizões e territórios: contribuições teóricas para a análise das transições sustentáveis em sistemas agroalimentares”*, Favarão e Favareto explicam que esses sistemas são constituídos por quatro categorias distintas e que cada uma assume um papel fundamental nos processos de produção e consumo de alimentos (FAVARÃO; FAVARETO, 2021). Estes autores apontam que a primeira categoria é a de produção, que inclui todas as atividades relacionadas ao cultivo, criação e colheita de matérias-primas agrícolas. Essas matérias-primas são, então, processadas e acondicionadas na segunda categoria, a do processamento e embalagem. Esta etapa inclui operações de processamento industrial que transformam matérias-primas em produtos alimentícios acabados, prontos para serem distribuídos. A terceira categoria, segundo esses autores, é a da distribuição e da comercialização, que diz respeito à logística e aos canais de vendas que permitem encaminhar os produtos alimentícios dos fabricantes aos varejistas, aos mercados e, finalmente, aos consumidores. Esta etapa envolve o gerenciamento dos fluxos de produtos, o armazenamento, o transporte e a apresentação dos alimentos nos pontos de venda. Por fim, a quarta categoria é a do consumo, que representa o estágio final em que os consumidores selecionam, preparam e consomem os alimentos. Isso engloba o processo de escolha, prepara culinária e a digestão dos alimentos para extrair deles os nutrientes necessários (FAVARÃO; FAVARETO, 2021).

Os trabalhos de pesquisas realizados pela comunidade científica trazem elementos cada vez mais conclusivos sobre os muitos desafios associados ao funcionamento dos sistemas alimentares em escala global. Esses estudos fornecem provas sólidas que evidenciam os problemas complexos e interconectados, ligados à segurança alimentar, à sustentabilidade ambiental, à saúde humana e à equidade social. De acordo com as pesquisas conduzidas por Willett et al. (2019), fica claramente demonstrado que os sistemas alimentares têm um impacto significativo sobre a mudança

climática, contribuindo para a sua intensificação. Esses sistemas exercem um impacto preocupante sobre os recursos naturais, destacando assim os desafios em matéria de sustentabilidade e de resiliência (ONU, 2021). Além do mais, eles são responsáveis por uma parcela considerável do desmatamento, contribuindo com até 80% da degradação florestal em diversas regiões, e pela perda de cerca de 80% da biodiversidade, em todo o planeta (ONU, 2021).

Em seu artigo intitulado *“As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas”*, publicado em 2020, ARTAXO destaca a existência de três crises interdependentes: a crise sanitária a crise da biodiversidade e a crise climática, cujas causas estão ligadas ao sistema alimentar. No entanto, segundo ele, convém ressaltar que essas crises se diferenciam pela questão do tempo. Sobre a crise sanitária, o autor resalta que ela pode durar cerca de dois anos. Isso se refere ao período de tempo necessário para conter e mitigar os efeitos de uma pandemia. Em contraste, o impacto da mudança climática ocorre em uma escala de tempo completamente diferente. Como aponta ARTAXO (2020), as consequências da mudança climática pode se estender por séculos. As emissões passadas de gases de efeito estufa continuarão a impactar o clima por muitos anos, o que engendrará mudanças duradouras nas condições meteorológicas, nos ecossistemas e nos recursos naturais.

Quanto à perda da biodiversidade, ARTAXO (2020) enfatiza que ela é eterna. Segundo ele, isso se explica pelo fato de que as espécies animais e vegetais, que desaparecem devido à degradação de habitats, da destruição de ecossistemas e outras pressões antrópicas, não podem ser recuperadas. Quando uma espécie é extinta, ela se perde para sempre, com consequências potencialmente desastrosas para a estabilidade dos ecossistemas e o fornecimento de serviços ecossistêmicos essenciais.

De acordo com as conclusões estabelecidas por ARTAXO (2020), convém pôr em evidência os estreitos vínculos que existem entre a mudança climática e a perda de biodiversidade, fenômeno observado em escala global em todos os ecossistemas terrestres, aquáticos e marinhos (IPES-Food, 2019). A mudança climática exerce pressões consideráveis sobre os ecossistemas e contribui diretamente para o declínio da biodiversidade. As variações nas condições climáticas, como aumento de temperaturas, mudanças nos padrões de precipitação e elevação do nível do mar têm consequências profundas para as espécies vegetais e animais, para a sua distribuição geográfica, seus habitats e suas interações ecológicas (ARTAXO, 2020). Segundo o autor, os ecossistemas polares e os recifes de corais são particularmente vulneráveis aos efeitos da mudança climática. A elevação das temperaturas provoca o derretimento do gelo, ameaçando a sobrevivência das espécies polares e

perturba o delicado equilíbrio desses ecossistemas únicos. Da mesma forma, a acidificação dos oceanos, causada pelo aumento da absorção de dióxido de carbono, prejudica os corais e provoca o branqueamento dos recifes, colocando em risco a riqueza biológica e a resiliência desses ecossistemas marinhos (ARTAXO, 2020).

As mudanças climáticas vão muito além do aumento da temperatura (ARTAXO, 2020). A esfera alimentar foi identificada como uma importante fonte de degradação ambiental em escala global (BÉNÉ, 2022; RANGANATHAN et al., 2016; WHO, 2019). Essa realidade se torna evidente quando se considera o impacto sobre as geleiras da camada de gelo da Antártida Ocidental, onde várias já atingiram limites críticos, contribuindo para uma elevação irreversível do nível do mar de mais de dois metros a longo prazo (ROCKSTRÖM et al., 2020). A dinâmica da mudança climática e as consequências observadas nas geleiras destacam a importância crucial de compreender e de lutar contra esses fenômenos de forma integrada (IPCC, 2019). Este imperativo é particularmente sentido em países que dispõem de uma vasta área costeira, onde os efeitos da mudança climática são sentidos de forma significativa (ARTAXO, 2020). As consequências da elevação do nível do mar afetam não apenas os frágeis ecossistemas costeiros, mas, também, as comunidades humanas que dependem dessas áreas para sua subsistência e sua economia (IPCC, 2019).

Além de um impacto na degradação ambiental (WHO, 2019), a cadeia alimentar desempenha igualmente um papel crucial na saúde humana (KLEIJN et al., 2019; ROCKSTRÖM et al., 2017). Várias instituições e pesquisadores, como FAO (2022), UNICEF (2018), SONNINO (2019), IPES-FOOD (2017); HADDAD et al. (2016), WHOS et al. (2019) destacaram os problemas relacionados à obesidade, que decorrem desse sistema. Esses estudos destacam que a obesidade se tornou um grande problema global, com consequências nefastas para a saúde pública. De acordo com essas constatações, as pesquisas de Leach (2022) revelam que a incidência da obesidade continua a aumentar, enquanto os níveis de deficiências de micronutrientes permanecem estáveis.

Segundo um relatório da WHO, publicado em 2019, a obesidade se tornou uma grande preocupação em matéria de saúde pública, contribuindo para a emergência e a exacerbação de diversas doenças crônicas não transmissíveis (RODRIGUES et al, 2013), tais como o diabetes, hipertensão arterial, as doenças respiratórias, as doenças cardiovasculares e alguns tipos de câncer (WILLETT et al. 2019). A obesidade é um fenômeno complexo e multifatorial, resultante da interação de inúmeros fatores biológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (RALSTON et al. 2018; RODRIGUES et al. 2013). No plano biológico, elementos como metabolismo, a genética e as

respostas hormonais podem influenciar a propensão de um indivíduo à obesidade (SWINBURN et al. 2019). Entretanto, é essencial ressaltar que esses fatores biológicos não são suficientes para explicar o aumento da prevalência da obesidade em todo o mundo. Fatores sociais, econômicos e políticos desempenham igualmente um papel determinante na prevalência da obesidade. As desigualdades socioeconômicas, acesso limitado a alimentos saudáveis, a publicidade intensiva de produtos alimentícios não saudáveis, a rápida urbanização e os estilos de vida sedentários são todos contribuintes para o aparecimento da obesidade (SWINBURN et al. 2019; RODRIGUES et al, 2013). Além disso, Ralston et al. (2018) explicam que normas culturais e as práticas alimentares também podem igualmente influenciar as escolhas alimentares e os comportamentos relacionados à obesidade.

Os estudos da WHO et al. (2019) corroboraram essa constatação, demonstrando que os impactos ambientais da cadeia alimentar são uma fonte significativa de morbidade e mortalidade, reforçando a importância das conclusões do relatório IPES-Food, de 2017, sobre as interconexões entre os sistemas alimentares e a saúde. Dados fornecidos pela FAO e UNICEF, em 2018, mostram uma situação preocupante em relação à obesidade infantil, bem como entre mulheres em idade reprodutiva. Em 2017, segundo o relatório, estimou-se que 38 milhões de crianças menores de cinco anos eram afetadas pela obesidade (FAO, 2018), o que evidencia a magnitude global do problema. Além disso, os dados revelam um aumento contínuo da obesidade entre os adultos, e os obstáculos persistentes ao acesso a uma alimentação saudável que são identificados como um fator que contribui para essa tendência (FAO, 2018).

Os estudos conduzidos por Béné (2022) levaram a conclusões inegáveis quanto à necessidade de uma grande transformação dos ciclos alimentares. Ainda de acordo com Béné (2022), em 2019, os números revelaram que 690 milhões de pessoas ainda sofreriam de fome, enquanto 340 milhões de crianças enfrentavam deficiências de micronutrientes, destacando assim escala da prevalência da desnutrição. Simultaneamente, os dados da FAO et al. (2020) indicam que uma população estimada em 2,1 bilhões de adultos era afetada pelo problema do sobrepeso ou obesidade. Essas constatações evidenciam a existência de uma dupla carga nutricional, na qual problemas de subnutrição coexistem com os de supernutrição e má nutrição.

Além da insustentabilidade nutricional e sanitária, as redes alimentares também são fortemente criticadas por seu baixo desempenho em termos de justiça social, de respeito aos direitos humanos e de equidade (BÉNÉ, 2022). De fato, o setor agrícola e agroalimentar é reconhecido como aquele onde a prevalência do trabalho forçado e do trabalho infantil é a mais alta em escala global (HODAL, 2016; IPES, 2017). Essas práticas inaceitáveis de exploração

humana no setor alimentício levantam grandes preocupações em termos de direitos fundamentais, de dignidade dos trabalhadores e de justiça social. Elas são contrárias aos princípios internacionais do trabalho decente e aos padrões internacionais de proteção dos direitos humanos.

As pesquisas conduzidas por Monteiro et al. (2021) confirmam igualmente as observações sobre as consequências significativamente negativas dos sistemas alimentares. Os trabalhos de Willett et al. (2019) enfatizam que nosso modelo de consumo e de produção de alimentos exerce influência predominante nessas transformações. De fato, os estudos desses autores destacaram que essas cadeias alimentares têm um impacto negativo na inclusão social nas áreas rurais. Além disso, Abramovay (2021) destaca seu papel significativo na disseminação de doenças não transmissíveis, bem como seu envolvimento predominante na propensão às pandemias globais. Nesse sentido, ele explica essa grande implicação do fato de que as práticas pecuárias intensivas, como a criação em confinamento, criam condições propícias ao surgimento e à disseminação de doenças animais, incluindo vírus resistentes. Animais criados em ambientes lotados e estressantes são mais vulneráveis a infecções, o que facilita a transmissão de patógenos. Além disso, segundo Abramovay (2021), a alta concentração de animais em espaços confinados favorece a rápida disseminação de doenças dentro das populações animais, aumentando assim o risco de transmissão para humanos.

De acordo com as aprofundadas pesquisas conduzidas por Davis (2021), estabeleceu-se claramente que a expansão de atividades agrícolas em áreas ricas em biodiversidade cria um ambiente propício ao surgimento de novos patógenos. Segundo ele, esses patógenos colocam um desafio maior porque são desconhecidos do nosso sistema imunológico e não têm tratamentos médicos avançados. Segundo as contribuições desse autor, a expansão da fronteira agrícola em regiões que abrigam uma grande diversidade de espécies animais e vegetais leva ao contato próximo entre humanos e patógenos para os quais não estamos preparados. Quando os ecossistemas naturais são afetados pelo desmatamento e pela conversão de terras em terras agrícolas, os animais selvagens portadores de doenças podem entrar em contato direto com as populações humanas. Isso cria uma oportunidade para que patógenos passem de uma espécie para outra, inclusive para humanos, sem que tenhamos desenvolvido anticorpos específicos ou tecnologias médicas avançadas para combatê-los (DAVIS, 2021).

Nos debates sobre o futuro incerto dos sistemas alimentares, muitos pesquisadores destacam a necessidade imperativa de uma revisão dos sistemas existentes (WHO, 2019). De acordo com os trabalhos de Körner et al. (2022), nós atingimos um momento crítico no qual uma transformação profunda não se limita mais a uma mera possibilidade, mas se torna

imperativa. Esta transição, como indica Grin (2016), se caracteriza por sua natureza transformadora, induzindo mudanças profundas e significativas tanto ao nível das práticas sociais interdependentes e das estruturas institucionais, fundamentais e discursivas que as enquadram. Esses especialistas argumentam que um novo sistema alimentar é indispensável para remediar as consequências nefastas do antigo modelo, que, segundo WHO (2019), causa problemas de saúde, aumenta os riscos de doenças e enfraquece o sistema imunológico.

Dadas as consequências nefastas dos atuais sistemas alimentares no ecossistema e as crescentes preocupações sobre sua viabilidade a longo prazo, torna-se imperativo promover modelos alimentares que combinem saúde e baixo impacto ambiental (WHO, 2019). Esses modelos também devem ser culturalmente aceitáveis e economicamente acessíveis a todos os indivíduos. De acordo com as pesquisas de Macdiarmid et al. (2012), assim como as conclusões da WHO (2019), é crucial, no curto prazo, identificar soluções que sejam benéficas para todos, a fim de evitar as repercussões imprevistas. É errado supor simplesmente que um regime alimentar saudável terá automaticamente um baixo impacto ambiental ou, inversamente, que uma dieta ecologicamente correta será necessariamente benéfica para a saúde (WHO, 2019).

Para alcançar com sucesso essa transformação, é essencial adotar uma abordagem integrada e sistêmica. Isso implica repensar o conjunto da cadeia alimentar, da produção ao consumo, levando em consideração aspectos como sustentabilidade, segurança alimentar e saúde pública (WHO, 2019). Grandes mudanças serão necessárias nas práticas agrícolas, no processamento dos alimentos, na distribuição e nos hábitos de consumo. De acordo com Parsons et al. (2019), a evolução para regimes alimentares saudáveis exige ajustes substanciais em nossos hábitos alimentares, incluindo principalmente uma redução de mais de 50% no consumo global de alimentos considerados nefastos, como a carne vermelha e o açúcar. Paralelamente, esses autores afirmam que um aumento de mais de 100% no consumo de alimentos que promovem a saúde, como as nozes, as frutas, os vegetais e as leguminosas, é imperativo (WHO, 2019; PARSONS et al. 2019). É crucial observar que as adaptações necessárias diferem significativamente de uma região para outra. Essa diversidade resulta de fatores culturais, econômicos e ambientais específicos de cada localidade. Portanto, a abordagem para essas mudanças alimentares deve ser adaptada e contextualizada para atender às necessidades específicas de cada comunidade (PARSONS et al. 2019).

Segundo os trabalhos de Favarão; Favareto (2021), a inovação é considerada uma necessidade no contexto atual. Os autores sustentam que a inovação gera, ao mesmo tempo, mudanças progressivas por meio de

mecanismos de *feedback* positivo que favorecem o surgimento e a adoção de práticas e técnicas aprimoradas dentro do sistema. Essas variações que aumentam a habilidade dos atores e melhoram sua eficácia são selecionadas, repetidas e estendidas. No entanto, é importante observar que a inovação também pode ter efeitos perturbadores em sistemas já desestabilizados. Lade et al. (2020) apontam que a introdução de novas práticas e técnicas pode criar desequilíbrios e tensões, desafiando formas estabelecidas de operar.

O progresso em direção à transformação dos sistemas alimentares requer uma abordagem de pesquisa e concepção de sistemas, com ênfase na inovação (HALL; DIJKMAN, 2019; KÖRNER et al. 2022). É essencial adotar uma visão global e integrada para compreender e repensar os sistemas alimentares como um todo. Além disso, para favorecer uma transformação eficaz, é importante que a inovação seja intrinsecamente imprevisível e flexível (ELZEN; BOS, 2019; KÖRNER et al. 2022). Isso significa que é necessário permitir o surgimento de novas ideias, de novas práticas e de novas abordagens, incentivando a diversidade de atores e de perspectivas. Ao mesmo tempo, é crucial reconhecer e aproveitar oportunidades de mudança. Conforme apontado por Klerkx et al. (2010), é importante criar e explorar o que ele chama de “janelas de oportunidade” para catalisar a mudança sistêmica nos sistemas alimentares.

De acordo com várias fontes, como WHO (2019), Willett et al. (2019) e Clark et al. (2020), é amplamente reconhecido que a adoção de dietas saudáveis e ecologicamente corretas pode variar consideravelmente de um país a outro. De fato, de acordo com esses autores, as culturas, as tradições culinárias, os recursos disponíveis e os sistemas alimentares diferem de uma região para outra, o que requer abordagens adaptadas para concretizar essas vantagens. É essencial entender que dietas saudáveis e sustentáveis não podem ser aplicadas universalmente sem levar em conta os contextos locais. Cada nação tem seus próprios hábitos alimentares e preferências culturais, que devem ser levados em consideração ao se promoverem dietas ecologicamente corretas. Isso envolve adaptar as recomendações nutricionais e estratégias de desenvolvimento sustentável em função das especificidades de cada país.

É importante reconhecer a diversidade de regimes alimentares ao redor do mundo e entender que as abordagens para promover regimes alimentares saudáveis e ecologicamente corretas devem ser adaptadas aos contextos locais. As culturas, as tradições culinárias, os recursos disponíveis e os sistemas alimentares variam de um país a outro, o que requer recomendações e estratégias específicas para cada região. Uma abordagem universal não seria eficaz nem sustentável.

Para concretizar os benefícios de uma alimentação saudável e ecologicamente correta, é essencial adotar uma abordagem inclusiva que valorize os hábitos alimentares e as preferências culturais de cada país. Isso envolve adaptar as recomendações nutricionais para levar em conta as especificidades locais, promover o acesso a alimentos saudáveis e acessíveis, sensibilizar o público sobre os riscos ambientais relacionadas à alimentação e apoiar iniciativas locais destinadas a fortalecer sistemas alimentares sustentáveis. Ao implementar abordagens adaptadas e contextuais, é possível promover regimes alimentares saudáveis e ecologicamente corretos em todo o mundo, respeitando as diversidades culturais e as realidades locais. Essa abordagem ajudará a melhorar a saúde humana, preservar o meio ambiente e promover a sustentabilidade a longo prazo do sistema alimentar global.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o futuro dos sistemas alimentares destaca a urgência de uma transformação profunda para remediar os problemas de saúde, ambientais e socioeconômicos associados ao modelo alimentar atual. Pesquisas recentes destacam a necessidade de uma revisão integrada e sistêmica, envolvendo mudanças significativas em todos os estágios da cadeia alimentar, da produção ao consumo. Essa transformação deve ser pautada por uma visão global e inclusiva, levando em consideração as especificidades culturais, ambientais e econômicas de cada região. A inovação é considerada como um motor essencial dessa mudança, mas deve estar associada a uma abordagem prudente e adaptativa para evitar efeitos perturbadores. Ao adotar abordagens contextuais e inclusivas, é possível promover dietas saudáveis e ecologicamente corretas no mundo inteiro contribuindo assim para melhorar a saúde humana, preservar o ecossistema e garantir a sustentabilidade, a longo prazo, dos sistemas alimentares globais.

Para alcançar uma transformação bem-sucedida, é imperativo adotar uma abordagem global, integrada e sistêmica, que repense o conjunto da cadeia alimentar, da produção ao consumo. Isso exigirá grandes ajustes nas práticas agrícolas, no processamento de alimentos, na distribuição e nos hábitos de consumo. É essencial reconhecer que a promoção de regime alimentares saudáveis e ecologicamente equilibradas deve levar em conta a diversidade das dietas e das tradições culinárias ao redor do mundo. Cada região tem seus próprios hábitos alimentares e preferências culturais que devem ser respeitados e valorizados. Portanto, as recomendações e as estratégias devem ser adaptadas a cada contexto local para serem eficazes e sustentáveis.

Transformar o sistema alimentar exigirá uma colaboração estreita entre os atores de todos os elos da cadeia alimentar, incluindo os produtores, os processadores, os distribuidores, os varejistas e os consumidores. Políticas governamentais favoráveis, incentivos econômicos e investimentos na pesquisa e no desenvolvimento também serão necessários para apoiar essa transição. É importante sensibilizar o público sobre os benefícios de uma alimentação saudável e ecologicamente equilibrada, destacando as ligações entre dieta e saúde, bem como os impactos ambientais de nossas escolhas alimentares. Campanhas de informação e educação podem contribuir para ajudar a incentivar comportamentos alimentares sustentáveis e a promover escolhas conscientes.

Além disso, a inovação desempenhará um papel fundamental na promoção de dietas sustentáveis. Os avanços tecnológicos, os novos métodos de produção de alimentos e as alternativas às proteínas animais, podem oferecer soluções inovadoras para responder aos desafios atuais. Concluindo, para alcançar uma transformação bem-sucedida do sistema alimentar, é necessário adotar uma abordagem integrada e sistêmica, levando em consideração a diversidade de regimes alimentares e das tradições culinárias em todo o mundo. Uma colaboração estreita entre os atores da cadeia alimentar, políticas governamentais favoráveis, uma maior conscientização e inovação serão essenciais para promover regimes alimentares saudáveis e ecologicamente equilibradas, contribuindo assim para a saúde humana e a sustentabilidade do nosso planeta.

NOTAS

¹ Un facteur majeur de mauvaise santé et de dégradation de l'environnement (PARSONS et al., 2019, p.2). Ma propre traduction. (Tradução francesa do original em inglês)
Um dos principais causadores de problemas de saúde e de degradação ambiental (PARSONS et al., 2019, p.2). (tradução brasileira do original em inglês. Os tradutores)

² L'alimentation nous fait défaut (ROCKSTRÖM et al., 2020, p.1). Ma propre traduction. (Tradução francesa do original em inglês)
A comida está nos destruindo (ROCKSTRÖM et al., 2020, p.1). (tradução brasileira do original em inglês. Os tradutores)

³ "Le système interconnecté de tout et de tous qui influence, et est influencé par, les activités impliquées dans l'acheminement des denrées alimentaires de la ferme à l'assiette et au-delà" (PARSONS et al., 2019, p.2). Ma propre traduction. (Tradução francesa do original em inglês)

"o sistema interconectado por tudo e por todos, que influencia e é influenciado por atividades que vão além do transporte de alimentos da fazenda à mesa" (PARSONS et al., 2019, p.2). (tradução brasileira do original em inglês. Os tradutores)

- ⁴ - La chaîne d'activités du producteur au consommateur;
- Les facteurs qui influencent la chaîne d'activités et sont influencés par elle; il s'agit des moteurs et des résultats de la chaîne alimentaire, qui ont des dimensions économiques, politiques, environnementales, sanitaires et sociales;
 - Les nombreuses entités, institutions et personnes directement et indirectement impliquées;
 - Les liens entre tous ces éléments, ce qui signifie qu'une action dans une partie du système a des répercussions sur l'ensemble du système (PARSONS et al., 2019, p. 2). Ma propre traduction. (Tradução francesa do original em inglês)
 - A cadeia de atividades do produtor ao consumidor;
 - Os fatores que influenciam a cadeia de atividades e são influenciados por ela; tais fatores são os motores e resultados da cadeia alimentar, que têm dimensões econômicas, políticas, ambientais, de saúde e sociais;
 - As diversas entidades, instituições e pessoas direta e indiretamente envolvidas;
 - As conexões entre todos esses elementos, o que significa que uma ação em uma parte do sistema repercute nele todo. (PARSONS et al., 2019, p. 2). (tradução brasileira do original em inglês. Os tradutores)

⁵ Le système alimentaire mondial est le plus grand secteur émetteur de gaz à effet de serre au monde (ROCKSTRÖM et al., (2020, p.1). Ma propre traduction. (Tradução francesa do original em inglês)

O sistema alimentar global é o maior setor emissor de gases com efeito de estufa do mundo (ROCKSTRÖM et al., (2020, p.1).

(tradução brasileira do original em inglês. Os tradutores)

⁶ L'alimentation dans l'Anthropocène représente l'un des plus grands défis sanitaires et environnementaux du 21e siècle (PARSONS et al., 2019, p.3). Ma propre traduction. (Tradução francesa do original em inglês)

A alimentação no Antropoceno representa um dos maiores desafios ambientais e à saúde no século XXI (PARSONS et al., 2019, p.3). (tradução brasileira do original em inglês. Os tradutores)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, v. 73, n. 1, p. 53-57, 2021.

AFSHIN, A. et al. **Lancet** **393**, 1958–1972 (2017).

AFSHIN, A. et al. Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 393, n. 10184, p. 1958-1972, 2019.

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 53-66, 2020.

- BÉNÉ, C. et al. Understanding food systems drivers: A critical review of the literature. **Global Food Security**, v. 23, p. 149-159, 2019.
- BÉNÉ, C. Why the Great Food Transformation may not happen—A deep-dive into our food systems’ political economy, controversies and politics of evidence. **World Development**, v. 154, p. 105881, 2022.
- CLARK, M. et al. The role of healthy diets in environmentally sustainable food systems. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 41, n. 2_suppl, p. 31S-58S, 2020.
- CRIPPA, M., et al. Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. **Nature Food**, 2021.
- DAVIS, M. O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta. **Blog da Boitempo**, v. 16, 2020.
- ELZEN, B; BOS, B. The RIO approach: Design and anchoring of sustainable animal husbandry systems. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 145, p. 141-152, 2019.
- FANZO, J. et al. The effect of climate change across food systems: Implications for nutrition outcomes. **Global food security**, v. 18, p. 12-19, 2018
- FAO, **Rome Declaration on world food security and world food summit plan of action** (Rome, Italy) (1996). <<http://www.fao.org/3/w3613e/w3613e00.htm>> . Accessed 26 November 2019.
- FAO. Greenhouse gas emissions from agrifood systems: Global, regional and country trends, 2000–2020. **FAOSTAT Anal. Br. Ser.**, v. 50, p. 1-12, 2022.
- FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2018**. Building climate resilience for food security and nutrition. Rome, FAO, 2018.
- FAOSTAT, 2020, **FAO**, Rome. Access: <faostat.org> . Marco, 2024.
- FAVARÃO, C. B ; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios: contribuições teóricas para a análise das transições sustentáveis em sistemas agroalimentares. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 164-185, 2021.
- FOLEY, J. A. et al. Solutions for a cultivated planet. **Nature**, v. 478, n. 7369, p. 337-342, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas SA, 2008.

- GRIN, J. Transition Studies: Basic Ideas and Analytical Approaches. In. BRAUCH, H. G.; SPRING, U. O.; GRIN, J.; SCHEFFRAN, J. (Orgs.) **Handbook on Sustainability Transition and Sustainable Peace**. Switzerland: Springer, 2016.
- HADDAD, L. et al. **A new global research agenda for food**. *Nature*, v. 540, 2016.
- HALL, A ; DIJKMAN, J. Public agricultural research in an era of transformation : the challenge of agri-food system innovation. **Rome and Canberra: CGIAR Independent Science and Partnership Council (ISPC) Secretariat and Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation (CSIRO)**, v. 2109, p. 67, 2019.
- HODAL, K. Nestlé admits slave labour risk on Brazil coffee plantations. **The Guardian**, v. 2, 2016.
- HHOSPES, O ; BRONS, A. Food system governance: A systematic literature review. *Food systems governance*, p. 13-42, 2016. In. KENNEDY, A.; LIJEBLAD, J. (Orgs.) **Food Systems Governance - Challenges for justice, equality and human rights**. London: Routledge, 2016. Disponível à: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315674957-2/food-system-governance-otto-hospes-anke-brons>>. aucune date d'accès.
- IPCC. **Special Report on Ocean and Cryosphere in a Changing Climate** (IPCC, 2019).
- IPCC. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge. **Estudos Avançados** 34 (100), 2020 65 University Press, IPCC AR5 Synthesis Report, 2014. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>>.
- IPES-FOOD. **What makes urban food policy happen?** Insights from five case studies. Editores: HAWKES, C. ; HALLIDAY, Jess. London - UK : International Panel of Experts on Sustainable Food Systems. IPES-Food. / City, University of London Institutional Repository, 2017. Disponível à <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/19325/1/Hawkes%20Halliday%20IPES_Food%20Urban%20Food%20Policy.pdf>.
- KLEIJN, D. et al. Ecological intensification: bridging the gap between science and practice. **Trends Ecol. Evol.** 34 (2), 154–166, 2019.
- KÖRNER, J. et al. How to swarm? Organizing for sustainable and equitable food systems transformation in a time of crisis. **Global Food Security**, v. 33, p. 100629, 2022.
- LADE, S. J. et al. . Resilience as pathway diversity: Linking systems, individual, and temporal perspectives on resilience. **Ecology and Society**, v. 25, n. 3, p. 1–14, 2020.

- LEACH, M. et al. Food politics and development. **World development**, v. 134, p. 105024, 2020.
- LEE, H. et al. **IPCC, 2023 : Climate Change 2023**: Synthesis Report, Summary for Policymakers. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland. 2023.
- MACDIARMID, J. I. et al. Sustainable diets for the future: can we contribute to reducing greenhouse gas emissions by eating a healthy diet?. **The American journal of clinical nutrition**, v. 96, n. 3, p. 632-639, 2012.
- MONTEIRO, C. A. et al. The need to reshape global food processing: a call to the United Nations Food Systems Summit. **BMJ Global Health**, v. 6, n. 7, p. e006885, 2021.
- ONU. **Cumbre sobre los Sistemas Alimentarios de 2021**. Disponible en : <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/food-systems-summit-2021/>> . Acesso em 10, Março, 2023
- OTEROS-ROZAS, E. et al. A social–ecological analysis of the global agrifood system. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 52, p. 26465-26473, 2019.
- PARSONS, K. et al. Rethinking food policy: A fresh approach to policy and practice. **Brief 5: Policy Coherence in Food Systems**, 2019.
- RALSTON, J. et al. Time for a new obesity narrative. **The Lancet**, v. 392, n. 10156, p. 1384-1386, 2018.
- RANGANATHAN, J. et al. **Shifting diets for a sustainable food future**. Creating a sustainable food future, installment eleven. Washington, DC. World Resources Institute, 2016.
- ROCHA, C; HARRIS, J. Evidence-based policymaking in the food–health nexus. **IDS Bulletin**. Vol. 50 No. 2 July 2019 .The Political Economy of Food. Disponible à: <<https://scispace.com/pdf/evidence-based-policy-making-in-the-food-health-nexus-3be3lpwj0h.pdf>>.
- ROCKSTRÖM, Johan et al. Sustainable intensification of agriculture for human prosperity and global sustainability. **Ambio**, v. 46, p. 4-17, 2017.
- ROCKSTRÖM, J et al. Planet-proofing the global food system. **Nature Food**, v. 1, n. 1, p. 3-5, 2020.
- ROCKSTRÖM, J et al. Why we need a new economics of water as a common good. **Nature**, v. 615, n. 7954, p. 794-797, 2023.

- RODRIGUES, L. et al. Obesidade e interseccionalidade: análise crítica de narrativas no âmbito das políticas públicas de saúde no Brasil (2004-2021). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00240322, 2023.
- SONNINO, R. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019.
- SWAIN, R. B. A critical analysis of the sustainable development goals. **Handbook of sustainability science and research**, p. 341-355, 2018.
- SWINBURN, B. A. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, p. 791-846, 2019.
- TUBIELLO, F.N. et al. Greenhouse gas emissions from food systems: building the evidence base. **Environmental Research Letters**. 2021 Jun;16(6):065007.
- UN, **Sustainable development goals** (2016). <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>. Accessed 8 April 2016.
- VERGARA, S. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2000.
- WILLETT, Walter et al. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) et al. **Sustainable healthy diets: Guiding principles**. Food & Agriculture Org., 2019.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Time to deliver**: report of the WHO Independent High-level Commission on Noncommunicable Diseases. Geneva: World Health Organization; 2018.
- ZHANG, H. et al. Global environmental impacts of food system from regional shock: Russia-Ukraine war as an example. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 11, n. 1, p. 1-13, 2024.

RESUMO

Os sistemas alimentares, em sua complexidade, abrangem uma série de operações organizadas que visam garantir um suprimento alimentar adequado para a população humana. Esse processo coordenado envolve várias etapas, incluindo produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Seu objetivo é responder de forma sustentável às necessidades nutricionais, levando em consideração fatores socioeconômicos, ambientais e culturais. Apesar da importância vital desses sistemas, pesquisas científicas revelam provas, cada vez mais alarmantes, dos muitos problemas associados ao funcionamento deles, com grandes consequências para a saúde humana e o meio ambiente, globalmente. O objetivo deste estudo é analisar os impactos negativos causados pela atual cadeia alimentar no meio ambiente, no ecossistema e na saúde humana, identificando os problemas à ela associados. Ao fazer isso, buscamos entender as interações complexas entre o sistema alimentar e essas diferentes áreas. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma busca bibliográfica utilizando importantes plataformas de pesquisa como Google Acadêmico, Scopus e outras bases de dados acadêmicas reconhecidas, para identificar os problemas e lacunas em nossos sistemas alimentares atuais. Os resultados deste estudo destacam deficiências importantes dos referidos sistemas que os impossibilitam de desempenhar suas funções essenciais de forma eficiente e sustentável.

Palavras-chave: sistema alimentar; sustentabilidade; impactos negativos

RÉSUMÉ

Le système alimentaire, dans sa complexité, englobe une série d'opérations organisées visant à assurer un approvisionnement alimentaire adéquat pour la population humaine. Ce processus coordonné comprend plusieurs étapes, notamment la production, la transformation, la distribution et la consommation de nourriture. Il a pour objectif de répondre de manière durable aux besoins nutritionnels, tout en prenant en compte les facteurs socio-économiques, environnementaux et culturels. Malgré son importance vitale, les recherches scientifiques révèlent des preuves de plus en plus alarmantes des nombreux problèmes associés au fonctionnement des systèmes alimentaires à l'échelle mondiale, avec des conséquences majeures pour la santé humaine et l'environnement. L'objectif de cette étude est d'analyser les impacts négatifs engendrés par la chaîne alimentaire actuelle sur l'environnement, l'écosystème et la santé humaine, tout en identifiant les problèmes associés. Ce faisant, nous cherchons à comprendre les interactions complexes entre le système alimentaire et ces différents domaines. Pour atteindre cet objectif, une recherche bibliographique a été menée en utilisant des ressources de renom telles que Google Scholar, Scopus et d'autres bases de données académiques reconnues, afin d'identifier les problèmes et les lacunes de notre système alimentaire actuel. Les résultats de cette étude mettent en lumière de manière significative les failles de notre système alimentaire actuel dans l'exécution efficace et durable de ses fonctions essentielles.

Mots-clés: système alimentaire ; durabilité ; impacts négatifs

Agua, comida, tierra y movilidad: la situación de los pueblos indígenas en el Chaco paraguayo

Water, food, land, and mobility: the situation of indigenous peoples in the Paraguayan Chaco

ENTREVISTA A LIDIA RUIZ CUEVAS, COORDINADORA EJECUTIVA DE LA OENEGÉ TIERRAVIVA

Por: Paulo Mortari A. C.

1 INTRODUCCIÓN

El nombre “Paraguay” se evoca en la memoria brasileña en algunos de los destacados sucesos de su historia. Así lo es cuando se piensa en la Guerra de la Triple Alianza (“*Guerra do Paraguai*”, como se suele llamarla en portugués), el conflicto armado a gran escala de más larga duración de las Américas desde su independencia, que opuso paraguayos a brasileños y, enseguida, a argentinos y uruguayos de noviembre de 1864 a marzo de 1870 (SALLES, 1990). También lo es en el caso de la construcción de la central hidroeléctrica de Itaipú, usina binacional inaugurada en 1984 y que, por décadas, fue la más grande del mundo en términos de capacidad de generación de energía (SORIANO, 2012; SANTOS, 2006). Pese a eso, el país al que se remite el nombre es, en amplia medida, poco familiar a la población de su vecino de habla portuguesa. Augusto Roa Bastos, uno de los paraguayos más aclamados en la literatura mundial, dijo una vez que Paraguay era “una isla rodeada de tierra en el corazón del continente” (ROA BASTOS, 1977, p. 51). Se refería el escritor, al principio, al desconocimiento del que gozaba su país “en el panorama general de la cultura hispanoamericana” (ROA BASTOS, 1977, p. 51), pero la metáfora seguramente podría extenderse a otras áreas.

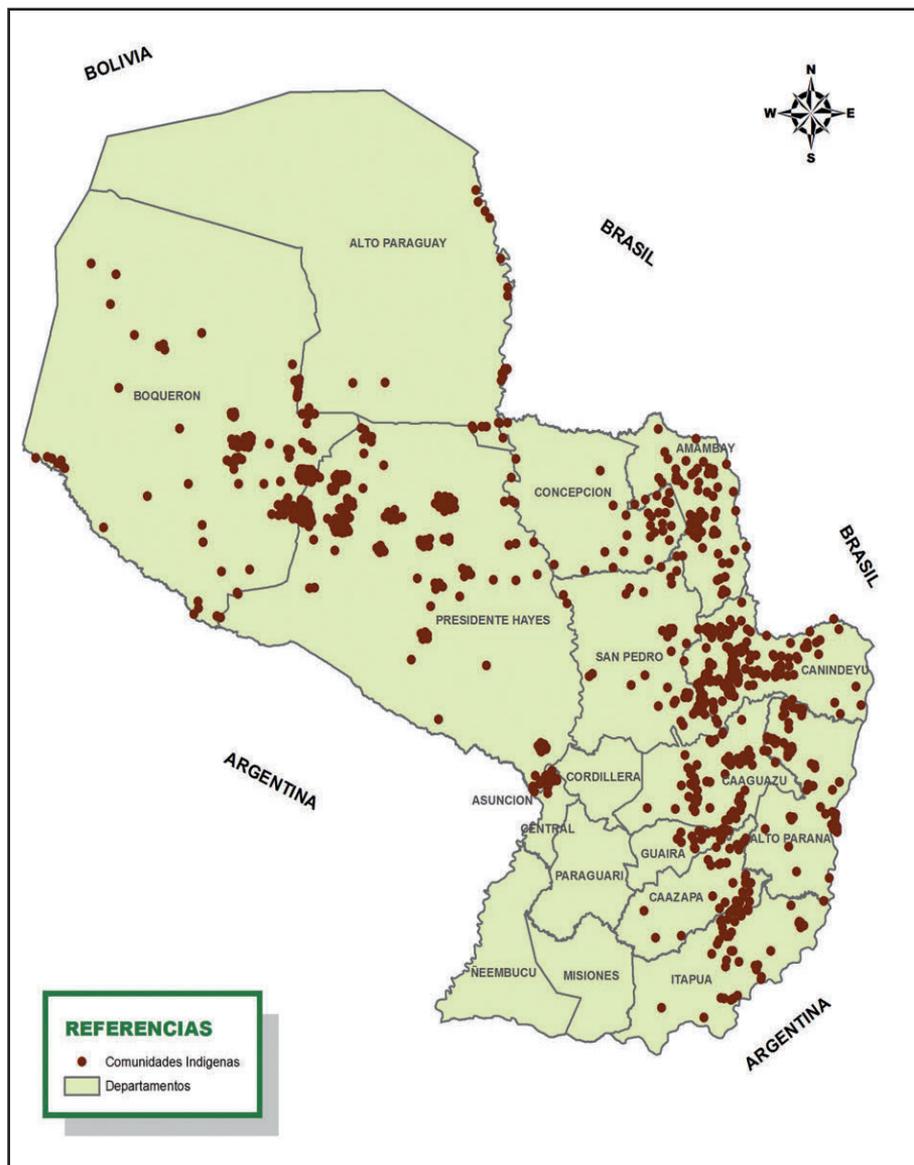
Más allá de los emblemáticos eventos antedichos, hay mucho en común entre Paraguay y Brasil. Al igual que aquí, el interior paraguayo viene pasando desde hace décadas por un acelerado proceso de concentración de

tierras, en el marco de un modelo de desarrollo basado en la producción de *commodities* – en especial, la soja – en grandes propiedades, con uso intensivo de tecnología y dirigida preferiblemente al mercado externo, lo que, a su vez, conlleva altas tasas de deforestación, frecuentes conflictos agrarios y desplazamientos forzosos. Uno de los lugares en los que más evidentemente se observa este fenómeno en la actualidad es el Chaco.

Paraguay, vale decir, se divide en dos principales regiones, la Oriental, donde se concentran las mayores urbes y el 97% de la población nacional (Instituto Nacional de Estadística [INE], 2023), y la Occidental, que es la más extensa, correspondiendo a un 60% del territorio paraguayo (DISERGEMIL, 2021). En la última se ubica la porción paraguaya del bioma del Chaco – también presente en Argentina y Bolivia –, de clima semiárido y baja disposición de recursos hídricos. Durante la colonización española y en parte del periodo independiente de Paraguay, la región quedó prácticamente intocada por pueblos no endémicos, que la consideraban inhóspita. Solamente en el siglo XX empieza a registrarse allí una presencia más notable de grupos no chaqueños, como los menonitas a partir de 1927 (RODRÍGUEZ, 2017) y empresas colonizadoras y ganaderos de origen argentino (MONIZ BANDEIRA, 1998). La posible existencia de yacimientos de petróleo, entre otros factores, despertó aún más el interés por este territorio, hasta el punto de contribuir a que la denominada Guerra del Chaco (1932-1935) entre Paraguay y Bolivia estallara (LEWIS, 2002; MONIZ BANDEIRA, 1998). En la década de 1960 se inauguró la principal conexión vial del occidente con el resto del territorio paraguayo, la “ruta transchaco” (BREITHOFF, 2020), lo que también les dio paso a nuevas oportunidades de explotación económica de sus tierras y recursos. En la actualidad, el Chaco experimenta un avance sin precedentes del agronegocio, ya sea a manos de grupos nacionales o internacionales. Entre los más afectados por dicho movimiento están los pueblos originarios.

En el Chaco vive casi la mitad de toda la población indígena contabilizada en los límites territoriales de Paraguay¹, en comunidades distribuidas conforme al Mapa 1, a continuación:

MAPA 1 – Comunidades indígenas en Paraguay según la división político-administrativa del territorio nacional



Fuente: Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC), 2013; Tierraviva, s.f.
 Nota: La región Occidental la conforman los departamentos de Alto Paraguay, Boquerón y Presidente Hayes, mientras que la Oriental comprende los departamentos de Alto Paraná, Amambay, Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Central, Concepción, Cordillera, Guairá, Itapúa, Misiones, Ñeembucú, Paraguarí y San Pedro, así como el municipio autónomo de Asunción.

Mientras los guaraníes son predominantes en el oriente del país, hay una diversidad de otros pueblos en el occidente, en especial, los que componen las familias lingüísticas Maskoy, Mataco Mataguayo, Zamuco y Guaicurú. Aparte del acaparamiento de territorios ancestrales, también los efectos de los cambios climáticos, a los que el bioma chaqueño es particularmente sensible, son identificados como una amenaza a la subsistencia y la preservación de la forma de vida de esos grupos. Con miras a conocer la realidad de los pueblos autóctonos que habitan el Chaco paraguayo en aspectos como la incidencia de inseguridad alimentaria y desabastecimiento hídrico en sus comunidades, las migraciones forzosas y la explotación laboral en grandes estancias, hablamos con Lidia Ruiz Cuevas, coordinadora ejecutiva de Tierraviva, una organización no gubernamental (ONG) que, desde 1994, actúa en defensa de los derechos humanos de la población indígena especialmente en la mencionada región.

2 ENTREVISTA

Cuevas, antes de todo, define el trabajo al que su organización se dedica de la siguiente manera:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Tierraviva es una institución de derechos humanos que trabaja con derechos de los Pueblos Indígenas, sobre todo en el Chaco paraguayo, lo que sería el bajo Chaco, que es el departamento de Presidente Hayes, y Alto Paraguay, que es el alto Chaco, o sea, ya en la zona del Pantanal. Cumplimos treinta años de existencia, y es una institución creada por personas que habían trabajado con la misión anglicana en el bajo Chaco, quienes se encargaron de las primeras misiones para el contacto no indígena en el bajo Chaco, sobre todo con los pueblos de la familia lingüística Enlhet-Enenlhet o Maskoy, como se le conocía anteriormente, que componen seis pueblos: Enxet, Enlhet, Angaite, Sanapaná, Guaná y Maskoy. Esta misión se constituye en una ‘reducción’ de estas familias que estaban sobre todo con un problema grande, que es que se quedaron sin tierra o se quedaron dentro de estancias que fueron vendidas sin documentos que les avalen quedarse en sus tierras. Se venían usando los papeles, que en esos casos son los títulos de propiedad, para expulsarlos [a los indígenas], sacarlos fuera de las estancias. Tierraviva surge pensando en una institución que pueda garantizar un equipo multidisciplinario que pudiera tramitar en igualdad de condiciones, por decirlo, de alguna manera, ante el Estado la restitución de tierra para esas familias indígenas en su territorio”.*

Le pedimos a Lidia que profundizara en el contexto político y económico en el que se daba la aludida lucha por el reconocimiento de las tierras por parte de pueblos chaqueños. Aparte de estos detalles, nos dio un relato

acerca de la inserción de indígenas en trabajos en estancias de la región a raíz de la pérdida de sus territorios y la explotación a la que muchos terminan por someterse, como se aprecia subsiguientemente:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Bueno, hay que decir que el Chaco empieza su explotación en la forma actual – ganadería, agronegocios – con más fuerza desde los [años 19]80. En la actualidad, según datos de la Asociación de Productores Agropecuarios para un Chaco Sustentable 2024, el 42% de la producción es de soja, 20% algodón, 16% maíz, 13% sésamo y 9% otros cultivos, como cártamo, maní y chíá, sumado a la producción de carne y exploraciones mineras”.*

“Antes era bastante conocido por ser un territorio más inhóspito, sin mucha infraestructura vial. Las comunidades estaban aisladas en sus territorios, teniendo una libertad absoluta, inicialmente, de movimiento. Pero se fueron revendiendo las tierras sobre todo para la ganadería, lo que más se practicaba en el Chaco – incluso se practicaba porque hay un contexto antes y un contexto actual, que es totalmente de avance del agronegocio. En ese sentido, los indígenas eran trabajadores de esas estancias. En su mayoría [eran] hombres, [pero había] también algunas mujeres, [que] se encargaban de la limpieza y de la comida. Los indígenas varones eran peones y vivían en lo que se llamaba toldería en ese momento. O sea, era toda una comunidad instalada dentro de lo que después fueron llamando estancias y que eran mano de obra principalmente en intercambio de comida por trabajo, inicialmente. Toda esa situación se fue denunciando, tanto en los [19]90 como en inicios de [los años] 2000 – hasta la OIT [Organización Internacional del Trabajo] tuvo que hacer una investigación sobre la esclavitud moderna, que es trabajo por comida –, y a partir de la cual también se profundizaron, digamos, las denuncias sobre todo de instituciones indigenistas de Paraguay, de esta situación en la que se encontraban en el Chaco. Y hay que diferenciar, porque el Chaco tiene tres departamentos. En el Chaco central están instalados los menonitas, que, a su vez, también utilizaban mano de obra indígena para poder asentarse”.

Cuevas menciona a los menonitas, que constituyen una vertiente cristiana surgida en Europa en el siglo XVI. Históricamente, se trata de grupos que buscan autonomía ante el resto de la sociedad con miras a poder adoptar su propio modelo de educación y no tener que cumplir con cualquier obligación relacionada al servicio militar, entre otros objetivos. En Paraguay, la primera comunidad menonita se estableció en 1927, bajo las garantías que el Estado paraguayo le otorgaba por medio de la Ley 514, de

1921 (RODRÍGUEZ, 2017). En su primer artículo, inciso 1, se les aseguraba “practicar su religión y su culto con entera libertad, sin ninguna restricción, y como consecuencia, hacer afirmaciones por simple sí o no, ante la justicia, en vez del juramento, y estar exentos del servicio militar obligatorio en tiempo de paz y en tiempo de guerra en armas combatientes o no combatientes”. Ya en el segundo inciso se les permitía “fundar, administrar y mantener escuelas y establecimientos de instrucción, y enseñar y aprender su religión y su lengua que es el alemán, sin ninguna restricción” (PARAGUAY, 1921). Brindarles derechos y privilegios específicos a los menonitas se ubicaba entre las estrategias del gobierno para impulsar el poblamiento de territorios como el Chaco y afirmar la soberanía paraguaya sobre ellos frente a amenazas extranjeras – como la de bolivianos, en el contexto de las disputas territoriales de la primera mitad del siglo XX (PEIXOTO, 2018). Hoy en día, Paraguay tiene la mayor población menonita de América Latina, con hacia 40 mil personas según la organización Mennonite World Conference (2012). Cooperativas menonitas, como aquellas dedicadas a la producción de lácteos, se hicieron uno de los grupos económicos más fuertes del Chaco, con predominancia especialmente en el departamento de Boquerón.

La expansión menonita por la región, empero, no dejó de ser controversial. A modo de ilustración, entre 2018 y 2020, de acuerdo con un reportaje de Maximiliano Manzoni (2020) para el vehículo de periodismo investigativo *El Surtidor*, por lo menos 2.600 hectáreas pertenecientes al Patrimonio Natural y Cultural Ayoreo Totobiegosode habrían sido ilegalmente ocupadas y deforestadas por una de las cooperativas de esta comunidad y un par de empresas brasileñas para la cría de ganado y producción de cuero para automóviles de lujo en Europa (MANZONI, 2020). Además de la expansión ilegal hacia tierras indígenas, como lo había dicho Cuevas en su relato, hay registros de trata de personas con fines de explotación laboral, crimen por el que fue condenado en el 2016 – según un reportaje de Carlos Barros y André Campos (2018) para la ONG *Repórter Brasil* – uno de los asociados de una cooperativa menonita del Chaco. En la ocasión, 35 indígenas (incluyéndose a niños y adolescentes) del pueblo Aché fueron encontrados en situación de esclavitud moderna en una estancia del departamento de Boquerón. Los trabajadores habían sido reclutados a casi mil kilómetros de distancia de sus comunidades de origen. Entre las violaciones constatadas estaba el acúmulo de deudas impuestas por el “contratista” para el acceso a comida. Muchos incluso dejaban de cenar para poder ahorrar (BARROS; CAMPOS, 2018), un ejemplo de cómo la inseguridad alimentaria puede volverse un instrumento más de precarización y explotación laboral.

La realidad de los pueblos originarios está entre las más alarmantes en Paraguay. De acuerdo con datos de la Encuesta Permanente de Hogares (EPH) de 2017, el 66,2% de los indígenas viven por debajo de la línea de pobreza, casi tres veces más que el promedio del total de la población nacional. Niños, niñas y adolescentes (con edades entre 0 y 17 años) son particularmente afectados, con el 73,7% de ellos en dicha situación. En áreas rurales, el número se alza a los 75,7%. Las personas en pobreza monetaria extrema – que comprende a quienes “no satisfacen las necesidades diarias de alimentación, es decir, pasan hambre, tomando en cuenta que la línea de pobreza extrema es el ingreso necesario para cubrir el costo de una canasta básica de alimentos” (IMAS, 2023, p. 15) –, a su vez, correspondían al 34,4% de los indígenas en el país (IMAS, 2023).

La pérdida de territorio que beneficia a grupos como las cooperativas menonitas, en este sentido, es preocupante al contribuir a que se forme un ciclo de vulnerabilidad en el que se van reduciendo los medios de subsistencia disponibles a las comunidades al mismo tiempo que, por consecuencia, muchos indígenas se van sometiendo a la labor en propiedad ajena en términos muy desfavorables, con pocas perspectivas de poder reivindicar condiciones más justas de trabajo, lo que Cuevas pone de relieve en la siguiente parte:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Las cooperativas menonitas tienen una amplia rama de producción y trabajan tanto para exportación como para el mercado interno. De hecho, esto ha sido a costa de los territorios, sobre todo del pueblo de Enlhet y del pueblo Nivaclé, que incluso fueron reducidos y ahora son comunidades urbanizadas totalmente en algunos casos, porque se quedaron prácticamente sin sus territorios amplios. Entonces, hay ahí una fuerte relación de la instalación económica de los menonitas con lo que son las tierras y territorios ancestrales indígenas. También los cambios no solamente sociales, sino culturales que han implicado para las comunidades indígenas estos procesos”.*

“En el bajo Chaco pasa lo mismo, pero ahí tenemos una variedad de empresas, empresarios nacionales como también extranjeros que están apropiando gran cantidad de tierras indígenas. Para una mejor dimensión del tema, hay que remontarse un poco atrás: las tierras chaqueñas fueron vendidas en la bolsa de valores de Londres principalmente, luego de la Guerra de la Triple Alianza. Sin embargo, al revenderse, al tener las alambradas, se generaron otras formas de relación con la tierra, porque ya les prohibían a los indígenas hacer uso de esos territorios para su cacería, recolección y otros usos culturales, porque la gran mayoría de los indígenas del Chaco son

cazadores-recolectores. En su mayoría, si bien también tienen una agricultura pequeña, siempre ha sido ahí cerca de la casa y poquito, como por temporada, solamente para la comida. La otra gran parte que es también parte de su economía es la artesanía, mucha cestería, mucho uso del hilo de caraguatá... y después están las comunidades que son ribereñas, son pescadores, con su economía basada en eso”.

“En los últimos años han aumentado los trabajadores como peones de estancias. Sigue siendo una relación de trabajo, en el término del pago, bastante desigual, porque no ganan el salario mínimo legal. En el año 2018, se intentó tener que los trabajadores en estancias, o en áreas rurales, pudieran tener salario mínimo. Sin embargo, los gremios de estos que se llaman productores del grupo económico, tanto de la producción de carne, la producción de soja etc., se opusieron y revirtieron una regulación que duró ocho días como máximo. Hasta el momento, siguen cobrando por debajo del salario mínimo y en muchos casos sin seguridad social. Y en el caso de los menonitas, ellos crearon un seguro privado que les obliga a los indígenas abonar, pero, sin embargo, no tienen jubilación y tampoco tienen provisión de medicamentos, como es el seguro del IPS [Instituto de Previsión Social]. Entonces hasta en eso se diferencian los mennó [menonitas] y hasta ahora nadie ha podido cambiar eso. Además, es bastante discriminatorio, porque ellos tienen hospitales super bien equipados, con terapia intensiva y todo para los menonitas. Sin embargo, para el acceso a los indígenas, hicieron un hospital en una comunidad grande donde habitan los pueblos Nivaclé y Enlhet Norte, y ahí sólo hay atención primaria de salud. Cuando se tiene un problema más grave, tienen que derivarlo al servicio de salud pública, mientras que están abonando a lo que le llaman el sistema de AMH [Ayuda Mutual Hospitalaria]”.

Teniendo presente los desafíos que giran en torno al tema de la tierra, le preguntamos a Cuevas si acaso se notan diferencias entre los pueblos indígenas a nivel nacional, sobre todo cuando se compara el occidente paraguayo con el oriente. Nos dijo, llamando ya la atención a los impactos de los cambios climáticos principalmente en el Chaco sobre la disponibilidad de agua y alimentos:

Lidia Ruiz Cuevas: “Gran parte de las comunidades indígenas con tierra, según los datos que tenemos, viven en el Chaco, y son territorios más amplios, que les permite por lo menos acceder a carne desde la cacería por animales silvestres. Sin embargo, en muchas de las comunidades de la región Oriental viven familias indígenas en cincuenta hectáreas, setenta hectáreas,

doscientas hectáreas, que ya no les permite tener un uso tradicional [del territorio], por lo que el acceso a alimentos ya es exclusivo y dependiente de lo que viene de afuera, porque, en algunos casos, viven 70 familias en cincuenta hectáreas. Pero si tuvieran tierra y un territorio más amplio, por lo menos pueden acceder a carne, a miel, a palmar, porque ellos consumen el cogollo del palmar, del caranday, sobre todo”.

“Sin embargo, la población del Chaco tiene una discriminación estructural mucho más fuerte, la accesibilidad, sobre todo. No tienen caminos, no tienen escuelas, no tienen puestos de salud. E incluso las iniciativas económicas propias que pudieron tener para mejorar sus condiciones de vida no tienen posibilidad por las distancias que hay con otros centros. Entonces es mucho más complejo en ese sentido. Y eso implica también el deterioro en la calidad de vida, por supuesto, de estas personas. Por eso sigue habiendo como una predominancia [de] la tuberculosis, que está muy relacionada con, por un lado, el no acceso a salud, y por el otro también la necesidad de la buena alimentación, una enfermedad que en muchos países ya fue erradicada. Y lo otro que es muy fuerte en el Chaco, si bien el problema existe en ambas regiones, es el acceso al agua. En el Chaco, hay dos climas antagónicos, es decir, sequía e inundación, y que antes se podían conocer los ciclos y ahora ya no tienen esos ciclos normales, por la crisis climática. También está repercutiendo en la posibilidad de alimentación en dos sentidos. Uno: con la sequía, en los últimos cinco años – le ha afectado más la sequía que la inundación –, la gente hace su cultivo en los tiempos normales, pero el calor del suelo chaqueño no permite que llegue a concluir, y eso les está privando de lo que ellos comían antes, que eran tubérculos, en algunos casos, de batatas, de mandioca o los zapallos, que eran muy producidos, [al igual que] melones, sandías etc.; o sea, les está privando de contar con esos alimentos en las temporadas en que antes tenían abundancia de eso. Y lo mismo también los animales silvestres, que tienen que migrar mucho más adentro a buscar agua. Entonces también hay como una dificultad de acceso a esos alimentos. En inundación también se pierden todos los cultivos y es un problema la cacería. Entonces hay siempre como dificultades en ese sentido en el Chaco”.

“En la región Oriental también se ha encontrado falta de agua en las comunidades cuando debería de abundar, y en realidad es por falta de construcción de sistemas de agua. Y en el Chaco lo mismo, o sea, falta de construcción de reservorios de agua de lluvia, sobre todo. Y hay inversiones históricas internacionales, con préstamos super grandes para la solución al problema del agua en el Chaco, pero terminaron más que nada para la corrupción. Lo último fue el acueducto que salió al país a más de ciento treinta

millones de dólares, según informaciones de medios de comunicación, ¡y no funciona! Simplemente no previeron bien. Supuestamente el bombeo no es suficiente para la distribución del agua. Nadie va preso, nadie está imputado, nadie está investigado por ello, cuando alguien debe dar la cara. Incluso ahora hay un senador que está proponiendo un nuevo acueducto y nuevos préstamos para hacer eso. O sea, ha sido históricamente también utilizado para corrupción”.

“Para resolver la autonomía hídrica de las comunidades indígenas es construirles techos colectores por familia, es construirles tajamares, por lo menos dos o tres por comunidad, y ya van a tener por lo menos en épocas duras de sequía autonomía de agua, pero son inversiones que tiene que hacer el Estado porque son muchas las necesidades”.

Enseguida, le preguntamos a Cuevas sobre el tema del desplazamiento (forzoso) de los indígenas de comunidades chaqueñas y los principales destinos a los que se dirigen. Eso nos respondió:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Actualmente hay que decirlo que sigue siendo como en primer lugar el desplazamiento para trabajo, o sea, estancias o cualquier producción aledaña y lejana, porque los del bajo Chaco migran hasta la frontera con Bolivia, que les queda lejos, y además... a veces tienen que ir con toda la familia, y cuando van con toda la familia, estos niños ni entran en la escuela, o sea, no hay escuela donde van. También migran a zonas urbanas como Loma Plata, Filadelfia, Neuland, los lugares de los mennó, y hay indígenas trabajando también en las fábricas de carne, de queso, y otros trabajos”.*

Luego se puso a hacer consideraciones acerca de los motivos por los que migran los indígenas y de la marginalización que enfrentan también en los grandes centros urbanos del país:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Es la falta de alternativa de desarrollo en sus propias comunidades, porque estamos hablando, en este caso, de comunidades con tierra, por ejemplo, pero al no tener ninguna inversión, ninguna infraestructura y ningún presupuesto desde el Estado para acompañar algunas alternativas productivas, tienen que buscarse por fuera. Pero también hay migraciones que tienen que ver ahora con el acceso al agua, por ejemplo. O sea, hay comunidades que se están yendo porque las sequías son muy largas. Van hacia las urbes, tratando de acceder a esos servicios básicos de agua, de electricidad etc. Muchos indígenas, incluso, viven mendigando por comida en*

las calles de las ciudades, y eso, si bien en el Chaco es menos... en lo que es región Oriental es algo que ha aumentado muchísimo. En Alto Paraná, Ciudad del Este, en Asunción, en Encarnación, en Pedro Juan [Caballero]... y que vulnerabilizan aún más, porque están expuestos a violencia, a violaciones... porque son niños, niñas, jóvenes que están en situación de calle”.

“La tercera cuestión que hace la migración sobre todo mirando a los indígenas del Chaco tiene que ver con el acceso a la educación. Si quieren seguir estudiando más del cuarto grado o más del sexto grado, no tienen otra que irse o a otra comunidad que tiene unos grados más altos... que es el mejor de los casos, porque sigue siendo en comunidad... pero en otros tienen que migrar hacia las zonas urbanas, donde ya no tienen donde quedarse, no tienen como alimentarse, y viven en situaciones bastante precarias, buscando trabajo, pidiendo limosna para sostenerse... Es muy complejo. Entonces siguen siendo unas migraciones muy forzadas, económica, educativa y de agua sobre todo o de acceso a alimentos también en este caso”.

Finalmente, le pedimos a Cuevas que nos explicara cuáles son precisamente las iniciativas y estrategias de las que forma parte Tierraviva junto a las comunidades indígenas del Chaco para hacerles frente a todos los desafíos señalados, desde la inseguridad alimentaria hasta la explotación laboral. Empezó subrayando la importancia del reconocimiento legal de los territorios ancestrales, pero luego dejando claro que eso, de por sí, no sería suficiente, como se constata adelante:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Anteriormente, Tierraviva tenía como enfoque [...] la restitución de tierras. De hecho, acompañábamos comunidades sin tierra bastante grandes y con situaciones de que estaban viviendo al costado de las rutas y estas cuestiones. En los últimos cinco años hemos pasado al debate. ¿Hasta dónde va nuestro acompañamiento? ¿Es hasta conseguir las tierras? ¿Es suficiente o no es suficiente? Porque no es solamente la tierra. Si bien acompañamos el tema de la tierra, [también] todo lo que tenía que ver con necesidades de salud, de educación, de camino, de denuncia de otras violaciones a los derechos económicos, sociales y culturales. Siguió siendo siempre un trabajo demasiado amplio, que demanda demasiado del equipo, del compromiso institucional diría yo, por lo que el debate actual es el acompañamiento para buscar con las mismas comunidades las alternativas en términos productivos y económicos, adecuados a las necesidades y lo que saben hacer las familias indígenas según sus pautas culturales y según el bioma de sus tierras y territorios. Es un nuevo enfoque de trabajo que actualmente está en la fase de experiencia y aprendizaje”.*

En seguida, discurrió acerca de la interferencia externa en cuanto a factor productor de inestabilidad social y económica en territorios indígenas y el desafío de que las estrategias que se planteen para contraponerse a los problemas resultantes no repitan el mismo patrón de imponerse desde afuera, haciendo hincapié en el requisito de garantizarse la autonomía local para la concepción de cualquier iniciativa, que, además, debe tener en cuenta las condiciones ambientales y los recursos materiales y humanos de los que disponen los propios beneficiarios para su replicación de manera duradera:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Entonces estábamos con eso, pero en los últimos cinco años ha habido un avance brutal del agronegocio. Es, digamos, el polo de desarrollo según los gobiernos sucesivos – y además lo quieren vender a todos lados adónde van. Entonces, empezaron a tener muchos cambios muy rápidos y muy drásticos, porque en los territorios de comunidades indígenas se llenan de personas no indígenas que van con su propio modelo económico, con su propia cultura, con sus propias cuestiones sociales, con consumo de alcohol, de drogas etc. Entonces, estamos nosotros en este diálogo del qué hacer, y ahí empezamos en el 2020 practicando, porque uno aprende haciendo [...]. Entonces, empezamos a buscar también apoyo para lo que quieren hacer las comunidades, porque en esos casos nosotros metodológicamente hicimos una lectura históricamente en el Chaco, que eran programas de desarrollo desde fuera, implementado por el gobierno o por la sociedad civil, proyectos super grandes, productivos, [pero] que hoy son poco visibles los resultados”.*

“Nunca hubo apropiación, porque siempre fue pensado de afuera [...]. Entonces, el proceso con las comunidades no es fácil. Es sentarse a construir con ellos desde lo que ellos saben hacer y quieren hacer. Porque si vos les das algo que ellos no saben hacer, jamás se van a apropiar. Y entonces partimos de un trabajo más bien de realizar con ellos qué quieren hacer y a partir de eso hacemos también los pedidos. En el 2020 empezamos con una comunidad que quería hacer producción de miel, porque es lo que abunda y lo que saben hacer. [Fue] en el bajo Chaco. Alto Paraguay tiene como una dinámica diferente, porque todas las comunidades que acompañamos son ribereñas. Su economía principal es la pesca. Es otra dinámica y tiene mucho movimiento. Además, ellos comercian con Porto Murтинho, esas cosas”.

“Otro nivel es en el bajo Chaco. Por ejemplo, luego de la experiencia con Yexwase Yet, iniciamos con otra comunidad, donde lo primero era que precisaban de autonomía hídrica, porque la gente estaba sin agua todo el tiempo, y entonces empezamos a construir con ellos techos colectores,

tajamares y ahora estamos en una fase de involucramiento propio que tiene que ver con una carpintería artesanal, porque tienen mucha materia prima que los de afuera están apropiándose de ello, y ellos no tienen capacidad de gestión frente a eso. Entonces, algo ahí veremos qué sucede, qué queda. Con mujeres, iniciativas más... para fortalecer su propia economía: enseñar a hacer jabón, apicultura, cría de animales menores, mejoramiento de artesanía... Ahora, es un proceso más complejo de abordaje y trabajo. Lleva que nuestros técnicos de campo tengan que vivir prácticamente ahí, porque son diálogos no rápidos, diálogos complejos, porque las necesidades son muchas. Entonces, las necesidades de una no son iguales a las de la otra. Hay que construir acuerdos para que perduren”.

Y en eso de que perduren las iniciativas, el enfoque, más que todo, debe estar en las familias, según aclara Cuevas:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Uno de los primeros aprendizajes que ya tuvimos es que no tiene que ser nada pensado en comunidad, porque lo que es en comunidad es insostenible, puesto que es de todos y, a la vez, es de nadie [...]. Entonces, el primer aprendizaje es que toda acción que tiene que ver con fortalecimiento de producción tiene que ser por familia o clanes, porque ahí siempre se sostiene. O sea, hasta los niños participan en el cuidado de animales menores, y eso es lo que se puede hacer”.*

La ausencia del Estado frente a los conflictos de interés y desequilibrios de poder entre grupos foráneos y autóctonos – estos que, muchas veces, se ven sin otra que acceder a la presión ajena en cambio de satisfacer sus necesidades más urgentes – se suma a los desafíos con los que se enfrentan las comunidades indígenas, tema al que Cuevas dedica sus últimas palabras:

Lidia Ruiz Cuevas: *“Las amenazas son muchas y nos ganan todo. O sea, que nosotros estamos debatiendo un modelo desde la misma gente. Algunas alternativas productivas... [Y] ya llegan unos estancieros brasileños con un montón de plata y que quieren instalarse y que ya están ahí con la plata en la cara de la gente, y es difícil. Es una cuestión que va y viene, porque hay que generar consensos, acuerdos para avanzar, tratar de ver con ellos qué es sostenible, y a veces ese mirar a la sostenibilidad es difícil cuando históricamente tuviste hambre, tenés hambre y tenés tantas necesidades, que lo que viene primero ya querés agarrar. Y además, con un Estado ausente en todo sentido, pero ausente también cuando se trata de denuncia”.*

“Muchos líderes con el ingreso de personas no indígenas a sus territorios sobre todo para la explotación ilegal de madera hacen denuncias a la fiscalía, y la fiscalía no activa. O sea, tenemos casos, nosotros que acompañamos denuncias, por lo menos en cuatro comunidades en las cuales lleva dos años, y la fiscalía no ha movido nada. Incluso tuvimos que pedir una auditoría de gestión para ver si así actuaban, pero nada. O sea, tenés ahí un Estado ausente en términos de realización y también cómplice para lo que es cuestiones así más ilegales. Desde la institución se acompañan denuncias públicas sobre las diversas situaciones que viven las comunidades. Sin embargo, no se activan desde el Estado mecanismos para subsanar dichas cuestiones. Al contrario: en algunos casos, como los que tienen que ver con los derechos laborales, los empresarios han dejado de contratar mano de obra indígena local, porque son ‘quisquillosos’ y exigen sus derechos, utilizando la mano de obra de la región Oriental, que muchas veces no pueden reaccionar, porque son de comunidades distantes”.

“Entonces, [nuestra articulación con los indígenas en el Chaco] ha como generado el empoderamiento más de estas comunidades para defender sus derechos, [pero] ha también hecho que estos grupos económicos, para no someterse a la cuestión legal, simplemente los echan [a los indígenas], los sacan y se van y buscan a trabajadores campesinos e indígenas de la región Oriental a quienes les vienen y les explotan de una manera peor, incluso, porque como son de comunidades más lejanas, les cuesta irse, y muchos de ellos, por ejemplo, para poder huir de los lugares donde están explotados tienen que caminar ochenta kilómetros para encontrar una asistencia. Y hemos conocido casos parecidos, donde los que les llaman acá como intermediadores les llevan a trabajadores y les dejan. Nosotros mismos hemos sido testigos de encontrar a personas que ya llevaban caminando tres días y que necesitaban llegar a algún punto para buscar ayuda. Entonces, hay situaciones que se siguen sucediendo, que se siguen denunciando incluso públicamente, judicialmente, pero estos grupos económicos no se someten a nada”.

3 CONSIDERACIONES FINALES

Si se les echa un vistazo a algunos datos de deforestación y de expansión de grandes propiedades rurales en Paraguay, se llega a la conclusión de que muchos de los problemas señalados por Cuevas tienden a agudizarse. En el Chaco paraguayo, entre 1987 y 2012, se registró la

pérdida de aproximadamente 44 mil kilómetros cuadrados de bosques – lo que corresponde a un área superior a la superficie de países como Suiza y Dinamarca (MAISSEN, 2021; FOLKE, 2021) –, dándole paso principalmente a pastizales para la cría de ganado (Baumann et al., 2017). En todo Paraguay, además, sigue en marcha el proceso de concentración de tierras. Entre 1991 y 2008, de acuerdo con datos de los Censos Agropecuarios del país, los latifundios – es decir, propiedades de mil hectáreas o más – aumentaron su área de 18,3 millones de hectáreas a 24,5 millones, lo que corresponde a un 80% del territorio que cubren propiedades rurales (RIQUELME; KRETSCHMER, 2016). Dicho proceso viene de la mano con el comprometimiento de la biodiversidad agrícola. En la primera mitad de la década de 2010, el área destinada al cultivo de la soja alcanzaba los 62% de los 5,6 millones de hectáreas destinadas a la producción agrícola en Paraguay, mientras tan sólo el 6% lo ocupaban cultivos para la alimentación, como mandioca, poroto y batata (ORTEGA, 2015). Las similitudes en relación con realidades como la brasileña justifican que se incentive el intercambio de informaciones y prácticas entre los más distintos actores académicos y de la sociedad civil de nuestra región y que cada uno en su espacio de actuación esté atento a lo que pasa en territorios vecinos, objetivos con los que la realización de esta entrevista a Lidia Ruiz Cuevas³ ha buscado alinearse.

NOTAS

¹ De acuerdo con los primeros resultados finales del IV Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2022 (INE, s.f.), la población indígena de Paraguay es de 140.039 personas, de las cuales el 55,6% son de la familia lingüística Guaraní; 23,1% de Maskoy; 15,2% de Matakó Mataguayo; 3,6% de Zamuco; y 1,6% de Guaicurú, aparte de 0,9% de no indígenas que viven en comunidades indígenas. Los departamentos de Presidente Hayes y Boquerón son los que registran la mayor presencia de esta población: 21,7% (o, en términos absolutos, aproximadamente 30 mil personas) cada uno, seguidos de Canindeyú (11,8% o 16.294 personas), Caaguazú (9,6% o 13.265), Amambay (9% o 12.416) y Alto Paraná (6,5% o 8.908), sin mencionar los demás (INE, s.f.).

² Según nota del Instituto Paraguayo del Indígena (INDI), “la AMH fue creada a través de la Ley 3050/6 y reglamentada por Decreto 11046/07, como un sistema que proporciona atención médica a más de 35.000 personas en la zona de Loma Plata, abarcando unas 30 comunidades indígenas” (Instituto Paraguayo del Indígena [INDI], 2024).

³ Para más informaciones acerca del trabajo de Tierraviva, se recomienda acceder al sitio web tierraviva.org.py.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Carlos Juliano; CAMPOS, André. Condenação por trabalho escravo no Paraguai expõe fornecedores de montadoras europeias. **Repórter Brasil**, São Paulo, SP, 19/09/2018. Recuperado de: <<https://reporterbrasil.org.br/2018/09/condenacao-por-trabalho-escravo-no-paraguai-expoe-fornecedores-de-montadoras-europeias/>>. Acceso: 25 jun. 2024.
- BAUMANN, Mathias et al. Deforestation and cattle expansion in the Paraguayan Chaco 1987-2012. **Regional Environmental Change**, Heidelberg, v. 17, n. 4, p. 1179-1191, 2017. Recuperado de: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-017-1109-5>>. Acceso: 25 jun. 2024.
- BREITHOFF, Esther. **Conflict, heritage and world-making in the Chaco: war at the end of the worlds?** London: UCL Press, 2020. Recuperado de: <<https://doi.org/10.14324/111.9781787358065>>. Acceso: 25 jun. 2024.
- CORREA, Paulo Mortari Araujo. **Migrações paraguaias à Região Metropolitana de São Paulo e inserção no setor de confecção têxtil nas primeiras décadas do século XXI**. Tesis (Doctorado en Demografía) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2024.
- DISERGEMIL – DIRECCIÓN DEL SERVICIO GEOGRÁFICO MILITAR. **Compendio estadístico 2018: territorio y meteorología**. 07 de abril de 2021. Recuperado de: <<https://www.datos.gov.py/dataset/compendio-estad%C3%ADstico-2018-territorio-y-meteorolog%C3%ADa>>. Acceso: 25 jun. 2024.
- FOLKE, Hans. Denmark. **Britannica**, 02/02/2021. Recuperado de: <<https://www.britannica.com/place/Denmark>>. Acceso: 25 jun. 2024.
- IMAS, Víctor. **Monitoreo de la implementación del Sistema de Protección Social en Comunidades Indígenas del Paraguay**. Informe Año 1, octubre de 2023. Asunción, Paraguay: Tierraviva a los Pueblos Indígenas en Paraguay; Grupo Sunú de Acción Intercultural, 2023. Recuperado de: <<https://anivid.org.py/wp-content/uploads/2024/02/Informe-ano-1-Monitoreo-de-acceso-al-SPS-de-pueblos-Indigenas-WEB.pdf>>. Acceso: 16 dic. 2024.
- INDI – INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDÍGENA. **INDI y AMH impulsan derechos indígenas y laborales en el Chaco**. Paraguay, 01 de marzo de 2024. Recuperado de: <<https://www.indi.gov.py/index.php/noticias/indi-y-amh-impulsan-derechos-indigenas-y-laborales-en-el-chaco>>. Acceso: 19 jun. 2024.
- INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Primeros resultados finales del IV Censo Nacional de Población y Viviendas para Pueblos Indígenas 2022**. Fernando de la Mora, Paraguay, s.f. Recuperado de: <<https://www.ine.gov.py/censo2022/>>. Acceso: 25 jun. 2024.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Resultados preliminares del Censo 2022**. Fernando de la Mora, Paraguay, 2023. Recuperado de: <https://www.ine.gov.py/censo2022/documentos/Revista_Censo%202022.pdf>. Acceso: 07 sep. 2023.

LEWIS, Paul H. O Paraguai da Guerra da Tríplice Aliança à Guerra do Chaco, 1870-1932. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina**. São Paulo, SP: EdUSP, 2002. p. 633-655. (Volume V – de 1870 a 1930).

MAISSEN, Thomas. Switzerland. **Britannica**, 31/01/2021. Recuperado de: <<https://www.britannica.com/place/Switzerland>>. Acceso: 25 jun. 2024.

MANZONI, Maximiliano. Grand Theft Chaco: las empresas que deforestan tierras Ayoreo para tapizar autos europeos. **El Surtidor**, Asunción, Paraguay, 30/09/2020. Recuperado de: <<https://elsurti.com/futuros/reportaje/2020/09/29/las-empresas-que-deforestan-tierras-ayoreo-para-tapizar-autos-europeos/>>. Acceso: 25 jun. 2024.

MENNONITE WORLD CONFERENCE. **Global map**. [s./], 2012. Recuperado de: <<https://mwc-cmm.org/global-map>>. Acceso: 25 jun. 2024.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 41, 1, p. 162-197, 1998. Recuperado de: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/XBvW7FkYtr7TcqFb4xkLxzz/?format=pdf&lang=pt>>. Acceso: 25 jun. 2024.

ORTEGA, Guillermo. Agua “virtual”, producción agrícola y ganadera. In: PALAU, M. (coord.). **Con la soja al Cuello**: informe sobre agronegocios en Paraguay 2013-2015. Asunción, Paraguay: BASE-IS, 2015. Recuperado de: <https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2015/12/2015Dic_ConLaSojaAlCuello.pdf>. Acceso: 25 jun. 2024.

PARAGUAY. Congreso Paraguayo. **Ley nº 514/21 por la cual se acuerdan derechos y privilegios a los miembros de la comunidad menonita que lleguen al país**. Asunción, Paraguay, 26 jul. 1921. (Escritos de Derecho). Recuperado de: <<https://www.escritosdederecho.net/2013/05/por-la-cual-se-acuerdan-derechos-y.html>>. Acceso: 25 jun. 2024.

PEIXOTO, Gabriel Rodríguez. Russos na Guerra do Chaco: fragmentos históricos. **Cuadernos de Marte**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Año 9, n. 14, p. 37-71, 2018. Recuperado de: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuadernosdemarte/article/download/2931/2438>>. Acceso: 25 jun. 2024.

- RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay**: análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991-2008. Asunción, Paraguay: Centro de Documentación y Estudios, 2016. Recuperado de: <https://media.business-humanrights.org/media/documents/files/documents/2016_CDE_Concentraci%C3%B3n-de-tierras-y-producci%C3%B3n.pdf>. Acceso: 25 jun. 2024.
- ROA BASTOS, Augusto. Paraguay, una isla rodeada de tierra. **El Correo de la UNESCO**, España, Año XXX, p. 51-53, 1977.
- RODRÍGUEZ, Iñaki Marqués. Menonitas 1927-1935. Colonización y evangelización en el chaco paraguayo. **Revista Latino-Americana de História**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 17 Especial, p. 176-191, 2017. Recuperado de: <<https://doi.org/10.4013/rlah.v6i17Especial.835>>. Acceso: 22 ago. 2022.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1990.
- SANTOS, Ana Paula. **Lago de memórias**: a submersão das sete quedas. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2006. Recuperado de: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2951/1/000165467.pdf>>. Acceso: 25 jun. 2024.
- SORIANO, Érico. **Confiança, incertezas e discursos sobre os riscos de colapso de barragem na UHE Itaipu Binacional**: o processo de vulnerabilização dos moradores a jusante. 2012. 183f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2012. Recuperado de: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-05072012-094749/publico/TeseSorianoEricoCorrig.pdf>>. Acceso: 26 ago. 2022.
- TIERRAVIVA. **Población originaria e indígena del Paraguay**. s.f. Recuperado de: <https://www.tierraviva.org.py/pueblos_indigenas/poblacion-originaria-e-indigena-del-paraguay/>. Acceso: 25 jun. 2024.

Cozinha Comunitária e moradia social em São Paulo: a experiência da cozinha da Ocupação 9 de Julho

Community kitchen and social housing in São Paulo: the experience of the 9 de Julho Occupation kitchen

ENTREVISTA COM CARMEN SILVA, LIDERANÇA DO MOVIMENTO DE MORADIA POPULAR

Por: Isabela Ferraz Davies

1 INTRODUÇÃO

Em diversas culturas, o ato de se alimentar se configura como um ritual coletivo que, para além de cumprir uma função biológica, constrói espaços de convivência e compartilhamentos e reforça laços familiares e comunitários. Pensar em laços comunitários em uma cidade com as dimensões de São Paulo só parece possível se reduzirmos a escala ao microcosmo do cotidiano dos territórios que compõem a grande metrópole; esses laços reproduzem, em suas ações diárias, a materialização de redes de apoio e vínculos entre os 11 milhões de munícipes que coabitam o mesmo espaço geográfico.

Atualmente, alimentar-se adequadamente, morar dignamente e transitar livremente tornaram-se desafios crescentes para uma parcela da população paulistana. Impactadas pelo alto custo de vida – atribuídos especialmente ao mercado imobiliário e ao aumento dos preços dos itens da cesta básica –, essa parte da população é empurrada cada vez mais para as periferias, reforçando o processo de segregação espacial e aprofundando as desigualdades sociais.

Nesse sentido, é verdade afirmar que as denúncias feitas por Josué de Castro em suas obras *A Geografia da Fome* (1946) e *A Geopolítica da Fome* (1952) permanecem atuais. O mais recente inquérito sobre insegurança alimentar, realizado em 2024 pela parceria entre a UFABC (Universidade Federal do ABC) e a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), alerta que cerca de 1,4 milhão de pessoas vivem em situação de fome e em torno de 5,8 milhões, em algum grau de insegurança alimentar no município de

São Paulo. Ou seja, mais da metade da população não se alimenta com qualidade e nas proporções adequadas. Esses índices são decorrentes de um conjunto de variáveis que indicam principalmente a dificuldade econômica no acesso a alimentos.

Em outubro de 2024, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), apontou para um aumento dos preços de alimentos básicos em 17 capitais brasileiras. São Paulo apresentou o maior custo, alcançando o valor de R\$ 805,84 por cesta básica, conforme se verifica na Tabela 1, abaixo:

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil - outubro de 2024

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)
São Paulo	805,84	1,69	61,70	125h34m	5,89	9,17
Florianópolis	796,94	3,72	61,02	124h10m	5,07	7,87
Porto Alegre	774,32	2,40	59,28	120h38m	1,02	4,75
Rio de Janeiro	773,70	2,17	59,24	120h33m	4,75	7,28
Campo Grande	751,06	5,10	57,50	117h01m	7,65	9,97
Curitiba	726,62	4,03	55,63	113h13m	4,22	7,65
Brasília	711,05	4,18	54,44	110h47m	1,76	9,77
Vitória	708,06	1,90	54,21	110h19m	2,79	4,87
Goiânia	695,37	3,33	53,24	108h20m	3,89	9,32
Belo Horizonte	678,07	4,09	51,92	105h39m	3,32	8,02
Belém	649,90	0,33	49,76	101h16m	0,69	2,68
Fortaleza	641,34	4,13	49,10	99h56m	1,74	-1,17
Natal	576,23	4,01	44,12	89h47m	3,63	-1,01
João Pessoa	566,46	2,55	43,37	88h16m	4,46	2,09
Salvador	560,65	1,27	42,93	87h21m	-0,03	-0,44
Recife	548,19	2,40	41,97	85h25m	1,88	-1,60
Aracaju	519,31	2,59	39,76	80h55m	0,40	-0,51

Fonte: DIEESE

Fonte: DIEESE, 2024.

Com o salário-mínimo a R\$ 1.640,00, torna-se evidente o malabarismo para cobrir as despesas básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte e lazer. Estima-se, inclusive, que o valor do salário-mínimo é 4,79 vezes inferior ao necessário para assegurar os direitos básicos (DIEESE). Ainda que complementado pelo auxílio do programa Bolsa Família, o recurso financeiro continua aquém do necessário, levando famílias a viver em condições precárias e a buscar alternativas que não

sobrecarreguem seu orçamento. Atualmente, em São Paulo, há cerca de 80 mil pessoas morando nas ruas, ao mesmo tempo que o número de imóveis residenciais desocupados, somente no centro da cidade, chega a 58,7 mil, segundo dados do Censo 2022 divulgados em março de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os problemas de moradia e segurança alimentar caminham juntos por impactar diretamente a base da dignidade humana. Para além do impacto direto na vida dos indivíduos, comprometem também a sustentabilidade da cidade como um organismo vivo. O metabolismo urbano, conceito que expressa as dinâmicas de fluxo de recursos, pessoas e energia que mantêm a cidade em funcionamento, sofre com a sobrecarga gerada por essas desigualdades estruturais. A falta de segurança alimentar e o déficit habitacional não apenas agravam a precariedade das condições de vida, mas também exigem cada vez mais capacidade e agilidade da gestão pública em coordenar ações integradas e eficazes para reduzir esses problemas estruturais.

Impulsionados pelas necessidades básicas não atendidas, os movimentos sociais de luta pelo direito à moradia e soberania alimentar se estruturam na tentativa de suprir as emergências de cada dia e propõem um modelo coletivo e sustentável de habitar a cidade. Uma iniciativa vinda direto da comunidade, como o exemplo da Cozinha da Ocupação 9 de Julho, liderada pelo MSTC (Movimento Sem Teto do Centro), mostra sua importância e eficiência ao repensar a utilização dos espaços abandonados e ao compor, com demandas e ações reais, as diferentes perspectivas e soluções para os desafios da moradia e desigualdades. Baseados nos debates e avanços das discussões sobre o direito à cidade, os membros do MSTC procuram se conscientizar de seus direitos e deveres como cidadãos e fazem da Ocupação um nódulo regenerador capaz de reverter o fluxo insustentável da vida urbana atual da metrópole para um projeto-piloto de moradia social que integra sustentabilidade e alimentação.

Carmen Silva, liderança do movimento de moradia MSTC, chegou a São Paulo na década de 1990 em busca de melhores condições de vida. Migrando sozinha da Bahia, teve muita dificuldade para conseguir emprego e uma casa para morar, enfrentou períodos em albergues e chegou a dormir nas ruas. Inconformada com essa realidade, procurou os conselhos participativos de moradia, buscando compreender como poderia transformar sua situação e a de tantos outros que viviam em condições semelhantes. Tivemos a oportunidade de conversar com dona Carmen, que gentilmente nos permitiu conhecer a sua trajetória enquanto migrante e sua experiência à frente da Cozinha da Ocupação. A seguir, apresentamos os trechos das falas da dona Carmen, narrando os desafios que enfrentou, as conquistas do movimento e como a cozinha coletiva da ocupação se tornou um símbolo de resistência, acolhimento e construção de comunidade.

2 ENTREVISTA

Carmen Silva: *“É interessante vocês estarem escrevendo para uma revista com o nome Travessia, porque a gente... mesmo sendo brasileiro, todos nós temos a nossa travessia. Somos migrantes em nosso próprio país com um povo da mesma origem”.*

“Eu cheguei em São Paulo na década de [19]90 e cheguei fugida para não morrer na mão do feminicídio. Chegando aqui, eu fui parar na rua, e aí eu confesso que me vi iludida. Por ser uma grande metrópole, achei que ia ter emprego e até casa, mas eu não sabia que tudo isso passava por políticas públicas. Eu me senti uma refugiada no meu próprio país. Eu não tinha nenhum pertencimento à cidade de São Paulo. Eu sentia uma mágoa, porque eu sentia que esse não era o Brasil que a gente no Nordeste tinha a expectativa que fosse. Se, para nós, brasileiros que falam a mesma língua, é difícil, imagine para quem chega estrangeiro”.

“Nessa altura eu conheci o Movimento Povo de Moradia e passei também a ter uma percepção de que realmente São Paulo não podia me acolher, porque eu não tinha nenhum pertencimento a essa cidade. Não conhecia o território, nem conhecia de política, então percebi que não poderia exigir de São Paulo algo, porque eu mesma não havia criado vínculos com a cidade. Percebi que era importante me envolver nos movimentos de moradia, a participar das rodas de conversa e de audiências públicas para entender melhor como poderia sair da situação que eu estava. Nesses fóruns, comecei a ver o contexto de muitas outras pessoas que passavam pelas mesmas dificuldades que eu e comecei a questionar a falta da moradia de forma mais ampla e compreender as políticas públicas”.

HISTÓRICO

Carmen Silva: *“Nós éramos remanescentes dos mutirões da Erundina, que eram sempre no fundão da cidade [refere-se ao programa de habitação social criado pela gestão da Erundina 1989-1992 chamado ‘Mutirão e Autogestão’]. Não que não fosse bom; na verdade foi ótimo. Foi um dos programas que aliviou a barra de muita gente sem casa. Mas eu não queria ficar três horas dentro de um ônibus para trabalhar no centro. Eu fico preocupada com a questão do tempo que a gente gasta no transporte. Antes não tinha a Radial Leste, e era um pedaço até chegar em Itaquera. Para lá, você tinha que se virar para pegar um trem, para pegar outro ônibus. Pegava muito transporte público, saía de um, entrava no outro. E aí a gente começa a ter esse desafio de não querer morar longe do trabalho e realmente se estabelecer no Centro.*

E aí eu começo, junto com outras pessoas, a discutir o centro urbano de São Paulo e questionar: se tem tanto prédio abandonado, por que o trabalhador tinha que morar tão longe? E aí começamos a questionar e a ocupar”.

“Em 1995, nós fizemos a primeira ocupação. Foi ali no Campos Elíseos. Ali já tinham os quintais da Mooca, que hoje são os cortiços. A gente já estava também trabalhando com a questão das pessoas, trabalhadores que moravam em cortiços nos fundos das antigas fábricas da Mooca que fecharam, e os trabalhadores acabaram ficando sem aquelas vilas operárias. E daí fomos observando que a demanda era grande e queríamos também colocar na pauta das reuniões dos conselhos a moradia na região central e comunicar cada ocupação que a gente fazia”.

“Nos anos 2000, eu, com algumas mulheres, fundamos o MSTC. É até engraçado contar, porque nós, na verdade, não tínhamos um nome. A gente ocupou o antigo Hospital da Vila Formosa, e lá o repórter da Folha perguntou como era o nome do movimento, aí eu gritei: Movimento Sem Teto do Centro. Aí ficou o nome”.

OCUPAÇÃO 09 DE JULHO

Carmen Silva: *“O processo da Ocupação 9 de Julho foi diferente, porque ele havia sido desapropriado em 2010, mas mesmo desapropriado, existia um projeto da própria Cohab [Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo] que dizia que o prédio ia voltar para a prefeitura. Aí foi onde nós ocupamos para dizer: Não vai voltar para o mercado! Nós queríamos a posse do prédio, mas para isso o primeiro passo era colocar a instituição totalmente legal, com os documentos. A gente precisa falar e comprovar que a gente paga todos os impostos. Eu, às vezes, dou aula de urbanismo social e acho engraçado como essas pessoas não conhecem o tanto de imposto que o Brasil tem, que as entidades têm. Inclusive, nossa prestação de conta é toda feita no sistema digital. Então as pessoas acham que o movimento é desorganizado? Nós somos muito mais institucionalizados do que muitas empresas que têm por aí”.*

“Nessa época entrou o prefeito Haddad na gestão e fez um edital de chamamento do Minha Casa, Minha Vida para Entidades. Esse programa do governo federal oferece recursos do Fundo do Desenvolvimento Social para produção social de moradia e participação social. Ou seja, para nós sermos os protagonistas da solução dos problemas que vivemos. A entidade que tem a documentação em dia e que prova que tanto seus dirigentes como seus

membros têm atuação efetiva no território e participam das conferências e audiências públicas vai ganhando pontos. Quem tem a pontuação maior ganha o edital”.

“Foi assim que a escritura passou para o nome do MSTC. Porém, isso foi só o começo. O prédio estava com uma dívida enorme e nós precisávamos quitar todos os encargos. O acordo que havia sido feito na época é que, se dentro de um ano eu não arrumasse o financiamento para pagar a dívida e não desse uma destinação para a área que era para a habitação de interesse social, o prédio voltaria para a prefeitura. Aí nós entramos em outro edital, que foi o edital que tem a mesma coisa burocrática, com toda a documentação, que é um calhamaço de papel. Aí nós conseguimos o recurso através desse programa, mas isso não significa que é somente o governo federal que tem que fazer esse tipo de programa. O governo local tem que propor algo também. A Prefeitura de São Paulo tem dinheiro suficiente para não viver a reboque do governo federal na questão de moradia. Então, nós, os movimentos sociais, pressionamos o prefeito, e junto — quando a gente fala junto é no Conselho de Habitação — se cria essa ação de incidência política. É importante ter programas no município também porque... por exemplo, na gestão Bolsonaro, ele acabou com o Minha Casa, Minha Vida – Entidades e ficamos sem esse recurso. Se não tivesse articulado com o município, seria difícil sobreviver”.

“Nós ocupamos esse prédio já com um grupo de arquitetos fazendo o projeto de ocupação sustentável para garantir a implementação do que a gente queria. Também entramos com um grupo da área da cultura e outro da área da saúde para fazer parcerias e usar o espaço da melhor forma possível. Depois que nós estávamos aqui, a primeira coisa que eu fiz foi chamar a UBS [Unidade Básica de Saúde] e dizer: Eu quero o médico e as enfermeiras atendendo as famílias. E aí a gente procurou entrar com esse serviço aqui na ocupação”.

“Nós temos seis ocupações e a gente trabalha com grupos de base, com a formação das pessoas para elas conhecerem seus direitos. Estudamos sobre a função social da terra, do governo, da propriedade, como funciona o processo de ocupação, o amparo legal que temos... Assim, a gente vai conhecendo a Constituição para depois ocupar o terreno. E nós não queremos iludir a pessoa na hora de ocupar o prédio. Não dá pra achar que vai ocupar sem ter nenhum problema. É preciso fazer um imóvel virar moradia, e isso é construído passo a passo. Nossas ocupações são ocupações muito antigas, 12 anos, 13 anos... Esta daqui... estamos desde [19]97 nessa peleja. Agora nós temos vários editais. Inclusive, estamos aí com dois do Minha Casa, Minha Vida. Estamos numa obra, com 200 unidades na região Leste. Vamos

entrar com mais 400 unidades também através dos editais. Já fizemos esse planejamento. O papel da liderança do movimento é justamente fazer esse advocacy, onde vai articulando para poder ter a condição e informação para ocupar”.

O DIREITO À MORADIA

Carmen Silva: *“A moradia é só uma porta de entrada para outros direitos. Como é que você pega 3.000 pessoas e joga no fundão sem ter saneamento, sem ter ônibus, sem ter escola, aula, sem ter nada [refere-se às reintegrações de posse e realocação de famílias para a periferia]? A moradia não é uma caixa. Pra você ir para a moradia, tem que ter outras coisas ao redor. Isso é que faz a segurança do território, isso é que faz com que as pessoas tenham acessibilidade e convivam entre elas. O senso de pertencimento é quando você tem apoio, você leva para a rede e isso cresce. De fato, a moradia é só a porta de entrada de outros direitos sociais que o cidadão deveria ter”.*

COZINHA 9 DE JULHO

Carmen Silva: *“A gente sempre teve a cozinha como princípio. A gente ocupa o prédio já com os grupos de trabalho definidos, e um deles é a cozinha. A cozinha é onde a gente coloca as pessoas para se conhecerem, e aí vai tendo aquela troca. É onde, estrategicamente, o movimento vai conhecendo todos os seus integrantes, um a um. No início dos primeiros meses de ocupação, é tudo coletivo, para facilitar e garantir que todos comam bem. A cozinha é coletiva, os dormitórios coletivos... até a limpeza do prédio a gente mesmo faz, e aos poucos vai se estabelecendo o local de cada família. Então, a cozinha e a portaria central é onde você vai conhecendo quem é quem de verdade, porque quando você ocupa, se ocupa com um monte de gente diferente, com pensamentos diferentes. Nem todo mundo se conhece. É na cozinha que você consegue interagir e consegue já assimilar quem é quem. A cozinha é quase que um centro de convivência e isso alegra o ambiente, além de matar a fome”.*

“Depois que as famílias se acomodaram, a cozinha improvisada do início já não oferece alimentação diária. Cada um tem sua casa com toda a sua autonomia, e é justo que a pessoa que tem um local para morar, um apartamento para morar, tenha também a possibilidade de fazer sua comida, porque aí ela também vai criando independência”.

“Eu vejo muito aqui no Centro. Todo domingo para uma perua, descem dois ou três voluntários com uma garrafa pet cortada no meio e fazendo

aquele sopão como se fosse a lavagem e oferecendo para a população de rua. Aí, eu disse pro senhor que estava na fila: você não vai pegar isso! É desumano. Porque não fazem um almoço de verdade, né?”.

“Então a gente decidiu fazer o almoço aqui na comunidade, contratando os próprios moradores da ocupação como funcionários, procurando pegar pessoas que estão fora do mercado de trabalho, com a idade mais avançada, gerando renda adicional para a família que está aqui. Aqui temos espaço onde as pessoas podem sentar, seja na praça, onde for, mas pelo menos para receber aquela comida gostosa, quentinha, né? Não uma lavagem na garrafa pet. Fora que tem também todo o resgate ancestral da comida afetiva que surge através das trocas de receitas e conversas da cozinha. A comida é feita com muito carinho pelas meninas”.

“Hoje em dia abrimos a cozinha aos domingos para a venda de almoço. Sempre vem um chef renomado para ajudar, e o dinheiro arrecadado é utilizado para pagar os funcionários, para a compra dos ingredientes de pequenos produtores rurais e manutenção da Ocupação. A cada almoço vendido no domingo, dois vão para a periferia, para um almoço numa comunidade. Nós, hoje, já temos uma vida financeiramente autossustentável. Mas não foi sempre assim”.

“No início de tudo, eu entrei em contato com a rede de artistas e cada um doou um objeto seu pessoal. Com isso a gente fez uma rifa e fomos mantendo a cozinha. Depois, eu entrei com o projeto de Combate à Fome. Nesse projeto, eu confesso pra vocês que eu montei um grupo pedindo doações para manter a cozinha. Mas depois o projeto tomou uma dimensão tão grande que nós criamos o Instituto Casa Verbo, onde a gente cadastrou 160 núcleos, que foi andando pelas ruas vendo a necessidade das pessoas. Enquanto todo mundo dizia ‘fica em casa’, eu estava andando nas favelas e vendo a necessidade do povo, e criamos uma rede que hoje alimenta 60.000 pessoas. E aí eu vi a fragilidade de São Paulo, porque as mazelas de São Paulo estão espalhadas na região central. A Baixada do Glicério é um desses pontos onde as pessoas ainda vivem em vulnerabilidade. Há também um local chamado Favela do Moinho, Campos Elíseos, tudo no Centro, onde as pessoas pensam que está tudo resolvido. Depois nós fomos para as periferias. Eu entrei nas pequenas favelas, e o traficante, com toda sua banca... parecia a favela da Maré, com arma e criança sentada, assim, tudo junto, o rato passando por aí. E eu avisei: Vim só trazer comida, só isso. Durante a pandemia, como não podíamos servir o público, criamos esse projeto para levar comida nas favelas como solução. Foi onde a gente começou a fazer a compra só nos pequenos produtores, porque eles não tinham onde escoar

os seus alimentos e a produção. Nós contratamos motoboys, aqueles do grupo antifascistas, para fazer as entregas das marmitas. Ajudamos na ponta de um lado e na ponta de outro, um ciclo saudável. As mulheres foram as primeiras atingidas na questão da pandemia. Foram mandadas embora, e ninguém perguntou como ficaria a vida delas. Não fizeram um planejamento perguntando para a mulher se ela tinha condição de receber os filhos em casa enquanto não podiam ir para a escola. O que é que as empresas fizeram? E o próprio Estado? Quando disseram que as crianças não iam mais para sala de aula, sem planejamento, jogou tudo nas costas da mãe. E como é que essa mãe sobrevivia? Então a gente criou esse projeto da cozinha para gerar renda e juntos criamos um projeto para costureiras com a ajuda do Itaú Social, um dos nossos maiores doadores. O projeto contratou 86 costureiras, e nós fizemos 200.000 máscaras para distribuir”.

SEGURANÇA ALIMENTAR E SOBERANIA ALIMENTAR

Carmen Silva: *“Aqui no movimento MSTC, nós não trabalhamos com assistencialismo. Aqui a gente faz com que as pessoas tenham autogestão. A comida, para nós, é soberania. Segurança alimentar não é soberania. Nós temos um país que planta, dá tudo nessa terra; o que precisa para segurança alimentar, a gente tem. Quando é que as pessoas vão ter o direito de comer? Vão ter o seu direito de comer garantido? Eu sempre falo, de lá para cá, essa história de segurança alimentar... Não, se trata de soberania alimentar. [A pessoa] Está em segurança alimentar porque eu estou dando as refeições aqui na cozinha, mas, e depois? A pessoa precisa se apropriar da própria vida. Quem vai garantir que aquilo vai ser permanente? E o poder da escolha sobre o que quer comer? Na cozinha, a gente recebe doações. Eu mesma vou junto fazer a xepa no mercado, Ceasa, o que for, mas depois das doações, as pessoas precisam criar essa autonomia”.*

HORTA URBANA

Carmen Silva: *“Quando a gente começou a horta aqui diziam que a horta não ia produzir, não ia dar nada. E eu disse: Vai dar, sim!”.*

“Eu criei a horta porque vi muitos senhores sentados o dia inteiro sem fazer nada, e em uma conversa no fim do dia, um deles contou que só sabia fazer isso da vida, mexer com terra. Eu vi que ele se renovou quando começou a ideia de horta. Então ele foi chamando o pessoal da cozinha, que nos auxiliou, e foi chamando outras pessoas, e daí nasceu a horta, na época da pandemia”.

“Nós temos um mapeamento de pequenos agricultores que fornecem para a cozinha, e um vai indicando o outro, criando uma rede de abastecimento. Essa relação mais profunda com os pequenos produtores é muito importante, e atualmente quem trabalha hoje na horta são os moradores da Ocupação, e todos recebem salário. Todos sabem do programa Sampa + Rural¹ e são registrados pela prefeitura na plataforma, porque assim conseguimos ser vistos. Tem muitos produtores também que não conseguem entrar nesses programas porque tem uma certa burocracia e eles geralmente não têm uma pessoa disponível pra fazer isso”.

“A gente já faz a compra direto de pequenos produtores, e com financiamento do Itaú, a gente conseguiu também trazer ovos e legumes, em geral, do interior próximo aqui de São Paulo. Quanto mais próximo, melhor. A gente pensa até por uma questão de logística e poluição do ar nesse trânsito de lá pra cá. Agora já até fazemos toda a compostagem dos alimentos da cozinha e também fazemos a separação do lixo para reciclagem”.

“Um bom exemplo de horta urbana são as mulheres do GAU², ali na Leste, que pegaram um terreno baldio e começaram a plantar. Isso sim é falar de soberania alimentar. Vamos colocar a pessoa que está em situação de rua para trabalhar nas hortas urbanas. Com tanta praça vaga, sendo espaço para o que não se deve fazer, seria uma boa utilização do espaço, né?”.

“A ocupação da terra urbana não é só para moradia, mas envolve tudo. A vivência de uma pessoa no dia a dia e o urbanismo social, isso tudo tem um contexto integrado. Horta, produtores locais, comida, geração de renda, sustentabilidade, soberania... tudo anda junto”.

A experiência da Ocupação 9 de Julho revela para nós como ações que emergem diretamente da comunidade, protagonizadas por pessoas que enfrentam as condições mais precárias, podem subverter as dinâmicas tradicionais da metrópole, sendo este um exemplo vivo de reconfiguração do espaço urbano e novas formas de ocupar e viver a cidade. A inspiração de Carmen junto com o MSTC traz uma visão inovadora, criando um ecossistema de benefícios coletivos não só para os indivíduos que ali habitam e convivem, mas também para a gestão da cidade. A transformação de um prédio abandonado em habitação social, combinada com a aplicação de práticas sustentáveis como a horta urbana, compra de pequenos produtores, compostagem, reciclagem e geração de renda, fomenta uma visão holística da cidade e seus fluxos como um organismo vivo. Utilizar esse espaço abandonado para uma função social não soluciona todo o problema habitacional de São Paulo, mas aponta para um modelo inteligente que

ameniza dificuldades práticas dos indivíduos sem teto e reduzem, em alguma medida, sua exposição a situações como violência policial, preconceito, criminalização, fome e sede às quais essas pessoas estão suscetíveis.

A cozinha da Ocupação, com seu pequeno ciclo de economia circular, através da rotação de equipes e valorização do trabalho local, gerou benefícios concretos para quem antes vivia nas ruas e agora são contratados para trabalhar na horta e na cozinha. O espaço se tornou um ponto de encontro e troca, convidando também a sociedade civil a se aproximar dos movimentos de moradia e compreender os desafios da luta por direitos. O trabalho integrado em torno de moradia e alimentação desafia a lógica de segregação e exclusão que caracteriza a dinâmica das grandes metrópoles e pode se tornar uma ferramenta poderosa para a inclusão social e o empoderamento das populações mais vulneráveis. A Ocupação 9 de Julho prova que soluções estruturais e sustentáveis podem surgir de práticas comunitárias, inspirando novas formas de habitar e regenerar o espaço urbano. Essa iniciativa nos confirma que é possível criar dinâmicas sustentáveis mesmo em cenários de vulnerabilidade, conectando o micro (o espaço da ocupação) com o macro (a cidade e suas funções metabólicas), contribuindo para um metabolismo urbano mais saudável e reforçando a ideia de que a cidade é um organismo vivo. Dona Carmen representa a resistência e a valorização de uma cultura mais humana e solidária no município de São Paulo.

NOTAS

¹ Segundo apresentado no site do próprio programa, o Sampa + Rural, lançado pela Prefeitura de São Paulo, agrega “em um único ambiente [digital] informações sobre desenvolvimento rural sustentável, turismo, meio ambiente e alimentação saudável, onde qualquer cidadão possa explorar e descobrir as zonas rurais da cidade”, buscando-se, assim, “conectar as áreas rurais à cidade”. Na plataforma, acessada pelo endereço eletrônico <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>, “é possível encontrar dados sobre onde comprar produtos locais, quem são os agricultores da cidade e quem comercializa esses produtos. A plataforma também traz atrações turísticas ligadas à natureza e turismo rural, mostrando as características ambientais e econômicas dessas regiões. Além disso, é possível encontrar iniciativas da sociedade civil e poder público para tornar a cidade mais conectada às práticas sustentáveis” (SÃO PAULO, [s.d.]).

² Conforme definição apresentada em matéria do SESC-SP (Serviço Social do Comércio de São Paulo), “as Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana) são mulheres imigrantes nordestinas que trabalham como agricultoras no Viveiro Escola União de Vila Nova, em São Miguel Paulista. Elas trabalham para manutenção de um viveiro escola, por meio do plantio, cultivo, colheita e manejo agroflorestal. O grupo também serve cafés e almoços em eventos em diversos locais da cidade” (SESC-SP, 2021). O trabalho do grupo pode ser conferido em sua página no Instagram: <https://www.instagram.com/mulheresdogau/?hl=es>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IFZ – INSTITUTO FOME ZERO. **I Inquérito sobre a situação alimentar no município de São Paulo**. São Paulo: IFZ, 2024. Disponível em: <<https://ifz.org.br/i-inquerito-sobre-a-situacao-alimentar-no-municipio-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Análise da cesta básica de alimentos – outubro de 2024**. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisesecstabasica/2024/202410cestabasica.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2024.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Antares Achiamé, 1980.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiças dos homens**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Feminina, 1832.
- FOLHA DE S. PAULO. **Um de cada cinco imóveis do centro de SP está desocupado, mostra o censo**. São Paulo, SP, 27/03/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/03/um-de-cada-cinco-imoveis-do-centro-de-sp-esta-desocupado-mostra-o-censo.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- RE-HABITARE. **As ocupações urbanas como alternativa à crise habitacional brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 25 out. 2024. Disponível em: <<https://rehabitare.direito.ufmg.br/?p=4078>>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo. **Sampa + Rural**. São Paulo, SP, [s.d.]. Disponível em: <<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- SESC-SP – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. **Mulheres do GAU: histórias sobre agricultura urbana e alimentação saudável**. São Paulo, SP, 23/06/2021. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/editorial/mulheres-do-gau-historias-sobre-agricultura-urbana-e-alimentacao-saudavel/>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

“Não se trata de escassez, mas de privação de alimentos”: a fome como elemento estrutural e outras considerações

“It’s not about scarcity, it’s about food deprivation”: hunger as a structural element and other considerations

ENTREVISTA COM JOSÉ RAIMUNDO SOUSA RIBEIRO JUNIOR, PROFESSOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC) E REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÃO SÃO PAULO, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (COMUSAN-SP)

*Por: Isabela F. Davies
Paulo Mortari A. C.
Poliana T. da Fonseca
Alfredo José Gonçalves*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2024), a fome ou, nos termos da publicação, insegurança alimentar severa, acometia entre 713 e 757 milhões de pessoas no mundo em 2023, o que representa quase 10% da população de todo o planeta. São pelo menos 150 milhões de pessoas a mais do que em 2019, indicando-se uma piora no quadro nos últimos anos.

A situação, no entanto, varia conforme a região. Enquanto a fome continua avançando na África, manteve-se relativamente estável na Ásia e apresentou progressos significativos na América Latina. Entre 2022 e 2023, houve aumento da fome no Caribe, no Oeste Asiático e em diversas sub-regiões africanas. A África segue sendo o continente com a maior

proporção da população em situação de fome (20,4%), embora a Ásia concentre mais da metade dos afetados globalmente, totalizando cerca de 385 milhões de pessoas.

Diante desse cenário, com vista a aprofundar o debate sobre a relação entre insegurança alimentar e migração por uma perspectiva mais atenta à complexidade da fome, conversamos com o Prof. Dr. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC) e representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seção São Paulo) no Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMUSAN-SP). O diálogo foi mediado por Isabela Ferraz Davies, integrante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo e do Comitê Executivo do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional (obSANPA), e pelo Pe. Alfredo José Gonçalves (o “Padre Alfredinho”, como é mais conhecido), sacerdote da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos e vice-presidente do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM/CNBB).

Um dos pontos centrais da conversa foi a crítica ao uso do termo “insegurança alimentar”. Embora amplamente empregado em relatórios técnicos e políticas públicas para descrever diferentes graus de privação alimentar – desde a preocupação com a falta de alimentos até a fome propriamente dita –, o professor argumenta que essa expressão funciona como um eufemismo que dilui a gravidade do problema. Segundo ele, trata-se de uma terminologia acadêmica e tecnocrática que distancia o público do impacto real da fome. Para os que defendem uma linguagem mais direta, nomear a fome pelo que ela é fortalece a mobilização social e política, tornando evidente a urgência de ações concretas.

A discussão também abordou a fome no Brasil como um problema estrutural, indo além da visão reducionista que a associa apenas à escassez de alimentos. José Raimundo destaca que a lógica capitalista transforma o alimento em mercadoria, priorizando seu valor de troca em detrimento de seu valor de uso. Esse mecanismo perpetua a privação alimentar mesmo em um país que figura entre os maiores produtores de alimentos do mundo. A conversa aprofundou-se ainda nas limitações das políticas públicas e na necessidade de considerar a dimensão cultural da alimentação, especialmente no contexto migratório. Em linhas gerais, a entrevista busca compreender as raízes da fome no Brasil e propor alternativas que transcendam soluções tecnocráticas.

2 O PARADOXO DA FOME NO BRASIL, UM “CELEIRO DO MUNDO”

Isabela Davies: Gostaria de começar com uma pergunta bem direta: como o Brasil, um país produtor de tanto alimento, passa fome? Parece até

inocente essa pergunta, mas não é algo tão simples de entender. O que você tem para nos falar sobre isso?

José Raimundo: *É, esse paradoxo sempre reaparece... Por que mesmo países que exportam alimentos têm uma população que passa fome? O meu caminho para enfrentar esse paradoxo é pela crítica da economia política do [Karl] Marx. A gente tem que começar com um pensamento um pouco mais abstrato, olhando para o que é uma mercadoria. Pode ser alimento, pode ser moradia, pode ser vestuário... O que é uma mercadoria? A mercadoria tem, ao mesmo tempo, um valor de uso e um valor de troca. Um valor de uso que remete à utilidade dessa mercadoria. Ela tem que satisfazer uma necessidade; não tem mercadoria que não satisfaça uma necessidade. Mas ela não é produzida única e exclusivamente para satisfazer a necessidade de alguém. O valor de troca, que nada mais é do que o trabalho que está incorporado nessa mercadoria, é o suporte daquilo que dá o sentido para a produção de mercadorias, que é a valorização do dinheiro que foi investido. Então, em uma sociedade produtora de mercadorias como a que a gente vive, uma sociedade capitalista, a mercadoria é produzida para criar uma valorização.*

Aqui a gente já tem uma primeira inversão: aquilo que seria uma finalidade transforma-se em um meio. O alimento, que teria a finalidade de alimentar alguém, torna-se um meio para outra finalidade que se impõe: a valorização do capital. As mercadorias satisfazem nossas necessidades, mas sempre pela mediação do mercado. Por isso, a gente pode ter uma grande quantidade de alimento ao lado de gente passando fome. Porque, se as pessoas não têm dinheiro, elas simplesmente não podem acessar os alimentos. Essa é uma situação característica desse tipo de sociedade. É claro que a existência da fome não começou com o capitalismo, mas sob as relações sociais capitalistas ela é produzida de uma forma determinada.

José Raimundo traz um exemplo, aludindo principalmente à histórica decisão do governo brasileiro de queimar estoques de café na primeira metade do século XX para frear sua desvalorização no mercado internacional, durante a gestão de Getúlio Vargas¹:

José Raimundo: *Como explicar um momento em que você está queimando café? Você produz café e queima café. Você não entende isso sem considerar a lógica da mercadoria. Para manter certa valorização, é preferível queimar o café do que distribuí-lo.*

Pe. Alfredinho: Tem uma passagem em “As Vinhas da Ira” [romance de John Steinbeck, 1939] que eles foram para a Califórnia para colher frutas. Eles estão com fome, e no rio passa um monte de fruta. Porque os fazendeiros não querem baixar o preço e jogam fora no rio. E o rio passa ao lado das casas deles, que estão com fome.

José Raimundo: *Exatamente, é um exemplo muito parecido. Essa é a racionalidade dessa economia. Soa irracional, mas é bem racional do ponto de vista dessa economia. Esse é um caso extremo, mas podemos observar como a lógica da mercadoria atua também com relação à exportação de alimentos. Para quem produz o alimento como mercadoria, não importa quem vai consumir. O que importa é que seja vendido. Por isso, observamos a exportação de riquezas ao lado da produção da fome. [...] O ciclo da cana-de-açúcar foi isso: muita cana-de-açúcar, muita gente passando fome. O ciclo da mineração produziu muita fome; muito ouro, muita riqueza e muita fome. O café também. Então, como um país agrário-exportador, isso está bem marcado na nossa história, que a produção de alimentos não necessariamente significa que eles vão alimentar as pessoas. Acho que essa é a primeira parte da resposta.*

Padre Alfredinho complementa o paradoxo, com outros exemplos:

Pe. Alfredinho: E eu acho que até tem um agravante nisso. Se a gente olhar os ciclos econômicos, se a gente olhar a América Latina, onde a terra foi mais rica, o povo se tornou mais pobre. O Vale do Jequitinhonha foi o lugar do ouro e do diamante. Potosí foi o lugar da prata, e veja o que virou. Quer dizer, os abutres vêm, pegam o que tem de melhor e abandonam o povo a sua miséria. Onde a terra foi mais próspera, seu solo e subsolo, o povo se tornou sistematicamente mais miserável.

José Raimundo: *A gente poderia dizer que, onde os recursos naturais são mais atrativos para o capital, há mais miséria. O Josué [de Castro] não lê exatamente assim, mas dá para ler isso no Josué. Em “Geografia da Fome”, ele indica que a alimentação no sertão do Nordeste é melhor do que a da Zona da Mata. Isso soa estranho para a gente que está acostumado com as imagens de fome do sertão nordestino. Mas o Josué mostra que, fora dos períodos de seca prolongada, o sertanejo contava com o gado, ele conseguia se apoiar em uma pequena policultura, ele conservava uma variedade de alimentos em sua dieta. Mas, como ele não tinha direito e condições de fazer reservas, quando vinha a seca, o sertanejo enfrentava as crises de fome.*

Já a Zona da Mata, que não sofre com a seca e tem um solo muito fértil, era marcada por uma fome endêmica, ou seja, o tempo todo presente. Isso contradiz as explicações que atrelam a fome à seca ou, de maneira mais ampla, com as condições naturais. Mas se não são as condições naturais, o que explica a fome na Zona da Mata? Para Josué, a explicação está na monocultura e no latifúndio. Ele foi um dos primeiros a dizer isso desse jeito. Na geografia brasileira certamente foi o primeiro. E isso é super importante, para que possamos entender que a fome não é fruto do fracasso das relações capitalistas. Não é quando as coisas dão errado que se tem fome. Não, é quando dá certo. A monocultura e o latifúndio deram muito certo no Brasil.

E tem outro ponto sobre isso que também é importante: temos que lembrar que a gente produz socialmente, mas se apropria da produção privadamente. E a distribuição dos produtos, como repartição do que cabe a cada um de nós, depende das relações sociais de produção. No fundo, é como a gente se organiza para produzir que vai dizer o que vai ficar com cada um no final dessa história. É a inserção no mercado de trabalho que vai definir o rendimento, a estabilidade desse rendimento... Temos que olhar para as relações sociais de produção, para os níveis de exploração e expropriação, que são gigantescos... eles vão produzir fome junto com a produção das mercadorias.

Por isso, quando a gente olha para os dados de fome hoje, eles estão profundamente relacionados com a inserção no mercado de trabalho. Trabalhos mais estáveis com rendimentos melhores... isso se reflete na situação alimentar. Se a gente falar isso para um migrante que está chegando aqui, ele vai dizer assim: “não diga! Jura? Vocês precisam mesmo fazer muita pesquisa para enxergar isso? Vocês precisam mesmo entrevistar 3.300 pessoas para descobrir que o trabalho estável está ligado a uma melhor alimentação?”². Eu mesmo, quando comecei a tomar contato com esse tipo de dado, pensava: “mas isso é uma obviedade”. A questão é que, às vezes, a gente precisa produzir o dado sobre a obviedade para que ela seja reconhecida.

3 O “MAPA DA FOME”

Isabela Davies: Pensando um pouco nessa evolução ou retrocesso no Brasil em relação à fome: em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, todo mundo anunciou – e ficamos bastante satisfeitos – que o Brasil saiu do “mapa da fome”. E aí a gente vê esse retorno agora, em 2022. O que quer dizer sair do “mapa da fome”? Como você interpreta isso?

José Raimundo: *Essa foi uma pergunta que eu tive que responder muitas vezes, porque eu estava terminando um doutorado sobre a fome em 2015 e muita gente dizia para mim: “ih, o seu objeto [de pesquisa] acabou!” [risos]. Ao mesmo tempo, eu estava sendo dilacerado pelas entrevistas e pelas conversas com famílias submetidas à privação de alimentos que fiz durante o doutorado. Eu reconhecia que ainda havia muita fome na cidade de São Paulo.*

Mas vamos ao ponto central da sua pergunta. Eu acho que considerar que podemos sair e voltar do “mapa da fome” é algo importante, porque assim reconhecemos que a fome é dinâmica. Tem certas narrativas que querem nos fazer crer que estamos cada vez melhor, que estamos evoluindo e que daqui a um tempo a fome vai acabar. Perceber que a fome pode crescer e diminuir, que não é algo linear, é muito importante.

Em segundo lugar, sair do “mapa da fome” em 2014 foi, de fato, uma conquista dos governos Lula e Dilma. E essa conquista ocorre no ano de uma eleição presidencial muito apertada e polarizada. Se eu fizesse parte de um governo concorrendo à reeleição, eu usaria isso a meu favor. Eu certamente diria: “tiramos o Brasil do ‘mapa da fome’”. Acho válido que o governo tenha utilizado largamente essa conquista.

Mas, ao mesmo tempo, em 2013 tinha sido conduzida uma pesquisa pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] que usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar... Naquele momento, aproximadamente 10% da população ainda estava no que se chama de “insegurança alimentar moderada e grave”, o que, para mim, é fome. O governo tinha esse dado.

Aí a gente se pergunta: como saímos do mapa da fome se tem 10% da população com fome? A resposta está nos dados que são utilizados para produzir o “mapa da fome”, que são dados diferentes daqueles produzidos pelo IBGE. Agora, essa conversa depende de entender certo debate, ou mesmo de uma disputa em torno das definições e das estatísticas. A estatística é uma arma que eu também uso, também estou querendo produzir um inquérito para dizer quanta fome tem aqui em São Paulo. A gente tem que saber se apropriar destes números.

Pe. Alfreddinho: Os números não falam por si.

José Raimundo: *Exatamente, os números não falam por si. O “mapa da fome” da ONU [Organização das Nações Unidas] se baseia em um*

indicador, que é o Indicador de Desnutrição Crônica. Como o próprio nome diz, desnutrição crônica. Para elaborar esse mapa, a ONU está considerando somente a fome mais intensa.

Esse é um indicador criado nos anos [19]70 para lidar com crises de fome que estavam pipocando na África, na Ásia e na América Latina. A ONU criou esse indicador para lidar com crises de fome bem significativas. Mesmo os estatísticos da ONU dizem: “olha, ele é um tanto impreciso, porque ele é indireto”. Ele considera a disponibilidade de alimentos num país durante um ano – tudo o que produziu, tira o que exportou, coloca o que importou... –, e aí a gente pega um conjunto de dados sociodemográficos – quantas pessoas tinham, qual é o poder de compra dessas pessoas – e, a partir daí, é feita uma estimativa de quantas pessoas ingeriram menos de 1.800 calorias [diárias] durante todo um ano.

Temos aqui alguns problemas: você reduz a alimentação à ingestão de calorias, esse é um problema; o período de referência, um ano, é muito longo; e a quantidade de calorias é baixa [...]. Mas nem por isso eu acho que temos que jogar esse dado fora. Porque se ele está me mostrando que tem aproximadamente 700 milhões de pessoas no mundo nessa situação, ele está explicitando que tem uma quantidade enorme de pessoas numa situação de fome bem aguda.

Retomando sua análise do significado da saída do “mapa da fome”, José Raimundo conclui:

José Raimundo: *Então, a gente poderia dizer que o que aconteceu foi que o Brasil saiu do “mapa da desnutrição crônica”. É uma vitória, mas ela é um tanto tardia. Porque este dado é para a gente acompanhar a fome em lugares onde há conflitos armados... No Chifre da África, Etiópia, Somália, Eritreia... É para acompanhar a fome no Sudão, na Síria... É para acompanhar a crise de fome que teve na Nigéria nos anos [19]70. Um país como o nosso ainda estar num mapa cujo indicador foi feito para países que estão completamente desorganizados diz muito sobre a nossa realidade.*

Portanto, de fato é um avanço sair daí, mas isso deveria ter sido comemorado com a seguinte ressalva: “concluimos uma primeira etapa. Agora a gente tem que continuar. O que a gente faz para ir além, para erradicar mesmo a fome?”. E eu falo isso pensando nas próprias falas do Lula, que sempre traz definições [de fome] mais interessantes do que as definições

mais tecnocráticas. Nos discursos, o Lula sempre fala que as pessoas devem fazer “três refeições ao dia”. Eu adoro, porque ele está dizendo que pular uma refeição não está tranquilo. Pular uma refeição é um indicador de fome, tanto para ele como para a maioria das pessoas. O Lula está dizendo para a gente: “a meta são três refeições por dia”. Essa meta, eu acho... tem que ser usada. Evidente, refeições equilibradas, respeitando culturalmente os atos das pessoas... Mas se a gente trabalha com esta definição, concluiremos que o tamanho da fome é muito maior do que o da desnutrição crônica. E aí, há sempre esse embate entre definições e medidas, porque a gente quer contar alguma história com esses números.

4 O DEBATE EM TORNO DA DEFINIÇÃO DO QUE É FOME PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS CLÍNICAS

A elaboração de diferentes formas de se captar e mensurar a fome trouxe, como uma de suas contribuições, o reconhecimento de que esta é uma situação complexa e que possui várias dimensões, como se evidencia a seguir:

José Raimundo: *É aí que está a potência das escalas de insegurança alimentar, que eu prefiro chamar de “escalas de fome”. Elas perguntam para as pessoas se elas estão passando fome. Esse é um dado muito potente. [...] Essas escalas ganharam reconhecimento institucional, passaram a ser empregadas por governos e organismos internacionais, mas também são atacadas cotidianamente.*

Muitas vezes, quando estou conversando com as pessoas sobre os dados de fome, elas me perguntam: “mas o que é passar fome? A pessoa falou que sentiu fome, mas será que ela estava com fome mesmo? Mas pular uma refeição já é fome?”. Essas são perguntas que também aparecem nos debates acadêmicos e políticos. Me parece que alguns tentam descredibilizar os dados obtidos pelas escalas de insegurança alimentar, como se elas fossem muito subjetivas.

Esse é um embate antigo. Tenho tentado estudar esse embate, porque o que tende a prevalecer é um discurso médico e clínico. Os médicos, a gente sabe, têm bastante poder na sociedade. A pandemia mostrou isso para a gente. E mostrou como nem sempre o debate deles é o mais científico. O discurso médico também é político.

Então, o que é uma definição clínica, médica, de fome? A pior delas é aquela que utiliza o Índice de Massa Corporal, conhecido como IMC. Para essa definição você tem que estar magro, senão não está com fome. A outra é a desnutrição crônica. Ou você tem que provar que a pessoa está com uma avitaminose, por exemplo. O interessante é que, historicamente, os estudos sobre a fome mostram que o nosso corpo cria estratégias para lidar com menos alimentos.

Se a gente olhar para a fome como privação de alimentos, a desnutrição e outros problemas nutricionais são consequências que tendem a aparecer mais tarde. As consequências psíquicas aparecem muito antes. O que é deitar a cabeça no travesseiro e não saber o que vai ter para comer? Como foi a noite de sono dessa pessoa? Qual é a tranquilidade que ela tem para conversar com os filhos? Estas [consequências psíquicas] vêm muito antes. E elas são dilaceradoras. Por isso, eu entendo que devemos questionar definições muito restritivas do que é fome.

Pe. Alfredinho: A serenidade da pessoa vai para o “espaço”. Quando você entra em casa e tem um filho chorando que quer comer, e você não tem...

José Raimundo: As mães sofrem muito nesses casos. Existem muitas pesquisas que revelam como elas muitas vezes deixam de comer para que os filhos comam. Mas mesmo antes disso aparecem outras questões. Por exemplo, o filho que quer comer iogurte, mas não tem iogurte. Às vezes, nas entrevistas que eu fiz, apareciam relatos assim: “aqui no começo do mês é uma festa, porque tem um iogurte, tem uma bolachinha... Aí, no fim do mês, é só arroz e feijão mesmo”. Ou seja, antes da fome já existe o constrangimento da monotonia alimentar.

E como é muito difícil para as pessoas falarem da fome, eu sempre perguntava: “como é o fim do mês?”. E muitas delas respondiam: “no fim do mês é apertado”. “No fim do mês, não tem mistura”. Eu acho essa fala sobre o aperto muito potente na voz dessas mulheres, porque é uma tradução muito sensível de como o aperto do orçamento se traduz em apertos na vida, e muitas delas falam de aperto aqui [apontando para o coração]. É um aperto no coração. É a depressão chegando, é a ansiedade, é o medo... Então, é um aperto, é uma vida apertada.

5 A CONSOLIDAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR ENQUANTO CONCEITO DOMINANTE E A NECESSIDADE DE SE VOLTAR A FALAR DE FOME

Isabela Davies: No Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, discute-se recorrentemente se devemos falar em “insegurança alimentar”, que é o que tem sido mais usado em organismos internacionais e na academia, ou “fome”. Muitos acusam o termo “insegurança alimentar” de mera sofisticação na linguagem. Como o Conselho tem muitas pessoas de base, de comunidades, ouve-se muito: “por que a gente fica falando de insegurança alimentar? Fala ‘fome’ de uma vez!”.

José Raimundo: *É uma terminologia acadêmica, técnica, tecnocrática, que afasta as pessoas. Em geral, quando eu quero apresentar essa crítica para as pessoas, eu falo algo do tipo: “vai no ponto de ônibus e pede para uma pessoa definir para você o que é insegurança alimentar moderada”. É muito interessante que sejam as pessoas da base que expressem esse mal-estar com o termo “insegurança alimentar”.*

Acho que meu primeiro incômodo com esse termo é que ele sempre me pareceu um eufemismo. Você tira a palavra “fome”, que tem uma potência, que comunica diretamente, e coloca um termo técnico no lugar. Você vai evitando a palavra.

Como a minha trajetória de estudos sobre o tema começou com Josué, eu sempre fiquei atento aos termos utilizados. No prefácio do “Geografia da Fome” – que eu sinto como uma leitura obrigatória, porque naquelas vinte e poucas páginas tem muita coisa importante –, ele diz que existe um tabu em torno do tema. Por que é que não se fala sobre a fome? Porque há um tabu, e esse tabu tem um sentido político e econômico. Ele mostra como os impérios coloniais não poderiam justificar sua missão civilizatória dizendo que estavam levando a fome para outros continentes. Eles tinham que negar a existência da fome. As elites políticas e econômicas do nosso tempo não têm interesse em reconhecer a existência da fome, porque ela atesta seu próprio fracasso. Uma sociedade que não consegue alimentar os seus próprios membros fracassou. Então, o termo “fome” se contrapõe frontalmente às representações de desenvolvimento, de progresso. Ele incomoda. O termo “insegurança alimentar” não tem esse mesmo lugar. E o Josué sempre insistiu no termo ou no conceito de “fome”.

E nesse mesmo prefácio tem algo que é, para mim, uma contribuição inestimável do Josué. Naquele momento, algumas pessoas estavam tentando chegar ao conceito de fome, e acho que ele foi quem melhor formulou esse conceito. Ele não reduziu a fome à inanição, que ele chamava de “fome total”. Ele também formulou o conceito de “fome parcial ou oculta”, que se refere à situação daqueles que passam fome mesmo quando comem todos os dias. Esse conceito tem um poder de explicação e de comunicação do fenômeno muito grande. Por isso, eu não vejo nenhum ganho em usar “insegurança alimentar” e não “fome” quando a gente está falando das experiências de fome, da privação de alimentos. Também não vejo ganho em falar em “insegurança alimentar leve” para tratar daquilo que se aproxima da fome, que eu tenho chamado de “risco de fome”.

Em outras palavras, o termo “insegurança alimentar” termina sendo uma tergiversação, uma forma de desviar a atenção das contradições inerentes ao sistema capitalista e das disputas de poder que sustentariam a fome em suas variadas dimensões, como se esclarece na sequência:

José Raimundo: *Agora, tem uma parte dessa história que é também o meu incômodo com [o termo] “segurança alimentar”. Essa bibliografia sobre segurança alimentar começa a ser elaborada e ganha força no fim dos anos [19]70 e início dos anos [19]80 com muita atuação da ONU e do Banco Mundial. Essas duas organizações tendem a explicar a fome como um produto de falhas. É o oposto do que a gente estava dizendo aqui um pouco antes, de que, quando as coisas dão certo, há fome. Então, a fome é representada como uma falha política, administrativa ou técnica. Ou a fome é produto do atraso, da falta de modernidade.*

A gente não pode esquecer que a ONU estava do lado da “revolução verde”, que era a promessa de que, por meio do aumento da produtividade, iríamos acabar com a fome. A todo momento, essas organizações ocultam as relações sociais capitalistas. Nunca estão no centro do debate termos como a exploração do trabalho, a expropriação das pessoas... Os antagonismos vão desaparecendo. E isso está presente até os dias de hoje. Se a gente olhar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, eles são a versão, do meu ponto de vista, mais atual disso.

Isso não significa que devemos desconsiderar a atuação destes organismos. Pelo contrário. Em documentos de agências da ONU e do Banco Mundial, eles reconhecem que um mínimo de alimentação tem que

ser fornecido para a população para garantir certa estabilidade, para a manutenção da ordem em um país. Muita fome sai do controle. Então, é preciso fazer a gestão da miséria e da fome, e a ferramenta que eles usam para determinar certos patamares que eles vão estudando e manejando, muitas vezes, é o conceito de segurança alimentar.

Por isso é que, na minha interpretação, esse conceito representa, antes de tudo, uma inversão. Ele é um conceito profundamente ideológico, porque ele não está tratando da segurança das pessoas. Ele tem como horizonte a segurança desta economia. Ele é utilizado como uma ferramenta para garantir a reprodução das relações sociais como elas são, ou seja, para a reprodução desta economia e dos poderes políticos que lhe dão sustentação. O sentido nunca é erradicar a fome; no máximo o que se coloca é o direito à alimentação.

Para sustentar sua perspectiva, José Raimundo recorre ao histórico de adoção da terminologia de insegurança alimentar em relatórios de instituições multilaterais globais e em escalas aplicadas inclusive no Brasil:

José Raimundo: *Mas, como o próprio Marx nos ensina, entre os direitos humanos e o direito à propriedade... entre o direito à alimentação e o direito à propriedade... vence o mais forte. Devemos olhar para os direitos a partir dessa perspectiva. É importante ter um horizonte de direitos, porque ele nos ajuda, muitas vezes, a formalizar demandas, a se mobilizar em torno de uma luta. Mas não pode ter muita ilusão com o sistema judiciário nacional e internacional.*

Voltando ao papel dos organismos internacionais, eu só fui perceber como eles vão ocultando o termo “fome” depois de algum tempo. A primeira coisa que me chamou a atenção foi quando eu consultei o relatório do Banco Mundial sobre fome e pobreza de 1986 e percebi que a palavra “fome” só aparece no título do relatório. É um relatório de umas 80 páginas em que a palavra “fome” está no título apenas, e em todo o resto eles usam “insegurança alimentar”. Eu identifico isso como um momento de passagem, um momento que eles estão propondo um novo conceito.

Anos depois, em um ENPSSAN [Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar], tive uma conversa muito boa com a Anne Kepple, que é nutricionista e trabalha na FAO [Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura]. Eu perguntei para ela por que não se usava o termo “fome” nas escalas de insegurança alimentar, e ela me indicou que

eu deveria ler os trabalhos da Kathy Radimer. Naquela época eu já sabia que seus trabalhos haviam sido uma referência importante para a elaboração das escalas, mas eu nunca tinha lido eles com o cuidado necessário. Quando eu voltei a esses trabalhos, encontrei a história por trás do desenvolvimento das escalas de insegurança alimentar. Que história é essa?

No início dos anos [19]80, começam a crescer os relatos de fome nos Estados Unidos. Não por acaso, é o momento em que o [Ronald] Reagan chegou ao poder com o ideário neoliberal. Os relatos de fome e a busca por comida cresciam, porém, com o indicador de desnutrição crônica da FAO, você não conseguia identificar a existência da fome nos Estados Unidos. Nesse contexto, a Radimer e outras pesquisadoras entendem que precisam criar uma nova medida de fome. Mas, para criar uma nova medida de fome é preciso partir de um conceito de fome. E foi justamente nesse ponto que essas pesquisadoras foram maravilhosas. Elas foram perguntar para mulheres, para mães: “o que é passar fome na sua casa?”. E as entrevistadas indicaram que: “passar fome é comer sempre o mesmo tipo de alimento”; “passar fome é comer menos do que eu achei que devia”; “passar fome é sentir fome e não comer porque eu não tenho dinheiro”; “passar fome é pular refeição”; “passar fome é ficar um dia inteiro sem comer”. As pesquisadoras identificaram que as experiências eram muito parecidas e que elas tendiam a aparecer de acordo com a gravidade da situação. Foi a partir dessas constatações que elas elaboraram as primeiras escalas.

Nessa pesquisa sobre a origem das escalas, me chamou muito a atenção o fato de que as pesquisadoras chamavam as escalas de “escalas de fome”. Mas quando elas foram adotadas como escalas oficiais, o termo “insegurança alimentar” aparece em primeiro plano. Pesquisando, me deparei com todo um debate sobre os termos que deveriam ser utilizados. Nos primeiros anos, a escala de insegurança alimentar dos Estados Unidos tomava a insegurança alimentar moderada e grave como sinônimo de fome. Eles colocavam ao lado da expressão, entre parêntesis, a palavra “fome”. Ou seja, a primeira escala oficial de insegurança alimentar dizia que insegurança alimentar moderada e grave é fome. Mas em 2006, durante o governo Bush, foi feita uma reformulação dos termos da escala. Tiraram o termo fome, e aquilo que um dia foi “insegurança alimentar grave”, seguido de “fome” entre parêntesis, hoje é chamado de “em [estado de] segurança alimentar muito baixa”. Para mim, é o cúmulo do eufemismo.

Como reação, o que se propõe é uma disputa, que, mais do que semântica, pode-se dizer ser ontológica:

José Raimundo: *Foi muito esclarecedor estudar essa disputa em torno da nomenclatura. Eu entendo que, se o tecnocrata do Estado pode alterar os termos usados na escala e ela continua sendo cientificamente válida, a gente pode fazer o mesmo. Temos que disputar os termos. O que me importa são quais são as perguntas que compõem a “escala de fome”. Elas são boas? Elas falam sobre a experiência de fome? Se sim, me dá os dados [obtidos através dela] que eu “traduzo” [interpreto]. E é o que eu tenho tentado fazer...*

Agora, eu sei que esse é um tema delicado. Eu mesmo, quando participo da elaboração de um inquérito para a cidade de São Paulo, acabo utilizando o termo “insegurança alimentar leve”. Para mim, foi difícil escrever o relatório [I Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo, de 2024] nos termos que eu critico. Mas eu entendi que, por ser um texto que seria lido como uma espécie de “dado oficial”, não valeria a pena criar este ruído. Isso poderia ser utilizado para tirar a credibilidade do inquérito. Mas, nos meus textos, eu continuo usando as expressões “fome” e “risco de fome”. Continuo entendendo que precisamos saber manejar esses dados e usá-los para dizer exatamente o que eles significam.

José Raimundo lança mão, nesse sentido, de uma exemplificação:

José Raimundo: *Utilizando os dados da ONU, eu entendo que hoje existem aproximadamente 2 bilhões de pessoas passando fome no mundo, sendo que 700 milhões estão no grau mais severo, que é a desnutrição crônica. Ou seja, aquilo que a ONU chama de “insegurança alimentar moderada e grave” eu chamo de “fome”. E aquilo que ela comumente coloca como “fome”, eu ressalto que é apenas uma parte, é a “desnutrição crônica”. Isso é importante porque 2 bilhões de pessoas é quase um quarto da população mundial. Ou seja, não estamos falando de um problema focalizável. Estamos falando de um problema estrutural.*

Por que é importante olhar para a fome como estrutural? Não é só por causa da magnitude. É para pensar que a fome participa de processos de estruturação e desestruturação: ela desestrutura a vida de uma pessoa e o modo de viver de uma comunidade. A fome é uma arma utilizada para atacar os indígenas e os camponeses. Isso também dialoga com a questão dos migrantes. A fome está na raiz de vários processos migratórios. [...] Numa crise de fome, a vida das pessoas está sendo desestruturada. Elas estão se livrando dos seus ativos – a terra, por exemplo – a preço de banana, por um prato de comida.

E desestruturar um modo de vida é também estruturar outro modo de viver. Como a gente estava conversando, um pouquinho de fome no imaginário ou na memória do trabalhador faz com que ele aceite as condições de trabalho mais precárias. Às vezes, ele nem experienciou a fome, mas ele olha na rua, ele escuta histórias. A perspectiva de que você pode passar fome é muito potente para tornar o trabalhador cativo das formas de emprego mais precárias.

Eu costumo falar sobre a fome com os meus alunos na universidade. Eu sei que alguns deles até já enfrentaram esse problema. Muitos reconhecem que seus pais e avós já passaram por essa situação. Então, para eles, esse não é um fenômeno que está longe, que não faz parte do imaginário deles. Não é porque a fome do pai e da mãe acabou que, no imaginário desses jovens, ela desapareceu. Então, para eles, é muito claro que eles precisam de um trabalho e que, dependendo da situação, o trabalho que aparecer tem que ser aceito.

Portanto, esse dado sobre a fome é importante para mostrar que ela não é pontual, não é atípica, não é conjuntural, não é passageira. Ela faz parte do funcionamento normal da nossa sociedade.

6 A FOME NO ÂMBITO MIGRATÓRIO EM SUA DIMENSÃO CULTURAL

Isabela Davies: *Pensando nos migrantes, uma questão que eu sempre levanto é a das cestas básicas. A gente recebe aqui [na Missão Paz] cesta básica. Muitos dos migrantes nem comem os itens da cesta básica. Não comem arroz e feijão. Não faz parte da cultura alimentar deles. Então, além de tudo o que eles passam para chegar até aqui, ainda precisam lidar com as diferenças de hábitos alimentares. E aí o Conselho [Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo] me diz: “Isabela, mas o que é que você quer que a gente faça? Não dá para fazer uma cesta básica para cada nacionalidade. É inviável”. Mas a gente precisa pensar em outras formas, né? Principalmente in natura.*

José Raimundo: *Essa é uma dimensão muito importante. Às vezes, por olhar para as situações mais graves, acabamos dando pouca atenção para outras coisas que são muito importantes e podem até ficar ocultadas. Sua colocação é muito boa, porque não é porque uma pessoa está passando fome que tudo para ela é alimento. Para uma coisa ser alimento para você, ela passou por um processo cultural que transforma aquilo em alimento. Isso vale para os migrantes. Uma crítica mais rebaixada diz: “quem está passando*

fome, come qualquer coisa”, mas, como eu disse, não é porque a pessoa está passando fome que ela reconhece algo que para a gente é uma comida comum como alimento.

Eu vivi uma experiência que me marcou muito nesse sentido. Logo que eu entrei na UFABC eu participei de um projeto de extensão. Minha contribuição foi fazer um levantamento da situação alimentar das famílias de alunos de uma escola localizada em Heliópolis³. Eu apresentei para os estudantes da UFABC que faziam parte desse projeto a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e nós fomos aplicar os questionários com os responsáveis no horário de entrada e saída dos alunos.

Nós chegamos em dados horríveis: aproximadamente metade das famílias dos alunos do ensino fundamental com fome. Isso significa que os alunos vêm de um lar em que os pais estão vivendo esse nível de angústia, de não saber se vai ter o que comer e o que é que vai ter. Mesmo que a criança esteja comendo – porque ela, em geral, é poupada, pois quando tem alguma coisa, ela come primeiro –, ela está vivendo nesse ambiente.

Quando eu fui apresentar os dados para a escola, uma parte dos professores se emocionou, trouxe relatos de fome impressionantes. Falaram do aluno que não consegue parar em sala de aula quando sente o cheiro da merenda; do aluno que está sempre fraco; do aluno que desmaia na aula de educação física; da família que pede cesta básica ao fim da reunião com a coordenadora pedagógica... Mas outra parte dos professores, que vivem naquele cotidiano escolar, parecia em estado de negação. Uma professora disse: “Não tem tudo isso de fome. Não é possível”. E o argumento dela e de outros professores era o de que havia muito desperdício de alimentos na escola. Ela perguntava: “como é que tem fome se tem desperdício de alimento? Para mim, quem está com fome come qualquer coisa”.

Foi um momento difícil, sabe? Eu tentei manter a calma, a tranquilidade, e me veio algo que o Paulo Freire coloca: a gente tem que trabalhar com as situações-problema. Se esta é a situação que eles estão colocando, vamos pensar. Eu devo ouvir. Afinal, o argumento dela faz algum sentido. É mesmo paradoxal a existência de fome e desperdício de alimentos em uma mesma escola. Nesse momento, começamos a conversar sobre o desperdício. Uma professora das séries iniciais relatou que algumas porções eram muito grandes para seus alunos. Ela disse algo como: “mesmo que ele esteja com fome, como é uma criança, se você dá meio caqui, ela não vai comer tudo”.

Como mais de um professor falou do desperdício de caqui, eu aproveitei para compartilhar com eles minha experiência pessoal com a introdução de um alimento novo para uma criança. Eu acompanhei isso com a minha sobrinha e sei que nem sempre é fácil convencer uma criança a comer algo novo. E nesse momento eu devolvi a questão para eles: “como é que a escola está se comunicando e introduzindo um novo alimento no cotidiano desta criança? Simplesmente colocar na bandeja pode virar desperdício, mesmo que ela esteja com fome”.

Eu sei que isso não resolve a questão. Seria necessário um longo trabalho para compreender e superar essa questão do desperdício. Mas essa experiência me marcou muito, no sentido de que ela expõe uma situação contraditória. E isso pode acontecer com um migrante que recebe um alimento e, mesmo com fome, tem dificuldade em consumi-lo.

Isabela Davies: E sabe o que os migrantes fazem? Eles revendem os itens. E aí, quando as pessoas veem isso, principalmente brasileiros, me falam: “ah, vocês ficam aí, dando cesta básica para migrantes... eles nem precisam! Eles vendem!”. Mas eles revendem para comprar os itens da cultura alimentar deles. As haitianas que ficam aqui na frente [da Missão Paz, na Rua Glicério] vendem banana, peixe frito, inhame... Então, ela vai para o CEAGESP uma vez por semana... ela paga um cara, que, na verdade, vai ao CEAGESP, traz os alimentos... Olha a logística que ela tem que fazer para ficar vendendo aqui na frente, só para a comunidade haitiana. Mas quanto custa para ela esse cara que vai ser o único que tem carro?

Pe. Alfredinho: E há um dado aí que é marcante: a fome do haitiano em São Paulo não é a fome do afegão. A fome do afegão não é a fome do venezuelano. A fome do venezuelano não é a fome do congolês, do angolano. Cada fome tem a sua especificidade. Porque você pode encher o cara de arroz e feijão. O cara está com fome de inhame, o cara está com fome de banana frita. São fomes distintas. E isso... quem nunca passou fome, não vê isso.

José Raimundo: *Exatamente. É interessante olhar para a fome desse jeito. Tem algo bonito nessa compreensão: não é porque a pessoa está com fome que ela deixa de ter sua cultura alimentar. O faminto sempre fica no lugar de tutelado, como aquele que deve aceitar qualquer coisa. Ele não deixa de ter cultura e não deixa de ser um sujeito político. Acho que esse é o ponto. Tanto a dimensão política como a cultural, aos poucos, são tiradas dessas pessoas, como se elas fossem aquela expressão do “pobre coitado”.*

O Josué [de Castro], no início da trajetória dele, acreditava mais nas elites políticas, econômicas e intelectuais. Ele acreditava que elas iriam conduzir a resolução dos problemas sociais. Aí ele foi eleito deputado, e no contato com os seus colegas deputados, percebeu que as elites brasileiras nunca tiveram isso como horizonte.

O último livro que ele escreveu no Brasil, antes de ser exilado, foi “Sete Palmos de Terra e um Caixão”. Este é um livro sobre as Ligas Camponesas, e o argumento central nesse trabalho é: aquele que está submetido à privação de alimentos continua sendo um sujeito político. A solução passa por ele. A solução não é: “o que nós podemos fazer por eles?”.

Como pernambucano, imerso naquele momento histórico [início dos anos 1960], provavelmente ele também estava em contato com as ideias do Paulo Freire. E o Paulo Freire estava dizendo: “a gente não leva a solução. A gente leva a escuta da pergunta, do problema, e constrói a solução juntos”. Então, no final da vida dele, Josué já estava dizendo: precisamos de movimento social, precisamos de reforma agrária feita pelo movimento social.

7 POLÍTICAS PÚBLICAS: INDISPENSÁVEIS, MAS INSUFICIENTES

Retomando a dimensão política e o caráter estrutural da fome, José Raimundo faz algumas considerações sobre o papel das políticas públicas, que, embora relevante, reconhece como limitado:

José Raimundo: *Tem um dado, por exemplo, de que a cobertura do Bolsa Família em São Paulo é precária. [...] De acordo com a nossa pesquisa, das famílias que estão em situação de fome no município de São Paulo, apenas 30% estão no programa. Ou seja, uma parte muito grande das famílias em situação de fome não está coberta. [...] Ao mesmo tempo, quando a gente olha o valor do Bolsa Família, a gente percebe que ele ajuda, claro, mas não garante que a família vai estar fora da fome ou do risco de fome. Somente um quarto das famílias beneficiadas não estavam em alguma dessas situações. Ou seja, a maior parte das famílias que estão no Bolsa Família continuam submetidas à privação de alimentos.*

Se eu estou olhando para a questão e dizendo que a gente tem um problema estrutural na nossa frente, preciso reconhecer que ele é de uma magnitude que as políticas públicas não vão resolver. Elas são importantes,

mas a gente precisa começar a falar de coisas um pouco maiores, pelo menos de reformas. No campo, tem que falar de reforma agrária. Na cidade, a gente tem que falar de reforma urbana, de acesso à moradia, por exemplo. Se o acesso à moradia é facilitado, isso se desdobra em uma melhor alimentação.

Eu acho que a potência das escalas de insegurança alimentar, que são escalas de fome, é que elas dão para a gente uma dimensão da crise que outros indicadores econômicos não dão. As linhas de pobreza, por exemplo, são muito abstratas, muito distantes da realidade vivida pelas pessoas. Eu tomei um susto quando comecei a olhar para os dados de pobreza e de fome em escala internacional, porque o número de extremamente pobres, de acordo com o Banco Mundial, era menor do que o número de pessoas cronicamente desnutridas da ONU. Aí eu me pergunto: que medida de extrema pobreza é essa que deixa alguém com fome de fora dela?

Aqui no Brasil, o critério para ter direito ao Bolsa Família é ter uma renda per capita menor do que R\$ 218,00. Essa é a renda de quem é considerado em extrema pobreza no Brasil. Ela equivale a um sétimo do salário-mínimo. Isso é muito baixo. Por isso, entendo que essas medidas econômicas, às vezes – às vezes, não, muitas vezes –, são usadas para subdimensionar e ocultar o tamanho do problema. Porque tem um discurso que coloca a focalização como uma necessidade a priori. Somos bombardeados pelo mantra de que não temos recursos, logo eles precisam ser focalizados. Aí todo o raciocínio fica invertido: você precisa criar um problema que caiba na focalização. Percebe a inversão? Não é que você vai para a realidade, vai interpretar ela e falar: “tá, qual é o tamanho do problema que eu tenho que resolver?”. Não. A lógica é: “Eu tenho x [em recursos], então o problema que eu vou encontrar na realidade só pode ter o tamanho de x”. Por isso, quando você utiliza ou produz dados que explicitam que o problema não é focalizável, a tendência é que quem está no poder questione o uso que você faz dos dados.

No que concerne à eficiência das políticas públicas, José Raimundo chama a atenção para a necessidade de disputar o orçamento do Estado:

José Raimundo: *Isso não significa que sou contra as políticas públicas. Sem elas estaria pior, como estaria pior sem uma legislação que estipula o valor do salário-mínimo, mesmo que este salário-mínimo seja um salário de fome. Não sou partidário do quanto pior, melhor. Vimos isso no passado*

recente. Você constrói um conjunto de políticas públicas em torno da alimentação, de algum combate à pobreza, e a situação de muitas famílias melhora. Mas não podemos ter muitas ilusões. O Brasil saiu do “mapa da fome” porque o salário-mínimo aumentou, porque melhoraram um pouco as condições do emprego. Não foi apenas o Bolsa Família. Ele ajudou, mas eu não sei o quanto ele é o ator principal desta mudança.

Eu tendo a dizer algo assim para os meus colegas: “sabe por que é bom olhar para as políticas públicas no nosso país? Porque elas mostram que funcionam e que, portanto, o problema não é técnico”. Coloque muito dinheiro no Programa Nacional da Alimentação Escolar e garanta que todas as crianças vão chegar na escola e vão ter uma alimentação farta e variada; que o Programa Nacional da Alimentação Escolar vai ter um olhar para as áreas onde a gente detectar que tem mais fome e vai servir uma alimentação reforçada. O programa já está de pé, os técnicos já sabem como fazer. Temos o PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos. Triplique a verba dele, quadruplique a verba dele...

A gente tem que falar de orçamento. Se a gente só fica falando do desenho da política pública, parece que o problema é que o Estado não é eficiente, que o problema é técnico. Não, ele é eficiente, bem eficiente. Por isso precisamos falar de orçamento, porque disputar o orçamento do Estado é algo profundamente político. Não é algo técnico.

Ao pedirmos uma referência que ilustrasse o alcance que uma política pública poderia ter na questão da alimentação, tivemos o seguinte como resposta:

José Raimundo: *Se tem um lugar que eu admiro aqui em São Paulo é Diadema. Eu não conheço muito, mas o pouco que eu conheço do trabalho da Secretaria de Segurança Alimentar de lá me causou uma ótima impressão. Eu tive contato com a Secretaria de Segurança Alimentar em 2023 por conta do meu trabalho na [Universidade] Federal do ABC. Eu e meus alunos fomos muito bem recebidos pelas profissionais, e elas nos apresentaram vários programas, entre eles, o de hortas urbanas.*

Foi muito interessante ver como elas não caíam num discurso ideológico em torno das hortas urbanas, como se as hortas pudessem resolver o problema da fome em uma metrópole. As hortas urbanas eram pensadas como uma forma de recuperar terrenos degradados, sobretudo embaixo dos

linhões de energia. Elas eram pensadas como uma forma de contribuir com a saúde mental dos participantes. Mas as profissionais da secretaria tinham consciência de que as hortas ofereciam uma alimentação mais diversificada apenas para um número reduzido de pessoas. O combate à fome propriamente dito estava centrado nos Restaurantes Populares, que servem uma refeição completa por R\$ 1,00. E a maior parte do orçamento da Secretaria ia para esses restaurantes.

Eu vejo que muita gente que está lutando por boas políticas públicas não está “do outro lado da trincheira”. O ponto é que eu quero dialogar com elas e dizer que precisamos, no mínimo, de reformas, de reformas no sentido mais forte deste termo. Mas eu sei que essa é uma posição minoritária hoje em dia. Prevalece o entendimento de que as grandes empresas e o grande capital podem ser nossos parceiros na construção de políticas públicas, de políticas públicas que, a meu ver, não transformam quase nada.

8 A TÍTULO DE SÍNTESE

Ainda que não tenhamos pedido ao José Raimundo uma síntese de tudo o que conversamos, há um trecho de sua fala que cumpre com esta finalidade ao resumir a lógica que regeria o acesso a alimentos em nossos tempos em uma só palavra. Com ela, concluímos a exposição dos resultados de nossa entrevista:

José Raimundo: *Não existe escassez de alimentos. Esse é um argumento malthusiano que sempre retorna. Ele assume diferentes formas, diferentes formulações, mas está sempre presente. O que existe é privação. Essa palavra diz muito mais sobre o nosso mundo. A propriedade privada produz a privação. A privação de moradia, a privação de alimentos...*

NOTAS

¹ Ver, por exemplo, Tosi; Faleiros, 2017.

² Referência ao *I Inquérito sobre a Situação Alimentar no Município de São Paulo*, publicado em 2024 e do qual o entrevistado foi um dos coordenadores (RIBEIRO JUNIOR; BANDONI; TOMITA, 2024).

³ De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Heliópolis é a segunda maior favela do município de São Paulo, com aproximadamente 55 mil moradores (BELLO, 2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLO, Luiz. Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. **Agência IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Rio de Janeiro, 08/11/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all forms**. Rome, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd1254en>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel; TOMITA, Luciana Yuki (Coord.). **I Inquérito sobre a situação alimentar no município de São Paulo**. Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2024. Disponível em: <https://ifz.org.br/i-inquerito-sobre-a-situacao-alimentar-no-municipio-de-sao-paulo/>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- TOSI, Pedro Geraldo Saadi; FALEIROS, Rogério Naques. O Café no Brasil: produção e mercado mundial na primeira metade do século XX. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 28, 29 e 30 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/41%20O%20Caf%C3%A9%20no%20Brasil%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Mercado%20Mundial%20na%20primeira%20metade%20do%20s%C3%A9culo%20XX.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

A relação entre emigração e alimentação em Cuba

The relationship between emigration and food in Cuba

*Beatriz Gomes Cornachin**

1 INTRODUÇÃO

O deslocamento internacional resulta de múltiplos fatores, muitos dos quais estão associados à melhoria da qualidade de vida em geral, incluindo oportunidades de trabalho, busca por meios de subsistência, fuga de áreas de conflito e saída de territórios afetados pelas mudanças climáticas. No contexto do Caribe, a emigração cubana compartilha alguns desses fatores, como a busca por melhores condições econômicas, embora seu país de origem não enfrente a insegurança relacionada a gangues, as quais afetam outras nações da região. Além disso, a vulnerabilidade de Cuba é intensificada pelo bloqueio e pelas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos. Em 2022, mais de 220.000 migrantes cubanos foram reportados na fronteira entre o México e os Estados Unidos, configurando o maior êxodo em mais de 30 anos (IOM, 2024).

Este texto tem como objetivo compartilhar a percepção sobre as relações entre emigração e alimentação no contexto cubano por intermédio de uma observação direta em Cuba, possibilitada pelo intercâmbio durante um Doutorado-sanduiche, realizado entre outubro de 2023 e julho de 2024. A pesquisa concentra-se na província de Guantánamo com objetivo de elaboração de uma tese que investiga questões agrárias, de segurança e soberania alimentar.

O enriquecedor convívio com os cubanos e as entrevistas feitas no local, juntamente com a observação das rotinas e as imagens compartilhadas por amigos e familiares dos residentes, possibilitaram uma perspectiva sobre o impacto das remessas enviadas por emigrados. Essa dinâmica se

*Doutoranda em Economia Política Mundial, PPG em Economia, UFABC. Membro do FomeRI/UFPB. E-mail: beatrizcornachin@gmail.com

reflete na interação das famílias locais com o envio de recursos e alimentos, revelando um vínculo importante com suas realidades. Ademais, ainda que tais apontamentos sejam feitos de maneira inicial, há possibilidades de aprofundamento nas questões observadas, dado o crescente cenário migratório na Ilha e a abertura para investimentos privados, seja por MIPYMES¹ (Micro, Pequenas e Médias Empresas) ou por pontos de venda que comercializam alimentos e contam com a participação dos emigrados. Foram identificados três pontos principais por intermédio da observação e convívio com os residentes durante o período de estadia mencionado: primeiro, as famílias com membros no exterior conseguem acesso mais facilitado a alimentos, graças ao envio de recursos financeiros ou cestas de alimentos; segundo, estas residências, muitas vezes, atuam como pontos de comercialização de produtos adquiridos com os recursos advindos do exterior; e, por fim, as narrativas sobre a alimentação dos emigrados indicam que um possível aumento de peso é visto como um sinal positivo de melhoria na qualidade de vida.

É importante mencionar que as dificuldades alimentares e suas repercussões no país ganharam maior ênfase nos últimos anos, especialmente após a pandemia de Covid-19 e o recrudescimento das sanções econômicas. Dentre as literaturas que abordam esse tema, é possível observar que, de forma geral, os índices de consumo aparente diário atendem às recomendações nutricionais. No entanto, existem desafios significativos relacionados ao acesso físico e econômico, que variam conforme a área de residência, o nível cultural e a faixa de renda (WONG, GARCÍA, NOVA, 2022). Tais desafios surgem em diferentes fases da cadeia alimentar, desde a produção até o consumo, e se refletem nas taxas de anemia entre mulheres e no aumento da obesidade na população adulta, que alcançam 19,3% e 24,6%, respectivamente, segundo relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) de 2023. Além disso, em algumas regiões, há deficiências de vitamina A e consumo inadequado de vitaminas do complexo B.

Nesse contexto, o país implementou, em 2020, o “*Plan de Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional*”. Contudo, García e Anaya (2021) destacam que a estratégia se concentra excessivamente na produção de alimentos, sem integrar de maneira adequada a abordagem de segurança alimentar e suas quatro dimensões². Em 2022, o país aprovou a Lei 148, intitulada “Lei de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional”, que cria um marco legal para fortalecer a segurança alimentar e nutricional, além de regular a organização dos sistemas alimentares locais. Sem embargo, os desafios relacionados aos alimentos, desde a produção até o consumo, continuam a ser significativos. É importante ressaltar que as sanções mencionadas como um dos fatores que intensificam a crise em Cuba

impactam de forma drástica o setor agrícola. Estima-se que, entre março de 2022 e fevereiro de 2023, o bloqueio resultou em perdas que chegaram a aproximadamente 274 milhões de dólares (MINREX, 2022).

O país importa cerca de 70% dos alimentos, e os desafios na produção e comercialização doméstica intensificam o cenário de vulnerabilidade. Em um contexto complexo com diferentes atores, em que o Estado busca subsidiar a produção e o consumo — com a “cesta normada”³ e os pontos de venda estatais coexistindo com um mercado privado crescente, caracterizado por vendas formais e informais —, evidencia-se a disparidade de preços praticados entre os atores, além da disponibilidade e possibilidade de consumo entre os diferentes estratos da população. Nesse sentido, parte dos domicílios, que recebem ajuda por meio do envio de dólares ou alimentos em espécie, tendem a ter mais acesso a alimentos, assim como participam do mercado privado de comercialização.

2 A OBSERVAÇÃO E AS PERCEPÇÕES

Durante os dez meses de permanência no país, foi possível observar e compartilhar o cotidiano alimentar dos cubanos, com maior enfoque no cenário de Guantánamo. As diferenças de consumo entre os meios urbano e rural são evidentes, assim como as semelhanças com alguns hábitos alimentares de determinadas regiões do Brasil. A aplicação de entrevistas em diferentes domicílios permitiu abordar o tema alimentar em pelo menos setenta residências do meio urbano e outras dez do meio rural do município em questão. Embora os questionários fossem fechados, as conversas geradas a partir das perguntas possibilitaram um maior aprofundamento a respeito da questão alimentar.

Contudo, é fundamental salientar que os pontos mencionados neste relato estão mais ligados à percepção da relação entre a questão alimentar e a emigração. O levantamento de dados específicos da pesquisa focou nos hábitos alimentares, e a questão migratória emergiu, durante as conversas e no mencionado convívio, fora das atividades diretamente relacionadas à pesquisa. Dentre os pontos importantes trazidos pelos entrevistados, a relação entre a temática alimentar e a questão migratória foi recorrente.

Além das entrevistas, a convivência e o compartilhamento do dia a dia com os cubanos possibilitaram a observação de outro aspecto relevante. A comunicação entre familiares e amigos que emigraram inclui, entre diversos temas, a alimentação como assunto recorrente. Essa interação não se limita apenas à comunicação verbal, mas também se expressa por meio do compartilhamento de fotos nas redes sociais e do envio de imagens em mensagens privadas.

No que tange à primeira observação, durante as entrevistas, nota-se uma diferença significativa entre os domicílios que têm familiares vivendo no exterior, especialmente nos Estados Unidos, e aqueles que não têm ou não contam com a ajuda financeira desses familiares. As famílias que recebem auxílio de pessoas emigradas, seja por meio do envio de dinheiro, seja por meio do envio de alimentos em espécie – os chamados “módulos alimentares”⁴ –, apresentam menor preocupação com o acesso aos alimentos, resultando em um consumo menos escasso de carnes, laticínios e até mesmo arroz. Nessas casas, era frequente ouvir relatos de que a situação era menos preocupante devido a essa ajuda enviada por familiares.

Além dos módulos alimentares, o envio de dinheiro em espécie ou por transferência bancária, especialmente em dólares ou euros, também possibilita a esses domicílios acessarem com maior frequência itens das tendas de divisas em MLC (Moeda Livremente Conversível)⁵. Ilustrando a diferença dessa moeda e do peso cubano em relação ao dólar, no dia 28 de novembro de 2024, o portal eletrônico “El Toque” apresentava, no seu painel de câmbios, que cada MLC correspondia a 265 pesos cubanos (CUP), e cada dólar, a 328 CUP (EL TOQUE, 2024)⁶. É importante mencionar que, durante os dez meses de estadia no país, tais tendas na província de Guantánamo apresentavam itens como alimentos processados e ultraprocessados, cárneos congelados, grãos, bebidas alcoólicas e açucaradas com gás. Por outro lado, hortaliças, tubérculos, frutas e vegetais frescos não eram comuns nesses estabelecimentos.

Nos últimos dois anos, o sistema de *canasta normada* (cesta normada), que consiste em produtos alimentares distribuídos de acordo com cotas para a população a preços módicos, tem enfrentado dificuldades significativas para abastecer a população cubana, resultando em atrasos e até mesmo na ausência de itens que deixaram de ser entregues. Produtos como café, óleo, carnes, ovos e leite apresentam déficits consideráveis, associados a dificuldades de infraestrutura. No mês de abril de 2024, apenas um moinho de farinha estava em funcionamento, com capacidade para 250 toneladas, frente a uma demanda de 750 toneladas por dia. Deve-se somar a isso o déficit de combustível, que dificulta a entrega dos alimentos em todas as províncias, cidades e áreas isoladas. A maioria destes produtos da *canasta normada* é importada, sendo necessários ao menos 230 milhões de dólares por mês para a sua aquisição (GRANMA, 2024d). Tais produtos da *canasta normada* são acessados nas chamadas “*bodegas*”, que são os pontos de comercialização.

Além dos produtos subsidiados entregues nas *bodegas*, o sistema cubano também conta com um conjunto de pontos estatais para a venda de produtos em geral à população, incluindo alimentos, cujos preços seguem uma política de máximos e mínimos muito distante dos preços praticados pelo mercado

privado. Nesse contexto, a inflação de itens alimentares básicos tem sido mais evidenciada nos preços do mercado privado, e a comparação com os salários mínimo e médio evidencia as dificuldades no consumo alimentar.

O salário médio do município de Guantánamo no ano de 2022 foi de aproximadamente 4.000 pesos, com alguma variação entre diferentes setores (ONEI, 2023), e entre 2023 e os meses iniciais de 2024, não atingiu 5.000 pesos cubanos⁷. Entre abril de 2023 e maio de 2024, o preço da libra (cerca de 0,453 kg) de arroz nas *bodegas* de distribuição dos itens da *canasta* seguiu em 7 pesos cubanos. Contudo, os atrasos das entregas nos pontos estatais por meio das mencionadas *bodegas* fazem com que a população se dirija aos pontos privados, nos quais, no mesmo período mencionado, o preço da libra de arroz passou de 65 para 200 pesos. Situação semelhante ocorre com o óleo (geralmente de girassol ou soja), que, nas *bodegas*, estava a 12 pesos o litro durante todo o período, enquanto nos pontos privados passou de 750 para 1.100 pesos. No caso dos ovos, a situação também se evidencia complexa nos meios privados. A unidade do ovo subiu de 40 para 100 pesos no mesmo período. No mês de maio de 2024, uma libra de frango estava entre 300-400 pesos; o presunto, 300; o óleo, 1.100; e o leite em pó, entre 1.000-1.200 pesos (ONEI, 2024)⁸.

Parte considerável dos produtos comercializados pelo mercado privado, sejam as MIPYMES ou pontos de venda em casas, formais ou informais, são de fora do país. Uma das fontes de contribuição é proveniente dos familiares emigrados que enviam combos para as famílias se alimentarem ou venderem. Em consulta a um dos sites que se dedicam à venda de alimentos que podem ser enviados a Cuba, o “*Dimelo Cubano*”, os combos mais vendidos variam entre 42,18 e 179,27 dólares, contendo variedades de carnes, enlatados, ovos e leite, dependendo do valor destes combos. Já na categoria de produtos mais vendidos constam caixas de 40 libras de frango, unidades de cinco libras de presunto, litro de óleo de girassol e leite em pó, vendidos a USD 63,27; 21,09; 3,16 e 11,60, respectivamente⁹.

Outro aspecto observado durante o período do Doutorado-sanduíche foi a percepção de uma melhoria na qualidade de vida dos emigrantes associada ao aumento de peso ou de massa corporal. Essa relação foi frequentemente mencionada nos comentários dos cubanos, que, com frequência, associavam a chegada de uma pessoa ao exterior ao ganho de peso, atribuindo essa mudança a um maior consumo de alimentos. Essa associação parece não fazer distinção quanto ao tipo de alimento consumido, se processados, ultraprocessados ou mais *in natura*, se rico em açúcares, gorduras etc. Para muitos, essa relação está intrinsecamente ligada à ideia de uma vida melhor e à possibilidade de acesso a uma dieta mais variada e nutritiva no exterior. Além disso, também consideram um organismo com maior peso corporal como “mais forte”, visto como menos suscetível a doenças. Essa percepção é

ainda mais acentuada quando os emigrados momentaneamente retornam a Cuba trazendo consigo não apenas suas experiências de vida no exterior, mas também as possíveis mudanças em suas condições corporais.

Quando os emigrados voltam a Cuba para visitas, a relação entre o ganho de peso e o “estar bem no exterior” se torna uma conversa comum entre amigos e familiares. Essa ideia de que ganhar peso é um sinal de prosperidade e saúde é reforçada por interações sociais, nas quais é comum elogiar o estado físico dos emigrados. As fotos que compartilham de momentos de suas vidas no exterior, assim como imagens de pratos típicos ou de mercados vibrantes, são frequentemente vistas como símbolos de conquista e bem-estar. A comida, nesse contexto, torna-se um elemento central não apenas de nutrição, como também de identidade e *status* social. Além disso, vídeos ou fotos dos próprios emigrados, mesmo quando recém-chegados no exterior, geralmente são acompanhados de comentários que enfatizam a ligação entre o aparente e/ou possível aumento de peso e o conceito de bem-estar.

De maneira adicional, já encerrada a experiência de estadia em Cuba proporcionada pelo Doutorado-sanduíche, os meses de outubro e novembro de 2024 apresentaram eventos que intensificaram a vulnerabilidade na Ilha, ao menos de maneira imediata, sendo eles dois furacões, que afetaram diferentes regiões. O furacão Oscar atingiu especialmente a província de Guantánamo, no final de outubro, enquanto o furacão Rafael causou estragos no ocidente, principalmente na província de Artemisa, no início de novembro. Nesse cenário, o governo implementou medidas prioritárias para responder à emergência em Guantánamo, como o envio de alimentos, que envolve a mobilização de outras províncias, doações domésticas e o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Entre os principais itens enviados estão toneladas de arroz, sardinha enlatada, óleo, macarrão e produtos cárneos (GRANMA, 2024b; 2024c).

No ocidente, os danos causados pelo furacão foram significativos, especialmente no setor agrícola. A província de Artemisa sofreu um grande impacto, com prejuízos em cultivos de banana, mandioca, feijão e arroz, além de danos em dez das onze máquinas de irrigação (GRANMA, 2024a). Esses impactos, por sua vez, têm reflexo direto na economia local e nos preços dos alimentos na Ilha. Em conversas com moradores, por intermédio de comunicação via internet após o regresso da estadia, alguns relataram que, apesar dos esforços evidentes e da intensa mobilização em toda a Ilha para mitigar os danos provocados por ambos os ciclones, os preços de alguns itens alimentícios apresentaram aumento.

O primeiro trimestre de 2025, infelizmente, parece manter a tendência de dificuldades dos anos anteriores, especialmente nos canais subsidiados, como a *canasta normada*. Moradores da província de Guantánamo

relataram que apenas no final de março receberam alguns itens, como arroz e açúcar, correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro. Essa situação também foi mencionada no site oficial do Ministério do Comércio Interior de Cuba, que noticiou que o arroz referente à *canasta normada* de março chegou apenas na primeira semana de abril ao porto de Santiago de Cuba, destinado às províncias orientais (MINCIN, 2025a). Especificamente no caso da província de Guantánamo, uma notícia publicada em 9 de abril informou que, além do desafio logístico de transportar 600 mil toneladas de arroz do porto de Santiago de Cuba até as bodegas da província, também estão em andamento a entrega do sal referente ao trimestre março-abril-maio e ações emergenciais de distribuição de itens destinados a crianças, como leite em pó fornecido pelo Programa Mundial de Alimentos (MINCIN, 2025b).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rica experiência possibilitada pela estadia em Cuba, especialmente na província de Guantánamo, permitiu constatações que não estavam previstas antes da chegada ao país. O enfoque na relação entre a emigração e a questão alimentar foi uma delas, especialmente pelo que o relato se dedica a desenvolver mais — que é a interação dos emigrados com a alimentação em Cuba, considerando as vias econômicas e as possíveis alterações nos hábitos alimentares. Nesse sentido, ao enviar dinheiro ou alimentos em espécie para suas famílias, os emigrados interferem não apenas na alimentação de seus familiares, mas também na dinâmica econômica local, em grande medida, na comercialização de itens alimentares. A partir da compra e venda desses produtos em território cubano, por meio do acesso a estabelecimentos que operam com a moeda livremente conversível (MLC), produtos que eram anteriormente obtidos apenas nessa moeda passam a estar disponíveis em pesos cubanos, embora a um preço pouco acessível para muitos. Quanto à percepção do aparente aumento de peso dos emigrados, observa-se nos diálogos a associação do aumento de peso à melhoria da qualidade de vida, ainda que tal mudança não necessariamente esteja relacionada a dietas consideradas saudáveis. Nesse contexto, é pertinente questionar a contribuição das condições de oferta e acesso alimentar na Ilha, que podem influenciar nessa percepção alimentar.

NOTAS

¹ Regulamentadas em 2021 pelo Decreto-Lei 46/2021, em que se lê o seguinte: “*se entiende como MIPYMES, aquellas unidades económicas con personalidad jurídica, que poseen dimensiones y características propias, y que tienen como objeto desarrollar la producción de bienes y la prestación de servicios que satisfagan necesidades de la sociedad*”. Acrescenta-se que “*Las MIPYMES pueden ser de propiedad estatal, privada o mixta*” (CONSEJO DE ESTADO DE CUBA, 2021).

² O conceito de segurança alimentar foi construído e disputado historicamente. A definição que compreende o conceito e suas quatro dimensões foi cunhada no âmbito da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996. As dimensões são: 1. Disponibilidade; 2. Acesso; 3. Utilização e; 4. Estabilidade. O conceito e suas dimensões são utilizados pela FAO, inclusive nos relatórios anuais sobre o Estado da Insegurança Alimentar no mundo. Jéssica Duncan (2015) em “*Global Food Security Governance: civil society engagement in the reformed Committee on World Food Security*” aborda as disputas e atores envolvidos tanto na conceitualização quanto na governança global de segurança alimentar.

³ A cesta normada (ou *canasta normada*) corresponde a um conjunto de itens alimentícios vendidos à população cubana de forma subsidiada. Em outras palavras, mensalmente, cada cidadão cubano tem o direito de adquirir quantidades específicas de determinados produtos por um preço significativamente mais baixo do que o praticado em outros canais de comercialização. Esses produtos podem ser adquiridos nos pontos de venda conhecidos como “bodegas”, e o controle das cotas destinadas a cada pessoa ou domicílio é feito por meio da chamada *libreta* – uma caderneta em que os itens são registrados e, à medida que são retirados nas bodegas, as anotações de controle são atualizadas. Inicialmente denominada *libreta de racionamiento*, essa ferramenta foi criada no início da década de 1960 e passou por diversas transformações ao longo do tempo. Também tem sido alvo de críticas, especialmente em relação aos critérios pouco rigorosos para a concessão dos alimentos subsidiados, que muitas vezes beneficiam domicílios com maior capacidade econômica, gerando discussões sobre a viabilidade de se subsidiar produtos em vez de pessoas – considerando, por exemplo, a renda como critério.

⁴ Neste contexto, o termo “módulo alimentar” (também chamado de “combo”) se refere comumente a alimentos comercializados em conjunto. Esses módulos podem, em alguns casos, ser oferecidos por meio de canais estatais e, portanto, contar com subsídios. No entanto, também existem os módulos adquiridos em lojas virtuais, geralmente por familiares emigrados, que os compram e enviam a suas famílias em Cuba. Neste trabalho, o foco recai especificamente sobre esses últimos – ou seja, os módulos alimentares enviados do exterior por familiares que vivem fora do país, a exemplo dos que estão disponíveis na loja virtual “*Dímelo Cubano*”, mencionada mais adiante.

⁵ Até o ano de 2020, Cuba possuía duas moedas: o CUP (peso cubano), que é a moeda de maior circulação entre os cubanos, e o CUC (peso conversível), que foi extinto em 1º de janeiro de 2021 como parte do processo de unificação monetária. O MLC (moeda livremente conversível), que já existia antes da extinção do CUC, é a moeda local

equivalente ao dólar, embora não desempenhe a mesma função que o CUC. A partir de 2021, os depósitos em dólares realizados por familiares no exterior para contas de cubanos são convertidos em MLC, que pode ser utilizado especialmente em lojas estatais. Em algumas redes específicas de lojas estatais, o MLC é a única forma de pagamento aceita. Os salários dos cubanos, de maneira geral, são pagos em CUP (peso cubano), que tem apresentado desvalorização frente ao dólar, euro e, por consequência, ao MLC. Vale destacar que, embora o MLC seja utilizado em transações, ele é uma moeda virtual, e não uma moeda física. O mercado informal de moedas em Cuba é amplamente utilizado para as trocas de moedas por pesos cubanos devido à maior possibilidade de valorização quando comparado aos pontos de câmbio estatal, como as *Cadecas*.

⁶ Tais valores representam um aumento em comparação ao período observado diretamente em Cuba, quando a última troca de dólar para CUP teve por base o dólar por 300 pesos cubanos, em julho de 2024.

⁷ O anuário com as informações de 2023 está em elaboração. A informação apresentada sobre o período foi obtida a partir de conversas com a população e conhecidos.

⁸ ONEI é a Oficina Nacional de Estadística e Información, entidade responsável pela coleta, análise e disseminação de dados estatísticos em Cuba. As informações referentes à ONEI 2024 no presente texto foram acessadas a partir de visita e solicitação diretamente no escritório da ONEI Guantánamo.

⁹ Site “Dímelo Cubano”: <https://dimelocubano.com/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSEJO DE ESTADO DE CUBA. **Decreto-Ley 46 sobre las micro, pequeñas y medianas empresas**. Gaceta Oficial No. 94, 19 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/es/decreto-ley-46-de-2021-de-consejo-de-estado>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

EL TOQUE. **Precio del MLC en Cuba Hoy**. 28 nov. 2024. Disponível em: <<https://eltoque.com/en/precio-del-mlc-en-cuba-hoy>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GARCÍA, A; ANAYA, B. El sector agropecuario y el desarrollo económico: el caso cubano. In: NOVA, A. (org.). **Agricultura en Cuba: entre retos y transformaciones**. La Habana: Editorial Caminos, 2021.

GRANMA. **Así quedó el occidente de Cuba tras el paso del huracán Rafael: todos los detalles**. Redacción Digital, 08/11/2024a. Disponível em: <<https://www.granma.cu/cuba/2024-11-08/asi-queda-el-occidente-de-cuba-tras-el-paso-del->

huracan-rafael-todos-los-detalles#:~:text=Se%20reportaron%20alrededor%20de%20460,afectaci%C3%B3n%20en%20otra%20vivienda%20cercana>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GRANMA. **¿Cómo marcha la entrega de mercancías en los municipios afectados por Oscar?** Redacción de Corresponsales, 27/10/2024b. Disponível em: <<https://www.granma.cu/huracan-oscar-guantanamo/2024-10-27/como-marcha-la-entrega-de-mercancias-en-los-municipios-afectados-por-oscar-27-10-2024-22-10-21>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GRANMA. **Apoya Programa Mundial de Alimentos a recuperación de Guantánamo.** ACN, 26/10/2024c. Disponível em: <<https://www.granma.cu/huracan-oscar-guantanamo/2024-10-26/apoya-programa-mundial-de-alimentos-a-recuperacion-de-guantanamo>>. Acesso em: 25 nov. 2024.

GRANMA. **¿Cuál es la situación actual con la canasta familiar normada en el país y su perspectiva para los próximos meses?** Granma, órgano oficial del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 05/04/2024d. Disponível em: <<https://www.granma.cu/cuba/2024-04-05/cual-es-la-situacion-actual-con-la-canasta-basica-en-el-pais-y-su-perspectiva-para-los-proximos-meses-05-04-2024-09-04-09>>. Acesso em: 10 out. 2024.

IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION **World Migration Report 2024.** Geneva: International Organization for Migration, 2024. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>>. Acesso em: 10 out. 2024.

MINCIN – MINISTERIO DEL COMERCIO INTERIOR. **Descargan arroz de la canasta del mes de marzo, para las provincias orientales.** 04/04/2025a. Disponível em: <<https://www.mincin.gob.cu/es/noticias/descargan-arroz-de-la-canasta-del-mes-de-marzo-para-las-provincias-orientales>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MINCIN – MINISTERIO DEL COMERCIO INTERIOR. **Actualizan sobre distribución del arroz de canasta familiar normada.** 09/04/2025b. Disponível em: <<https://www.mincin.gob.cu/es/noticias/actualizan-sobre-distribucion-del-arroz-de-canasta-familiar-normada>>. Acesso em 10 abr. 2025.

MINREX – MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. **Informe de Cuba en virtud de la resolución 75/289 de la Asamblea General de las Naciones Unidas, titulada “Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba”.** Ministerio de

Relaciones Exteriores, 19 oct. 2022. Disponível em: <<https://cubaminrex.cu/es/informe-de-cuba-en-virtud-de-la-resolucion-75289-de-la-asamblea-general-de-las-naciones-unidas>>. Acesso em: 10 out. 2024.

ONEI – OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN. **Anuario Estadístico Guantánamo 2023**. La Habana: Oficina Nacional de Estadística e Información, 2023. Disponível em: <<http://www.onei.gob.cu/anuario-estadistico-de-cuba-2023>>. Acesso em: 10 out. 2024.

WONG, B, A; GARCIA, A; NOVA, A. Análisis de la seguridad alimentaria y nutricional en Cuba. In: NOVA, A. (org). **Agricultura en Cuba: entre retos y transformaciones**. La Habana: Editorial Caminos, 2022.

RESUMO

O presente relato de pesquisa tem como intuito compartilhar a percepção sobre as relações entre emigração e alimentação adquirida por meio de observação direta em Cuba, percepção esta possibilitada graças a um programa de Doutorado-sanduíche. O período abordado neste relato é de outubro de 2023 a julho de 2024, tendo como foco o município e província de Guantánamo, em consequência da elaboração de uma tese anteriormente iniciada acerca da questão agrária, segurança e soberania alimentar na província. O gratificante convívio com cidadãos cubanos, bem como as entrevistas realizadas para a consolidação da referida tese e a observação do cotidiano, além de fotos compartilhadas por amigos e familiares dos residentes, possibilitaram a aproximação da temática da pesquisa com a participação dos emigrados no envio de remessas e alimentos em espécie para familiares na Ilha, juntamente com narrativas que se desenvolvem no que tange à alimentação. Com base nisso, foi possível observar que: a) domicílios que têm familiares vivendo no exterior apresentam maior acesso a alimentos, obtidos a partir do envio de dinheiro ou de módulos de alimentos; b) tais domicílios também podem se configurar como pontos de venda de alimentos comprados com o dinheiro do familiar no exterior ou pelos módulos; e c) no que se refere às narrativas atreladas ao consumo alimentar dos emigrados, o possível ou aparente aumento de peso destes é encarado como um indício da melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Emigração; Alimentação; Cuba; Guantánamo.

ABSTRACT

This research report aims to share the perception of the relationship between emigration and food acquired through direct observation in Cuba, a perception made possible thanks to a sandwich doctorate program. The period covered in this report is from October 2023 to July 2024, focusing on the municipality and province of Guantánamo, as a result of the elaboration of a previously initiated thesis on the agrarian issue, security and food sovereignty in the province. The rewarding coexistence with Cuban citizens, as well as the interviews conducted to consolidate the aforementioned thesis and the observation of daily life, in addition to photos shared by friends and family of the residents, made it possible to approach the research theme with the participation of emigrants in sending remittances and food in kind to relatives on the Island, together with narratives that develop regarding food. Based on this, it was possible to observe that: a) households that have family members living abroad have greater access to food, obtained through sending money or food modules; b) such households can also be configured as points of sale for food purchased with money from family members abroad or by the modules; and c) with regard to the narratives linked to the food consumption of emigrants, the possible or apparent increase in their weight is seen as an indication of an improvement in their quality of life.

Keywords: Emigration; Food; Cuba; Guantánamo.

Segurança alimentar e saúde em comunidades periféricas: fortalecendo vínculos na entrega de cestas básicas para migrantes durante a pandemia de Covid-19

Food security and health in peripheral communities: strengthening bonds during the distribution of food baskets to migrants in the Covid-19 pandemic

*Alexandra C. Gomes de Almeida**
*Erika Andrea Butikofer***

1 INTRODUÇÃO

As mobilidades humanas têm sido uma característica intrínseca da história da humanidade, ganhando cada vez mais relevância e complexidade ao longo do tempo. Influenciadas por políticas migratórias e pela garantia de direitos, essas mobilidades refletem não apenas mudanças sociais e culturais, mas também reconfigurações na divisão internacional do trabalho e na circulação de capitais (Sassen, 2010). Desde os anos 2000, especialmente a partir de 2007, testemunhamos crises político-econômicas globais que impactaram significativamente as condições de vida e trabalho de milhões de pessoas (Magalhães, 2018). Como resposta a essas crises, os países mais desenvolvidos do chamado Norte Global têm adotado políticas migratórias mais restritivas, influenciando os padrões e destinos das migrações e dando origem a novos paradigmas migratórios (Sassen, 2010; Baeninger, 2016; Magalhães, Baeninger, 2016). Essas mudanças ocorrem em um contexto de

* Pós-doutoranda em Saúde Coletiva pelo Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo.

** Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC)

avanços tecnológicos que facilitam a comunicação e a conexão entre pessoas de diferentes partes do mundo (Patarra, 2005), contribuindo para uma nova dinâmica nas interações e deslocamentos humanos em escala global.

As disparidades socioeconômicas são uma realidade marcante na vida diária de muitos migrantes, afetando seu acesso ao emprego, moradia, educação e condições ambientais adequadas, bem como sua saúde física e mental. Grupos específicos de migrantes enfrentam dificuldades adicionais devido ao seu status legal, habilidades linguísticas, níveis de alfabetização e diferentes concepções culturais sobre saúde e doença. Esses fatores combinados tornam certos grupos de migrantes especialmente mais propensos a vulnerabilidades associadas às questões de saúde e bem-estar (Granada *et al*, 2017).

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em decorrência da nova variante viral SARS-CoV-2. A elevação para a condição de pandemia ocorreu em 11 de março de 2020, em razão de a distribuição geográfica de pessoas contaminadas ter sido identificada em vários países e regiões do mundo concomitantemente. Diante da emergência sanitária, as primeiras e principais medidas de prevenção foram o isolamento social e a restrição à mobilidade local e entre fronteiras internacionais. Segundo o relatório “COVID-19 and the State of Global Mobility in 2020” (BETON *et al*. 2021), houve ao menos 111 mil medidas de fechamento de fronteiras ou de restrições de ir e vir no mundo. Em 31 de março de 2020, a OMS já apontava que o impacto da pandemia sobre migrantes e refugiados seria mais austero em virtude das condições de habitação, dificuldades administrativas, financeiras, legais e linguísticas para acessar os sistemas sociais básicos e, principalmente, de saúde (KLUGE *et al*, 2020; BRANCO, 2024).

No contexto da pandemia de COVID-19, as comunidades migrantes, especialmente aquelas originárias do Sul Global e que se estabelecem nas periferias das grandes cidades, como São Paulo e o bairro de Guaianases, tornaram-se particularmente vulneráveis, enfrentando desafios significativos relacionados ao desemprego, à renda e à segurança alimentar. A interrupção das atividades econômicas e as restrições de mobilidade exacerbaram as precariedades das condições de vida, expondo as disparidades existentes e aprofundando as dificuldades enfrentadas por aqueles que já se encontravam em situações precárias. Além disso, é crucial considerar a forma como se dá a regularização desses migrantes no país de destino, determinando se viverão em situação irregular, sem documentação, temporária ou permanente, e por qual categoria jurídica serão amparados. A regularização

migratória desempenha um papel fundamental na inserção dessas pessoas na sociedade, afetando diretamente seu acesso a direitos e serviços básicos (Martino, 2020).

Diante desse cenário desafiador, tornou-se imperativo adotar medidas urgentes para mitigar os impactos adversos da pandemia sobre as populações migrantes, garantindo-lhes acesso a recursos essenciais e o apoio necessário para enfrentar as dificuldades impostas por essa crise sanitária sem precedentes.

2 A ATUAÇÃO DO COLETIVO CONVIVA DIFERENTE EM GUAIANAZES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Nosso trabalho no Coletivo Conviva Diferente em Guaianases teve início em 2016, quando começamos a atuar como professoras no primeiro Curso de Português para Migrantes realizado no Centro Educacional Unificado (CEU) Jambuí, localizado no extremo leste da cidade de São Paulo. Contudo, a disseminação da COVID-19, em março de 2020, resultou na suspensão das aulas presenciais, deixando-nos sem certeza quanto à retomada das atividades. Durante esse período, os alunos nos questionaram, pelo grupo de *WhatsApp*, sobre a volta das aulas de português. À medida que as semanas se passavam, eles entravam em contato para compartilhar dificuldades pessoais intensificadas pelo isolamento social, como demissões relacionadas à quarentena, complicações no envio e recebimento de remessas financeiras do exterior, dúvidas quanto à elegibilidade para o auxílio emergencial e a redução dos orçamentos familiares. Esses fatores tornaram difícil o pagamento de aluguel e a aquisição de alimentos essenciais.

Diante desse contexto, nossa equipe agiu prontamente, mobilizando recursos próprios e estabelecendo parcerias para garantir a distribuição de cestas básicas, máscaras e kits de higiene aos migrantes de Guaianases. Conscientes das dificuldades econômicas enfrentadas por muitos de nossos estudantes, seus vizinhos, familiares e demais moradores, que foram agravadas pela perda de empregos e pela falta de suporte governamental adequado, o Coletivo empreendeu uma ação conjunta visando suprir as necessidades básicas de alimentação dessas comunidades vulneráveis. Para isso, adotamos uma abordagem que incluiu a divulgação de suas demandas por meio de uma Carta-Manifesto, que se tornou a base para a criação do abaixo-assinado “Imigrantes e refugiados precisam de ação do poder público!”, aumentando a pressão popular sobre a prefeitura de São Paulo (BUTIKOFER, 2020).

Durante o período de abril de 2020 a maio de 2022, em resposta à pandemia, realizamos a distribuição de cestas básicas com o objetivo primordial de garantir a segurança alimentar e fortalecer os laços comunitários entre migrantes, organizações locais e a sociedade civil. Essa iniciativa foi fundamentada no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN | 2016-2019), que tem como uma de suas metas promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. No entanto, enfrentamos um desafio significativo: a exclusão de alguns migrantes das políticas de transferência de renda devido à ausência de cadastro no Cadastro Único (CadÚnico). Essa lacuna revela as falhas da política emergencial implementada pelo governo brasileiro, que, além de insuficiente na proposição de garantir um mínimo social vital, também apresentou sérios obstáculos burocráticos que bloquearam o acesso de migrantes a direitos humanos essenciais, como uma renda mínima (PARISE; CARVALHO; PEREIRA, 2020). Nossa meta principal foi, portanto, mitigar a fome e atender às necessidades básicas das famílias migrantes, dando prioridade à sua estabilidade alimentar durante esse período de crise.

Nossa atuação foi pautada pela busca por fortalecer as comunidades e as redes locais de apoio, reconhecendo a importância da solidariedade e da colaboração mútua para enfrentar os desafios decorrentes da pandemia. A entrega de um número maior de cestas básicas só foi possível em parceria com o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI)¹, e conseqüentemente com a prefeitura, ao conseguirmos incluir os migrantes de Guaianases em programas de distribuição de cestas básicas, garantindo-lhes acesso à assistência governamental e evitando sua exclusão, assegurando que essas famílias não fossem negligenciadas em relação aos recursos disponíveis.

3 RESULTADOS E APRENDIZADOS

A entrega regular de cestas básicas, máscaras e kits de higiene desempenhou um papel crucial na promoção da segurança alimentar e na melhoria da saúde geral dos migrantes atendidos pelo Coletivo em Guaianases. Ao longo de dois anos, o Coletivo dedicou-se à coordenação e distribuição mensal dessas cestas para os migrantes residentes na região, beneficiando aproximadamente 130 famílias, originárias de diferentes países, como Haiti, Bolívia, Venezuela, Camarões, Nigéria e República do Benim. Inicialmente, priorizamos as famílias já matriculadas em nosso curso de português. Contudo, conforme as medidas de isolamento social se intensificaram, os próprios estudantes passaram a indicar outras famílias que

também necessitavam do auxílio alimentar. Com o aumento da demanda, foi dada prioridade às mulheres, mães e/ou chefes de família, assim como às pessoas desempregadas ou em situação de informalidade laboral. Essa abordagem considerou atentamente questões de gênero, raça e classe social, garantindo um suporte abrangente à população migrante periférica de São Paulo. Ao todo, foram entregues mais de 1.200 cestas de alimentos em 2020, aproximadamente 1.300 em 2021 e 350 em 2022.

Além do impacto direto na segurança alimentar, nossa atuação em Guaianases durante a pandemia teve uma dimensão política significativa, gerando mobilização e formação de redes no âmbito local. Um total de 25 entidades, incluindo organizações, igrejas, associações de migrantes, movimentos sociais, comunidades indígenas e programas universitários, endossaram nossa Carta-Manifesto, refletindo um amplo apoio e comprometimento com a população migrante periférica da cidade. Além disso, a colaboração estreita com parceiros diretos, como o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI), Instituto Accordes², Igreja Batista de Guaianases, Igreja Batista Haitiana de Guaianases, Igreja Pentecostal Perfeita Fé em Deus, além de familiares e amigos dos membros do Conviva Diferente, foi essencial para a continuidade de nossa atuação ao longo do período da distribuição das cestas básicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pandemia, expandimos nossa atuação para além do escopo original do curso de português, abraçando também demandas relacionadas ao acesso às políticas públicas e estabelecendo diálogo com uma variedade de agentes sociais envolvidos com a população migrante. Essa ampliação de foco não apenas respondeu às novas necessidades emergentes, mas fortaleceu também nossa conexão com a comunidade e a compreensão das questões mais amplas que a afetam. Reconhecemos que a distribuição de cestas básicas, embora essencial para atender às necessidades imediatas, não resolve os problemas estruturais de desigualdade. Essa ação foi pontual e emergencial, visando mitigar os impactos imediatos da crise sanitária.

Mesmo depois do período de isolamento social, continuamos a apoiar algumas famílias em situação de vulnerabilidade, mantendo a entrega regular de cestas básicas. Atualmente, cerca de 20 famílias são beneficiadas com esse programa, fruto de uma parceria contínua com o Instituto Accordes. Essa iniciativa demonstra nosso compromisso duradouro em proporcionar suporte e assistência às comunidades migrantes, mesmo após o período mais agudo da crise pandêmica.

O impacto político do Coletivo se fez sentir ao aumentar a conscientização sobre as dificuldades enfrentadas pelas populações migrantes periféricas e ao mobilizar apoio para lidar com esses desafios. À medida que avançamos para além da pandemia, nosso compromisso em promover a inclusão e garantir o acesso aos direitos fundamentais para a população migrante permanece. A expansão de nossas atividades para abordar questões relacionadas ao acesso às políticas públicas reflete nossa visão de futuro, onde a solidariedade e a colaboração comunitária são elementos essenciais na construção de um trabalho em conjunto com outros agentes sociais para enfrentar os desafios comuns e garantir que todas as vozes sejam ouvidas e representadas na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

NOTAS

¹ É uma organização sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento social e comunitário, oferecendo aulas de música gratuitas para crianças e adolescentes carentes.

² Desde 2005, como uma organização sem fins lucrativos, atua na promoção da disseminação de informações sobre os direitos dos imigrantes e refugiados, bem como os meios para acessá-los, visando promover sua dignidade e cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, Rosana. *et alii*. (Orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018.
- BRANCO, Alexandre P. **“Não temos tempo de temer a morte”**: Saúde e política antiporão de migrantes racializados durante a pandemia de Covid-19. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP). 2024. (No Prelo)
- BUTIKOFER, Erika Andrea. De vírus, máscaras e cestas básicas: imigrantes da periferia de São Paulo em tempos de pandemia. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coords.); ZUBEN, C. V.; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Orgs.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. – Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2020.
- GRANADA, Daniel; CARRENO, Ioná; RAMOS, Natália; PEREIRA RAMOS, Maria da Conceição. Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. **Interface** (Botucatu). 2017; 21(61):285-96. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/YFR5qB3Hxs9ZdYfVkbhrbGC/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 08.02.24.

- KLUGE, Hans Henri P; JAKAB, Zsuzsanna; BARTOVIC, Jozef; D'ANNA, Veronika; SEVERONI, Santino. Refugee and migrant health in the COVID-19 response. **The Lancet**, v. 395, n. 10232, p. 1237–1239, abr. 2020. <[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30791-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30791-1)>.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migração de dependência**: considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil. In: Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018. 976 p.
- MARTINO, Andressa Alves. Migração, saúde e pandemia: reflexões acerca do atendimento de saúde às pessoas migrantes. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coords.); ZUBEN, C. V.; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Orgs). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. – Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2020.
- PARISE, Paolo; CARVALHO, Letícia; PEREIRA, José Carlos A. Missão Paz: assistência, formação e incidência social versus o negacionismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da COVID-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coords.); ZUBEN, C. V.; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. (Orgs). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. – Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó – Nepo/Unicamp, 2020.
- PATARRA, Neide Lopes. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo**: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (PLANSAN | 2016-2019). Brasília, 2017.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre. Editora ARTMED, 2010.

RESUMO

Este relato de experiência do Coletivo Conviva Diferente em Guaianases, São Paulo, destaca nossa atuação durante a pandemia, com foco na segurança alimentar da comunidade migrante periférica. Iniciamos nossas atividades no bairro em 2016, oferecendo cursos de Português para Migrantes. Com a suspensão das aulas presenciais em março de 2020, devido à pandemia de Covid-19, adaptamo-nos para atender às necessidades emergenciais da comunidade migrante, especialmente no que diz respeito à garantia de alimentos. Organizamos a distribuição de cestas básicas, máscaras e kits de higiene, beneficiando mais de 130 famílias ao longo de dois anos. Essa iniciativa teve um impacto político significativo ao mobilizar diversas entidades e fortalecer parcerias com organizações e igrejas locais, consolidando a importância da segurança alimentar como um direito fundamental. Após o período pandêmico, expandimos nossas atividades para abordar questões relacionadas ao acesso a políticas públicas e estabelecemos diálogo com outros agentes sociais envolvidos com a população migrante.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Pandemia; Cestas Básicas; Guaianases; Coletivo Conviva Diferente.

ABSTRACT

This experience report from the Conviva Diferente Collective in Guaianases, São Paulo, highlights our work during the pandemic, focusing on food security for the peripheral migrant community. We began our activities in the neighborhood in 2016, offering Portuguese courses for Migrants. With the suspension of in-person classes in March 2020 due to the Covid-19 pandemic, we adapted to meet the emergency needs of the migrant community, especially with regard to food security. We organized the distribution of basic food baskets, masks, and hygiene kits, benefiting more than 130 families over two years. This initiative had a significant political impact by mobilizing several entities and strengthening partnerships with local organizations and churches, consolidating the importance of food security as a fundamental right. After the pandemic period, we expanded our activities to address issues related to access to public policies and established dialogue with other social agents involved with the migrant population.

Keywords: Food Security; Pandemic; Basic Food Baskets; Guaianases; Conviva Diferente Collective.

Eu migrante

Migrant self

Rian Gonçalo

Das minhas tantas andanças pelo mundo, acabei por me distanciar de mim mesmo.

Deixei meu Nordeste, guiado pelo anseio de sonhar.

Talvez, para aqueles que aqui estão, meu sonho não parecesse grandioso.

Eu desejava apenas me alimentar e encontrar o trabalho que me desse um sol, um lugar.

Esse, na verdade, não sou eu por completo, mas há muitos deles em mim. Também me transformei e, quiçá, tenha me afastado, afastado de mim. O “eu” que eles conhecem é diferente do “eu” que reside aqui, que estuda e trabalha em “coisas” que não são daquele lugar.

Ainda aqui, percebo que buscamos, eles e eu, o mesmo ideal: terra, teto e um lar.

Há quem afirme que aqui tudo é lar, mas quem se desloca sabe onde repousamos nosso último abraço, nossas vidas, a casa, as ruas e, entre idas e vindas, nas páginas lidas e não lidas, nosso coração migrante permanece lá.

Hoje, chove intensamente onde antes mal se via a chuva, e é escassa onde jamais imaginei ver o céu verter suas lágrimas.

Dizem que máquinas desviaram o riacho onde costumávamos nos banhar e limpar as panelas.

É de uma tristeza imensa saber que os céus clamaram por aqui.

E, nessas andanças, já percebi que o clima tampouco é como costumava ser.

Após tantas décadas, o que parecia seguro, hoje revela-se tão incerto.

Sayad diria que a dupla ausência que aqui persiste não é apenas minha e dos meus outros “eus”, mas também é a ausência de alimento, de lar, de um futuro e, quiçá, de um presente verdadeiro que nos permita sonhar e, melhor ainda, acreditar.

A fome do outro

The Hunger of the Other

Paulo Mortari A. C.

O jantar não o saciou; empapuçou. E era um prato bem servido, como o habitual, com salada de entrada, carne de corte nobre com acompanhamentos e uma sobremesa feita de alguma fruta importada. Toda uma diversidade de sabores passava despercebida pelo seu paladar, que registrava ao fim da refeição apenas um gosto enjoativo de bolacha de morango barata. Se alguma vez na vida comera uma guloseima dessas, teria sido na infância, e só.

No dia seguinte, quando ainda estava na cama, veio-lhe à boca um gosto de pão seco, uma hora antes de tomar um café da manhã tão colorido quanto insosso, notável na mesma medida em que passava batido. Já no começo da tarde, numa churrascaria, teve um almoço extravagante, farto, mas que não encheu seu estômago nem um grama a mais do que o prato de arroz com salsicha de duas horas antes, que ele não viu ser comido.

Essa era sua nova rotina alimentar. O que fosse que ingerisse, não saciava nem tinha gosto. Alimentava-se do que não consumia, uma comida que não via, mas era a que tinha, na hora e na quantidade que vinha, sabe-se lá de onde, e uma comida irrecusável, que não era a que escolhia saborear, embora fosse a única que dava função a suas papilas gustativas. Foi mais ou menos o que relatou a seu médico de confiança em consulta, uma semana após o início dos sintomas.

Fizeram, a princípio, um exame de sangue, cujos resultados, de fato, já apontavam alterações causadas pela nova dieta. No retorno ao médico, poucos dias depois, foram receitados suplementos, que acabariam não exercendo qualquer influência nos indicadores. Desconfiaram de perda de capacidade de absorção de nutrientes pelo organismo.

Num outro dia, passadas as onze e meia da manhã, sentiu um gosto de carne, o que o motivou a refazer os exames por conta própria. Uma leve reversão no quadro foi notada. Com os novos resultados em mãos, voltou a consultar seu médico, que, suspeitando que a ocasional má nutrição era apenas parte do problema, encaminhou-o a um psiquiatra. Realizou-se uma bateria de exames. Os resultados, um a um, deram negativo para qualquer anormalidade psíquica, transtorno ou distúrbio.

De volta a seu médico de confiança, depois de um sem-número de hipóteses descartadas, apenas a mais absurda parou em pé. “*Alguém está comendo pelo senhor. E, seguindo por esta linha, sou forçado a pensar que o senhor, por sua vez, está comendo por essa pessoa*”. Ficaram de estar mais atentos a sinais que comprovassem ou refutassem essa hipótese tão desarrazoada.

Em poucos dias, no meio de uma tarde, ligou desesperado para o médico, relatando que sentia não haver comido nada desde que acordara, apesar de ter feito todas as refeições normalmente. Partindo do pressuposto da troca de paladares, a recomendação dada foi a de responder à fome com mais fome, um jejum de vinte e quatro horas. Por mais contraditório que soasse, acatou, e no almoço da jornada seguinte, ainda sem ingerir nada, sentiu o gosto e a saciedade de um prato de arroz, feijão, ovos mexidos, couve refogada e salsicha.

Era um domingo quando um sabor muito peculiar lhe tomou a língua. Não conseguia discernir bem o que o alimentava. O único ingrediente que deveras identificou – e este, sim, com muita facilidade – foi o coentro, pois detestava. O resto era muito mais difícil. Parecia ser um caldo, mas com toda uma mistura de texturas. Legumes cozidos, talvez. Provavelmente cenoura, mas não só. Parecia haver também batata, mas a aspereza não correspondia à de uma batata comum em sua memória gustativa. E uns grãosinhos miúdos... Arroz, não... Seria... quinoa?! Mas como, para alguém que come embutidos com tanta frequência? De onde vem essa comida? Ah! Cebola também. Certeza: cebola branca. Nutriu, e bem mais do que os pratos da dieta habitual, mas não matou a fome, a sua fome. Se tivesse escolha, pediria uma picanha assada ao molho madeira, acompanhada de arroz e uma porção de batatas rústicas levemente crocantes, temperadas com folhinhas de alecrim; ou mesmo um bom ceviche, de peixe marinado com capricho no limão, no sal, na pimenta e na cebola – aí, sim, bem aproveitada –, mas sem coentro, um ceviche *riquísimo*, daqueles que costuma pedir em renomados restaurantes peruanos nas viagens por metrópoles Ocidente afora. E, estando em casa, ansiaria por certa sobremesa de romã, a sua preferida, para terminar. Que falta a sua comida faz! Nem um Titicaca inteiro dessa mistura de cenoura cozida, batata, cebola e sabe-se lá o que mais saciaria esta fome, ao fim e ao cabo.

O “*titicacalinho*”, como jocosamente seria apelidado, era uma suposta ostentação alheia que visitaria a contragosto sua boca novamente vez ou outra, assim como outros pratos – poucos – que nunca saberia reconhecer. Pior do que isso, ainda que com recorrência bem menor, o deserto insistia em lhe invadir o estômago. O ronco árido da falta de comida chegava a fazê-lo se curvar sobre a barriga, reação que no mesmo instante se tornava uma súplica

pelo mais raso oásis alimentar, empestado que pudesse estar com odor de coentro. No desespero, acudia a seu médico sem horário marcado. Reiterava-se que pulasse algumas refeições, não para comunicar uma ameaça, mas como um lembrete do compromisso tácito que assumira com este siamês desconhecido, se não imaginário, de que, mais urgente do que estar vivo é não deixar morrer, custe o que custar.

“De algum modo, senhor, precisamos descobrir quem é essa pessoa. Não vejo outra forma de evitarmos essas crises. Sabe, já venho pensando há muito tempo nisso”.

Temeroso quanto à forma como suas palavras seriam recebidas, titubeou, mas continuou:

“Essa pessoa... Se ela existe... Se for isso mesmo... Só posso supor, com os indícios que temos, que se trata de alguém, digamos... com muitas privações. Certo?”.

Não obteve um retorno verbal, mas no semblante do interlocutor, notou que estava diante de alguém que, por instinto de sobrevivência, já tinha se desarmado de qualquer ceticismo, o que o encorajou a prosseguir:

“Se esse é o perfil que temos, também posso imaginar que lhe viria muito bem ter por perto um lugar em que pudesse fazer suas refeições de maneira bem acessível, sem qualquer tipo de cobrança. Um lugar que lhe garantisse comida boa todos os dias, deixando-o livre para se preocupar com as tantas outras penúrias da vida”.

Sentindo que fazia falta ser mais objetivo sobre aonde queria chegar, puxou uma boa carga de ar e soltou:

“Bem, não quero me intrometer em sua vida muito além do que a ética de meu ofício permite. Mas sei, como é de conhecimento geral, que o senhor tem... recursos. Indo direto ao ponto: por que o senhor não abre um restaurante popular?! Digo, com almoços sem custo para cidadãos de baixa renda”.

E, antes que fosse interpelado pelas tantas questões que certamente viriam, desatou a dar os esclarecimentos:

“Veja, sei que desconhecemos onde essa pessoa está. É por isso que, para aumentarmos as chances de chegarmos a ela, pensei em um projeto itinerante. O senhor pode abrir um restaurante num canto, operá-lo por algum tempo e logo trasladá-lo a outro canto. E nada mais apropriado do que focarmos em nossa própria cidade, me parece. O mundo é grande demais, mas, aqui, não. Dá para cobrir a cidade inteira em um ano – que, aliás, carece totalmente desse tipo de serviço”.

Insistiu, reforçando os argumentos:

“É a nossa chance. Por mais que não saibamos absolutamente nada do paradeiro dessa pessoa, seus hábitos alimentares, no geral, são bem

compatíveis com o que se vê por aqui principalmente quando não se tem dinheiro... com exceção, claro, de coisas como o 'titicacaldinho', mas, afinal, podendo, quem não tem suas extravagâncias?!".

E arrematou:

"As coincidências, no fim das contas, nos dão um tiquinho de esperança de encontrar em nossas próprias cercanias este cidadão que buscamos. Quem sabe não temos essa sorte? Repito: não vejo outra saída a não ser descobirmos quem é essa pessoa. E nossa única aposta viável me parece ser a de que ela – ou ele – esteja aqui, nesta mesma cidade".

Não se passou um mês até que o empreendimento fosse efetivamente iniciado. Aproveitou-se a estrutura de um restaurante de baixo movimento, oferecendo-se ao proprietário uma compensação financeira pelo uso do espaço. Por quinze dias de operação, pagou-se o equivalente a três meses de faturamento. A cada manhã, centenas de pessoas almoçavam gratuitamente. A triagem era feita com base nos registros de programas de assistência social do governo, no intuito de contemplar, de fato, quem mais precisava. O acesso ao sistema foi facilitado pelos vínculos pessoais que se tinha com o prefeito em exercício, cuja intervenção fora fundamental também para a obtenção, em tempo recorde, de todas as licenças requeridas. A comida servida era bem balanceada e em boa quantidade, com um prato diferente todo dia. Era também de agradável sabor, ainda mais por se esperar, contando-se com a boa sorte, que viesse a cair no paladar do empreendedor. Por uma questão de orçamento, pensando na eventual necessidade de rodar com a iniciativa o ano inteiro, os ingredientes utilizados eram aqueles disponíveis localmente e a menor custo na estação. Mas havia algo no menu que propositalmente destoava. *"O senhor vai servir uma sobremesa bastante atípica na culinária popular, algo que pouca gente esteja habituada a comer. Poderia ser aquela que você gosta. Aquela com romã, sabe? Façamos o teste. Como o senhor estará sempre presente no restaurante, caso sinta na boca o gostinho de sua sobremesa preferida no horário das refeições, saberá que seu 'irmão siamês' está por perto".*

A cada quinze dias, o restaurante mudava de bairro, repetindo-se o mesmo padrão de funcionamento. Sem faltar um dia sequer, o empreendedor permanecia o tempo todo atrás do balcão, atento a quem entrava para comer. Ainda mais compenetrado ficava quando começavam a sair as primeiras sobremesas.

E as semanas foram se sucedendo, sem qualquer gosto da comida de seu próprio restaurante. De entusiasmado, não demorou para passar a se sentir ridículo. Só não abandonava o projeto porque seu médico o fizera assumi-lo como um compromisso muito sério com ele. Não deixava de ir ao restaurante, mas havia muito que a esperança lhe desertara o peito.

Até que, no sétimo endereço, o cardápio subiu pela goela. Aos poucos o foi decifrando: filezinho de frango grelhado... arroz, feijão... e salada de tomate... e alface. Quase não podia crer! De impulso, soltou um elogio efusivo aos cozinheiros atrás, virando a cabeça só até o limite de não desprender os olhos do salão. Sequer ouviu os agradecimentos em retribuição. Perseguiu obstinadamente no movimento de garfos e bocas uma sincronia com o seu paladar. E então saíram as primeiras sobremesas. Numa mesa relativamente próxima, viu um rapaz dar a primeira mordida no exato momento que uma sementinha de romã parecia estourar em sua língua atrás do balcão. Ali fixou toda a sua atenção. Esperou pela colherada seguinte, e novamente seu paladar se encheu daquela doçura tão familiar e tão anelada. O doutor estava certo, e em tudo, pelo visto. É ele! É ele! Minha mãe do céu, é ele! E, assim, de boca vazia, apreciou como nunca aquela fruta, até o prato do rapaz ficar também vazio.

À frente, esse rapaz, nos seus vinte e três ou vinte e cinco anos, talvez, não demonstrava partilhar do mesmo deleite. Nada havia deixado nos pratos, é verdade, mas via-se que levava a comida à boca como quem não faz mais do que obrigação, e comer, ao ser obrigação, não dá gosto nem sacia, mas se cumpre.

Decidiu-se por fazer um teste definitivo. Chamou um funcionário seu de canto e lhe pediu que oferecesse mais uma porção de sobremesa àquele rapaz.

Fez-se a pergunta do que achara do doce, e a resposta, num sotaque hispânico, indicou que, a bem da sinceridade, gosto nenhum se havia sentido. Propôs-se, então, servir novamente o prato, pois o chefe de cozinha não ia ficar satisfeito com essa insipidez. Antes que se pudesse esclarecer que não se tratava disso, o funcionário já havia virado as costas. Dez segundos depois, voltou com a segunda porção da sobremesa.

Dessa vez, o empreendedor também tinha em mãos o seu pratinho. O rapaz pôs a primeira colherada na boca, e, aqui, detrás do balcão, o gesto foi repetido com absoluta precisão. A boca de lá parou, contida numa cara de espanto. Recobrou movimento em alguns instantes, numa mastigação bem vagarosa. Já a boca de cá, cheia do mesmo sabor, se abria num sorriso avermelhado.

Dirigiu-se à mesa então pessoalmente. Postou-se diante do rapaz, com pinta de que fosse o tal chefe de cozinha. Perguntou-lhe se já tinha provado antes na vida essa sobremesa, e ele disse, ainda aturdido, que provado já tinha, sim, mas comer mesmo, era a primeira vez. Depois, sendo mais explícito, quis saber do veredito final, se havia gostado do que comeu, e teve como devolutiva uma contundente afirmação, reforçada pela fala de que não se poderia imaginar o quanto. Convidou-o, assim, a retornar sempre, pois todo dia seria servida a sobremesa, que, a propósito, era de romã.

Aquele era o primeiro dia de funcionamento do restaurante no novo endereço. Por conta de alguns imprevistos com o proprietário, teve que ser num domingo, e em plena Páscoa.

Despediu-se cordialmente do rapaz sem mais comentários. Para além do despreparo de lidar com uma situação que, por mais ansiada que fosse, era também altamente improvável, não quis ser exaustivo numa primeira aproximação. Estava convicto de que teria todas as oportunidades para revê-lo. Afinal, se já havia marcado presença na inauguração, num domingo de Páscoa, era de se esperar que voltaria ao longo da semana.

Mas não voltou.

O restaurante, claro, ficou ali por mais do que quinze dias. A constância terminou por atrair gente de outros bairros, que passaram a se deslocar para lá por um prato de comida. Mas quem se queria, não aparecia. Chegou um tempo em que saía agoniado pelas ruas, batendo de porta em porta, com não mais do que uma descrição grosseira de um corpo jovem na ponta da língua, que, ao final, sempre divergia dos corpos apontados para espelhá-la. O funcionário que se acercara inicialmente ao rapaz naquele domingo de Páscoa ficava alerta no restaurante cada vez que o empreendedor se ausentava em sua busca. Que nem ao banheiro fosse, para não dar sopa p'ro azar.

Cinco mudanças de endereço ainda seriam feitas pela cidade no que restava do ano. Milhares de refeições foram servidas com sobremesa gratuitamente enquanto durou a iniciativa. Nesse transcurso, continuou alimentando “a si mesmo” como entendia que deveria ser, com o que de mais saudável e nutritivo sua fortuna permitia. Em contrapartida, nos dias talvez mais afortunados do outro, sentia gosto de coentro.

Anos à frente, por vezes, lhe invadiam a cabeça pensamentos de que deveria tê-lo levado à força quando teve a chance. Poderia tê-lo detido e o mantido em cativeiro, assenhoreando-se de sua boca e de tudo o que nela entrasse. Poderia até ter cogitado com seu médico algum tipo de intervenção... Sei lá, um transplante de estômago, talvez? Não o aprazeria poder degustar novamente seu “titicacaldinho”?! Pois, então, por que não voltou mais? Por quê? E só o que o libertava dessa catarse era a tirânica lembrança de que havia na vida coisa ainda pior do que não ter escolha sobre o que comer.

Fechou o último restaurante no primeiro dia de dezembro para nunca mais reabri-lo. E em todo fim de ano, uma boca alheia lhe deu o gosto da romã, sua fruta preferida, ora no Natal, ora no réveillon.

Realidad, rostros, desafíos y esperanzas de los migrantes y de la Pastoral de Movilidad Humana en Panamá

Reality, faces, challenges and hopes of migrants and the Pastoral of Human Mobility in Panama

*Jorge Ayala**
*Ligia Ruiz, MSCS***
*Mario Geremia, CS****

1 INTRODUCCIÓN

La Iglesia, como Pueblo de Dios en camino, ha sido sensible y solidaria con el tema de las migraciones y con los derechos humanos de los migrantes, justamente porque es un tema bíblico y teológico desde siempre en la historia de la salvación, empezando por los primeros libros del AT – Antiguo Testamento y en todo el NT – Nuevo Testamento, especialmente en donde el mismo Jesús Cristo se identificó con el migrante en su afirmación: “*Yo era migrante y ustedes me acogieron*” (BIBLIA, Mt, 25, 35).

Luego, en todos los momentos críticos de la historia en que el fenómeno se presentó como un grito a la Iglesia, en todas las distintas épocas y lugares, allí estuvo la Iglesia presente como hermana y madre de la gente desplazada, refugiada y abandonada por las diferentes causas de los sistemas económicos y políticos injustos del mismo fenómeno. Este camino fue ganando cuerpo en los últimos siglos en que las migraciones han se extendido en todo el mundo con características masivas, complejas,

*Miembro del Consejo Pastoral de Movilidad Humana - Arquidiócesis de Panamá.

**Miembro del Consejo Pastoral de Movilidad Humana - Arquidiócesis de Panamá.

***Miembro del Consejo Pastoral de Movilidad Humana - Arquidiócesis de Panamá.
E-mail: geremiarj@gmail.com

diversificadas y al mismo tiempo, se revelaron como un fenómeno pleno de oportunidades, aportes y de esperanza para una humanidad más justa, fraterna y solidaria para todos los pueblos.

Así mismo, en tiempos de desafíos y dificultades políticas, sociales, culturales y económicas, invariablemente acompañadas de diversas formas de violencia, la Iglesia ha buscado estar presente mediante un servicio de acogida integral, de apoyo y protección, además de favorecer la agencia y el protagonismo de los migrantes, de los refugiados y de los apátridas. Una de estas situaciones desafiantes es el caso del estrecho forestal del Darién, entre Colombia y Panamá, que desde hace algunos años se ha convertido en una de las principales rutas de migración Sur-Norte. Miles de migrantes – mujeres, hombres, niños, adolescentes, jóvenes, ancianos, etc. – recorren esta ruta – sin documentos migratorios reconocidos como válidos por los países de tránsito y destino –, buscando llegar a México y a los Estados Unidos de América (EE.UU.).

Con la reciente elección de Donald Trump al gobierno de Estados Unidos en 2024, esta situación se ha vuelto aún más dramática con la intensificación de las detenciones y deportaciones sumarias de miles de inmigrantes, muchos de ellos siendo deportados a países como Costa Rica y Panamá y no necesariamente a sus países de nacimiento.

Nuestro objetivo es ofrecer un resumen del estado del arte de esta migración a través de la desafiante, a menudo fatal, selva del Darién, los arreglos políticos implementados para controlar esta migración, las acciones de apoyo de la Iglesia y sus socios en vista de los derechos humanos de los migrantes y sus familias, y los desafíos a superar ante la intensificación de las políticas antiinmigratorias en Estados Unidos.

2 CAMINO DE IGLESIA CON LOS MIGRANTES EN LA REGIÓN DE AMÉRICA LATINA Y CARIBE EN COMUNIÓN CON TODA LA IGLESIA UNIVERSAL

La Iglesia se dedica a comprender e interactuar con los procesos migratorios, desde una perspectiva teológica. Las grandes transformaciones sociales, políticas y económicas que se produjeron a raíz del desarrollo científico y tecnológico, así como las guerras de los siglos XVIII y XIX, impulsaron aún más el interés histórico de la Iglesia y su dedicación a las migraciones, especialmente en el contexto de la creciente pobreza y falta de oportunidades de las poblaciones europeas. Es en este contexto histórico que, además de la perspectiva teológica, la Iglesia institucionaliza el trabajo con los migrantes a través de la publicación de documentos como Encíclicas y

la creación de congregaciones religiosas enfocadas exclusivamente al servicio de la evangelización y el apoyo a los migrantes en sus regiones de origen, tránsito y en sus regiones de destino.

En 1887, nace la Congregación de los padres Misioneros de San Carlos Borromeo - Scalabrinianos, en 1895, las “Siervas de los huérfanos y Abandonados en el exterior”, luego llamadas Misioneras de San Carlos Borromeo - Scalabrinianas, como una respuesta a la realidad social de atender a millares de europeos que emigraban hacia las Américas.

El Papa León XIII (1888) dirige a los obispos de América la Carta pastoral “*Quam Aerumnosa*” invitándolos a reflexionar sobre la difícil situación pastoral de los emigrantes italianos emigrados a América. La Carta ofrece un subsidio pastoral a los obispos de América y comunica la apertura en Italia de un instituto de sacerdotes para la asistencia a los emigrantes italianos bajo la dirección del obispo Juan Bautista Scalabrini, obispo de Piacenza - Italia.

Así también, otras congregaciones religiosas como los Salesianos en el tiempo de San Juan Bosco, la Congregación de Madre Cabrini, los Vicentinos, y otras congregaciones trabajaron en tiempos y lugares específicos con las migraciones.

El Papa León XIII, en 1891, deja constancia de que “los hombres sentirán fácilmente apego por la tierra que han nacido y visto la primera luz; no cambiarán su patria por una tierra extraña, si la patria les da la posibilidad de vivir desahogadamente”. Pero también reconoce el derecho de emigrar por justos motivos, y señala entre ellos la consecución de los bienes suficientes para vivir. No se emigrará si en la patria hay posibilidades de vivir dignamente (LEÓN XIII, 1891, 33, 39).

Por su parte, con el Documento “*Cum Omnes Catholicos*”, en 1912, del Papa Pío X, se organiza un “*Officium de Espirituales Migratorum Cura*” en el seno de la Sagrada Congregación Consistorial. Con este documento, la Iglesia toma conciencia de la necesidad de dar una dirección unitaria universal al cuidado pastoral de los migrantes.

Es importante hacer memoria de la primera estructura oficial en la Iglesia constituida al servicio de los migrantes, por el Papa Pío X en 1912, gracias al aporte de Mons. Scalabrini después de dos viajes que hizo a EUA y Brasil en visita a los inmigrantes italianos al entregarles un “*Memorandum*” (Propuesta de creación de una estructura oficial en la Iglesia al servicio de los migrantes) al Papa Pío X, algunos días antes de su emigración al cielo en 1905. Esta iniciativa fue asumida y ampliada por su sucesor, el Papa Benedicto XV en donde oficializó el día mundial del migrante en 1914.

Pío XII, en 1944, funda la Pontificia Comisión de ayuda a los refugiados y en 1951, crea la Comisión Católica internacional sobre la migración - CCIM, que tuvo intervención directa desde oficinas en las regiones de América

durante algunas décadas y continúa con su sede central en Ginebra e iniciado recientemente una oficina en Washington. En 1952, el mismo Pío XII instituyó el “Consejo Superior para la Emigración”.

En 1952, el Papa Pío XII publica el importante documento “Exsul Familia” sobre la migración y el compromiso de cuidar de los migrantes. La Constitución *Lumen Gentium* (13, Concilio Vaticano II) se refiere a la catolicidad y universalidad del único Pueblo de Dios, llamado a fomentar la unidad entre los pueblos.

En 1970, el Papa Pablo VI crea la Pontificia Comisión para el cuidado espiritual de los migrantes e itinerantes (dependiente de la Congregación de los Obispos). El papa Juan Pablo II, en 1988, lo convierte en el Pontificio Consejo para la Pastoral de los migrantes e Itinerantes (PCPMI). En 2004, el Papa Juan Pablo II publica otro importante documento de la Iglesia “*Erga Migrantes Caritas Christi*”, La caridad y acogida para con los migrantes, a través del Pontificio Consejo.

El Papa Francisco, en año de 2016, instituye el Dicasterio para el Servicio del Desarrollo Humano Integral con las competencias del Consejo Pontificio de Justicia y Paz, Consejo Pontificio de la Pastoral de los Migrantes e Itinerantes, Consejo Pontificio Cor Unum y Consejo Pontificio para la Pastoral de la Salud, siendo que dichos Consejos dejan de existir en enero de 2017. En este Dicasterio se organiza la Sección Migrantes y Refugiados que también asume el tema sobre la Trata de Personas.

3 PMH – PASTORAL DE MOVILIDAD HUMANA EN LATINOAMÉRICA Y CARIBE

La Pastoral de Movilidad Humana - PMH, en Latinoamérica, como acción sociopastoral, tiene su origen con la llegada de la Familia Scalabriniana en Brasil a finales del siglo XIX para acompañar a las personas italianas que viajaban para las Américas con el sueño de una vida digna, de paz y seguridad para sus familias.

En la I Conferencia del Episcopado Latinoamericano y El Caribe, celebrada en 1955 en Rio de Janeiro, los obispos hacen un llamado a despertar conciencia misionera a favor de las personas más necesitadas y entre ellas a los de migrantes y trabajadores en el mar.

Ha de ponerse especial cuidado en organizar urgentemente en todos los países latinoamericanos la obra de la asistencia espiritual a los inmigrantes, según las normas de la Constitución Apostólica “*Exsul Familia*” y las disposiciones concretas que en cada caso dicte la Sagrada Congregación. (CELAM, 1955, 91)

Consecuentemente, el documento conclusivo de la II Conferencia del Episcopado Latinoamericano y El Caribe (CELAM, 1968) manifiesta la preocupación con las personas de esta región que migran a otros continentes. En el capítulo sobre Justicia (CELAM, 1968, 1.1), el mencionado documento destaca que “se ha iniciado un éxodo de profesionales y técnicos a países más desarrollados”; en el tema Pastoral de Elites (CELAM, 1968, 7.18) dice: “teniendo en cuenta el hecho de que miles de jóvenes latinoamericanos estudian en Europa y América del Norte, el CELAM procurará, de acuerdo con la jerarquía de estos países, promover la debida atención pastoral de los mismos”.

En 1979, en la III Conferencia del Episcopado Latinoamericano y El Caribe, en Puebla - México, los obispos afirman que las migraciones constituyen un fenómeno masivo cuya importancia se intensifica. Ellos también indican pautas concretas de acción en el orden social y aspectos pastorales para iniciar un acompañamiento evangélico a todas las personas que se encuentren en movilidad (CELAM, 1979, 71, 1290, 1291, 1292).

Como respuesta a lo anterior, se crea el Secretariado para la Pastoral de Movilidad Humana – SEPMOV, en la XX Asamblea Ordinaria del CELAM, reunión celebrada en San José de Costa Rica, en 1985.

Concretizando lo pautado en Puebla, en 1987, durante la XXI Asamblea Ordinaria en Paraguay, se establece formalmente la Pastoral de Movilidad Humana con la Recomendación 57 que dice textualmente: “(...) el Secretariado de la Pastoral de Movilidad Humana – SEPMOV se interesa por los problemas de las migraciones en las diversas regiones y que se de atención preferencial a los refugiados y desplazados” (CELAM, 1987, 57).

Es con este bagaje histórico de institucionalización y de acciones concretas que la Pastoral de Movilidad Humana ha buscado actuar, en sintonía con otras pastorales sociales y organizaciones eclesíásticas, así como en alianza con otras instituciones sociales, movimientos populares y gestores públicos en defensa de los derechos y la dignidad humana de las personas en movimiento, especialmente migrantes, apátridas y refugiados en los diversos países de origen, tránsito y destino de los migrantes.

En la siguiente sección veremos con más detalle el caso de miles de migrantes, entre ellos niños y ancianos, de diversos países de América Latina, el Caribe, África y Asia que arriesgan desesperadamente sus vidas en la peligrosa travesía de Colombia a Panamá, a través de la selva del Darién, también conocida como el “Tapón del Darién”, tratando de llegar a los Estados Unidos de América, donde esperan lograr mejores condiciones de trabajo, salud, vivienda, seguridad y dignidad humana. En este contexto, y

considerando las políticas migratorias xenófobas y racistas de Estados Unidos, fortalecidas y ampliadas con las persecuciones y deportaciones decretadas por el gobierno de Trump, abordaremos también las perspectivas y desafíos de la Pastoral de Movilidad Humana y otras instituciones de derechos humanos en Panamá.

4 PANAMÁ COMO PAÍS DE TRÁNSITO. LA MIGRACIÓN EXTRA-REGIONAL POR DARIÉN

Contexto general y necesidades humanitarias

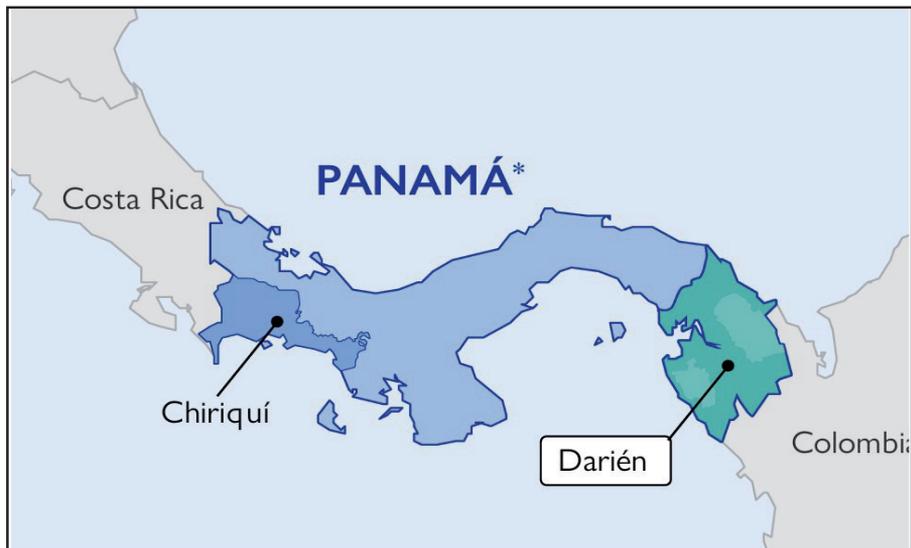
El bosque de Darién está ubicado en la provincia de Darién, al este de Panamá, en la frontera con Colombia. Bautizada como Santa María, Darién fue una de las primeras ciudades fundadas por los exploradores españoles Martín Fernández de Enciso y Vasco Núñez de Balboa, en 1510. Desde entonces, la región ha sufrido varias disputas entre líderes y exploradores españoles, entre españoles e indígenas, e incluso entre ingleses y holandeses hasta que los colonizadores la declararon sin intereses comerciales ni exploratorios y la abandonaron a los pueblos indígenas que ya la habitaban antes que ellos. A pesar de su formación y ubicación privilegiada, una pequeña franja de tierra (de unos 160 kilómetros [km] de largo por 50 km de ancho) entre el Atlántico y el Pacífico, la topografía y las condiciones climáticas no son favorables para la población y los emprendimientos económicos. Cubierta por densas nubes y densos bosques, la región presenta alta humedad del aire y temperaturas, por lo que también se la conoce como Amortiguador del Darién. (BRITANNICA, 2025, n/p.)

Figura 1 - Mapa de América del Norte, Central y del Sur, destacando América Central, donde se encuentra Panamá.



Fuente: Louis Callerrame. Disponible en: <<https://br.pinterest.com/pin/633107660132415495/>>.

Figura 2 – mapa de Panamá resaltando la ubicación del Bosque de Darién, en el extremo oriental del país, en la frontera con Colombia.



Fuente (OIM, 2022)

Figura 3 – Mapa de Panamá, istmo entre Colombia y Costa Rica, resaltando la ubicación del Bosque de Darién en la frontera con Colombia.



Fuente: Enciclopedia Britannica (2025).

La región está formada por llanuras, manglares, cordilleras con densos bosques y diversos ecosistemas cálidos y húmedos, intersectados por ríos medianos y grandes que desembocan en el Atlántico y otros en el Pacífico. La flora y la fauna se encuentran entre las más ricas y diversas. En términos demográficos, la región presenta grandes brechas poblacionales. Sólo unos pocos pueblos indígenas como los Wounaan, los Embera y los Kuna lo habitan y obtienen de él su sustento y reproducción social. Además de la presencia de indígenas, el bosque sirve como escondite para grupos rebeldes colombianos (el izquierdista Ejército de Liberación Nacional y las ultraderechistas Autodefensas Unidas de Colombia), traficantes de armas y drogas, y traficantes de personas.

La carretera Panamericana que conecta las tres Américas (Norte, Centro y Sur), con aproximadamente 25,8 km, pasando por 14 países, tiene una interrupción de 88 km en su largo recorrido exactamente en la región de la selva del Darién. La interrupción se debe al clima inhóspito y a los peligros que supone la presencia de grupos rebeldes y criminales que ocupan la selva.

Sin embargo, miles de hombres, mujeres, ancianos y niños provenientes de América Latina, África y Asia intentan cruzar la selva del Darién como una de las etapas de su migración hacia México y, principalmente, hacia Estados Unidos de América. Sin acceso a la costosa y burocrática documentación para ingresar legalmente a Estados Unidos, miles de inmigrantes arriesgan su vida cruzando la peligrosa selva del Darién, soñando con alcanzar mejores condiciones de vida y dignidad humana en suelo norteamericano.

Según ACNUR (2023), existen al menos cinco grandes peligros que amenazan la dignidad humana y la vida de quienes intentan cruzar el Darién:

- Alta probabilidad de lesiones graves debido al terreno peligroso y desafiante.
- Enfermedades transmitidas por mosquitos, como la malaria, la fiebre amarilla y el dengue.
- Posibilidad de encuentro con grupos armados.
- Riesgo de sufrir abusos sexuales y otros tipos de violencia.
- Condiciones climáticas extremas, como fuertes lluvias y altas temperaturas.

Sin embargo, las políticas migratorias cada vez más restrictivas, las dificultades para obtener documentación y las degradantes condiciones de vulnerabilidad social en las que viven contribuyen a empujar a miles de migrantes por los senderos de la muerte del Darién cada año.

Entre enero y diciembre de 2024, un total de 302.203 personas cruzaron la peligrosa selva del Darién, incluyendo 84.408 mujeres (28%) y 64.764 personas menores de 18 años (21%). Aproximadamente el 47% de estos son niñas, el 37% tiene entre 0 y 5 años, el 36% tiene entre 6 y 11 años y el 27%

son adolescentes de entre 12 y 17 años. 4.476 niños, niñas y adolescentes fueron identificados como separados o no acompañados; de estos 59% se encontraban en un rango entre 13 y 17 años. Esto representa un cambio significativo en comparación con años anteriores, donde la mayoría de los niños y niñas (con o sin familias) eran menores de 5 años. Si bien, los principales países de origen de las personas en movilidad son Venezuela (69%), Colombia (6%), Ecuador (5%), China (4%) y Haití (4%), más de 100 nacionalidades estuvieron representadas en el flujo migratorio a través del Darién. (Human Rights Watch, 2024)

Según UNICEF (2024, p. 1-4), bajo la política de “Ruta Segura”, el Gobierno de Panamá está canalizando el flujo migratorio a una sola vía hacia la comunidad indígena de Bajo Chiquito y posteriormente a la Estación Temporal de Recepción Migratoria de Lajas Blancas, aunque se han encontrado varios grupos en otros puntos de la selva. La Estación Temporal de Recepción Migratoria de San Vicente ha sido transformada en un centro cerrado para personas en proceso de deportación. En desarrollo del Memorando de Entendimiento entre Panamá y Estados Unidos, se mantienen las deportaciones y expulsiones de adultos, con 29 vuelos chárter con alrededor de 1500 deportados hacia países como Colombia, Ecuador, India, Vietnam y China (CHACÓN, 2023). No se registraron deportación de niños, niñas ni familias.

Las tormentas tropicales en noviembre tuvieron un impacto devastador en Panamá, particularmente en la Provincia de Darién y la Comarca Emberá Wounaan (territorio indígena), empeorando significativamente los peligros de la travesía migratoria. Al llegar a la Estación Temporal de Recepción Migratoria, muchas personas, especialmente familias con niños y niñas, se encontraban hambrientas, exhaustas, heridas y enfermas. Los servicios salvavidas tales como acceso a alimentos, agua, atención médica, materna e infantil, protección infantil, apoyo psicosocial y gestión de casos en puntos críticos fueron más necesarios que nunca.

En el año 2024, la migración extra-regional por la selva del Darién fue significativa, aunque registró una disminución del 41%. La mayoría de estos migrantes eran de nacionalidad venezolana, con 209.897 personas. También se registraron migrantes de otras nacionalidades, incluyendo ecuatorianos, haitianos, colombianos, chinos, indios, y cubanos, africanos, bangalese etc.

El flujo migratorio por el Darién muestra una disminución sostenida en comparación con años anteriores lo cual podría responder a los siguientes factores:

- Se implementaron nuevas estrategias dentro de la *Operación Flujo Controlado* como el cierre de varias rutas concentrando la movilidad por una sola con mayor presencia y control de los estamentos de seguridad;

- La firma de un acuerdo de colaboración con Estados Unidos que facilita recursos a Panamá para aumentar el número de vuelos de deportación;
- Un nuevo Decreto en octubre de 2024 que fijó multas por violaciones de puntos de control y entrada irregular al territorio nacional, que van desde U\$1,000 a U\$5,000 por persona – La implementación de estas sanciones aún no ha comenzado;
- Los resultados de las elecciones en EEUU y las medidas prometidas por el presidente electo, Donald Trump;
- Entre otros factores políticos, económicos y sociales de los países de origen, tránsito y destino.

Pese a esta notable disminución, los desafíos para la plena protección de las personas que cruzan la selva siguen siendo los mismos:

- **Infraestructura y Recursos Insuficientes:** A pesar de los esfuerzos del gobierno y organizaciones humanitarias, la infraestructura y los recursos disponibles no son suficientes para satisfacer las necesidades básicas de los migrantes, como alojamiento, alimentación, vestido y salud.
- **Acceso a Servicios de Salud:** Muchos migrantes llegan a Panamá con necesidades urgentes de atención médica. La falta de acceso adecuado a servicios de salud empeora su situación, aumentando el riesgo de enfermedades y complicaciones. La suspensión de la atención por parte de Médicos Sin Fronteras redujo en su momento aún más la ya precaria atención básica. (MSF retomó acciones en octubre de 2024)
- **Integración y Apoyo Psicológico:** Los migrantes enfrentan barreras socioculturales que dificultan su adaptación y bienestar emocional. La falta de programas de integración eficaces puede llevar al aislamiento social y a una mayor vulnerabilidad.
- **Acceso a la Educación:** Los migrantes, especialmente los niños y jóvenes, enfrentan obstáculos significativos para acceder a la educación. Los niños que migran junto con sus familias enfrentan un conjunto de desafíos relacionados con el desplazamiento y la adaptación a nuevos entornos. La falta de estímulos adecuados durante el viaje y el estrés asociado con la migración pueden afectar su desarrollo cognitivo y socioemocional. Además, los riesgos y traumas experimentados durante el proceso migratorio pueden tener efectos duraderos en su salud mental y bienestar general. Aunque la evidencia sobre los impactos de la migración sobre este grupo de niños migrantes es limitada, es crucial proporcionar

apoyo psicosocial y programas educativos que se ajusten a sus circunstancias para ayudarles a superar los obstáculos y alcanzar su máximo potencial.

Información sobre la Ruta Migratoria

Según OIM (2024, pp.1 – 10), actualmente, Panamá mantiene activa la Operación Flujo Controlado, la cual brinda asistencia humanitaria y traslada diariamente a cientos de personas en situación de movilidad a sus Estaciones Temporales de Recepción Migratoria (ETRM) en la provincia de Darién. Las personas ingresan por las comunidades de Bajo Chiquito y Canaán Membrillo, ubicadas en la comarca indígena Emberá Wounaan al interior de la provincia de Darién en Panamá y son trasladadas a la ETRM de Lajas Blancas en la provincia de Darién.

Las personas en situación de movilidad por las Américas ingresan irregularmente a la selva de Darién a través de diversas rutas con diferentes costos, trayectos y temporalidad. La duración de cada ruta está influenciada por diferentes factores, especialmente por las condiciones hidroclimatológicas. Durante la temporada húmeda en Panamá (mayo - noviembre), el recorrido de cada ruta puede demorar más tiempo.

A continuación, se exponen algunas de las principales rutas identificadas por las comunidades indígenas de acogida y actores humanitarios y de desarrollo con presencia en la Provincia de Darién:

- Actualmente la ruta más utilizada por personas en situación de movilidad por las Américas es aquella que sale por vía marítima desde el municipio colombiano de Necoclí o Turbo hacia Acandí (Colombia), desde Acandí por vía terrestre a Cañas Blancas (Panamá) y desde Cañas Blancas a Come Gallina (Panamá) también por vía terrestre. Después, continúan en piragua (embarcación larga y estrecha) durante unas tres horas hasta la comunidad en suelo panameño, Bajo Chiquito. En esta comunidad se realiza el primer registro por parte de las autoridades del Servicio Nacional de Migración y el Servicio Nacional de Fronteras; este es el primer punto donde se encuentran instituciones como el Ministerio Público o el Ministerio de Salud. Desde esta comunidad prosigue por vía fluvial en piragua, durante cuatro horas o más, hasta la ETRM de Lajas Blancas.
- Otra ruta frecuentada es aquella que sale por vía marítima desde el municipio colombiano de Necoclí hasta Capurganá (Colombia). Desde allí se trasladan por vía terrestre hasta Puerto Obaldía (Panamá), desde este punto a Anachucuna (Panamá), donde continúan a Quebrada Mingueza y, posteriormente, se dirigen a Dos Bocas (Campamento Tacartí) (Panamá) durante aproximadamente dos horas. Desde ese punto prosiguen a Puerto Limón (Panamá)

por vía fluvial. Dependiendo de si el último trayecto se realiza en temporada seca o húmeda, la duración puede oscilar entre 3 y 6 horas por el aumento del caudal del río. Desde Puerto Limón las personas son trasladadas a través de un autobús hasta Buenos Aires (Panamá), y desde este punto hasta la Estación Migratoria del Sur (EMI SUR).

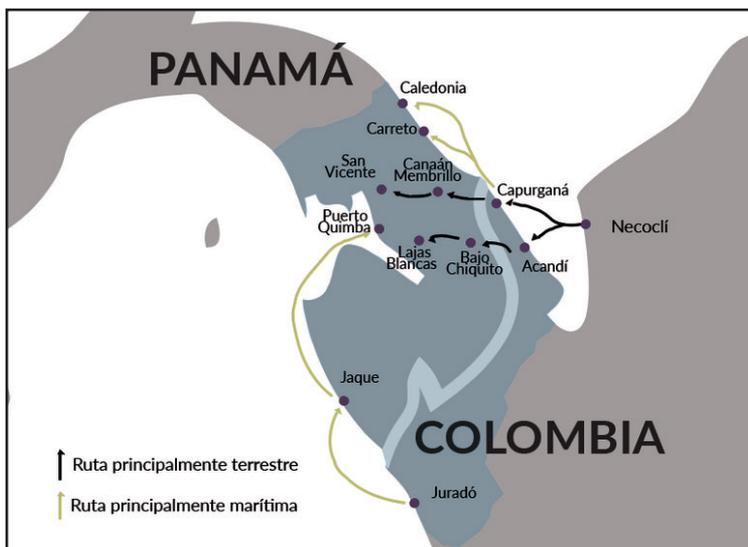
- Una tercera ruta utilizada es por la costa del Océano Pacífico, desde Juradó, municipio colombiano ubicado en el departamento de Chocó, hasta la comunidad de Jaqué en territorio panameño. Este trayecto es realizado por vía marítima, y continúa por la misma vía hasta Puerto Quimba, punto donde las autoridades panameñas realizan el primer registro. Desde allí, las personas son trasladadas por vía terrestre hasta la ETRM de Lajas Blancas.
- Una cuarta ruta identificada es aquella que sale por vía marítima desde el municipio colombiano de Necoclí hasta Caledonia (Panamá). Representa un trayecto más largo y, por tanto, más costoso. Esta ruta evita tener que transitar por el Parque Nacional Darién. Según el testimonio de personas de las comunidades indígenas de acogida, así como observaciones del personal de OIM en terreno, esta ruta la toman personas de origen asiático, especialmente china y afgana. Desde allí continúan por tierra dentro de Panamá hacia Chatí y por vía terrestre a Chocotalal, prosiguen hasta Zapallal y finalmente se movilizan hasta la ETRM de Lajas Blancas.

Figura 4 - Rutas más populares a través de la Garganta del Darién



Fuente: OIM, 2023.

Figura 5 - Principales rutas a través del Tapón del Darién



Fuente: YATES; PAPPIER, 2023.

Desde octubre de 2023, los buses que parten desde la Provincia de Darién cruzan la frontera de Paso Canoas, entre Costa Rica y Panamá, y se dirigen a la Estación Migratoria del Sur (EMI SUR), establecida por las autoridades costarricenses a 17 kilómetros de la línea limítrofe dentro de su territorio. Por esta razón, ya no se reciben personas en la ETRM de Los Planes de Gualaca en la Provincia de Chiriquí.

Tendencias del Desplazamiento y los cambios en políticas migratorias en Estados Unidos

En los últimos dos años, los ciudadanos venezolanos dominaron los movimientos mixtos de refugiados y migrantes a través de la selva del Darién.

Los cambios en políticas migratorias, principalmente en Estados Unidos, han afectado también el tránsito de personas a través de Darién, con disminuciones significativas inmediatamente después de que se anunciara el “Parole Humanitario¹⁷” (Permiso Humanitario) en octubre de 2022; un fuerte aumento tras la eliminación de la política del Título 42² en mayo de 2023 y de vuelta una disminución con la aplicación de las medidas migratorias³ del gobierno del presidente panameño José Raúl Mulino.

Aunque los picos más altos de travesías se esperan durante la estación seca, entre diciembre y marzo, es decir, cuando hay menos crecidas del río y tormentas, las travesías también se ven influenciadas por factores culturales, políticos y sociales.

Los cambios en las políticas de visados son un factor importante en la tendencia de los cruces a través de Darién. Un ejemplo es el fuerte incremento de los nacionales chinos exentos de visado para entrar a Ecuador desde julio 2023.

Mientras que se observó un descenso en el número de nacionales cubanos a finales de 2022, cuando la mayoría pudo volar directamente a Nicaragua después de que se eliminara el requisito de visado a finales de 2021 y comenzaran los vuelos directos entre ambos países. De igual manera para ciudadanos haitianos que vuelan directamente a Nicaragua.

Esto, junto con otros factores como la disminución del número de haitianos en los países de América del Sur, podría haber influido en la reducción del número de haitianos que cruzan el Darién.

Situación de los Menores en la ruta

Según Unicef (2024), entre enero y noviembre de 2024, ingresaron a Panamá a través de la selva del Darién 63.647 niños, niñas y adolescentes, lo que representó una reducción del 40% de niñez migrante o en búsqueda de refugio que cruza la espesa frontera entre Panamá y Colombia comparado con el mismo periodo del año 2023, según registros oficiales del Servicio Nacional de Migración de Panamá.

Sin embargo, en los primeros 11 meses del año 2024, un total de 4.476 niños, niñas y adolescentes fueron identificados como separados o no acompañados, mientras que entre enero y noviembre de 2023 se reportaron poco más de 3.000. Esto representa un incremento de un 35% con respecto al año anterior.

En 2024, cerca del 60% de la niñez no acompañada o separada tenía entre 13 y 17 años. Esto representa un cambio significativo en comparación con años anteriores, cuando la mayoría de los niños y niñas (con o sin familias) que llegaban solos a territorio panameño eran menores de 5 años.

Particularmente los adolescentes viajando solos se encuentran más expuestos durante su travesía migratoria a situaciones como exclusión educativa, hurtos, trata, explotación y abuso incluyendo la violencia sexual y anemia. Asimismo, tienen necesidades diferenciadas de atención para salvar sus vidas y proteger su dignidad.

Necesidades de Protección Internacional

Según Acnur (2024), casi una cuarta parte de los participantes de los distintos ejercicios de encuestas realizadas por las organizaciones presentes en las ETRM denunciaron amenazas, intimidación y violencia directa contra ellos como principal motivo para abandonar su país de origen.

La mayoría de los encuestados (72%) abandonaron su país de origen debido a la falta de empleo o ingresos bajos. Sin embargo, la falta de acceso a los servicios básicos y la violencia también se mencionaron con frecuencia como factores de empuje y atracción, ya sea de manera directa o como razones subyacentes a los factores económicos.

Varios ecuatorianos denunciaron haber perdido sus empresas y medios de subsistencia tras ser amenazados por pandillas que solicitaban pagos para mantener seguros sus negocios. El acceso a los servicios esenciales y la violencia directa también figuraban entre las principales razones para abandonar el país de origen.

Los motivos para abandonar el país de origen entre las principales nacionalidades evaluadas varían: la seguridad y la protección figuran entre las principales razones señaladas con frecuencia por ecuatorianos y colombianos; el 33% de los colombianos se marcharon debido a las amenazas y la violencia, y en el caso de los ecuatorianos, dos tercios de la población encuestada (68%) se marcharon debido a la inseguridad general en su país. Tres cuartas partes de los afganos entrevistados (75%) abandonaron su país de origen debido a amenazas e intimidación. Durante los Grupos Focales de Discusión (GF), todos los afganos declararon que habían abandonado su país debido a las amenazas contra sus vidas y/o sus familias por parte del régimen talibán.

Sus necesidades de protección eran evidentes. Entre los participantes había mujeres profesionales que habían trabajado por los derechos de las niñas y mujeres afganas, antiguos funcionarios del gobierno que trabajaban en infraestructura y saneamiento, uno de los cuales recibió amenazas y su casa y su vehículo fueron confiscados.

En el caso haitiano, la mayoría había abandonado su país de origen hace más de cinco años y residía en otros países de América del Sur como Chile y Brasil. La mayoría de los niños de familias haitianas eran nacionales de estos países, pues habían nacido y crecido allí.

Las razones mencionadas para abandonar sus países de residencia fueron la discriminación, la escasa remuneración y el impago por el trabajo realizado, junto con dificultades de integración debido a las barreras lingüísticas y las diferencias culturales.

Riesgos a lo largo de la ruta

De acuerdo a Acnur (2024), refugiados y migrantes tomaron diferentes rutas antes de pasar por la selva del Darién. Los venezolanos inician su viaje desde Venezuela o desde sus países de residencia (principalmente Colombia, Ecuador y Perú), mientras que los colombianos y ecuatorianos suelen iniciar el viaje desde su país de origen.

Los ciudadanos chinos suelen iniciar su viaje desde Ecuador, país que les exige de visado. Otros extracontinentales, como los afganos, inician su viaje desde Brasil, entrando generalmente con visados humanitarios recibidos de Irán y Pakistán.

La mayoría de los haitianos inician el viaje desde sus países de residencia, principalmente Chile, Brasil y Guayana Francesa.

La mayoría de las personas (70%) empezó su viaje hacia Darién hace menos de cuatro semanas. En promedio, las personas reportaron cruzar la selva en cuatro días. Algunas personas señalaron pasar hasta 21 días en la selva. Quienes viajaban con niños y otros familiares vulnerables tardaron más. Durante la travesía, los refugiados y migrantes están expuestos a varios riesgos y preocupaciones.

Las tres principales preocupaciones eran la seguridad física de los individuos y sus familias (53%) la observación de cadáveres (33%) y perderse en la selva (20%). Otra preocupación era la capacidad de cuidar de los niños y otras personas dependientes como mujeres embarazadas, ancianos y enfermos crónicos (23%).

Durante los Grupos Focales, los refugiados y migrantes relataron que una de las experiencias más traumáticas fue la observación de cadáveres humanos de diferentes edades, incluidos niños, en diversos grados de descomposición. El número de personas que declararon haber observado cadáveres era mayor durante la estación lluviosa (junio-octubre).

Muchas personas se guían por la selva mediante bolsas de plástico o trozos de tela azul que se atan a las plantas. Éstos indican que se encuentran en el camino correcto. La presencia de bolsas rojas significa que hay un cadáver cerca, mientras que las bolsas negras señalan una zona de alto peligro.

Según el periódico France 24 (2024), en marzo 2024 el gobierno de Panamá obligó a la ONG Médicos Sin Fronteras (MSF) a suspender sus actividades humanitarias en la selva del Darién. La orden tiene lugar días después de que la ONG alertara de un aumento de las violaciones sexuales a migrantes que cruzan la inhóspita jungla rumbo a Estados Unidos. El 29 de febrero de 2024, MSF había alertado sobre el incremento en las violaciones sexuales y en la “brutalidad” que sufren muchos migrantes que cruzan la inhóspita selva del Darién.

En solo una semana de febrero los equipos sanitarios de esta ONG atendieron a 113 migrantes, entre ellos nueve menores, que sufrieron agresiones sexuales por parte de criminales en el Darién, dijo entonces MSF. En todo enero habían sido 120 los casos, había reportado esta ONG.

Mientras UNICEF (2025) comunicó al Ministerio de Salud de la identificación y soporte a más 500 sobrevivientes de casos de violencia de género y sexual (mujeres, adolescentes y niñas) entre enero y noviembre de 2024.

Al menos 55 migrantes fallecieron intentando cruzar el Darién durante 2024, una cifra que podría duplicarse dada la dificultad de hallar los cuerpos en esa peligrosa selva fronteriza entre Panamá y Colombia, de acuerdo a declaraciones del ministro de Seguridad Pública, Frank Ábrego. (SWI, 2025) Sin embargo, el Proyecto Migrantes Desaparecidos de la OIM informó que 172 personas fallecieron en la ruta durante el 2024.(JARAMILLO, 2024)

La Cruz Roja Internacional donó en marzo de 2023 cien bóvedas para enterrar cuerpos sin identificar o que no han sido reclamados de migrantes fallecidos en su intento de cruzar la selva.

La estructura que se entregó consiste en un pabellón con cien nichos para resguardar los cuerpos de los migrantes recuperados por las autoridades en la inhóspita provincia. Está construido en el cementerio de la remota comunidad de Pinogana, en la zona fronteriza, y es el primero de esa naturaleza que se edifica en América Latina, en una de las rutas migratorias más peligrosas para los desplazados de la región. (ECOTVPANAMÁ, 2023)

5 PANAMÁ COMO PAÍS DE DESTINO - DESAFÍOS PARA LA INTEGRACIÓN

Según el Banco Mundial, en 2023 Panamá tenía una población total de 4,45 millones de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2024). El país se ha convertido en un destino importante para muchos migrantes debido a su crecimiento económico, estabilidad política y oportunidades de desarrollo. Sin embargo, la situación de los migrantes en el país presenta tanto desafíos como oportunidades.

Aspectos Positivos

Oportunidades Económicas: Panamá ofrece un entorno económico más favorable que otros países de la región con oportunidades de empleo y crecimiento profesional.

Seguridad y Estabilidad: El país es conocido por su estabilidad política y altos niveles de seguridad en comparación con otros países de la región.

Servicios Básicos: Los migrantes tienen acceso a servicios básicos como educación y salud, aunque la calidad y disponibilidad pueden variar.

Desafíos:

- **Vivienda:** Muchos migrantes irregulares viven en condiciones de hacinamiento, a menudo en viviendas informales o en albergues temporales. La falta de acceso a una vivienda adecuada es un problema común.

- *Empleo*: Conseguir empleo puede ser un desafío significativo para los migrantes irregulares. A menudo se ven obligados a trabajar en el sector informal, donde los salarios son bajos, las condiciones laborales pueden ser explotadoras, sin protección social y el riesgo de impago por el trabajo realizado es mayor.
- *Acceso a Servicios*: Aunque Panamá ofrece algunos servicios básicos a los migrantes, el acceso a la atención médica, la educación y otros servicios esenciales puede ser limitado para aquellos en situación irregular, especialmente los que no cuentan con documentos de identidad personal.
- *Discriminación y Xenofobia*: Los migrantes irregulares a menudo enfrentan discriminación y xenofobia, lo que puede dificultar su integración en la sociedad panameña y afectar su bienestar emocional y psicológico.
- *Seguridad*: La falta de documentación y estatus legal puede hacer que los migrantes irregulares sean más vulnerables a la explotación y el abuso, tanto por parte de empleadores como de otros actores.
- *Salud*: Las condiciones de vida precarias, la mala alimentación y el acceso limitado a servicios de salud pueden llevar a problemas de salud física y mental entre los migrantes irregulares.
- *Acceso a Servicios*: Aunque hay acceso a servicios básicos, la demanda supera la capacidad en algunas áreas, lo que puede llevar a una atención insuficiente.

El 01 de septiembre de 2022, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM, 2021) presentó el Perfil Migratorio, un documento que da a conocer la evolución del contexto migratorio en Panamá, su caracterización sociodemográfica y apunta a la necesidad de recopilar datos migratorios desagregados para la formulación de políticas públicas orientadas a las necesidades diferenciadas y específicas de las personas migrantes.

Dentro de los hallazgos de este estudio se hace evidente que las crisis políticas que han afectado a regiones y países próximos han incrementado el flujo de personas extranjeras hacia Panamá, principalmente por razones laborales. La migración suele tener un carácter transitivo de personas jóvenes que buscan generar ingresos para estabilizar sus situaciones económicas y aportar a través de remesas a sus familias en situaciones de vulnerabilidad en sus países de origen.

El estudio también detalla que en Panamá hay paridad de género en las personas migrantes, con tendencia a recibir personas jóvenes, la mayoría entre 25 y 45 años, que llegan en grupos unifamiliares o parejas. Según estimaciones realizadas por el Servicio Nacional de Migración, el país contaba en el 2020 con aproximadamente 419.146 personas migrantes ya regularizadas o en trámite de regularización. La mayoría de las personas

migrantes eran intrarregionales. Colombia representaba el 26%, la República Bolivariana de Venezuela, el 20%; Nicaragua, el 9.3%; la República Dominicana, el 5% y la República Popular de China representaba el 5.8% de la población migrante.(OIM, 2021)

En cuanto a la población migrante residente en el país, medidas como el Permiso Temporal de Protección (PTP) y el consiguiente Permiso de Trabajo Temporal de Protección (PTTP) no pudieron alcanzar a la mayoría de migrantes irregulares. El pasado gobierno de Laurentino Cortizo (1 de julio de 2019 al 1 de julio de 2024) se despidió sin avances en la creación de medidas amplias y benéficas para los sectores más vulnerables de la creciente población migrante establecida en el país (FE Y ALEGRIA, 2025).

Refugiados y Solicitantes de la Condición de Refugiado en Panamá

Panamá ratificó la Convención de las Naciones Unidas sobre el Estatuto de los Refugiados de 1951 y el Protocolo sobre el Estatuto de los Refugiados de 1967 mediante la Ley Nº.5 del 26 de octubre de 1977. A través del Decreto Ejecutivo nº23 de 10 de febrero de 1998, se desarrolla el procedimiento para la determinación del estatuto de refugiado.

En la República de Panamá, las solicitudes de otorgamiento del estatuto de refugiados son recibidas por la Oficina Nacional para la Atención de Refugiados (ONPAR), la cual está adscrita al Ministerio de Gobierno y es la encargada de recoger la información relacionada con las solicitudes de refugio y decidir acerca de la admisión o no al trámite de las mismas.

Si una solicitud es admitida, esta es presentada a la consideración de la Comisión Nacional de Protección para Refugiados, que está conformada por los siguientes funcionarios con derecho a voz y voto: viceministro de Gobierno, quien la preside; viceministro de Relaciones Exteriores; viceministro de Trabajo y Bienestar Social; director del Servicio Nacional de Migración; director General de Política Exterior del Ministerio de Relaciones Exteriores; director General de Empleo del Ministerio de Trabajo y Bienestar Social; director ejecutivo de la Cruz Roja Nacional; un representante de la Policía Nacional.

También participan en la Comisión las siguientes personas con derecho a voz: representante regional del ACNUR; director de la ONPAR; Director General de Organismos Internacionales del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Una vez la Comisión adopta una decisión, corresponde a la ONPAR la coordinación y ejecución de las decisiones a que arribe la Comisión Nacional de Protección para Refugiados.

A partir de la aprobación de la Ley 74 de 15 de octubre de 2013, los refugiados que tengan tres (3) años de haber sido reconocidos por la Comisión Nacional de Protección para Refugiados podrán optar por la Residencia Permanente.

Además, con la aprobación de la Ley nº 81 de 2011, se abrieron las puertas para que, de manera gratuita, las 408 personas que residían en Panamá bajo el estatus de Protección Temporal Humanitaria (personas que habían ingresado a Panamá en la década de los 1990 en grupos migratorios numerosos, producto de la violencia que se vivía en Colombia) pudieran obtener la residencia permanente en Panamá.

La ONPAR tiene como función principal garantizarles los derechos de los solicitantes, refugiados y su núcleo familiar, además de coadyuvar a la inserción de las personas refugiadas dentro de nuestra sociedad (ONPAR, 2025)⁴.

Indicadores clave

Según Acnur (2023),

- 703 Solicitudes de refugio presentadas en el 2022.
- 2.589 Refugiados (históricos) reconocidos hasta 2022.
- 2.864 Decisiones emitidas en el 2022, incluyendo 957 rechazadas a trámite y 1.899 cerradas (desistimientos o caducidad de la instancia).
- En el 2022, solo once casos fueron admitidos por la ONPAR (Nicaragua, Ecuador, Ucrania y Cuba) y 13 personas fueron reconocidas como refugiados (9 de Ucrania y 4 de Nicaragua).
- Un total de 22 personas, anteriormente reconocidas como refugiadas (13 casos), se les fue aplicada la cláusula de cesación de dicha condición por parte de la CONARE⁵ (Comisión Nacional de Protección para Refugiados).

Para efectos prácticos, las personas solicitantes de asilo conviven con las mismas oportunidades y desafíos que las personas migrantes en situación irregular, con la única excepción de que su condición de solicitantes les protege contra la deportación mientras se encuentren dentro del proceso de asilo.

6 TRATA DE PERSONAS

No se cuenta con un informe sobre la trata de personas en Panamá para el año 2024, sin embargo, el informe anterior revelaba varios aspectos importantes y preocupantes:

- **Esfuerzos del Gobierno:** El gobierno de Panamá ha incrementado sus esfuerzos para combatir la trata de personas en comparación con años anteriores. Esto incluye investigar y enjuiciar a más supuestos tratantes, identificar a más víctimas confirmadas y emitir permisos de residencia permanente a sobrevivientes.

- **Desafíos Persistentes:** A pesar de los esfuerzos, el gobierno no cumple completamente con los estándares mínimos para eliminar la trata. La ley fue actualizada en diciembre de 2024 eliminando “el traslado” para constituir un delito de trata, lo que perpetuaba conceptos erróneos y limitaba la identificación de víctimas de trata interna.
- **Operaciones y Rescates:** En 2023, se realizaron varias operaciones contra la trata de personas, como “Omega”, “Medusa” y “Gemelas”, que resultaron en la judicialización de 13 personas y el rescate de más de 40 víctimas.

El último informe (2023) sugiere varias recomendaciones prioritarias, como enmendar la ley para incluir fuerza, fraude o coerción como elementos esenciales del delito, identificar proactivamente a las víctimas entre grupos vulnerables, y asignar fondos dedicados a la atención de las víctimas (OIM, 2023).

Acción de la Iglesia en la pastoral con migrantes

Cuando nos referimos a la pastoral de la Iglesia católica, nos referimos a la acción de la Iglesia católica en el mundo, es el conjunto de actividades a través de las cuales la Iglesia realiza su misión, que consiste primariamente en continuar la acción de Jesucristo.

Su principal objetivo es Evangelizar: Proclamar la Buena Nueva de Jesucristo, por medio del servicio, del diálogo, del anuncio y del testimonio de comunidad, a la luz de la evangélica opción por los pobres, promoviendo la dignidad de la persona, renovando la comunidad, formando el pueblo de Dios y participando de la construcción de una sociedad justa y solidaria.

Como la comunidad de los discípulos de Cristo, la Iglesia se ocupa y se preocupa de los problemas que aquejan al hombre y dañan su dignidad inalienable y es a través de la Dimensión Social de la Iglesia que su acción pastoral se inserta en campos de la sociedad como la salud, la juventud, la solidaridad social, la educación, la movilidad humana y el medio ambiente entre otros campos.

La Pastoral de Movilidad Humana es un área de la Dimensión Social de la Iglesia que, iluminada por el Evangelio y la Doctrina Social de la Iglesia, busca responder a los signos de los tiempos, acompaña a las personas en situación de movilidad de acuerdo a cada realidad, contribuyendo a la construcción de una sociedad más justa, solidaria y fraterna.

La Iglesia Católica en Panamá ha atendido a la población migrante, solicitante de asilo y refugiada desde siempre, a través del trabajo que realizaban las parroquias con sus oficinas locales de pastoral social y las

Caritas parroquiales, organismos de la Iglesia como la oficina nacional de la Pastoral Social Caritas, la Comisión de Justicia y Paz y otros autónomos como el Servicio Jesuita a Refugiados, entre otros.

Como equipo de trabajo que luego se convertiría en una estructura eclesial, la Pastoral de Movilidad Humana surge en el seno del Vicariato Apostólico de Darién, a finales de los años 90, gracias a la iniciativa de algunos agentes de pastoral junto con su obispo, para ese entonces Monseñor Rómulo Emiliani, como respuesta concreta a la necesidad de atender a la población colombiana que se había desplazado de forma masiva al Darién, debido a los enfrentamientos entre actores armados presentes en las comunidades fronterizas. Su primera coordinadora fue Sor María del Carmen Durán Calvo.

En el año 2010, la Conferencia Episcopal Panameña (CEP), constituye formalmente el Consejo de Pastoral Social Caritas (con cobertura nacional por ser un ente de la CEP) en la cual están representadas las siguientes dimensiones de la Caridad de la Iglesia: Pastoral Penitenciaria, Pastoral de la Salud, Comisión de Justicia y Paz, Pastoral Social-Caritas, Pastoral de Movilidad Humana y el Apostolado del Mar. En el 2013, se incluyó dentro de este Consejo la sección de la Pastoral de Laicos Constructores de la Sociedad.

En marzo de 2017, se constituyó la Red CLAMOR a nivel de Latinoamérica y El Caribe.

Desde entonces la Pastoral de Movilidad Humana de la Conferencia Episcopal Panameña – PMH-CEP promovió la constitución de la Red CLAMOR⁶, capítulo nacional con las organizaciones de la Iglesia Católica que en su momento realizaban algún tipo de intervención con migrantes y refugiados, sin embargo, no había suficientes experiencias eclesiales para constituir la Red. Con esto, se organizó una Mesa Católica de Migrantes y Refugiados con la participación de la PMH CEP; COEFAM; Fe y Alegría (que en ese momento intentaba organizar el Servicio Jesuita a Migrantes en Panamá, pero finalmente no se logró) y la Pastoral Social Caritas cuya oficina Nacional era utilizada como Albergue Temporal de Emergencia hasta finales de 2020.

Con la llegada en 2022 de la Red Franciscana para Migrantes y el acercamiento con otras comunidades religiosas, logramos constituir la Red Clamor Panamá en septiembre de 2022 y elegir un equipo de coordinación durante la primera asamblea en noviembre de ese mismo año.

A partir de enero de 2023, impulsamos un proceso de planificación estratégica con la participación de las organizaciones miembros y otras instancias aliadas, junto con todas las organizaciones miembros y grupos aliados de la Red a nivel nacional.

En octubre de 2023, la Dirección General (DG) de la familia Scalabriniana recibe un pedido de Mons. Ulloa para empezar una misión junto a la Iglesia Panameña con el objetivo de fortalecer la PMH Nacional.

En 2024, hubo respuestas temporales con viajes a participación de encuentros y para el conocimiento de la realidad. En mayo 28, llegaron para dar inicio de forma oficial la Hermana Ligia Ruiz y el Pe. Mario Geremia, con la Consejera Provincial de la Misión Hermana Nyzelle Dondé en donde por primera vez fue celebrado el día de San Juan Bautista Scalabrini con repercusiones muy positivas, en la Arquidiócesis.

En enero de 2025, luego de la tomada de pose del presidente Trump, representantes de la Red Clamor fueron al Darién para una reunión con los líderes de las comunidades que acogen a los migrantes y se depararon con la frontera casi vacía de migrantes como consecuencia de las nuevas órdenes ejecutivas con la clara intención de gobernar con el poder de la fuerza, amenazas comerciales y deportaciones masivas imponiendo inseguridad y miedo a través de implementación de políticas crueles en contra al mundo democrático, en contra los grupos vulnerables y, de modo muy direccionada, en contra a los migrantes. El fundamento de la falsa visión moralista y fundamentalista y de un violento y peligroso pensamiento nazi-fascista del gobierno estadounidense está en una necro política hacia la creación de muros, cadenas, guetos para los empobrecidos del mundo. El único interés de este gobierno es el poder, el dominio, el control y la concentración. Los que no aceptan esta visión son vistos y tratados como enemigos, por lo tanto, hay que deshumanizar, para luego legitimar todo tipo de violencia, muerte, imposición, invasión y destrucción de vidas y de los derechos humanos en todos los sentidos y niveles de la existencia.

Está prevista la creación de la frontera extendida pasando de México a Panamá y con esta nueva realidad cambia todo el proceso y el fenómeno de las migraciones en Panamá y al mismo tiempo para la Iglesia, porque de un país de tránsito se transforme en un país de destino y deportación, aplicándole el concepto de “frontera extendida” o sea: que la frontera norte de México pase a ser en el sur de Panamá.

Hacia un plan estratégico regional

El presidente de la Conferencia Episcopal de Panamá, Mons. Ulloa, en esta nueva coyuntura reflexiona, constata y orienta a toda la Iglesia Panameña, así como llama la atención a todas la autoridades al diálogo y compromiso hacia los migrantes (ADN Celam 25-01-2025)

“Es indudable que estas políticas restrictivas generan inestabilidad en los países de tránsito como Panamá, convirtiendo nuestras fronteras en represas humanas“. Destacó el compromiso de la Iglesia en ser el “Cirineo que ayuda a cargar las cruces de los migrantes“, respondiendo con solidaridad cristiana.

Mons. Ulloa subrayó que el nuevo mapa migratorio crea la necesidad de establecer un plan estratégico regional que involucre a las Iglesias particulares

y a los Estados afectados, con el fin de abordar la crisis migratoria de manera integral y coordinada. "La nueva realidad migratoria exige que se establezca un plan estratégico regional con la colaboración de las Iglesias particulares y los Estados involucrados" (MEDINA, 2025, s/p.).

El impacto en la región del Darién

Al referirse a las posibles consecuencias de las nuevas políticas migratorias de Estados Unidos, Ulloa advirtió que medidas restrictivas podrían agravar la situación de los migrantes que transitan por Panamá, especialmente a través de la peligrosa región del Darién.

"Es una realidad que los países donde transitan los migrantes, como es el caso de Panamá, se verán más afectados con medidas restrictivas y fuertes, si se detiene violentamente el flujo migratorio", comentó. Añadió que, aunque estas medidas buscan frenar la migración, a menudo solo crean inestabilidad y dificultan la atención a los migrantes. (MEDINA, 2025, s/p.)

Respuesta de la Iglesia en Panamá

En cuanto a las acciones que la Iglesia en Panamá puede liderar para preparar al país ante un posible aumento en el flujo de migrantes, Ulloa destacó la importancia de sensibilizar a las autoridades y a la población sobre la necesidad de acoger a los migrantes con el corazón abierto.

"Desde nuestras estructuras parroquiales y nuestras instituciones eclesiales, continuaremos sensibilizando a las autoridades y a la población sobre la necesidad de acoger a los migrantes con el corazón abierto". Este esfuerzo debe complementarse con el trabajo conjunto de las diócesis de la región y el apoyo del Dicasterio para el Desarrollo Humano Integral de la Santa Sede. (MEDINA, 2025, s/p.).

Llamado a las autoridades y diálogo internacional

El líder religioso hizo un llamado a las autoridades panameñas y regionales para fortalecer la infraestructura humanitaria y coordinar políticas migratorias basadas en el respeto a la dignidad humana. "Hacemos un llamado a las autoridades panameñas y regionales a fortalecer la infraestructura humanitaria y coordinar políticas migratorias basadas en el respeto a la dignidad humana". Resaltó que la crisis migratoria exige una respuesta conjunta que incluya a los países de origen, tránsito y destino, y que estas acciones deben basarse en los principios de acoger, proteger, promover e integrar.

Finalmente, el prelado enfatizó la necesidad de promover un diálogo internacional que aborde el impacto de las políticas migratorias de Estados Unidos en los países de tránsito como Panamá. "La Iglesia, en su misión

universal, seguirá siendo un puente de esperanza para aquellos que buscan una vida digna, insistiendo en el diálogo internacional para abordar las raíces de la migración y garantizar la protección de los más vulnerables”. (MEDINA, 2025, s/p.).

Un panorama complejo e incierto

Las declaraciones del arzobispo reflejan la preocupación de Panamá ante las recientes medidas migratorias de Estados Unidos, como la aprobación de la Ley Laken Riley, que permite la detención y deportación de inmigrantes indocumentados acusados de ciertos delitos sin necesidad de condena. Estas políticas podrían incrementar la presión migratoria en países de tránsito, subrayando la importancia de una respuesta regional coordinada y basada en principios humanitarios.

Con tantas mentiras oficiales de todo tipo y de forma permanente, no se tiene previsiones de las posibles consecuencias en todos los niveles de la vida cotidiana. Hay una sensación de incerteza, inestabilidad y de miedo generalizado que, a largo plazo, puede generar caos, violencia y enfermedades. Por otro lado, también hay mucha esperanza, fe y compromiso con la vida y los derechos, con la certeza de que el futuro pertenece a los pueblos e ellos sabrán vivir el presente, con la memoria del pasado, resistir una vez más con resiliencia en este difícil momento histórico en que hay un nuevo intento con una clara intención de retroceso histórico, y sobre todo sabrán vivir con la esperanza de un futuro mejor.

7 - GALERÍA DE RETRATOS (TODAS LAS FOTOS SON DE LA COLECCIÓN PMH/PANAMÁ)

Fotos 1 y 2 – “Piraguas” Kayaks de madera con motor, medio de transporte de las comunidades indígenas de los ríos del Darién, utilizados por los migrantes.

Foto 1



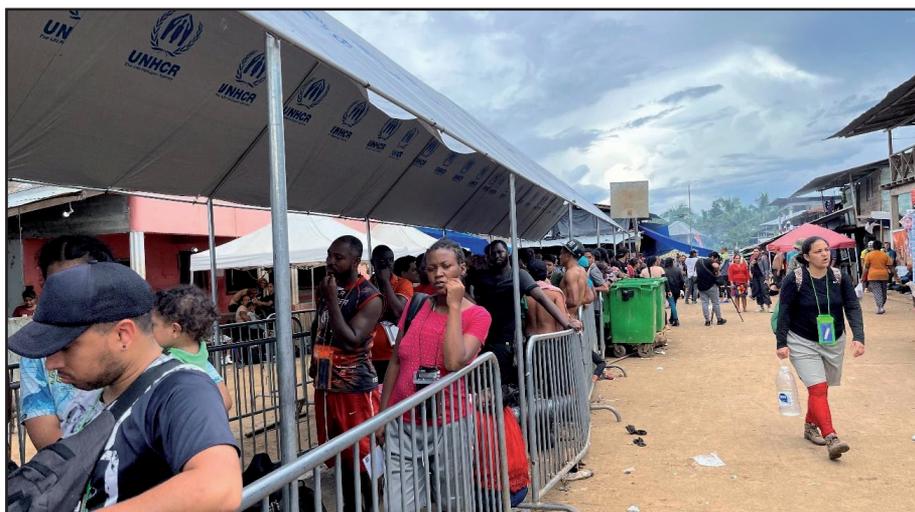
Foto 2



Foto 3 – Comunidad indígena “Bajo Chiquito” en Darién, a orillas del río Duquesa



Foto 4 – Finales de 2024, situación en el campamento de migrantes en la comunidad Bajo Chiquito



Fotos 5 y 6 – Situación actual (febrero/2025) del campamento donde llegan migrantes a Darién.

Foto 5



Foto 6

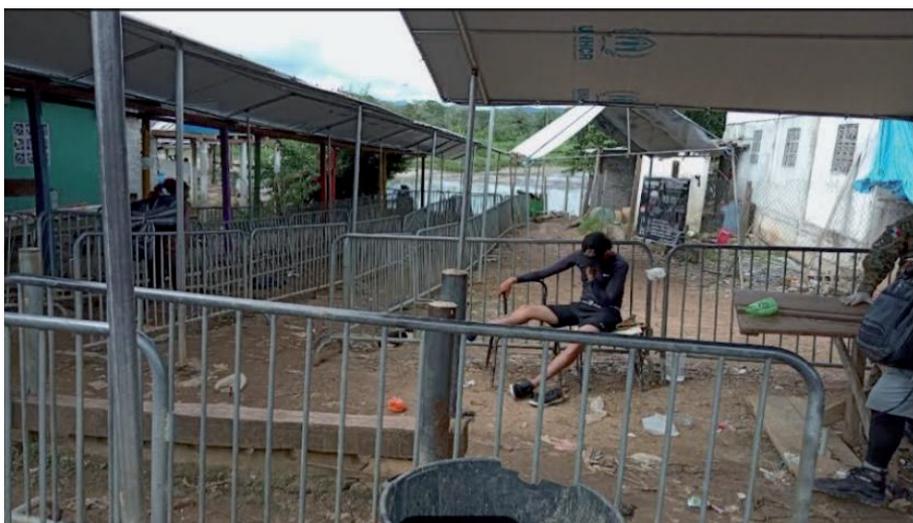


Foto 7 – Encuentro con líderes de comunidades indígenas, enero de 2025



Foto 8 - La moderna ciudad de Panamá contrasta con la pobreza, la desigualdad y el abandono de los pobres y de las comunidades indígenas.



Foto 9 – Equipo de la Red CLAMOR y la Pastoral de Movilidad Humana/ Panamá saliendo en misión a la comunidad de Bajo Chiquito – Darién.



NOTAS

¹ Desde 2021, a más de 750.000 no ciudadanos se les ha concedido la entrada a los Estados Unidos a través de programas de permiso de permanencia temporal, conocido como parole, para nacionalidades específicas para ciertos ciudadanos afganos, cubanos, haitianos, nicaragüenses, ucranianos y venezolanos. Además, desde 2023, más de 800.000 personas han ingresado legalmente a los Estados Unidos a través de las fronteras terrestres con parole humanitario después de programar una cita a través de la aplicación móvil CBP One. En agosto de 2024, la administración anterior también anunció el programa Permiso de Permanencia Temporal o Parole en Lugar para mantener juntas a las familias, para cónyuges e hijastros no ciudadanos de ciertos ciudadanos estadounidenses que ya estaban en los Estados Unidos. Este programa se ha pausado debido a un litigio. Aunque los programas de parole de la administración anterior han ofrecido a cientos de miles de personas estadias de corta duración y permisos de trabajo, el permiso de permanencia humanitaria es temporal y la nueva administración ya ha tomado medidas para restringir o cancelar el parole. El 20 de enero de 2025, la administración Trump emitió dos órdenes ejecutivas, la Orden Ejecutiva 14,159 y la Orden Ejecutiva 14,165, que ordenan a las agencias (1) garantizar que la autoridad del parole se ejerza de acuerdo con la ley y (2) poner fin a todos los programas de parole categóricos como el parole (CHNV), o cubano, haitiano, nicaragüense y venezolano. Además, la nueva administración también ha tomado medidas para ampliar la aplicación de un proceso llamado expulsión acelerada, el cual implementa un proceso de expulsión acelerado para las personas que cumplen con los criterios requeridos, mediante la publicación de un aviso del Registro Federal. Un memorando del Departamento de Seguridad Nacional de los Estados Unidos (DHS, por sus siglas en inglés), emitido después de la divulgación de la notificación, indica que el DHS tiene la intención de revisar los casos individuales de personas con parole y determinar si alguna de estas personas merece la terminación de su parole y que se le someta a un procedimiento de expulsión acelerado. (LOUIS; IBRAHIM; BUSSEY, 2025, p.1-2)

² El Título 42 fue implementado, en marzo de 2020, por la administración del expresidente Donald Trump como una medida de salud pública en medio de la crisis del COVID-19. El Título 42 fue mantenido por el entonces presidente Joe Biden, la política federal permite la deportación rápida de migrantes que cruzan la frontera ilegalmente, sin siquiera considerar posibles solicitudes de asilo. Se estima que, entre marzo de 2020 y marzo de 2023, el Título 42 se utilizó como base para 2,8 millones de expulsiones de Estados Unidos. Sin embargo, el 11 de mayo de 2023 finalizó la declaración de emergencia sanitaria en el país debido al Covid-19, provocando también que expirara el Título 42, impuesto en teoría para mantener bajo control los contagios.

³ Un total de 302.203 personas, la mayoría con destino a Estados Unidos, se arriesgaron a atravesar esta peligrosa selva entre Colombia y Panamá en 2024. La cifra supone un descenso del 42% en comparación con la cifra récord de 520.085 del año anterior, según datos del Servicio Nacional de Migración (SNM) panameño.

Alambradas y control biométrico. En este contexto, el nuevo gobierno panameño ha reforzado el control e identificación de los migrantes, así como la persecución a las redes de tráfico que los envían, con varias medidas.

Una de las más polémicas es la instalación de cercas de alambres de púas de al menos

80 metros de longitud y hasta 3 metros de altura en algunas de las rutas habituales de irregulares por la selva. Las alambradas bloquean al menos 5 pasos habituales en el Darién, canalizando el flujo migratorio hacia trayectos específicos donde las autoridades esperan a las personas en tránsito para identificarlas. Mojica señaló que allí los espera “personal entrenado y capacitado que está perfilando constantemente a las personas que entran y lleva a cabo registros de biometría de la mayor cantidad posible”. Al cierre de los pasos habituales de migrantes por el Darién se sumó, también desde julio, un refuerzo de la vigilancia tanto terrestre como marítima. El refuerzo de la vigilancia marítima también fue crucial, ya que muchos migrantes acceden al punto inicial del trayecto por la selva en embarcaciones llegadas desde Colombia. Los agentes también tienen la orden de retener y entregar a las autoridades policiales o migratorias de Colombia a cualquier persona que trate de llevar en barco a migrantes irregulares a Panamá. El mismo día que asumió su mandato, el pasado 1 de julio, el presidente de Panamá firmó un memorando de entendimiento con Estados Unidos, en el que se comprometió a desembolsar unos US\$6 millones para financiar la repatriación de migrantes irregulares interceptados en territorio panameño. Esto se opera mediante un programa de retorno voluntario, deportaciones y expulsiones. Tras identificar y registrar a los migrantes en el antes citado “paso humanitario” de la selva, los agentes panameños los conducen a un albergue donde reciben asistencia mientras se decide su destino. La reducción del flujo migratorio por el Darién se notó especialmente en los últimos meses de 2024, precisamente después de instalarse las alambradas, aumentar la vigilancia y comenzar a operar los vuelos de repatriación. En diciembre, cruzaron 4.558 personas, un 80% menos respecto a las 24.626 del mismo mes de 2023. (AMERISE, 2025, s/p.)

⁴ ONPAR no ha publicado información de 2024 pero se conoce que las tendencias se mantienen.

⁵ La Comisión Nacional de Protección para Refugiados (CONARE): es un grupo de oficiales del gobierno que toman la decisión final sobre si una persona o familia es refugiada en Panamá.

⁶ Red Eclesial Latinoamericana y Caribeña de Migración, Desplazamiento, Refugio y Trata de Personas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR - AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **Conoce algunos de los riesgos que puedes enfrentar si cruzas por el Darién.** Costa Rica: ACNUR, 2023. Disponible en: < <https://help.unhcr.org/costarica/conoce-algunos-de-los-riesgos-que-puedes-enfrentar-si-cruzas-por-el-darién> >. Consultado el: 22 feb. 2025.

ACNUR - AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **Informação sobre a selva de Darién no Panamá – Confía en el Tucán.** 2023. Disponible en: < <https://help.unhcr.org/brazil/materiais-informativos/confiaeneltucan/> >. Consultado el 21 de feb. 2025.

ACNUR - AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **Darién:** monitoreo de

protección de frontera, 2022-2024. Panamá, 2024.

ACNUR - AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. **Sistema de asilo en Panamá.** Ciudad de Panamá: Acnur, 2023.

AMERISE, Atahualpa. Las medidas con las que Panamá redujo casi a la mitad el paso de migrantes por la selva del Darién. **BBC News Mundo.** 4 enero, 2025. Disponible en: < <https://www.bbc.com/mundo/articulos/cje9qvg1y5go>>. Consultado el 20 de feb. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Panamá – notas de política.** Cidade do Panamá: Grupo Banco Mundial, 2024. Disponible en: < <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099508209022436698/pdf/IDU1299a0a09174ce140191a22519795ddf275e1.pdf>>. Consultado el 21 feb. 2025.

BÍBLIA. N.T. Mateo. In: BÍBLIA. Mateo. Espanhol. **La Santa Bíblia Antigo y Nuevo Testamento.** Antigua versión de Casiodoro de Reina (1569). Revisada por Cipriano de Valera (1602). Otras revisiones: 1862, 1909 y 1960. Reina-Valera, 1960. Disponible en: < https://www.nabiconsulting.co/biblia_reina_1960.pdf>. Consultado el 19 marzo 2025

BRITANNICA. **Darién** - region, Panama and Colombia. Disponible en: <<https://www.britannica.com/place/Darien-region-Panama>>. Consultado el 12 marzo 2025.

CELAM - CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. **XXI Asamblea Ordinaria Ypacaraí,** Asunción (Paraguay). Asunción, Paraguay: Secretaría General del CELAM, 1987. Disponible en: < <https://documental.celam.org/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=189370>>. Consultado el 15 de feb. 2025.

CELAM - CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. **II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano - la Iglesia en la actual transformación de América Latina a la luz del Concilio.** Medellín, Colombia, 1968. Disponible en: < <https://celam.org/wp-content/uploads/2021/05/2-conferencia-general-medellin.pdf>>. Consultado el 19 de feb. 2025.

CELAM - CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. **Declaración de los cardenales, obispos y demás prelados representantes de la jerarquía de America Latina reunidos en la Conferencia Episcopal de Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1955. Disponible en: < https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Rio.pdf>. Consultado el 20 de feb. 2025.

CELAM - CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO. **Documento de Puebla III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano.** Puebla, México, 1979. Disponible en: < https://www.celam.org/doc_conferencias/Documento_Conclusivo_Puebla.pdf>. Consultado el 18 de feb. 2025.

- CHACÓN, John Asthar. Autoridades aumentarán las deportaciones de migrantes irregulares en Panamá. **Fe y Alegría**, 2023. Disponible en: < <https://www.radiofeyalegrianoticias.com/>>. Consultado el 25 feb. 2025.
- ECOTVPANAMÁ. Panamá: Cruz Roja dona 100 criptas en panteón para migrantes. **Ecotvpanamá**. 9 de marzo de 2023. Disponible en: <<https://www.ecotvpanama.com/nacionales/panama-cruz-roja-dona-100-criptas-panteon-migrantes-n5856591>>. Consultado el 20 feb. 2025.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Darién. **Enciclopedia Británica/Enciclopedia Moderna**. Editorial and Production Staff, 2011. Disponible en: < <https://books.google.com.br/books?id=YficAAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> >. Consultado el 20 de feb. 2025.
- FE Y ALEGRIA. **Retos en el servicio integral a migrantes desde Fe y Alegría, Panamá**. Ciudad de Panamá, 2025. Disponible en: <<https://www.feyalegria.org/tag/servicio-a-migrantes/>>. Consultado el 23 feb. 2025.
- FRANCE 24. El Gobierno de Panamá ordena a MSF suspender la atención a migrantes en la selva del Darién. **France 24**. Disponible en: <<https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20240307-panam%C3%A1-suspende-a-msf-tras-denuncia-de-aumento-de-violaciones-a-migrantes-en-la-selva-1>>. Consultado el 23 feb. 2025.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Abandonados en la selva** - protección y asistencia para migrantes y solicitantes de asilo en el Tapón del Darién. Estados Unidos, 2024. Disponible en: < https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2024/04/americas0424sp%20web.pdf >. Consultado el 23 feb. 2025.
- JARAMILLO, Ohigginis Arcia. Tragedia en el tapón del Darién: 172 migrantes muertos y desaparecidos en 2024. **La Prensa**. Panamá, 2025. Disponible en: <<https://www.prensa.com/sociedad/tragedia-en-el-tapon-del-darien-172-migrantes-muertos-y-desaparecidos-en-2024/>>. Consultado el 23 feb. 2025.
- LOUIS, Michlle; IBRAHIM, Nisa; BUSSEY, Jill Marie. **Información sobre el “parole” humanitario para inmigrantes temporalmente en los Estados Unidos**. Global Refuge, 2025. Disponible en: < <https://www.globalrefuge.org/wp-content/uploads/2025/02/Global-Refuge-Parole-Explainer-Edited-SPN-2.3.25-final.pdf> >. Consultado el 24 feb. 2025.
- MEDINA, Luz Marina. Presidente del episcopado panameño analiza impacto de nuevas políticas migratorias de EE. UU. y propone estrategias de colaboración. **ADN CELAM**. Bogotá/Colômbia: CELAM, 2025. Disponible en: < <https://adn.celam.org/presidente-del-episcopado-panameno-analiza-impacto-de-nuevas-politicas-migratorias-de-ee-uu-y-propone-estrategias-de-colaboracion/#:~:text=%C2%ABEs%20indudable%20que%20estas%20>

pol%C3%ADticas,%C2%BB%2C%20respondiendo%20con%20solidaridad%20cristiana.>. Consultado el 22 feb. 2025.

OIM – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Monitoreo de flujo de población migrante**. Darién, Lajas Blancas, Panamá, 2023.

OIM – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Monitoreo de flujo de personas en movilidad por las Américas, Darién, Panamá**. Panamá, 2024.

OIM - ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Panamá – perfil migratorio, 2019-2020**. Ciudad de Panamá: OIM, 2021.

OIM – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **OIM apoya cooperación regional para la lucha contra la trata de personas y el tráfico ilícito de migrantes en América Latina**. Panamá: OIM, 2023. Disponible en: < <https://lac.iom.int/es/news/oim-apoya-cooperacion-regional-para-la-lucha-contra-la-trata-de-personas-y-el-trafico-ilicito-de-migrantes-en-america-latina> >. Consultado el 24 feb. 2025.

ONPAR – OFICINA NACIONAL PARA LA ATENCIÓN DE REFUGIADOS. **Onpar/historia**. Panamá, 2025. Disponible en: < <https://www.mingob.gob.pa/oficina-nacional-la-atencion-refugiados-onpar/> >. Consultado el 23 feb. 2025.

PAPA LEÓN XIII. **Quam Aerumnosa**. Vaticano: Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponible en: < https://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_10121888_quam-aerumnosa.html >. Consultado el 18 de feb. 2025.

PAPA LEÓN XIII. **Rerum Novarum**. Vaticano: Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponible en: < https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html >. Consultado el 18 de feb. 2025.

PAPA PIO XII. **Exsul familia** – de spirituali emigrantium cura. (Constitutio Apostolica). Cidade do Vaticano: Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana, 1952. Disponible en: < https://www.vatican.va/content/pius-xii/la/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19520801_exsul-familia.html >. Consultado el 18 de feb. 2025.

SWI - SOCIEDAD SUIZA DE RADIO Y TELEVISIÓN. **Al menos 55 migrantes murieron en el Darién en 2024, una cifra que podría ser el “doble”**. SWI swissinfo.ch. 2025. Disponible en: <<https://www.swissinfo.ch/spa/al-menos-55-migrantes-murieron-en-el-dari%C3%A9n-en-2024%2C-una-cifra-que-podr%C3%ADA-ser-el-%22doble%22/88682307>>. Consultado el 24 feb. 2025.

UNICEF - FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA. **Panamá - reporte de situación humanitaria**. Panamá, 2024. Disponible en: < <https://www.unicef.org/panama/media/10511/file/Situation%20Report%20Nov%202024%20ESP.pdf> >. Consultado el 26 de feb. 2025.

UNICEF - FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA. **Crece el número de niños, niñas y adolescentes que transitan por Darién solos**. Panamá, 2024. Disponible en: < <https://www.unicef.org/panama/comunicados-prensa/crece-el-n%C3%BAmero-de-ni%C3%B1os-ni%C3%B1as-y-adolescentes-que-transitan-por-dari%C3%A9n-solos#:~:text=%2D%20Entre%20enero%20y%20noviembre%20de,periodo%20del%20a%C3%B1o%202023%2C%20seg%C3%BAn> >. Consultado el 15 feb. 2025

UNICEF - FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA. **Panamá Reporte de Situación Humanitaria # 4**, 2024. Panamá: UNICEF, 2025. Disponible en: < <https://www.unicef.org/panama/media/10511/file/Situation%20Report%20Nov%202024%20ESP.pdf> >. Consultado el 20 feb. 2025.

YATES, Caitlyn.; PAPPIER, Juan. **Cómo el peligroso Tapón del Darién se convirtió en la encrucijada migratoria de las Américas**. In. MPI – Migration Policy Institute. 2023. Disponible en: <<https://www.migrationpolicy.org/article/tapon-darien-encrucijada-migratoria-americas>>. Consultado el 22 de feb. 2025.

WORLD BANK. **Population total**. 2024. Disponible en: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>>. Consultado el 20 de feb. 2025.

RESUMEN

La Iglesia, como Pueblo de Dios en camino, ha sido sensible y solidaria con el tema de las migraciones y con los derechos humanos, justamente porque es un tema bíblico y teológico. Jesús Cristo se identificó con el migrante en su afirmación: *“Yo era migrante y ustedes me acogieron”*. Luego, en todos los momentos críticos de la historia en que el fenómeno se presentó como un grito a la Iglesia, en todas las distintas épocas y lugares, allí estuvo la Iglesia presente como hermana y madre de la gente desplazada, refugiada y abandonada por las diferentes causas de los sistemas económicos y políticos injustos del mismo fenómeno. Este camino fue ganando cuerpo en los últimos siglos en que las migraciones han se extendido en todo el mundo con características masivas, complejas, diversificadas y, al mismo tiempo, se revelaron como un fenómeno pleno de oportunidades, aportes y de esperanza para una humanidad más justa, fraterna y solidaria para todos los pueblos. Así mismo, en tiempos de desafíos y dificultades políticas, sociales, culturales y económicas, invariablemente acompañadas de diversas formas de violencia, la Iglesia ha buscado estar presente mediante un servicio de acogida integral, de apoyo y protección. Una de estas situaciones desafiantes es el caso del estrecho forestal del Darién, entre Colombia y Panamá, que desde hace algunos años se ha convertido en una de las principales rutas de migración Sur-Norte. Miles de migrantes recorren esta peligrosa ruta y buscan llegar a México y a los Estados Unidos de América (EE.UU.).

Palabras clave: Darién; Pastoral de Movilidad Humana; frontera; Políticas migratorias; Panamá.

ABSTRACT

The Church, as the People of God on the journey, has been sensitive and supportive of the issue of migration and human rights, precisely because it is a biblical and theological theme. Jesus Christ identified with the migrant in his statement: *“I was a migrant and you welcomed me.”* Then, at all the critical moments in history when this phenomenon presented itself as a cry to the Church, in all the different times and places, the Church has been present as a sister and mother to people displaced, refugees, and abandoned by the various causes of the unjust economic and political systems that fuel this phenomenon. This path has gained momentum in recent centuries, as migrations have spread throughout the world, becoming massive, complex, and diverse. At the same time, they have emerged as a phenomenon full of opportunities, contributions, and hope for a more just, fraternal, and supportive humanity for all peoples. Likewise, in times of political, social, cultural, and economic challenges and difficulties, invariably accompanied by various forms of violence, the Church has sought to be present through a comprehensive service of welcome, support, and protection. One of these challenging situations is the case of the Darien forest strait, between Colombia and Panama, which in recent years has become one of the main south-north migration routes. Thousands travel this route in search of reaching Mexico and the United States of America (USA).

Keywords: Darién; Pastoral Care of Human Mobility; border; Migration Policies; Panama.

Sobre pedagogias humanitárias: pensando o português brasileiro como uma tecnologia de acolhida

On Humanitarian Pedagogies: Thinking of Brazilian Portuguese as a Welcoming Technology

*Sebastião Lisboa de Andrade Rinaldi**

1 INTRODUÇÃO

Em 2017, eu me juntava ao Instituto Adus¹ como voluntário no ensino da língua portuguesa do Brasil. À época, minha percepção, enquanto jornalista e ainda não ingresso no mestrado, era mais humanitária. Por um período de 12 meses, permaneci como assistente de duas professoras, até quando recebi a primeira turma como professor de Português como Língua de Acolhimento (PLAC), termo que me chamou a atenção.

Posteriormente, já no mestrado, debruicei-me sobre esse conceito, cunhado por ANÇÃ (2006) ao teorizar sobre a peculiaridade de PLAC na comparação com o Português como Língua Estrangeira (PLE). Enquanto o primeiro se dá em situações de vulnerabilidade social (eixo externo), a exemplo de refugiados que precisam migrar para novos destinos, vendo-se obrigados a aprender uma língua como parte de sua acolhida, o segundo caso refere-se à aprendizagem voluntária, muitas vezes motivada por uma questão individual, como uma afinidade (eixo interno).

Ainda segundo a autora portuguesa, vinculada à Universidade de Aveiro, em 1986, Portugal passava a fazer parte da União Europeia (à época, CEE), o que aproximava a nação ibérica desse bloco, tornando-se, ainda mais, um destino para migrantes do continente antigo em busca de nova residência. Essa expansão de horizontes havia sido iniciada, anteriormente, com a descolonização política de territórios africanos e o consequente fluxo diaspórico rumo à ex-metrópole lusitana.

*Professor e coordenador pedagógico no Educafro Brasil e mestre pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: sebastiaorinaldi@gmail.com

Paralelamente, no fim dos anos 1980, com a queda do Muro de Berlim e a dissolução do regime soviético, muitos cidadãos do Leste Europeu partiram rumo ao Norte e ao Oeste. Portugal passou a acolher nacionalidades de origens distintas e, como o domínio de um novo idioma é um dos anseios comuns aos migrantes, ao lado da empregabilidade e do acesso à moradia, passou-se a falar, ainda nos anos 1990, sobre o conceito de língua de acolhimento.

Ançã (2006) defende que “o domínio da língua é seguramente a via mais poderosa para a integração social, para a igualdade de oportunidades e para o exercício da plena cidadania”. Com o ingresso na União Europeia, Portugal recebe mais grupos da região oriental da Europa, na comparação com as nações africanas. Independentemente da nacionalidade, falamos aqui de fluxos diaspóricos com um fundo político – e, em muitos casos, involuntários. Ou seja, a língua a ser aprendida não é necessariamente desejada ou sequer conhecida, adotando para si a função de uma tecnologia de acolhida humanitária.

Trazendo o eixo para os trópicos, o Brasil é uma das economias mais estabelecidas da América Latina e, a despeito de suas turbulências sistêmicas, tornou-se destino de muitos vizinhos de continente, como venezuelanos, bolivianos, peruanos, haitianos, colombianos, e de refugiados do outro lado do Atlântico, como afegãos, congoleses, nigerianos e marroquinos. No Instituto Adus², mais de 65 nacionalidades e 17.000 pessoas foram atendidas desde 2010, ano de fundação.

Como o eixo pedagógico é um dos pilares que norteiam a ONG, a adoção de bons materiais didáticos não pode falhar. Desde meu ingresso, usamos uma apostila própria, intitulada *Conectadus*, elaborada por uma pesquisadora de PLAC, Giselda Pereira, com quem venho aprendendo e trocando bastante experiência nesta jornada. Para além desse conteúdo, nas minhas aulas, emprego outros livros, como o *Pode Entrar* (publicação do ACNUR), o *Portas Abertas*, elaborado pela Prefeitura de São Paulo, a cartilha de exercícios *Fala & Ação*, também de Giselda Pereira, e o *Entre Nós – Português com Refugiados* (grifo para o uso da preposição “com” e não “para”).

Na prática, para quem se interessa em enveredar pelo campo, há nuances a serem consideradas, como dar aulas com ênfase em situações reais e contextualizadas (compras em mercados e farmácias, recorrência a serviços de saúde, acesso à moradia e ao transporte), reforçar aspectos culturais e peculiaridades, mantendo-se uma atenção especial à gramática, à fonética e ao vocabulário. Ademais, o uso de jogos pode ser eficaz, bem como a indicação de aplicativos gratuitos de notícias e de aprendizagem gamificada, como o Duolingo.

Um dos pontos imprescindíveis em uma aula de PLAC é, possivelmente, o emprego de referências customizadas. Em uma turma com nigerianos, pode ser interessante introduzir algumas palavras originadas do iorubá,

como caçula, cochilar, moleque e caçamba, que usamos em nosso português. Se o grupo for de sírios, vale citar que existe uma vasta comunidade dessa nacionalidade no Brasil, fazendo com que eles se sintam mais acolhidos.

Ainda nessa relação de experiências empíricas, faz-se importante listar cuidados a serem tomados e comportamentos a serem combatidos, tais como perguntar o motivo que lhes trouxe ao Brasil ou questões mais íntimas sobre seus familiares, valer-se de referências às quais me refiro como capitalizadas (por exemplo, dar uma aula sobre um restaurante que seja menos acessível ou sobre atividades culturais, como um show de um artista renomado, que tenham marcadores sociais envolvidos), aceitar ou conceder qualquer tipo de bonificação material – salvo raras situações, como mutirões para arrecadação de alimentos – e evitar uma abordagem piedosa, afinal, as pessoas querem ser acolhidas e não se sentirem ainda mais vulneráveis.

Nas palavras de Ançã (2006), quem trouxe avanços na pesquisa sobre PLAC: quanto aos conhecimentos sobre o mundo lusófono, a referência ao Brasil, em primeiro lugar, é exacta: o grande número de falantes de Português deve-se, sem dúvida, ao Brasil. É interessante ainda o conhecimento de alguns países africanos de língua oficial portuguesa, e bastante curiosa a observação feita a Macau, onde os falantes de LP são diminutos.

No entanto, a sociedade portuguesa não pode, de forma alguma, negar aos que chegam a possibilidade de aprender a língua do país. Se assim for, o efeito será perverso: de língua de acolhimento, a LP transformar-se-á em língua de afastamento, amputando aos sujeitos oportunidades de agir socialmente. Mas, acreditando na democracia e em Portugal, a vocação da LP só poderá ser a de uma língua de acolhimento: “acolhida, refúgio em casa, forte” (ANÇÃ, 2006, s/p).

Em relação ao trecho anterior de Ançã, gostaria de ponderar que, do ponto de vista de pesquisador e de professor de PLAC, negar a migrantes a possibilidade de aprender o nosso idioma – o português brasileiro – é dar-lhes as costas e, mais do tudo, impor a essa população um destino de precariedade ética e, conseqüentemente, material. O aprendizado do nosso idioma é uma das condições possíveis para acesso a uma acolhida humanitária, sem o qual haverá rara possibilidade de acesso a condições dignas de trabalho, moradia, saúde e trânsito social.

2 O MATERIAL DIDÁTICO E A DINÂMICA DAS AULAS

Entre 2017 e 2019, com as aulas presenciais, cheguei a frequentar o espaço quatro vezes por semana, chegando a dedicar até 32 horas mensais ao projeto. À época, o principal material didático – *Conectadus*, uma apostila própria, desenvolvida pela voluntária Giselda Pereira – era concedido

gratuitamente ao público estudantil. Com sete unidades, a publicação (Básico 1) compreende diversos tópicos, como saudações iniciais, transporte, alimentação, compras, saúde e vestuário.

O livro introduz verbos úteis – como ser, estar, pagar, querer, pedir, saber, ter, pôr, cortar, perder, sentir –, pronomes (demonstrativos, pessoais, interrogativos, entre outros), tempos verbais (Presente, Pretérito Perfeito e Pretérito Imperfeito do Indicativo; Futuro imediato – verbo ir + verbo de ação), além de outros conteúdos de relevância para quem chega e necessita se comunicar.

Giselda Pereira³, doutora em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e ex-coordenadora pedagógica do Instituto Adus, foi quem, em colaboração com outros docentes, desenvolveu o material didático, atualmente utilizado em sala de aula – a apostila *Conectadus*. Posteriormente, a educadora atuou na produção de 60 videoaulas, gravadas antes da pandemia do novo coronavírus e, oportunamente, utilizadas à exaustão durante a crise sanitária global. Ela salienta que:

Na verdade, o Conectadus tem muito do que eu propriamente tinha de material, porque eu amo produzir material. Até hoje... Dou aula há quase 30 anos e preparo aula sempre. As pessoas me perguntam: Giselda, não é possível que você não tenha material. Ter eu tenho, mas eu vou mudar um pouquinho por causa disso ou daquilo. Então, quando a Madalena me convidou, tinha muita gente interessada, muitos professores, mas ninguém pôs de fato a mão no material porque é muito cansativo, desgastante. Então, as pessoas não tinham muita ideia do que fazer, por onde caminhar, como testar. A gente se dividiu em determinado momento, depois que fiz os capítulos iniciais, com os próprios professores do Adus que estavam envolvidos. E cada um ficou responsável, eu fiz um roteiro do que precisava para cada unidade e as pessoas iam fazendo, a gente ia adaptando. A ideia do *Conectadus* é que ele fosse um livro de todos e de ninguém e que as pessoas pudessem refazer. Já tinha esse desejo desde o primeiro dia que eu entrei no Adus, de ajudar nesse sentido. (Giselda Pereira)

Vejamos, na sequência, duas galerias do livro.

Figura 1 - Galeria B




B

em-vindo/a!

Olá, Oi.	Hello, Hi.	Salut.
Bom dia.	Good morning.	Bonjour.
Boa noite.	Good night.	Bonsoir / Bonne nuit.
Adeus, Tchau	Good-bye, bye	Au revoir / Salut.
Até logo.	See you soon	À bientôt.
Até breve.	See you later.	À tout à l'heure.
Por favor.	Please.	S'il vous plaît.
Obrigado.	Thank you.	Merci.
De nada.	You're welcome.	De rien.
Ei!	Hey!	Ça va?
Como vai? E aí?	How are you? What's up?	Comment allez-vous? Ça va?
Com licença.	Excuse me.	Excusez-moi.
Desculpe.	Sorry.	Pardon.
Parabéns!	Congratulations!	Congratulation!
Boa sorte	Good luck	Bonne chance.
Como se diz... em português?	How can I say... in Portuguese?	Comment dit-on... en portugais?
Sim.	Yes.	Oui.
Não.	No.	Non.
O que significa.../Qual é o significado de...?	What is the meaning of...?	Qu'est-ce que signifie...?
Não falo [bem] português.	I don't speak Portuguese [very well].	Je ne parle pas [bien] le portugais.
Não entendo.	I don't understand.	Je ne comprends pas.
Por favor, fale mais devagar.	Please, speak more slowly.	Parlez doucement, s'il vous plaît.
Preciso de ajuda	I need help.	J'ai besoin d'aide.
É uma emergência.	It's an emergency!	C'est une urgence.
Posso usar seu telefone?	May I use your telephone?	Est-ce que je pourrais utiliser votre téléphone?
Para onde vai este ônibus/metrô?	Where does go this bus/subway?	Où l'autobus/le train va?
Quanto custa...?	How much does it cost?	C'est combien...?
Onde é o banheiro?	Where is the bathroom?	Où sont les toilettes?
Quando...?	When...?	Quand...?
Quem...?	Who...?	Qui...?
Por que...?	Why...?	Pour quels...?
De onde...?	Where... from?	D'où...?
O que / Qual / Que...?	What / Which...?	Que/Quoi ?

Welcome!

Bienvenu/e!



Leiam os diálogos em pares!

*Read the dialogue in pairs.
Lisez-vous les dialogues en paires.*



Crie um diálogo!

*Create a dialogue!
Créez-vous um dialogue!*



Responda!

*Answer it!
Répondez-y!*



Pergunte!

*Make a question!
Posez-vous une question!*

Material Didático ConectADUS Volume 1 – Unidade 1 – Página | **1**

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 2 - Galeria M




M

uito prazer!

Qual é o seu nome?	What is your name?	Quel est votre nom?
(O) meu nome é...	My name is ...	Je m'appelle ...
Muito prazer em conhecê-lo/a.	Nice to meet you.	Enchanté/ée
Qual é o nome dela?	What is her name?	Quel est son nom?
Qual é o nome dele?	What is his name?	Quel est son nom?
O nome dele é...	His name is...	Son nom est. / Il est...
O nome dela é...	Her name is...	Son nom est. / Elle est...
Quem é você?	Who are you?	Qui êtes-vous?
Eu sou estudante de Português.	I'm Portuguese student.	Je suis étudiant de portugais.
Eu sou de/do(s)/da(s)	I'm from...	Je suis de
(Muito) obrigado/a.	Thank you (very much).	Merci (beaucoup)
De nada.	You're welcome.	Je vous en prie.
Bem-vindo/a.	Welcome.	
Primeiro nome	First name	Prénom
Sobrenome	Last name	Nom de famille
Apelido	Nick name	Sumom
Qual é seu nome completo?	What is your complete name?	Quel est votre nom complet?
Já ouvi falar muito de você.	I've heard a lot about you.	J'ai beaucoup entendu parler de vous.
Finalmente, estou conhecendo você!	At last! I know you! We meet!	Enfin! Je sais que qui êtes-vous!
Desculpe, (mas) qual é mesmo o seu nome?	I'm sorry, (but) what was your name again?	Pardon. Quel est votre nom encore?
Por que (?)	Why (?)	Pourquoi?
Porque	Because	Parce que
Estado civil	Marital status	État civil
Solteiro/a	Single	Célibataire
Casado/a	Married	Marié/ée
Divorciado/a	Divorced	Divorcé/ée
Viúvo/a	Widowed	Veuil/veuve
Cabelos castanhos	Brown hair	Cheveux bruns
Cabelos loiros	Blond hair	Cheveux blonds
Cabelos ruivos	Red hair	Cheveux rouge
Cabelos grisalhos	Gray hair	Cheveux gris
Olhos castanhos	Brown eyes	Yeux bruns
Olhos azuis	Blue eyes	Yeux bleus
Olhos verdes	Green eyes	Yeux verts
Olhos pretos	Black eyes	Yeux noir

Nice to meet you!

Enchanté/ée!

 **Leiam os diálogos em pares!**

*Read the dialogue in pairs.
Lisez-vous les dialogues en paires.*

 **Crie um diálogo!**

*Create a dialogue!
Créez-vous un dialogue!*

 **Responda!**

*Answer it!
Répondez-y!*

 **Pergunte!**

*Make a question!
Posez-vous une question!*

Fonte: Elaborado pelo autor

Tanto o conteúdo impresso quanto o audiovisual são pensados sob o prisma do PLAC (Português como Língua de Acolhimento) e não do PLE (Português como Língua Estrangeira) – sendo que o primeiro cumpre um papel social e inclusivo, enquanto o segundo é basicamente o aprendizado do idioma enquanto tecnologia de comunicação (muitos materiais de PLE têm contextos equivocados para sujeitos vulnerabilizados, como é o caso de refugiados). Nas palavras de Giselda Pereira:

Agora, a gente tem muito mais material, tanto de Português como Língua Estrangeira (PLE) como Português como Língua de Acolhimento (PLAC). Mas imagina isso lá nos anos de 2015. Os materiais de PLAC são bastante recentes. Então, eu já tinha uma ideia pautada no PLE para pensar o que seria mais apropriado. Claro que não foi tão fácil e nem é, porque quem dá aula de português como língua estrangeira não tem ideia do que é dar aula de português como língua de acolhimento. São coisas bem diferentes. (Giselda Pereira)

Com o início da pandemia no Brasil, em março de 2020, o Instituto AduS, que já tinha dado início a um projeto de classes virtuais, acelerou a iniciativa e concluiu um projeto de 60 videoaulas⁴, protagonizadas pela professora Giselda Pereira, adotando-se nesse estágio o modelo de aula invertida – isto é, vídeos e exercícios enviados previamente pelo WhatsApp e sessões de conversa e esclarecimento de dúvidas em encontros virtuais (Google Meet).

Figura 3 - Captura de tela da videoaula hospedada no Youtube



Fonte: Elaborado pelo autor

O videocurso do Instituto Adus – Básico 1 – passa por diversos tópicos, adotando uma didática semelhante aos EADs (Ensino à Distância) aos quais nos acostumamos durante a crise global sanitária. O material inclui: alfabeto; expressões úteis; pronomes pessoais; verbos ser e estar; Presente do Indicativo; Gerúndio; dias da semana, meses e estações; pronomes interrogativos; números e símbolos matemáticos; horas e tempo; cores; lugares e advérbios de lugar; verbo ir (presente e futuro); gênero; formas de tratamento; profissões; pronomes possessivos; características físicas e psicológicas; plural; vestuário; comparativo; superlativo; advérbios de tempo; pronomes demonstrativos; alimentação; nomes de alimentos; diminutivo; aumentativo; pronomes indefinidos; vocabulário para localização; Pretérito Perfeito e Imperfeito; vocabulário para partes do corpo; saúde; e por fim, dicas para entrevista de emprego e como montar um currículo (os conteúdos seguem essa ordem respectiva). Ao longo desses 4 anos, seja no presencial ou no virtual, notei alguns perfis de educandos e, em conversa com a, então, coordenadora pedagógica do instituto, Mônica Nakajima, obtive a confirmação:

- Assiduidade e completude das tarefas: em geral, esse público não costuma perder nenhum encontro ou deixar de fazer nenhuma atividade, inclusive solicitando atividades extras por e-mail ou WhatsApp.
- Evasão por questões laborais: muitos chegam em busca de novas oportunidades e acabam por aceitar empregos temporários, conciliando-os com as aulas do Instituto. No entanto, quando conseguem uma posição formalizada – e isso costuma acontecer depois de seis meses no País, quando eles e elas já têm mais domínio do português –, há sempre uma debandada. Esse perfil, infelizmente, compõe a maioria estudantil.
- Intermittência nas aulas: existem aqueles que tentam equilibrar a vida no novo destino com as classes e nem sempre o conseguem. Esse perfil se empenha para terminar os módulos – e na maioria das vezes, consegue –, entretanto, sente-se frustrado por não dar o melhor de si.

Em relação aos três perfis, as/os docentes voluntárias/os são orientadas/os a atuar conforme o fluxo, isto é, não exigir demasiadamente dos dois últimos casos mencionados acima, uma vez que a carga acima das

possibilidades os afastaria e, certamente, pesaria mais a favor da evasão do que o contrário; e, no caso do primeiro, sim, é cabível adotar um requerimento mais constante, intenso.

3 CONECTADUS: A APOSTILA DO ADUS PARA OS CURSOS DE PLAC

A seguir, compartilho a análise sobre a apostila Conectadus (Instituto Adus), que, como já citado, é de autoria da professora e ex-coordenadora pedagógica da instituição, Giselda Pereira. O material é organizado a partir da divisão em 12 partes/capítulos, sendo que cada módulo do curso de português brasileiro (1, 2 e 3) concentra quatro unidades.

É importante notar que os relatos a seguir unem visões pragmáticas de conteúdo, isto é, o que de fato é abordado em cada página, com percepções e inclusões minhas enquanto professor/analista – conjugando o conteúdo do material com outros materiais de ensino, tais como canções populares brasileiras, jogos, dinâmicas e materiais impressos, a meu ver, úteis para pessoas em situação de deslocamento forçado, residindo em São Paulo. Assim, descrevo a seguir a experiência didático/pedagógica por unidade.

Unidade 1 – Bem-vindo/a!

Esta unidade introdutória se debruça sobre alguns verbos básicos, como ser, estar e ir, e suas conjugações no Presente do Indicativo e no Pretérito Perfeito do Indicativo. Há ainda dois espaços dedicados ao Presente Contínuo, uma produção peculiar do português brasileiro, e ao Futuro Imediato (verbo ir + verbo de ação expressa no tempo futuro). Alfabeto romano, cumprimentos básicos, dias da semana, meses do ano, números cardinais, pronomes pessoais, vocabulários específicos para sentimentos e sensações e, por fim, alguns exercícios de fixação compõem essa mesma etapa do *Conectadus*. Em geral, essa parte ocorre em duas ou três aulas. Logo no começo, há sempre uma apresentação básica com nome completo, nacionalidade e o que mais o(a) aluno(a) se sentir confortável a dizer. Costumo fazer uma dinâmica interativa que se chama “duas verdades e uma mentira”, na qual todos e todas devem seguir esse modelo, contando dois fatos e algo não verdadeiro em sala de aula, deixando que os colegas adivinhem a inverdade. É um momento oportuno para promover uma aproximação dos estudantes migrantes, sem tanta formalidade e convidando-os a trazer suas individualidades.

Unidade 2 – Muito prazer!

Após a construção desse arcabouço para que os migrantes tenham uma imersão inicial no idioma, o segundo módulo se dedica a ensinar

algumas sentenças básicas de sobrevivência que tangem a sociabilidade, apresentações pessoais e as primeiras interações a serem vivenciadas em um novo contexto.

Novos verbos são apresentados, no Infinitivo e em suas formas conjugadas: gostar, entender, existir, andar, estudar, morar, aprender, beber, comer, insistir, partir e sorrir. Aqui reside o momento em que introduzimos a regência verbal e as peculiaridades de alguns verbos na língua portuguesa, como o “gostar de”, que se diferencia de sua versão hispânica, essencialmente reflexivo (traduzindo isso em exemplos, ensinamos em sala de aula que, enquanto no espanhol se diz “me gustan los legumbres”, em português, o correto é proferir “eu gosto de legumes”). Neste estágio, costumo fazer uma atividade com a canção “Gostava tanto de você”, de Tim Maia, que exemplifica bem essa construção.

As nacionalidades – e suas versões generificadas e racializadas – são apresentadas, ao lado dos pronomes interrogativos (que, quem, quando, qual/quais, quanto, quantos, quanta, quantas, onde/cadê, aonde, de onde e por que). As características de personalidade e físicas são abordadas por meio de exercícios de adjetivação – durante as minhas aulas, sempre incluo uma parte sobre raça/etnia, destacando que, no Brasil, racismo é crime inafiançável, sendo necessário ter uma denúncia com boletim de ocorrência e uma testemunha. Acho imprescindível fazer essa inclusão, justo pelo fato de que muitos migrantes e refugiados são oriundos de países africanos ou majoritariamente negros, como o Haiti, onde os marcadores sociais brasileiros não são percebidos.

Quando nos encontramos neste estágio (básico, porém não inicial), costumo usar o ‘Baralhinho Didático da Cartilha Caminho Suave’, do Grupo Editorial Edipro, um recurso didático que adquirei em uma feira de educação. Por meio de um baralho com desenhos de itens, como blusa, garrafa, travesseiro, navio, livro, gravata, entre outros, é possível explorar o vocabulário do português brasileiro, ainda falando de cores, tamanhos, texturas e aspectos culturais.

Não são raras as situações inusitadas envolvendo essas cartas: certa vez, uma aluna venezuelana, ao ver um desenho de uma garrafa, me perguntou se “botella” se escrevia com “lh”, fazendo uma associação lógica e inteligente entre o português e o espanhol; em outra aula, ao ver a imagem de um café, um aluno hispânico me questionou por que o nosso “café da manhã” não se chamava desjejum, já que, em espanhol, o termo empregado é “desayuno”. Esses insights, que eu classificaria como conexões cognitivas, não apenas trazem esse público, de fato, para a vivência do idioma, como também enriquecem a nossa língua com novos olhares – e quem sabe, futuramente, com neologismos e novos termos, afinal de contas, desjejum é mais apropriado para se referir à primeira refeição do dia, convenhamos.

Unidade 3 – Transporte

O que é um bilhete único? Como se locomover em São Paulo, uma metrópole de proporções imensas? O que é a CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e como a rede se integra com as linhas do metrô paulistano? Qual a diferença entre a ciclovia e a ciclofaixa? Tais questões podem soar naturais e até mesmo bem familiares para uma pessoa residente em São Paulo.

Imagine esse novo universo de locomoção frente a um sírio ou a um afegão, que sequer compreendem o alfabeto que usamos na língua portuguesa. O terceiro módulo visa a proporcionar uma ambientação do migrante neste novo contexto por meio de leituras curtas e exercícios de sinalização urbana.

Nas minhas aulas, eu sempre leciono algumas frases de orientação geográficas (por exemplo, vá direto, vire à direita, vire à esquerda, ande por três quadras, entre outras) e costumo fazer uma dinâmica em sala de aula, usando a lousa. Com o pincel, faço um mapa retangular, no qual incluo alguns quadrados (os quarteirões) e algumas das principais avenidas de São Paulo (Paulista, São João, Ipiranga, Consolação, Faria Lima). Dentro desses respectivos quadrados, insiro algumas instituições e espaços comuns em nossa sociedade, como escola, hospital, biblioteca, farmácia/drogaria, igreja, metrô, parque, entre outros.

Em seguida, chamo dois dos alunos à frente na sala e proponho o seguinte: um deles precisa chegar a um desses pontos e o outro explicará como chegar, a partir de um ponto de partida, geralmente o metrô. Na maioria das vezes, os participantes escondem a timidez por meio de risadas e anedotas, mas acabam se rendendo à atividade e aprendendo a utilizar o idioma para viver na cidade de São Paulo, a despeito de alguns erros gramaticais ou de pronúncia, ambos naturais nessa situação.

Novos verbos são ensinados, como dar, fazer, passear e perder – novamente, no Infinitivo, no Presente do Indicativo e no Pretérito Perfeito do Indicativo. É aqui que trazemos algumas expressões bem típicas, como fazer um bolo, fazer aniversário, fazer uma festa, fazer as malas, fazer compras e fazer um curso.

Nesta mesma unidade, os pronomes demonstrativos são introduzidos: os variáveis – este(s), esta(s), esse(s), essa(s), aquele(s) e aquela(s) – e os invariáveis – isto, isso e aquilo. Em geral, os alunos hispânicos não têm a mesma dificuldade dos demais que vêm de língua inglesa, como os nigerianos, ou de origem árabe ou persa.

Unidade 4 – Alimentação

Mais do que meramente falar de comidas típicas, este módulo aborda situações comuns em restaurantes (comércio), incluindo vocabulário para

compras, vendas, negociações e atendimento de clientes, visando acima de tudo a proporcionar mais familiaridade com o universo e, logo, gerar mais conhecimento para possíveis vagas de emprego nesse setor.

Há, obviamente, um momento para o ensino de vocabulário relacionado a legumes, folhas, frutas, carnes, grãos e demais alimentos. Entretanto, não é apenas sobre isso. Comecei, há alguns anos, nessa fase do aprendizado, a usar o jogo Dinheirinho⁵, disponível para compra em sites como o Mercado Livre, por meio do qual faço as mesmas dinâmicas em sala de aula, em que um aluno faz o papel do vendedor/comerciante e outro desempenha a faceta do cliente.

O jogo conta com cartões de crédito e débito, CPF, carteira, cheque e reproduções das notas de Real (R\$ 2, R\$ 5, R\$ 10, R\$ 20, R\$ 50 e R\$ 100). É uma plataforma eficaz de ensino empírico de situações críveis que, a despeito de alguns equívocos de linguagem, trazem os migrantes para o cotidiano da vida em sociedade de uma cidade como São Paulo.

Os diálogos da unidade reproduzem situações em feiras, supermercados e padarias, além de ensinar aumentativos e diminutivos, duas características bem corriqueiras no Brasil. Costumo exemplificar com alguns casos tão comuns, que muitos brasileiros sequer reparam no seu uso: um cafezinho não é necessariamente um café pequeno; uma mãezona não se refere a uma pessoa alta; um minutinho tem a mesma duração de um minuto, isto é, 60 segundos; entre outros. Aqui, sempre projeto na TV da sala o vídeo do Greg News⁶ sobre o diminutivo no português brasileiro, para a diversão de muitos, especialmente, aqueles que já se encontram no país há mais tempo.

Ainda na apostila, há um momento especial para debater sobre os restaurantes por quilo – ou *self service* –, que são típicos do Brasil, além de uma seção com vocabulário sobre locais, refeições, quantidades (pesos e medidas – formais e informais) e adjetivos.

Outra adaptação/inserção que faço nesta unidade é trazer a letra impressa e executar a canção “Feijoada completa”, de Chico Buarque, juntamente com uma explicação: do que é feita a feijoada brasileira, quais são os dias para consumo em São Paulo (às quartas-feiras e aos sábados) e o que a acompanha (por exemplo, uma caipirinha). Para finalizar, costumo explicar a expressão “vamos botar água no feijão” e sua subjetivação que evidencia a flexibilidade dos eventos sociais brasileiros.

Na unidade 4, trazemos um pouco mais sobre os verbos irregulares do português (pagar, querer, pedir, saber, ter e pôr). Além disso, apresentamos as variações de gênero/número e os pronomes possessivos, sempre reforçando que o tu e o vós – consequentemente, o teu, a tua, os teus, as tuas, o vosso, a vossa, os vossos, as vossas – são menos utilizados em São Paulo. Logo, reforçamos que, por aqui, usam-se mais você e vocês – e suas variantes possessivas: seu, sua, seus, suas.

Nesse momento, é muito curioso ouvir, constantemente, uma pergunta vinda de alunos/as hispânicos/as: – se, em espanhol, *usted* é mais formal e *tú* é informal, por que em português não se aplica a mesma lógica entre os pronomes pessoais *tu* e *você*? Explico, portanto, que essa mesma diferenciação existe no português europeu, mas que não se aplica no Brasil, onde usamos majoritariamente o *você* (e de maneira informal), ponderando ainda que o *tu* é empregado em alguns estados do País, entretanto, com o verbo conjugado como se fosse pelo pronome *você*. Reforço, ainda, que a formalidade é expressa pelo uso de “senhor” ou “senhora”, ao endereçar respeito de maneira similar ao *usted*. Não raro, a maioria fica confusa – e com razão, afinal é confuso, de fato.

Unidade 5 – Compras

Como explicar o que é pechinchar ou comprar a prazo para um migrante que vem de um contexto social completamente distinto, como o de pessoas em situação de deslocamento forçado por guerra ou extrema pobreza? Falar de compras, se não for feito com extrema cautela, pode criar um distanciamento ainda maior entre refugiados e um novo destino – afinal, muitos deles estão em situação de intensa vulnerabilidade e precarização.

Nesta unidade, a publicação explica como é a unidade monetária do Brasil, seu valor e possíveis equivalências em relação à aquisição de produtos. Nesta fase, costumo usar muitos panfletos de mercados conhecidos, como Extra, Dia% e Oxxo, além de farmácias com unidades na região central, como a Pague Menos. Nessas dinâmicas, fazemos exercícios escritos, no quais peço para que os estudantes se posicionem sobre os produtos (por exemplo: a manteiga está cara; a pasta de dente custa quatro reais), e atividades orais com os educandos à frente na sala de aula, simulando situações de compra, venda, barganha, negociação, desenvolvendo suas habilidades em situações que envolvem meios de pagamento e outros detalhes.

A unidade ainda avança gramaticalmente, com uma aula dedicada a pronomes indefinidos: variáveis (algum, alguns, alguma, algumas, nenhum, nenhuns, nenhuma, nenhuma, todo, todos, toda, todas, outro, outros, outra, outras, muito, muitos, muita, muitas, pouco, poucos, pouca, poucas, certo, certos, certa, certas, vários, várias, qualquer, quaisquer, bastante, bastantes, um, uns, uma, umas), invariáveis (alguém, ninguém, tudo, outrem, nada, cada, algo, mais, demais, menos) e locuções pronominais (cada um, qualquer um, todo aquele que, um ou outro, quem quer que). Após aprofundar sobre o Presente do Indicativo e o Pretérito Perfeito do Indicativo, neste estágio, costumo ir mais a fundo e ensinar o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

Unidade 6 – Saúde

Como o próprio título sugere, o módulo se debruça sobre outro direito humano de necessidade básica: a saúde. Vocabulários específicos, profissionais desse setor e suas funções e frases de alta empregabilidade em situações de necessidade e emergência pautam essa produção.

Em sala de aula, explicamos que os locais mais comuns no Brasil são os hospitais, clínicas, postos de saúde – as UBS, Unidades Básicas de Saúde –, além das farmácias e drogarias. Explicamos o que é o SUS – Sistema Único de Saúde, como funciona, quais são as vantagens, como a gratuidade, e os gargalos, a exemplo da sobrecarga de demanda versus recursos disponíveis.

Há um espaço para problemas (assaduras, dor de cabeça, dor de dente, enjoo, gripe, queimaduras e ressaca) e sintomas (calafrio, febre, resfriado, olhos coçando, vômito, dor de ouvido e olhos ardendo). Neste estágio, costumo fazer um desenho do corpo humano para ensinarmos esse vocabulário tão necessário. Em seguida, dou alguns exemplos mais práticos, dizendo que nem toda “dor” rege a preposição “de”, sendo que, em alguns casos, o mesmo substantivo é acompanhado de “em”, “no” ou “na” (ex: dor de cabeça, dor nas costas, dor no pé). Em relação aos novos verbos, ensinamos estes que se seguem: cortar-se, perder-se e sentir-se. Há ainda uma seção específica para ensinar a diferença entre bom e bem e de mal e mau.

Unidade 7 – Vestuário

A partir desta etapa, em geral, utilizada a partir dos módulos 2 e 3 dos cursos de português do Instituto Adus, as aulas deixam de tanger a assuntos mais emergenciais e de necessidade imediata e passam a tratar de assuntos mais universais, aproximando as classes de PLAC (Português como Língua de Acolhimento) e do PLE (Português como Língua Estrangeira).

Inicialmente, esta unidade faz um reforço considerável de vocabulário sobre vestimentas e adjetivos que podem ser associados (exemplo: blusa apertada, sapato desconfortável, vestido chique, entre outros). Os verbos ensinados são calçar, preferir, pôr, servir, vestir-se e usar. O livro traz ainda a letra da música “Com que roupa”, de Noel Rosa, para ser usada em sala de aula.

Aprende-se, neste momento, sobre o Modo Imperativo, explicando-se as regras para verbos terminados em -ar, -er e -ir. Conjugam-se os verbos andar, estudar, aprender, beber, comer, insistir, fazer, partir, pôr e vestir neste modo.

Unidade 8 – Rotina

Além de explicar o que é uma rotina, neste capítulo, os estudantes do curso básico de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) do Instituto Adus aprendem sobre ler e a falar horas em outro idioma, além de verbos/

atividades como trabalhar, estudar, dormir, ler, assistir à TV, conversar, checar e-mail, olhar o Facebook, rezar, passear, limpar a casa, cozinhar, jogar futebol e escovar os dentes.

As aglutinações entre preposição e artigo (como a formação de *num* a partir de *em + um* – uso informal) são apresentadas nesta unidade, que também ensina formalmente o uso do Pretérito Imperfeito do Indicativo. Verbos regulares, como *andar*, *correr* e *cair*, e irregulares, como *ser*, *pôr*, *ter* e *vir*, são conjugados neste tempo verbal. É neste momento, também, que são apresentados o comparativo e o superlativo da língua portuguesa.

As unidades 9 a 12 compõem um terceiro módulo, intermediário, até então não lecionado por mim. Desde o começo das minhas atividades voluntárias no Instituto Adus, lecionei para os módulos 1 e 2, que são básicos, e para turmas on-line de conversação, geralmente compostas por pessoas de fala hispânica e com mais fluência em nosso idioma. Dito isto, optei por não analisar as unidades 9, 10, 11 e 12 da apostila Conectadus, posto que não há uma vivência empírica de tal material pedagógico.

Em 2023, desenvolvi um exercício de expressões populares do português brasileiro e seus significados, tais como *dar com a língua nos dentes*, *cair a ficha*, *estar com a pulga atrás da orelha*, *chutar o balde*, *ficar de olho*, *levar o bolo*, *meter o bedelho* e *puxar a sardinha para o seu lado*. A atividade é mais prática e consiste em ligar as expressões aos seus respectivos significados. Costuma ser uma dinâmica interessante e engajadora, na qual os estudantes se mostram estarecidos com as possíveis relações entre “*pulga e dúvida*” ou entre “*balde e regra*”.

O foco em desenvolver exercícios e atividades específicos está alinhado com o conceito de promover uma acolhida humanitária e ética do público migrante por meio do PLAC – Português como Língua de Acolhimento. Mais do que isso, visei trazer para sala de aula a língua que, de fato, os brasileiros falam e com a qual se entendem, também em consonância com o ideal de português brasileiro (BAGNO, 2001).

4 PORTAS ABERTAS - PORTUGUÊS PARA IMIGRANTES (CADERNO INTERMEDIÁRIO)

O caderno intermediário foi utilizado por mim, especificamente, em dois módulos de conversação que tive com alunos venezuelanos em 2021 e 2022, durante o período ainda de isolamento social e retomada híbrida, respectivamente, devido à pandemia do novo coronavírus. As aulas foram proferidas na plataforma Google Meet, possibilitando o ingresso de

estudantes de outros estados. O livro é um projeto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (São Paulo) e conta com apoio da Unesco e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Unidade 1 - Geografia do Brasil: eu conheço esse mundo

Neste início, primeiramente, eu apresentei aos alunos o mapa do Brasil orientado por regiões, além de lhes ter perguntado onde fica a respectiva cidade onde residiam. Também lhes indagava quais são os estados e cidades do país conhecidos por eles, qual é a capital federal, onde ficam concentrados a indústria e o agronegócio brasileiros, entre outros pontos de contextualização que avaliem como relevantes.

Há também um espaço para gramática, em que pudemos reforçar a conjugação de verbos no Pretérito Perfeito do Indicativo, familiar para uma boa parte dos alunos que tive. Seguindo o livro, conjugamos os verbos almoçar, escrever, dividir, ter, estar, dar, ser, ir, vir, ver, viajar, conhecer, dormir, entre outros. Abordamos também algumas preposições como de (e suas variações, do e da) e em (e suas variações, no e na). É recorrente a dificuldade dos hispânicos com o verbo gostar (em espanhol, além de ser reflexivo, não se preposiciona sua conjugação).

Estudamos aqui também os pronomes relativos – que, o qual, a qual, os quais, as quais, quem, quanto, quanta, quantos, quantas, onde, em que, quando, cujo, cuja, cujos e cujas. Sinalizei que, no Brasil, o uso do cujo está em declínio, de acordo também com BAGNO (2001, p. 84). Entretanto, reforcei que é importante conhecer este uso, ainda que haja uma baixa empregabilidade no português brasileiro.

Unidade 2 - História do Brasil: para conhecer o que eu não vivi aqui

Os povos originários e a árvore linguística tupi-guarani direcionam as atividades. Durante as aulas, eu reforcei que algumas palavras usadas por nós, brasileiros, derivam de línguas originárias, tais como Ibirapuera, Tamanduateí, Anhangabaú, entre outras. Ao tratar do nosso passado, enquanto terra dos povos originários e, posteriormente, invadida por povos europeus, a unidade reforça dois Pretéritos do Indicativo – Perfeito e Imperfeito.

Os conteúdos da apostila tratam de alguns ciclos que existiram no Brasil, como café, ouro, cana-de-açúcar. Em 2021 e 2022, devido à proximidade das eleições presidenciais, acabei suprimindo o ensino dessa parte do ‘Portas Abertas’, substituindo-a por uma série da TV Futura, intitulada “Conhecendo os presidentes do Brasil”⁷. Dei preferência a alguns chefes de Estado com maior notoriedade midiática, como Getúlio Vargas, Fernando Collor de

Mello, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Os vídeos são curtos, com uma média de dois minutos de duração, e, de maneira breve e didática, fornecem um panorama geral da política brasileira.

Estudam-se aqui também as vozes ativa e passiva, bem como os participípios dos verbos como falar, comer, decidir, ganhar, gastar, pagar, acender, limpar, aceitar, escrever, cobrir, abrir, ver, dizer, fazer, ir e ser. Em se tratando de gramática, aprende-se aqui, ainda, o Presente do Subjuntivo, que se assemelha bastante ao mesmo tempo verbal do espanhol, empregado para expressar dúvidas, incertezas e desejos. Há, na unidade, um texto sobre o período de escravidão no Brasil e outro conteúdo sobre a composição étnica da nossa sociedade.

Unidade 3 - O Brasil atual e suas relações com o mundo

Iniciamos a unidade com o uso de sufixos e a conversão de palavras em outras categorias – por exemplo, um verbo se modifica para um substantivo – e as respectivas mudanças de significados. Os sufixos apresentados são: -mento, -ção, -agem, -ez, -eza, -dade, -oso, -osa, -eiro, -eira e -vel. Há um exercício na própria apostila, de modo que os estudantes podem praticar, convertendo perigo em perigoso ou possibilidade em possível – dois exemplos a mero título de ilustração. O Futuro do Subjuntivo, utilizado para formular hipóteses e incertezas no futuro, é abordado neste capítulo.

Ensinamos neste mesmo capítulo sobre os pronomes reflexivos – me, se, nos –, pronomes complemento direto – me, te, o, a, lo, la, nos, os, as, los, las – e pronomes complemento indireto – mim, lhe, nos, lhes. Há de ser sublinhado aqui que essa parte não gerou muito interesse dos estudantes migrantes. O que pude fazer para não deixar de ser útil foi reforçar que a pronominação em locuções verbais no Brasil ocorre distintamente do espanhol (e, muitas vezes, do português europeu). A título de exemplificação, comentei que “te voy a decir”, por aqui, se transforma em “vou te dizer”; “diciéndole” seria “dizendo pra ele ou ela”.

Unidade 4 - Trabalho: minhas habilidades e opções

Em diversos momentos desta pesquisa, comento sobre o aluno venezuelano Mario Ortega, um diretor de telenovelas reconhecido em seu país de origem, forçado a deixar sua terra devido à crise sociopolítica da nação sul-americana. Quando iniciamos as aulas e ele compartilhou sua história, logo lhe convidei a fazer parte da pesquisa por meio de uma entrevista. Esses laços se estenderam a cafés com prosa fora da sala de aula e um projeto de um curso de teatro em parceria com a Missão Paz⁸, ainda em fase embrionária.

Ao iniciar a unidade 4, nos deparamos com uma reportagem do *Migramundo* com o seguinte título: “Imigrantes de São Paulo se tornam embaixadores culturais e promovem diversidade”. A reportagem destaca uma iniciativa em parceria entre a plataforma de hospedagem Airbnb e a ONG Migraflif. E, para minha (nossa) inteira surpresa, o aluno venezuelano em questão é um dos migrantes que ilustram a veiculação.

Este capítulo, em específico, aborda a formalização de indivíduos no país, trazendo termos corriqueiros para nós, brasileiros, mas certamente desprovidos de quaisquer associações para um migrante, tais como CPF, MEI, INSS, RG⁹, título de eleitor, entre outros. Há, inclusive, um exercício com cinco dicas para quem deseja se tornar um microempreendedor individual – mais conhecido como MEI.

A título de fazer uma conexão com o capítulo 2, no qual fala-se sobre a escravidão dos povos africanos em diáspora forçada, na página 136, há uma atividade intitulada “Uberização e precarização do trabalho”, seguida por uma imagem com um ciclista que trabalha com entregas para serviços de aplicativo, acompanhado da frase: Escravidão Moderna. Ao lado da gravura, há diversas incursões de texto, tais como: ele aluga a bicicleta para trabalhar, ele não é empregado da empresa de entrega, ele não é empregado de quem encomenda, ele não é empregado do restaurante, ele não tem férias, ele não folga no fim de semana, ele não tem plano de saúde e ele não vai se aposentar.

Neste estágio, debati com os alunos sobre a flexibilização das leis trabalhistas com a reforma trabalhista em 2017 (BRASIL, 2017), além de ter explicado o que é a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, uma medida implementada pelo polêmico presidente Getúlio Vargas¹⁰ – um governante de mãos de ferro que, embora tenha flertado com regimes fascistas a partir de 1930, trouxe mudanças significativas, como a criação do Ministérios da Educação, Saúde e Trabalho, o voto secreto e o voto feminino, além de ter dado uma atenção especial ao trabalhador brasileiro.

Uma atividade que também executei – uma única vez – foi pedir que os alunos assistissem ao filme “Que horas ela volta”, de Anna Muylaert, sobre as relações de trabalho e servidão que existem no Brasil, em especial para os trabalhadores domésticos. Em sala de aula, após terem assistido, eu os convidei a um debate para ver o que haviam entendido. Quem mais se engajou foi o Mario Ortega ¹¹(aluno venezuelano e diretor de telenovelas). Em uma réplica a uma fala sua, eu disse que enxergava a relação entre a mãe, interpretada por Regina Casé, e a sua filha, que se muda de Pernambuco para São Paulo, como um paralelo entre os momentos pré e pós-Governo PT (momento inicial em 2002) e ele me disse que havia pensado o mesmo.

Unidade 5 - Arte e beleza: um espelho da sociedade

Iniciamos esta unidade com uma atividade sobre “quem é quem?” com fotos de personalidades da nossa cultura, como Caetano Veloso, Anitta, Dona Ivone Lara, Criolo, Carolina Maria de Jesus, Machado de Assis e Anita Malfatti. Em seguida, eu compartilhava a minha tela do computador e espelhava a música “Não existe amor em SP”, do Criolo. Muitos deles já conheciam nomes como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e Daniela Mercury.

Unidade 6 - Educação para continuar: a minha formação escolar

Esta unidade, especificamente, eu não costumei lecionar em sua integridade, por trazer textos mais relacionados ao ensino superior do Brasil – o que não era uma demanda daquele perfil de estudantes migrantes com os quais eu estava estudando. O único trecho em que eu realmente me aprofundei com essas duas turmas foi o que aborda o exame Celpe Bras¹², um certificado que acaba sendo muito útil para a regularização dos migrantes¹³ no Brasil. Como eu já possuía uns exemplares dessa prova em pdf, compartilhei com essas turmas e expliquei, brevemente, como funcionava a sua aplicação – reforçando que o próprio Instituto Adus tem cursos específicos para essa finalidade e com professores qualificados para esses mesmos fins.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o cumprimento dos créditos no mestrado, cursei a disciplina ‘Necropolítica’ e me aproximei do professor Dr. Francione Oliveira Carvalho, de quem pude ler o artigo “A arte e a cultura afro-brasileira como descentramento sensorial na Pedagogia”. O texto, ainda que não aborde diretamente o ensino de português para migrantes, me pôs a refletir sobre alguns cuidados a serem levados em conta.

Carvalho (2021) aborda a disciplina Arte e Cultura Afro-Brasileira, oferecida ao menos uma vez ao ano às licenciaturas de Pedagogia, Artes Visuais e História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cujo objetivo é discutir o conceito de cultura afro-brasileira e a sua relação tanto com a ancestralidade e os valores civilizatórios de matriz africana quanto com as questões étnico-raciais brasileiras.

De acordo com o autor, ao inserir estudantes de experiências e trajetórias diferentes para refletir sobre temas complexos e, por si só, interdisciplinares, tais como corpo, cultura, raça, memória, acervos e patrimônio, espera-se estimular a troca de saberes, a ampliação de horizontes e a construção colaborativa de conhecimentos. É necessário reconhecermos que as cidades exercem funções pedagógicas para além de suas tarefas econômicas, sociais e políticas tradicionais.

Penso que o material didático “Portas Abertas” – o segundo conteúdo avaliado por essa pesquisa – cumpre esse papel de maneira profunda e emancipadora, de modo a desenvolver nos alunos um pensamento mais crítico e transformador, ao contrário do modelo de educação bancária (FREIRE, 2005), no qual os migrantes estudantes meramente receberiam o conteúdo, que lhes seria “depositado”, sem qualquer elaboração ou discernimento.

Materiais mais tradicionais sobre a língua portuguesa fazem referências a cânones como Luís de Camões e Pero Vaz de Caminha, dois pilares para o nosso idioma. Fico me questionando até que ponto incluir ambos nas aulas de PLAC seria, de fato, emancipador para a população migrante. O livro “Portas Abertas” traz autores e artistas contemporâneos, como Criolo, Caetano Veloso e Chico Buarque, que, a meu ver, geram mais conexão com essa parcela de estudantes, especificamente. No dia a dia de suas vidas em São Paulo, é mais provável que eles sejam expostos à canção “Não existe amor em SP” do que à carta de Caminha ao rei de Portugal.

NOTAS

¹ O Instituto Adus é uma ONG que promove a integração de refugiados na sociedade brasileira desde outubro de 2010. Mais informações: <<https://adus.org.br/o-adus/sobre-o-adus/>>.

² Faz-se importante esclarecer que minha jornada no Adus se encerrou em agosto de 2024, quando iniciei um projeto de português para migrantes e refugiados no Educafro Brasil, onde passo a atuar como professor voluntário e coordenador pedagógico. O Educafro Brasil é uma entidade sem fins lucrativos que tem a missão de promover a inclusão da população afro-brasileira por meio de diversas frentes, como educação, emprego e renda.

³ Informações acadêmicas da profissional podem ser acessadas em seu Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5773130475183008>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

⁴ Link para assistir às aulas: <https://www.youtube.com/watch?v=5XHvLmk5d_o&list=PL-BWXjFiBucMrxY38olzYNzx-OCMncU33>. Acesso em: 30 jan. 2025.

⁵ Link para aquisição: <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-2739728543-jogo-de-matematica-dinheirinho-carto-de-credito-cheque-_JM#position=21&search_layout=stack&type=item&tracking_id=d9107ee9-8c6c-4491-a9ed-1f57fc541696>. Acesso em: 30 jan. 2025.

⁶ O Greg News foi um talk show que fez parte da programação do HBO Brasil, de 2017 a 2023.

⁷ Todos os episódios estão disponíveis no Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XjvU1b8noC0&list=PLNM2T4DNzmq57NY2OjulAUrziMtoAttCy>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

⁸ A Missão Paz é uma instituição filantrópica vinculada aos Missionários de São Carlos, conhecidos também como Scalabrinianos, que atua no acolhimento e apoio a migrantes e refugiados desde os anos 1930 na região do Glicério, em São Paulo, no Brasil. Mais informações: <<https://missaonspaz.org>>.

⁹ CPF – Cadastro de Pessoas Físicas; MEI – Microempreendedor Individual; INSS - Instituto Nacional do Seguro Social; RG – Registro Geral.

¹⁰ Videoaula sobre Getúlio Vargas está disponível no canal “Canal Futura” no Youtube. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=_Rf0cNLKAu0&list=PLNM2T4DNzmq57NY2OjulAUrziMtoAttCy&index=15>. Acesso em: 30 jan. 2024.

¹¹ Nome fictício.

¹² Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

¹³ O CELPE-Bras é um certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros desenvolvido e outorgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. É aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADUS – INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS. **Relatório Anual Adus 2022**. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://adus.org.br/gestao/transparencia/>>. Acesso em 30 jan. 2025.
- ADUS – INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS. **Relatório Anual Adus 2021**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://adus.org.br/gestao/transparencia/>>. Acesso em 30 jan. 2025.
- ADUS – INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS. **Relatório Anual Adus 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://adus.org.br/gestao/transparencia/>>. Acesso em 30 jan. 2025.
- ADUS – INSTITUTO DE REINTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS. **Relatório Anual Adus 2019**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://adus.org.br/gestao/transparencia/>>. Acesso em 30 jan. 2025.
- ANÇÃ, Maria Helena. Entre língua de acolhimento e língua de afastamento. In: **XIII ENDIPE**, 23-26 abr. 2006. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (CD-ROM).
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 49^a. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAGNO, Marcos. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. **Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos**, v. 5, n. 2, 2003.
- CARVALHO, Francione Oliveira. A arte e a cultura afro-brasileira como descentramento sensorial na Pedagogia. **Revista GEARTE**, v. 8, n. 2, 2021.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, 13).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

RESUMO

O artigo explora o conceito de Português como Língua de Acolhimento (PLAC), diferenciando-o do ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) e destacando seu papel como tecnologia de acolhida para migrantes e refugiados. Baseando-se nos estudos de Ançã (2006) e em experiências próprias no Instituto Adus, o autor analisa como o domínio do idioma é essencial para a integração social, permitindo acesso a direitos fundamentais. A partir de materiais didáticos específicos e práticas pedagógicas adaptadas às realidades dos aprendizes, o artigo enfatiza a importância de abordagens contextualizadas e sensíveis, combatendo perspectivas piedosas ou excludentes. Ao considerar o ensino do português brasileiro um instrumento humanitário, argumenta-se que privar migrantes desse aprendizado reforça sua vulnerabilidade, enquanto sua inclusão linguística possibilita maior dignidade e cidadania.

Palavras-chave: Educação; Português como Língua de Acolhimento (PLAC); migrantes; refugiados; pedagogia humanitária.

ABSTRACT

The article explores the concept of Portuguese as a Language of Reception (PLAC), distinguishing it from the teaching of Portuguese as a Foreign Language (PLE) and highlighting its role as a technology of reception for migrants and refugees. Based on Ançã's (2006) studies and the author's own experiences at Instituto Adus, the analysis emphasizes how language proficiency is essential for social integration, enabling access to fundamental rights. Through specific teaching materials and pedagogical practices adapted to learners' realities, the article underscores the importance of contextualized and sensitive approaches, challenging patronizing or exclusionary perspectives. By considering the teaching of Brazilian Portuguese as a humanitarian tool, the argument is made that denying migrants access to this learning process reinforces their vulnerability, whereas linguistic inclusion fosters greater dignity and citizenship.

Keywords: Education; Portuguese as a Welcoming Language; Migrants; Refugees; Humanitarian Pedagogy.

RESUMEN

El artículo explora el concepto de Portugués como Lengua de Acogida (PLAC), diferenciándolo de la enseñanza del Portugués como Lengua Extranjera (PLE) y destacando su papel como tecnología de acogida para migrantes y refugiados. Basándose en los estudios de Ançã (2006) y en experiencias propias en el Instituto Adus, el autor analiza cómo el dominio del idioma es esencial para la integración social, permitiendo el acceso a derechos fundamentales. A partir de materiales didácticos específicos y prácticas pedagógicas adaptadas a las realidades de los estudiantes, el artículo enfatiza la importancia de enfoques contextualizados y sensibles, combatiendo perspectivas condescendientes o excluyentes. Al considerar la enseñanza del portugués brasileño como una herramienta humanitaria, se argumenta que privar a los migrantes de este aprendizaje refuerza su vulnerabilidad, mientras que su inclusión lingüística les permite mayor dignidad y ciudadanía.

Palabras clave: Educación; Portugués como Lengua de Acogida (PLAC); Migrantes; Refugiados; Pedagogía Humanitaria.

ASTRATTO

L'articolo esplora il concetto di Portoghese come Lingua di Accoglienza (PLAC), distinguendolo dall'insegnamento del Portoghese come Lingua Straniera (PLE) e sottolineandone il ruolo come tecnologia di accoglienza per migranti e rifugiati. Basandosi sugli studi di Ançã (2006) e sulle proprie esperienze presso l'Istituto Adus, l'autore analizza come la padronanza della lingua sia essenziale per l'integrazione sociale, consentendo l'accesso ai diritti fondamentali. Attraverso materiali didattici specifici e pratiche pedagogiche adattate alle realtà degli studenti, l'articolo evidenzia l'importanza di approcci contestualizzati e sensibili, contrastando prospettive pietistiche o escludenti. Considerando l'insegnamento del portoghese brasiliano come uno strumento umanitario, si sostiene che privare i migranti di tale apprendimento rafforzi la loro vulnerabilità, mentre la loro inclusione linguistica consente maggiore dignità e cittadinanza.

Parole chiave: Educazione; Portoghese come Lingua di Accoglienza (PLAC); Migranti; Rifugiati; Pedagogia Umanitaria.

Entrevista com Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historiador do Museu Visconde de São Leopoldo: impactos das enchentes de 2024 e o bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul

Interview with Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historian at the Visconde de São Leopoldo Museum: impacts of the 2024 floods and the German immigration bicentennial in Rio Grande do Sul

*Luciana Sanguiné**

1 INTRODUÇÃO

O Professor Dr. Rodrigo Luís dos Santos é historiador do Museu Visconde de São Leopoldo, uma instituição de referência na preservação e valorização da memória da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Ao longo de sua carreira, ele tem se destacado por suas contribuições em pesquisas sobre imigração, patrimônio cultural e a construção da identidade regional, consolidando-se como uma das vozes mais importantes no estudo dessas temáticas no contexto sul-rio-grandense (ESCAVADOR, 2025). Um exemplo de sua produção acadêmica é o artigo “A imigração alemã e sua influência no Vale do Rio dos Sinos: uma história de resistência e adaptação” (SANTOS,

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex, no Reino Unido. Minha pesquisa atual foca na formação da identidade cultural e regional através dos processos migratórios no Rio Grande do Sul, destacando a interseção entre história e tecnologia. Agradeço à CAPES pelo apoio na pesquisa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8517-7803>. E-mail: luciana.sanguine@outlook.com

2022), no qual explora a integração e as adaptações culturais dos imigrantes alemães na região, além de destacar a contribuição desses grupos para o desenvolvimento econômico e social local. A relevância de suas pesquisas vai além do âmbito acadêmico, influenciando também políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural regional.

O Museu Visconde de São Leopoldo, onde Dr. Rodrigo atua, abriga um dos mais completos acervos sobre imigração alemã no sul do Brasil, sendo um ponto de referência para pesquisadores e visitantes interessados em compreender a história dessa migração. Conforme destacado por Witt (2020), o Museu desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural, garantindo que as futuras gerações tenham acesso à rica história da imigração no estado. Além de abrigar importantes objetos históricos, o Museu é também um centro de educação e conscientização sobre a herança cultural alemã, desempenhando um papel ativo na comunidade.

A entrevista com o Dr. Rodrigo Luís dos Santos foi realizada no dia 11 de julho de 2024, por meio da plataforma Google Meet. Durante a conversa, ele relatou os desafios enfrentados pelo Museu Visconde de São Leopoldo após as enchentes de maio de 2024, que causaram danos graves ao acervo. Ele explicou que grande parte do primeiro andar do Museu foi submersa, comprometendo várias peças de valor histórico, como um piano e outros instrumentos musicais que integravam a exposição sobre a imigração alemã na região.

Dr. Rodrigo forneceu uma visão detalhada da importância do Museu, especialmente no contexto das comemorações do bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Ele destacou o papel do Museu como guardião da memória histórica e sua importância no reforço da identidade regional. Conforme abordado por Santos (2022), o bicentenário da imigração alemã oferece uma oportunidade para refletir sobre o legado desses imigrantes e o impacto contínuo de suas contribuições na cultura, economia e sociedade do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o Museu Visconde de São Leopoldo é mais do que um simples espaço de preservação de objetos; ele se destaca como um local de memória viva, que conecta as gerações atuais às suas raízes históricas.

Além disso, a entrevista explorou a mobilização da comunidade em torno da preservação do acervo do museu, evidenciada pela campanha “Adote um Objeto”, criada para arrecadar fundos destinados à restauração das peças danificadas. As imagens fornecidas pelo Dr. Rodrigo, incluídas no corpo do texto, ilustram os impactos devastadores da enchente no acervo e a complexidade do processo de recuperação.

Ao longo de sua carreira, o Dr. Rodrigo Luís dos Santos tem se destacado não apenas como historiador, mas também como um defensor ativo da preservação do patrimônio cultural. Sua atuação no Museu Visconde de São

Leopoldo, somada à sua produção acadêmica, reflete seu compromisso com a valorização e preservação da história da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Conforme destacado por Witt (2020), o papel de instituições como o Museu vai além da simples preservação de objetos; trata-se de preservar a própria memória coletiva de um povo.

A seguir, apresentaremos a transcrição completa da entrevista, que fornece um panorama aprofundado das reflexões do Dr. Rodrigo Luís dos Santos sobre a preservação do patrimônio cultural, os desafios enfrentados durante as enchentes e as perspectivas futuras para o Museu Visconde de São Leopoldo.

2 METODOLOGIA

A escolha do método de entrevista para este trabalho se justifica pela necessidade de captar as memórias e percepções pessoais de Dr. Rodrigo Luís dos Santos, que, como historiador do Museu Visconde de São Leopoldo, está diretamente envolvido nas ações de preservação e restauração do patrimônio atingido pelas enchentes de 2024. O uso de entrevistas como método de coleta de dados em pesquisas históricas possibilita a recuperação de narrativas que complementam os registros documentais e materiais, oferecendo uma visão mais ampla e contextualizada dos eventos (MEIHY, 2002).

Além disso, a história oral é uma técnica consagrada na historiografia contemporânea por sua capacidade de resgatar memórias individuais e coletivas, sobretudo em situações de crise, como desastres naturais, que frequentemente não encontram espaço nas fontes tradicionais. A abordagem adotada aqui segue as diretrizes de história oral propostas por Paul Thompson (1992), que ressalta a importância de registrar as experiências de pessoas envolvidas diretamente nos eventos, promovendo uma preservação mais completa do patrimônio imaterial (THOMPSON, 1992).

No que se refere ao meio utilizado para a realização da entrevista, optou-se pela plataforma Google Meet, já que o formato presencial não era possível naquele momento, devido a uma série de fatores. Em primeiro lugar, a entrevistadora encontrava-se em outro país no momento da pesquisa, o que inviabilizava a realização presencial. Além disso, as consequências das enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, em 2024, afetaram a infraestrutura local, incluindo o fechamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, pelo período de cinco meses (CNN Brasil, 2023). Essa condição limitou a mobilidade dentro e fora do estado, tornando a entrevista remota a opção mais viável para garantir sua realização sem comprometer a qualidade da interação com o entrevistado.

A escolha da modalidade on-line não trouxe prejuízos à troca de informações, uma vez que plataformas colaborativas, como o Google Meet, permitem uma comunicação síncrona eficiente, com recursos que facilitam a gravação e posterior transcrição da entrevista. Ademais, diante da crise enfrentada pelos gaúchos naquele período, diversas atividades acadêmicas e profissionais foram adaptadas para o ambiente virtual, demonstrando a viabilidade desse meio para a continuidade das pesquisas e registros históricos mesmo em momentos de adversidade.

ENTREVISTA

3.1 Começo de conversa

Entrevistadora: Primeiramente, Rodrigo, gostaria de agradecer a sua disponibilidade para esta entrevista. Meu trabalho está relacionado ao Museu Visconde de São Leopoldo e, ao ler sobre a sua trajetória, fiquei impressionada com o seu trabalho. O professor Marcos Witt, com quem tive uma reunião recentemente, também falou muito bem de você.

Dr. Rodrigo: Muito obrigado! O Marcos foi meu orientador na graduação, mestrado e doutorado na Unisinos, e o professor René Gertz foi uma espécie de orientador indireto. Baseio boa parte do meu trabalho de pesquisa nas suas investigações e na forma como ele atua nos bastidores. Ambos são figuras por quem tenho grande apreço.

3.2 O impacto das enchentes no acervo do Museu

Entrevistadora: Sobre as enchentes recentes, eu li que o primeiro andar do Museu ficou submerso. Quais foram os danos mais significativos para o acervo?

Dr. Rodrigo: Sim, o primeiro andar foi atingido, e a água chegou a aproximadamente 1,20 m. Um dos objetos mais antigos e importantes, uma bíblia protestante de 1765, foi preservada graças à intuição de uma colega que a transferiu para o segundo andar um dia antes da enchente. Infelizmente, o piano Schiedmayer de 1904, pertencente ao Colégio Visconde de São Leopoldo, foi danificado, sem possibilidade de recuperação, conforme relatado por especialistas envolvidos na recuperação do acervo. Outros instrumentos musicais, como contrabaixos, gaitas e uma teorba, sofreram danos, mas estão sendo restaurados. Além disso, os expositores de numismática, especialmente a parte de madeira, foram danificados, mas as moedas em si foram preservadas.

Figura 1 - Salas de entrada do Museu Visconde de São Leopoldo após as enchentes de 2024, que causaram danos severos ao acervo do Museu.



Fonte: Acervo pessoal de Dr. Rodrigo Luís dos Santos.

Figura 2 – Exposição interna do Museu Visconde de São Leopoldo, atingida pelas enchentes de maio de 2024, com água cobrindo o piso e danificando parte do acervo.

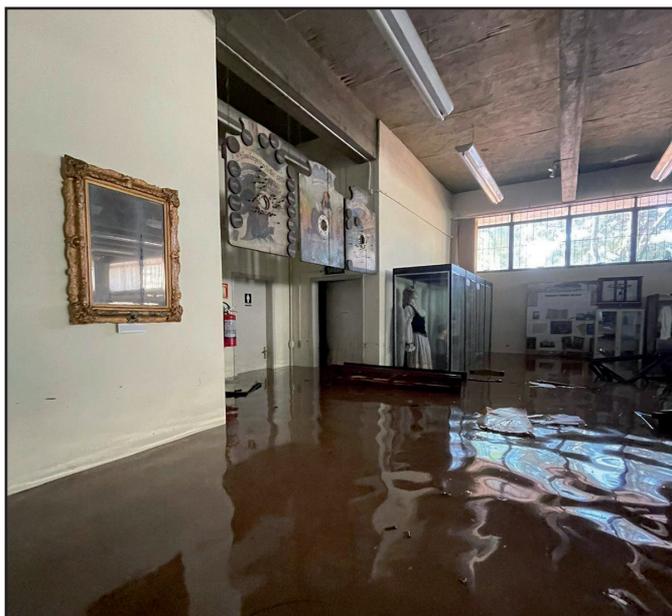


Foto fornecida por Dr. Rodrigo Luís dos Santos.

Apesar das expressivas perdas ocasionadas pelas enchentes de 2024, a comunidade local e nacional tem demonstrado um forte engajamento na recuperação do acervo do Museu Visconde de São Leopoldo. Restauradores de diversas partes do país têm oferecido solidariedade e suporte técnico, colaborando ativamente no processo de restauração das peças danificadas. Campanhas como “Adote um Objeto” têm mobilizado doações e garantido que, com o apoio coletivo, o patrimônio histórico preservado pelo Museu possa ser recuperado, reforçando a importância da preservação da memória cultural e histórica.

Estratégias de Restauração e Mobilização Comunitária

Entrevistadora: Quais medidas o Museu tomou para restaurar os objetos danificados?

Dr. Rodrigo: Iniciamos a campanha “Adote um Objeto”, inspirada por iniciativas semelhantes. A ideia foi permitir que a comunidade adotasse um objeto para restaurá-lo. A campanha foi bem recebida nas redes sociais, e algumas doações substanciais já foram feitas, não só para restaurar os objetos, mas também para ajudar na recuperação da infraestrutura do Museu. Itens como o piano, que foi considerado perda total, e outros instrumentos de madeira estão sendo restaurados por especialistas.

Figura 3 - Piano Schiedmayer de 1904 destruído com perda total.



Fonte: G1 (2024).

Conforme reportado pelo G1, após as enchentes de 2024, o Museu Visconde de São Leopoldo permaneceu com água acumulada por mais de uma semana, atingindo níveis de até 1,5 metros. Esse cenário dificultou

ações imediatas de resgate e proteção do acervo, resultando na perda irreparável de peças históricas, como o piano centenário. A inundação severa impediu a entrada dos voluntários e técnicos, comprometendo ainda mais os esforços de preservação e restauro durante os primeiros dias após o desastre (G1, 2024).

Gestão de Crises e Lições Aprendidas

Entrevistadora: O Museu tinha algum plano de contingência para situações como essa?

Dr. Rodrigo: Infelizmente, não tínhamos um plano formal de contingência. Sabíamos que havia a possibilidade de enchentes, mas o nível da água e a rapidez com que ela subiu nos pegou de surpresa. Não tivemos tempo hábil para salvar mais itens do acervo no primeiro andar. O caso da bíblia é quase um evento sobrenatural, pois ela foi salva na véspera por pura intuição. Agora, depois de passar por essa experiência, estamos elaborando um plano de contingência mais detalhado, incluindo a transferência preventiva de itens para o segundo andar em casos de alerta de enchente.

Importância do Museu no Contexto do Bicentenário da Imigração alemã

Entrevistadora: No ano do bicentenário da imigração alemã, qual a importância do Museu Visconde de São Leopoldo?

Dr. Rodrigo: O Museu possui o maior acervo sobre imigração alemã no sul do Brasil, tanto em documentos quanto em objetos e fotografias. Embora o foco principal seja a imigração alemã, o acervo também documenta a história de São Leopoldo e do Rio Grande do Sul, refletindo a contribuição de outros grupos étnicos. No contexto do bicentenário, o Museu reforça seu papel como guardião da memória, preservando a história das interações culturais que formaram a identidade gaúcha. A história da imigração alemã é um exemplo de como as diferentes culturas que chegaram ao Brasil moldaram a identidade do estado.

Atividades de Restauração e Reabertura

Entrevistadora: Como está a agenda do Museu para a reabertura?

Dr. Rodrigo: A reabertura está marcada para o dia 25 de julho. Teremos a presença do Cônsul da Alemanha e outras autoridades locais. Organizamos uma série de atividades culturais, como a Cavalgada da Imigração e jogos germânicos, tanto para adultos quanto para crianças. Além disso, vamos abrir uma cápsula do tempo, selada em 2013, e depositar uma nova cápsula, que será aberta em 2049, durante as celebrações dos 225 anos da imigração alemã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ESCAVADOR. **Rodrigo Luís dos Santos**. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/943130/rodrigo-luis-dos-santos>>. Acesso em: 4 jan. 2025.
- CNN Brasil. Veja imagens da reabertura do Aeroporto de Porto Alegre, que ficou fechado por 5 meses. **CNN Brasil**, 14 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/veja-imagens-da-reabertura-do-aeroporto-de-porto-alegre-que-ficou-fechado-por-5-meses/>>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- G1. Bíblia com mais de 250 anos trazida por alemães é salva da enchente no RS; piano histórico danificado no Museu Visconde de São Leopoldo. **G1 Rio Grande do Sul**, 25 jul. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/07/25/biblia-com-mais-de-250-anos-trazida-por-alemaes-e-salva-da-enchente-no-rs-semana-celebra-bicentenario-da-imigracao-alema.ghtml>>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- SANTOS, Rodrigo Luís dos. A imigração alemã e sua influência no Vale do Rio dos Sinos: uma história de resistência e adaptação. **Revista de História Regional**, v. 28, n. 2, p. 13-25, 2022.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WITT, Marcos. Preservação patrimonial e imigração: o caso do Museu Visconde de São Leopoldo. In: **Anais do II Congresso Internacional de Museus e Patrimônio Cultural**, 2020, p. 45-61.

RESUMO

Nesta entrevista, Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historiador do Museu Visconde de São Leopoldo, discute os impactos das enchentes de maio de 2024, que danificaram o acervo do Museu, incluindo a perda de um piano histórico e outros instrumentos. Ele detalha as ações de restauração, como a campanha “Adote um Objeto”, e destaca o papel do Museu no bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul. A entrevista aborda a mobilização comunitária, a necessidade de um plano de contingência mais robusto e a digitalização do acervo. Dr. Rodrigo reflete sobre as lições aprendidas com o desastre e apresenta expectativas para o futuro do Museu, incluindo sua reabertura e eventos comemorativos do bicentenário.

Palavras-chave: Museu Visconde de São Leopoldo; imigração alemã; enchentes; preservação do patrimônio.

ABSTRACT

In this interview, Dr. Rodrigo Luís dos Santos, historian of the Visconde de São Leopoldo Museum, discusses the impacts of the May 2024 floods, which damaged the museum’s collection, including the loss of a historic piano and other instruments. He details the restoration efforts, such as the “Adopt an Object” campaign, and highlights the museum’s role in the bicentennial of German immigration in Rio Grande do Sul. The interview addresses community mobilization, the need for a more robust contingency plan, and the digitization of the collection. Dr. Rodrigo reflects on the lessons learned from the disaster and shares expectations for the museum’s future, including its reopening and commemorative events for the bicentennial.

Keywords: Visconde de São Leopoldo Museum; German Immigration; Floods; Heritage Preservation.

Refúgio em si

Refuge in oneself

*Sebastião Rinaldi**

Luz. O raio de sol cortando a janela feito lâmina e entrando no quarto já me dizia que era hora de acordar. Seis da manhã ou algo assim. Sempre me esqueço de colocar esse maldito despertador. Mas não precisa. Sou madrugador. Tenho que comprar uma cortina para essa janela. Qualquer hora, vou ali no Brás e vejo uma. Dizem que é barato. Fico meio perdido com esse real.

Só mais cinco minutos e me levanto. Preciso comprar farinha de trigo, amanhã vamos fazer shawarma. Também preciso resolver o meu bilhete único. Por que tudo nessa cidade é longe, demorado e tem fila? Um caos. Será que minha cueca secou? Hum, tem cheiro de café. Mais gente acordou.

É melhor eu me levantar. Daqui a pouco, começa a fila para o banheiro. O Ahmed sempre demora. Aliás, ele é muito lento. Demora nas orações do dia. Demora no banheiro. Demora no banho. Não vejo a hora de alugar aquele estúdio no Bom Retiro com o Omar e o Youssef. Vai ser apertado, mas é melhor do que aqui. A cada dia, chega gente nova. E sai gente o tempo todo. Não dá nem para criar laços.

Esse Luc que veio de Porto Príncipe parece ser gente boa. Aliás, é bom conversar com ele porque me forço a falar português. Ele também está praticando. Preciso sair um pouco dessa zona de conforto. O Omar e o Youssef não querem aprender esta língua. Sinceramente, não sei o que eles estão pensando. Voltar para Damasco não me parece uma opção. Não agora.

Ah, mas quem sou eu para questionar? Parei com o curso de idioma. Preciso voltar a estudar. Tudo bem que ali na loja eu nem preciso de falar nada de muito avançado. O próprio *ustaz* Hussein não fala muito bem. Se ele está em São Paulo há trinta anos e não aprendeu direito... Tem até loja e apartamento. Talvez não seja tão necessário assim.

Minha questão com as aulas é que fico com medo de ir até o Missão Paz. Aquela rua do Glicério me dá arrepios. Não entendo como os brasileiros conseguem viver nesse estado de alerta. É roubo de carro, de celular, de

* Jornalista e professor de português no Educafro Brasil.
E-mail: sebastiaoinaldi@gmail.com

carteira, é assalto aqui, furto ali. Tudo bem, sei que meu bairro está em ruínas. A guerra na Síria já virou algo banal e ninguém mais nem se comove. Parece que as pessoas estão anestesiadas ou alienadas. Menos nós.

Chega, hora de me levantar, já deu de preguiça. Enrolei dez minutos. A cueca secou. Vou pegar um café. Droga, o banheiro está ocupado. Tenho que começar a levantar mais cedo. Mas quão cedo? Esse povo aqui madruga para fazer a primeira oração do dia. Para eu acompanhar, só se começar a acordar às cinco. Sem chance. São as vantagens de ser muçulmano: começar mais cedo e aproveitar mais o dia.

Mas sem chance de me converter ao Islã ou a outra religião. Que Deus é esse que deixa uma guerra acontecer e devastar um país por mais de dez anos? Não quero me lembrar disso, me dá desânimo. Só de pensar nas aulas que tinha de ciências políticas. Só de pensar na biblioteca do meu pai que está embaixo de escombros. Espero poder trazê-lo no próximo ano, mesmo ele não querendo. Quanta teimosia.

O café está gostoso. Gosto dessa fumacinha quando sai. Aquece o nariz. E esse friozinho de maio também é aconchegante. Daqui a pouco, vou precisar de um agasalho mais pesado. Dizem que o frio em São Paulo é pesado. O Luc comentou ontem que tem uma loja na República com preço bom. Ele disse que fica perto do Largo do Paissandu. Uma região interessante, cheia de história, e tão malculhada. Brasileiro parece que se enoja das coisas e parte para outra, como se estivesse trocando de roupa. Não entendo.

Ai, que banho corrido – e gelado. Tive que acelerar. Fiquei enrolando na cama mais do que devia. Vou com aquela calça jeans de ontem, mas não dá para repetir a camisa. Ontem, quando cheguei, já estava com cheiro de suor. Será que hoje vai ter fila de novo na lavanderia? Tomara que não.

O almoço e o lanche estão na mochila. Que saudade de comer um *shawarma* do Empire. Vou levar a apostila de português de novo. Vai que dá tempo de ler um pouquinho. Aquele podcast da CBN – como que se chama mesmo? – é interessante. Dá para praticar a escuta e ainda ficar por dentro das notícias. O Brasil é meu novo lar, preciso saber o que acontece. Será que vai ser meu lar para sempre? Será que vou ter filhos brasileiros? Será que algum dia deixarei de pensar em árabe? Panorama CBN. Esse é o nome. Vou favoritar no Spotify.

Esta rua é meio íngreme. Este bairro da Liberdade é bem curioso. Uma arquitetura oriental é algo que eu não esperava de São Paulo. Não sei o motivo, mas eu imaginava um Brasil diferente, mais colorido. São Paulo é uma cidade cinza. Nossa, que língua é essa que esse casal está falando? Parece chinês, vai saber. Para ser bem sincero, não sei o que eu esperava do Brasil.

O metrô de São Paulo é um universo mesmo. Como que é mesmo? Daqui, vou até o Paraíso. De lá, pego a linha verde e desço na Consolação. Chegando lá, é a linha amarela até a Faria Lima. E pronto, chego na Teodoro.

Vai dar tempo. Antes das nove da manhã e já estarei na loja. Não posso me atrasar, o *ustaz* Hussein é muito sério com pontualidade. Ele fala que nunca conseguiu se acostumar com a informalidade dos brasileiros.

A Teodoro é muito cheia. Confesso que fico entristecido por não entender o que está escrito nas lojas, nas bancas de jornais, na comunicação do metrô... Na rua, sou mais um, acho que ninguém se dá conta de que esse homem branco com nariz grande se chama Khalid. Ele tem 23 anos e deixou um curso de ciências políticas para trás. Mais do que isso ficou para trás. Se fosse só o curso, daríamos um jeito. Mas a vida anda, eu também ando, ando nessa Teodoro Sampaio, cheia de pessoas, ambulantes, lojas, ando até chegar a loja onde consegui emprego.

A loja onde o Missão Paz me encaminhou, onde eu procurei pelo *ustaz* Hussein, que me chama de filho e me ajuda com alguns percalços. Mas ele não é meu pai, tampouco sou seu filho. Será que consigo trazer meu pai mesmo no próximo ano? Nossa, este móvel está empoeirado. Cadê o espanador? Está na área de serviço, vou lá buscar. Essa mesa vai ficar bonita no apartamento novo que eu vou alugar. *Ustaz* Hussein disse que me dá cinquenta por cento de desconto.

Por Alá, já chegou o primeiro cliente. Preciso desligar essa máquina pensante, caso contrário não consigo me concentrar nas vendas. E nas contas do mercado. E no meu apartamento novo. E na vinda do meu pai. E no curso que quero fazer aqui. Não consigo desligar. Não dá. É difícil.

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico
NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias**: mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar**: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Organizadores do dossiê “Fome e Migração”

Revista Travessia, Ano XXXVIII, nº 102, janeiro – abril/2025.

Da esquerda para a direita: Isabela F. Davies, Paulo Mortari A. Correa, Poliana T. da Fonseca



Foto: Arquivo CEM

Isabela Ferraz Davies

Mestranda em Geografia (PPGH – USP). Membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (COMUSAN) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS). Colaboradora do GT CEM/LABUR-USP (Centro de Estudos Migratórios/Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo).

Paulo Mortari Araujo Correa

Doutor em Demografia (IFCH/Unicamp) e Mestre em Relações Internacionais (PPG San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/Puc-SP). Pesquisador do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp). Colaborador do GT CEM/LABUR-USP (Centro de Estudos Migratórios/Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo).

Poliana Teixeira da Fonseca

Doutoranda em Geografia (PPGH – USP) e Mestre em Geografia (PPGGEO – UFPR). Colaboradora do GT CEM/LABUR-USP (Centro de Estudos Migratórios/Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo).

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

PRÓXIMAS EDIÇÕES

REVISTA TRAVESSIA 2025/2026

MAIO – AGOSTO/2025

Migrações, mudanças climáticas
e desastres ambientais
(Ano XXXVIII, Ed. 103)

SETEMBRO – DEZEMBRO/2025

Interiorização de migrantes, trabalho
e moradia
(Ano XXXVIII, Ed. 104)

JANEIRO – ABRIL/2026

Migrações africanas
(Ano XXXIX, Ed. 105)

Além de textos para esses dossiês, segue permanente o fluxo para envio de artigos de tema livre, desde que abordem a temática migração e seus protagonistas.

Acesse o nosso site, consulte as normas de publicação e, se ainda não se cadastrou, cadastre-se e envie o seu texto.

O escrito pode ser em forma de artigo acadêmico, nota de pesquisa, entrevista, relato, resenha, poesia, conto.

SEMINÁRIO DA REVISTA TRAVESSIA

3 de outubro/2025

Migrações, mudanças climáticas e desastres ambientais

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869